



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
MUSEU NACIONAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

Por que vêm?
Figuração, pessoa e experiência na política
da Grande Buenos Aires

Julieta Quirós

Rio de Janeiro

Março 2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Por que vêm?
Figuração, pessoa e experiência na política
da Grande Buenos Aires

Julieta Quirós

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutora em Antropologia Social.

Orientador: Prof. Dr. Federico Neiburg

Rio de Janeiro

Março 2010

Por que vêm?
Figuração, pessoa e experiência na política
da Grande Buenos Aires

Julieta Quirós

Prof. Dr. Federico Neiburg
Orientador

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutora em Antropologia Social

Aprovada por:

Presidente Prof. Federico Neiburg

Prof. Dr. Moacir Palmeira

Prof. Dr. José Sérgio Leite Lopes

Profa. Dra. Mariza Peirano

Profa. Dra. Virginia Manzano

Rio de Janeiro
Março de 2010

Quirós, Julieta.

Por que vêm?:Figuração, pessoa e experiência na política da Grande Buenos Aires / Julieta Quirós.

Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2010.

IX, 295 f. il. 30cm.

Orientador: Federico Neiburg

Tese (doutorado)– UFRJ/Museu Nacional – PPGAS 2010

Referências Bibliográficas: f. 281-290.

1. Etnografia. 2. Política. 3. Pessoa. 4. Experiência. 5. Explicações nativas e antropológicas. 6. Grande Buenos Aires. I. Neiburg, Federico. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional / PPGAS / 2010, III. Título.

RESUMO

Por que vêm?

Figuração, pessoa e experiência na política da Grande Buenos Aires

Julieta Quirós

Orientador: Prof. Federico Neiburg

Resumo da Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutora em Antropologia Social.

Esta etnografia é sobre envolvimento político. Explora como as pessoas, em suas relações e experiências cotidianas, envolvem-se em algo que, em diversos contextos de situação, costumam chamar de *política*. Examina, também, como as explicações e atribuições de intenção e motivação com que essas pessoas interpretam o envolvimento próprio e alheio operam na dinâmica cotidiana – constituição e ruptura, continuidade e descontinuidade – de seus vínculos e interações; e sustenta que essas explicações nativas convidam-nos a repensar alguns hábitos epistemológicos a partir dos quais nós, socio-antropólogos, costumamos produzir nossas próprias explicações. Nesse caminho, esta tese pretende contribuir para o esboço de uma teoria etnográfica do envolvimento político ou, para usar uma expressão de meus interlocutores de campo, do *engancharse em política*.

De uma perspectiva teórico-metodológica que, centrando-se nas noções de figuração, experiência e pessoa, busca restituir a dimensão vivida da *política*, a tese tem por objeto uma trama relacional que se localiza em um conjunto de bairros de Florencio Varela, município ao sul da Grande Buenos Aires; e que gravita em torno de duas organizações auto-definidas como *políticas*: um movimento *piqueteiro* e uma *linha do peronismo* local. Através de uma análise etnográfica do *fazer* e do *fazer-se* cotidianos dessa trama relacional, discutem-se algumas práticas de conhecimento a partir das quais o campo intelectual costuma pensar e construir certas especificidades da atividade política em contextos (social e sociologicamente pré-definidos como) de *pobreza*, e indicam-se dimensões da ação e da experiência que nos levam a expandir nossas perguntas e respostas sobre as disposições e motivações que estão na base do envolvimento político.

Palavras-chave: Etnografia – política – pessoa – experiência – explicações nativas e antropológicas – Grande Buenos Aires

Rio de Janeiro

Março 2010

Abstract

Why do they come?

Figuration, person and experience in politics of Greater Buenos Aires

Julieta Quirós

Orientador: Prof. Federico Neiburg

Abstract da Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutora em Antropologia Social.

This ethnography is about political engagement. It explores how people in their daily relations and experiences get involved in something they usually call *politics*. It also examines how explanations and attributions of intention with which people interpret their engagement, operate in the dynamics –constitution and break, continuity and discontinuity– of their relations and interactions; and it argues that such native explanations invite us to re-think some epistemological habits from which we, socio-anthropologists, produce our own explanations. In that way, this thesis aims to contribute to the outline of an ethnographic theory of political engagement –or of what my fieldwork interlocutors usually call “to become involved in” politics.

From a theoretical and methodological standpoint based in the notions of figuration, experience, and person, this thesis seeks to reinstate the lived dimension of politics; based itself on ethnographic analysis of a set of relations in neighbourhoods in Florencio Varela, suburbs of Greater Buenos Aires, –and particularly of two organizations which define themselves as *political*: the *piquetero* movement and the local *peronismo*–, it explores the “making of” that relations, and discusses some practices of knowledge from which the intellectual field usually thinks and builds specific features of political activity in contexts (social and sociologically predefined as) of *poverty*. Through this discussion, it points to dimensions of action and experience that expand our questions and answers about motivations of political involvement.

Key-words: Ethnography – Politics – Person – Experience – Native and anthropological explanations – Greater Buenos Aires

Rio de Janeiro
Março 2010

Agradecimentos

Quero agradecer, em primeiro lugar, aos protagonistas desta etnografia, meus interlocutores de campo em Florencio Varela, por me abrirem as portas de suas casas, de sua militância e de suas vidas de todos os dias. Especialmente àqueles que nestas páginas aparecem com o nome de La Chana, Seu Nazar (in memoriam), Aníbal, Aurora, Marcos, e a afetuosa família Aguirre (Juan e Matilde, Vero, Sandra, e os pequenos); a Roberto Martino, Walter López, e aos que não aparecem neste texto, mas que foram, igualmente, grandes interlocutores e acompanhantes leais durante minha pesquisa de campo: Analía e Claudio do MTR, Estela da Martín Fierro, Estela e Silvia do MTR Santucho. Aos dirigentes das organizações do Bloco Piqueteiro Nacional, Martino, Antonio, Hugo, Lili, Ariel, Gustavo, Myriam e Analía, por me permitir acompanhá-los em suas mobilizações e reuniões. Também a Luciano Lozano, pelo intercâmbio de idéias, e aos empregados da prefeitura de Florencio Varela, especialmente à gente da Relações com a Comunidade, do Desenvolvimento Laboral e da UGL.

Esta tese encerra uma etapa de 6 anos como aluna do PPGAS/Museu Nacional, onde levei a cabo meu mestrado, primeiro, e meu doutorado, depois. Em ambos os trabalhos tive a honra de contar com a orientação da professora Lygia Sigaud, que faleceu prematuramente quando a redação desta tese começava a se gestar. Lygia foi, para mim, uma interlocutora excepcional, e ainda que não tenha chegado a ler um rascunho completo deste trabalho, através da discussão do material de campo e de vários projetos, sua marca e seu olhar inapagáveis seguiram me acompanhando durante os longos meses de escrita; aqui vai minha humilde homenagem e recordação pessoal a uma grande mestra e leitora.

O professor Federico Neiburg assumiu a tarefa de orientar a fase final do trabalho em momentos nos quais, dadas as circunstâncias, esse labor haveria de requerer um sem-número de esforços adicionais, ao que se somou, no que me diz respeito, um imponderável pessoal que me impôs o desafio de terminar a redação da tese em prazos mais breves do que originalmente havíamos previsto; não posso menos do que agradecer enormemente a ampla e excelente discussão que tive em todo momento com Federico; sem as contribuições de sua leitura compro-

metida e sagaz, e sem a liberdade intelectual e a confiança que me transmitiu de forma permanente, esta tese não teria sido possível.

Agradeço ao CNPQ e à FAPERJ pelas bolsas que me permitiram dedicar integralmente aos cursos e à investigação durante estes 4 anos de doutorado. Ao PPGAS, pelo respaldo institucional de todo momento, em especial às pessoas da Secretaria, Bete e Tânia, à Carla da Biblioteca, a todo o corpo docente, e em particular àqueles professores que, através de seus cursos, marcaram minha formação como antropóloga: além de meus orientadores, agradeço a José Sérgio Leite Lopes, Márcio Goldman, Adriana Vianna, Eduardo Viveiros de Castro, Renata Menezes, e especialmente a Moacir Palmeira pela interlocução e o estímulo. Também aos professores externos com os quais tive oportunidade de tomar cursos no Museu, Beatriz Heredia, John Comerford, Marco Otávio Bezerra, Antonádia Borges, Ana Claudia Marques; a Luiz Fernando Dias Duarte, pelas ricas sugestões bibliográficas.

Guillermo Quirós, com quem me uno não só pela profissão como também pela família, foi, uma vez mais, um interlocutor inigualável; por sua forma original e despreconceituosa de pensar a antropologia, por sua leitura e as tantos papos que, ao longo destes últimos anos, foram determinantes na busca de *o que dizer* nesta tese, e pelo empurrão e otimismo que soube me transmitir em momentos difíceis, um especial, afetuoso e grandioso agradecimento a ele.

A Ana Rosato, Fernando Balbi, e Mauricio Boivin, pelo apoio e interlocução de sempre, e em especial a Ana, por suas valiosas contribuições nas leituras ao projeto e a alguns rascunhos. A Gabriel Vommaro, Rosana Guber, Virginia Manzano, Mabel Grimberg, Juan Carlos Torre, Luis Alberto Romero, Javier Auyero, Federico Schuster, Laura Colabella, Cecilia Ferraudi Curto, Marcelo Hernández, Marcelo Rosa, María Inés Fernández Álvarez, Marco Fernandes; todos eles, em distintas instâncias de trabalho, diálogo e interlocução, vêm nutrindo os rumos de minha investigação e os argumentos que apresento neste trabalho.

Aos colegas e amigos, cariocas e portenhos, pelas sugestões intelectuais e pelas cervejas compartilhadas e a compartilhar, Virna Plastino, Camila Medeiros, Suiá Chaves, Marina Vanzolini, Clara Flaksman, Julia Sauma, Flávio Gordon, Chico Araújo, José Renato Baptista, Julieta Gaztañaga, Adrián Koberwein, Julia Piñeiro, e em especial a Ana Carneiro, Samanta Doudtchitzky, Ana Guglielmucci, Débora Lanzeni, e a Salvador Schavelzon, pelo diálogo, afeto, e o *aguante* nesta fase final.

Aos meus velhos, Gerardo e Florencia, e a meus irmãos, Rodrigo, Sofia e Ana, por estar e acompanhar a “tese outra vez”, em especial a Sofi, que me apoiou nos detalhes mais tediosos,

e a Gerardo, que, uma vez mais, em suas leituras, correções e sugestões, ajudou-me a encontrar a forma de narrar.

A Horacio “tortu” Suárez, que acompanhou cada dia de campo e de escrita, pela leitura e olhar não-antropológicos, pelo alho, o *Lumpen-proletariat*, e o riso em nossa vida juntos. E prometo formalmente que esta é a última tese (ao menos por um bom tempo).

Sumário

Agradecimentos	VII
-----------------------------	------------

Introdução

I. A política popular argentina: imagens morais em disputa	3
II. Da política cindida à política vivida	13
III. Voltar a Varela: refazendo objetos	21
IV. A trama etnográfica	27

I. Lutar

<i>I. De Seu Nazar, delegado do Movimento Teresa Rodríguez</i>	31
<i>II. Do fazer, merecer, e valer, e de como a luta se constrói como princípio de direito</i>	38
<i>III. Do valor do trabalho e da quantidade, e de como o obrigatório se faz voluntário</i>	56
<i>IV. De por que vêm: a necessidade, o compromisso, e o gosto de Seu Nazar</i>	71

II. Acompanhar

<i>I. De La Chana, referente peronista do bairro Las Rosas</i>	84
<i>II. Sair para convidar: dos favores, pedidos, ajudas e respostas do trabalho político</i>	97
<i>III. Da sociologia do clientelismo, da obrigação e da vontade, e do interesse e desinteresse no acompanhamento de La Chana e seus vizinhos</i>	114
<i>IV. “Por que não me convidaste?” De outras coisas além do cálculo e da moral</i>	122
<i>V. De por que vêm: o compromisso político a partir da experiência de La Chana</i>	132

III. Reclamar

<i>I. De Martino e velho Walter, dirigentes piqueteiros</i>	144
<i>II. Do poder da quantidade, e da marcha como signo e como forma de se sentar para conversar</i>	153
<i>III. Da etiqueta do reclamo: saber mostrar, saber interpretar, saber justificar</i>	163
<i>IV. Das reuniões políticas às reuniões técnicas: Aníbal, dirigente do MTR</i>	181
<i>V. Fazer e ter: da luta como forma de produção</i>	195

IV. Pedir

<i>I. De La Chana, presidenta de uma instituição de bairro</i>	202
<i>II. Do saber dar e saber pedir: o acompanhamento e a necessidade, o político e o institucional</i>	211
<i>III. Do trabalho político e do trabalho institucional, e de como La Chana lida com suas controvérsias e conversões</i>	220
<i>IV. Do trabalho de produção do político</i>	234
<i>V. Do interesse e da gratuidade, do sentido do justo, e do militante que se apaixona</i>	244
Final	266
Bibliografia citada	281
Anexo fotográfico por capítulos	291

Introdução

I. A política popular argentina: imagens morais em disputa

No mesmo bar do centro portenho, e quase na mesma hora que combinado comigo, Roberto Martino, dirigente máximo de uma das primeiras *organizaciones de desempleados*¹ do sul da Grande Buenos Aires², encontrava-se com Elena, uma argentina radicada em Nova York que há alguns anos trabalhava em nosso país como representante da *Global Exchange*, ONG norte-americana “dedicated to promoting political, economic, environmental, and social justice”³.

–Um minuto e já falo com você –esclareceu-me Martino depois de me apresentar a Elena⁴.

–O senhor pode quinta-feira, 17? –ela perguntou-lhe com a agenda em mãos.

–Sim. De manhã? –ele perguntou.

–Sim, mas até as duas da tarde, porque às três temos que estar de volta para ver as Madres⁵.

–OK, mas se encerramos com o almoço, então vocês têm que chegar cedo. Vão de Kombi?

¹ No final dos anos 90, as transformações no mundo do trabalho, os processos de desindustrialização e de irrupção do desemprego estrutural na Argentina, corresponderam com deslocamentos no eixo do conflito social e nas formas de mobilização coletiva: entre outros processos (como a recuperação de fábricas falidas por parte de seus trabalhadores), constituem-se *organizaciones* ou *movimientos de desempleados*, organizações que fizeram do trabalho sua demanda distintiva frente ao Estado e do *bloqueo de estrada* ou *piquete* seu principal método de protesto –conhecidas também com o nome de organizações *piqueteiras*, às quais se integram os *piqueteiros*. Para uma análise histórica dos primeiros movimentos de desempregados do interior do país e sua constituição posterior na Grande Buenos Aires, ver Svampa e Pereyra 2004. Sobre o processo através do qual o *piquete* se instala como uma forma socialmente reconhecida de demanda frente ao Estado, ver Manzano 2007.

² Denomina-se *Grande Buenos Aires* (GBA) ou *subúrbio bonaerense* a região da província de Buenos Aires que rodeia a Capital Federal. Composta por 24 municípios, a GBA tem uma população total de 9 milhões de habitantes e constitui um terço do eleitorado nacional.

³ <http://www.globalexchange.org/tours>. Consultada em 10 de março de 2009.

⁴ Com exceção de pessoas de conhecimento público, os nomes próprios de meus interlocutores foram mudados.

⁵ Está se referindo à Asociación Madres de Plaza de Mayo, criada em plena ditadura militar, em 30 de abril de 1977, por 14 mães que buscavam e reclamavam pelo desaparecimento de seus filhos. A Asociación Madres de Plaza de Mayo erigiu-se então –e até hoje– como um dos principais organismos de direitos humanos da Argentina, impulsionador das investigações do terrorismo de Estado perpetrado pela última ditadura e do julgamento dos responsáveis. Atualmente, continuam sua militância na questão dos direitos humanos, como também no trabalho social e cultural: constituíram sua própria rádio, um programa de televisão em um canal estatal, um café literário, e uma universidade (Universidad Popular Madres de Plaza de Mayo).

–Sim. Quanto tempo demoramos?

–Se saírem do centro, é em torno de uma hora e meia. Nós esperaremos vocês na estação de Varela para levá-los ao bairro.

–Certo. Então chegaremos umas 10...

–Mmm, aí o tempo fica muito curto, vocês teriam que chegar às 9.

–Tudo bem... E iniciamos com uma fala de apresentação sobre o movimento, a história, essas coisas...

–Sim, começamos com a apresentação, depois vamos à oficina têxtil, depois podemos ir às hortas, ao centro de saúde que está funcionando muito bem (tivemos capacitação de médicos cubanos), e depois alguns refeitórios para vocês conhecerem os bairros... e depois encerramos com o almoço. Quantos são?

–Dez.

–De onde?

–Está bem misturado desta vez; tem italianos, tem dois norte-americanos, acho que uma espanhola, um holandês, e acho que alemães também. O almoço, fazemos como sempre, vocês preparam e depois me dizem?

–Sim, são as cozinheiras do refeitório.

–Ah, *che*. Como está a questão da água, que eu não me recordo?

–Como?

–Está boa para beber? É potável?

–Bom, nós tomamos, sim, é uma água comum...

–Bom, na dúvida eu levo água mineral e gasosa; não se preocupem com a bebida.

Fazia 8 anos que Elena organizava na Argentina os *reality tours* que, nessa nova modalidade de turismo conhecida como turismo *alternativo* ou turismo *social*, costumam incluir –junto a outros destinos convencionais com as cataratas do Iguaçu e as atrações turísticas da cidade de Buenos Aires– a visita a organizações piqueteiras⁶ do subúrbio bonaerense, a fábricas recuperadas, organismos de direitos humanos, assembléias de vizinhanças, assentamentos e vilas suburbanas.

O primeiro contato de Elena com a *Global Exchange*, no entanto, datava de muito antes, quando, residindo nos Estados Unidos, ocorreu-lhe contratar, através dessa ONG, um *reality tour* para visitar Cuba: “Nessa época”, contaria Elena a mim na tarde do bar, “essa era a única forma possível, para nós, de conhecer a ilha”. Foi naquela viagem que pensou que a Argentina

⁶ Ver nota 1.

podia ser um destino atraente para os *reality tour*. Então apresentou um projeto, mas não teve resposta:

–Até que veio a crise de 2001, e aí me chamaram.

Com a *crise de 2001*⁷, a Argentina tornava-se, em certos âmbitos nacionais e internacionais, exemplo de debacle e de *default* financeiro ante os organismos internacionais de crédito; em outros, exemplo de *resistência popular* ao neoliberalismo e seus efeitos de exclusão. Qualquer pessoa que tenha assistido ao segundo encontro do *Fórum Social Mundial*, ocorrido em Porto Alegre em janeiro de 2002 –quer dizer, um mês depois dos acontecimentos de dezembro de 2001–, poderia ter uma idéia do lugar sobressalente que “a rebelião argentina” ocupava nos seminários, mesas de trabalho, grupos de debate e conferências do evento. Mais chamativo era –ao menos o foi para mim– que, em qualquer interação informal, o simples fato de “ser argentina” despertava comentários e perguntas referidas ao *20 de dezembro*: “Que exemplo”; “Que combativos”; “Os argentinos não se calam”; “Você esteve na Praça?”.

Imagem exemplar que, dentre outras coisas, transformaria nosso país em um chamativo pólo de atração para o *turismo social*, como também para a investigação militante e acadêmica, nacional e internacional. Com efeito, junto com meios de comunicação, atores políticos, figuras intelectuais, as ciências sociais foram um partícipe ativo na constituição dessa Argentina da *resistência*. Quase ao mesmo tempo de sua ocorrência, os sucessos de dezembro de 2001 (e os que se seguiram imediatamente a eles) tornaram-se objeto sociológico: movimentos piqueteiros, assembléias de bairro, fábricas recuperadas, movimentos de economia solidária, redes de escambo, cada uma destas manifestações da Argentina *mobilizada* encontrou seu lugar na produção sociológica, historiográfica, antropológica, politológica, filosófica. Desde 2002, o cres-

⁷ Na esteira de uma recessão econômica e de uma crise de representação política expressadas nas eleições de outubro de 2001, sucederam-se, durante o mês de dezembro, uma série de protestos e mobilizações da classe média, como também saques a comércios e supermercados nos subúrbios e bairros populares das principais cidades do país. Em função destes fatos, em 19 de dezembro o então presidente Fernando De la Rúa declara “Estado de Sítio”. Nesta noite, e durante o dia 20, distintos setores sociais empunhando o lema “Que se vão todos” [os *políticos*], manifestaram-se na *Plaza de Mayo*, centro político do país onde se encontra a *Casa Rosada*, sede do governo nacional, desafiando a medida de força do governo nacional. No cair da tarde de 20 de dezembro, ante a persistência das mobilizações –e deixando um saldo de 39 mortos pela ação das forças policiais e de segurança na Praça de Maio e seus arredores– De la Rúa apresentou sua renúncia. À acefalia presidencial e instabilidade institucional que se abre a partir de então –em 10 dias sucederam-se 3 presidentes interinos– somou-se uma efervescência social extraordinária– mobilizações e “panelaços” das camadas médias, piquetes e bloqueios de estrada dos movimentos de desempregados, ocupações de fábricas falidas, constituição de assembléias de bairros e inter-bairros nas principais cidades do país e seus arredores, formação de redes de escambo e economia solidária –que se prolongaria durante os meses subseqüentes. Em 23 de dezembro o então presidente Adolfo Rodríguez Saa declara a suspensão de pagamentos da dívida pública (*default*). Em 1º de janeiro de 2002, a Assembléia Legislativa proclama como presidente interino Eduardo Duhalde –então senador pelo *Partido Justicialista*–, o qual governou o país até meados do ano seguinte, convocando as eleições que, em 25 de maio de 2003, consagraram como presidente eleito o justicialista Néstor Kirchner.

cimento de grupos de investigação e de produção bibliográfica contemplados em áreas de estudo sobre o que se chamou de “política beligerante”, “protesto social”, “movimentos sociais” e “ação coletiva” foi realmente explosivo⁸.

Certa vez comentei que quando, em princípios de 2005, cursando meu mestrado no Museu Nacional, iniciei meu trabalho etnográfico em Florencio Varela –município ao sul do subúrbio bonaerense onde iria estudar o ‘fenômeno piqueteiro’–, surpreendeu-me ver que, dentre os personagens com os quais eu era permanentemente associada e confundida em minhas andanças pelos bairros, estavam –além de “os jornalistas”, “as assistentes sociais do governo” e “os sociólogos”–, “os estrangeiros”. Recordo que em uma oportunidade, Rulo, um de meus principais interlocutores de campo naquele momento, e integrante do Movimento Teresa Rodríguez –uma das primeiras *organizaciones de desempleados* com a qual entrei em contato–, levou-me a percorrer algumas sedes do movimento pelos bairros. Em um dos refeitórios me apresentou às mulheres que preparavam o almoço, que rápida e solícitamente estabeleceram conversação comigo. Uma delas disse a Rulo em voz baixa:

–*Che*, essa entende tudo...

Rulo, que percebeu que eu havia escutado e que não havia falado nada, perguntou-lhe como eu havia de não entender se eu era argentina, e então as gargalhadas tomaram a cena, e a mulher, ruborizada, quase se desculpando me disse:

–Ai, que papelão, é que eu te vi assim branquinha e pensei que era uma das alemãs ou das francesas; elas aparecem o tempo todo por aqui...

Assim como para muitos de meus conterrâneos, o súbito interesse pela Argentina que a *crise de 2001* havia despertado em organizações como a *Global Exchange* não tinha para mim nada de chamativo. O que, sim, me surpreendeu naquela tarde de julho de 2008 no encontro com Martino e Elena –e definitivamente na visita de 10 gringos a Florencio Varela, uma das áreas mais pobres do subúrbio bonaerense– foi descobrir que, de alguma forma, sete anos depois dos acontecimentos, essa imagem da Argentina seguia viva.

A *resistência* não foi, no entanto, o único discurso nutrido e legado pelo *dezembro de 2001*. Sua contrapartida –difundida por meios de comunicação, atores políticos, e, ainda que

⁸ Menciono algumas destas produções: sobre processos de protesto social, Scribano e Schuster 2001, Schuster e Pereyra 2001, Giarraca 2001, Lobato 2002, Lobato e Suriano 2003, Battistini 2002, Auyero 2002b, 2004, Almeyra 2004, Schuster *et al* 2005; sobre os sucessos de protestos de dezembro de 2001, Cafassi 2002, Giarraca *et al* 2007; sobre assembléias de bairro, Bielsa *et al* 2002, Grimberg *et al* 2004, Triguboff 2008; sobre fábricas recuperadas, Fernández Álvarez 2006; sobre movimentos de desempregados, Oviedo 2001, Colectivo Situaciones 2003, Cross e Cató 2002, Lenguita 2002, Isman 2004, Masseti 2004, Svampa e Pereyra 2004, Delamata 2004, Auyero 2002c.

em menor medida, figuras intelectuais– foi a interpretação que viu na manifestações de dezembro uma conspiração do palácio na qual o povo mobilizado não havia sido mais do que um instrumento: desta leitura, os saques a comércios e supermercados que, em meados daquele mês, marcam o início do fim do governo de De la Rúa, foram vistos como a peça fundamental através da qual os poderosos –uma fração do empresariado nacional e do *Partido Justicialista*⁹– haviam levado a cabo sua jogada golpista: valendo-se de suas “redes clientelares” no subúrbio bonaerense, o *peronismo* havia organizado e manipulado “os pobres” –agora “saqueadores”–, resolvendo, uma vez mais, os destinos políticos da nação¹⁰.

Recordo que realizava já alguns meses de trabalho de campo em Florencio Varela quando Rulo, sem dissimular o riso que provocaram minhas perguntas, explicou-me que os saques de 2001 haviam sido “tudo política”:

–Foi tudo agitação –disse então–, tudo armado Juli, essas coisas são sempre assim, como os saques de 89.

Rulo seguiu me contando que, em 89, quando ele *trabalhava para os peronistas*, foi convocado pelo *partido* para uma reunião na qual receberia as indicações sobre a *agitação* que seria levada a cabo dias depois. Ele foi entusiasmado para a reunião –“A mí me encanta agitar”, Rulo havia me dito mais de uma vez–, mas saiu decepcionado quando descobriu que “a agitação” não estaria dirigida “aos grandes”, senão à “mercearia da esquina”. E isso, para Rulo, não era *saquear*. Isso era *roubar*. “Como em 2001, igualzinho”.

Se *dezembro de 2001* recriou a Argentina da *resistência*, também avivou o fantasma de sua antítese: a Argentina da política espúria e deteriorada, a Argentina do *clientelismo*. Imagem

⁹ O Partido Justicialista (PJ) é a atual expressão institucional de uma corrente política originada na década de 40 e comumente conhecida como *peronismo* ou *justicialismo*. Esta corrente nasce de uma coalizção de partidos que respaldaram em 1946 a candidatura de Juan Domingo Péron à presidência da nação. Desde então, o PJ tem um papel protagonista na história política e institucional do país, atravessando 2 ciclos consecutivos de governo, 17 anos de proscição, e um terceiro governo –primeiro a cargo de H. J. Cámpora, depois do próprio Perón– derrocado pela última ditadura militar em 1976. Em 1983, com a abertura democrática, as eleições consagram como presidente Raúl Alfonsín, da *Unión Cívica Radical* –histórico partido opositor do *peronismo*. Em 1989, sucede-o Carlos Menem, do Partido Justicialista, que governou por dois períodos consecutivos. Nas eleições de outubro de 1999, o candidato do PJ (Eduardo Duhalde) foi derrotado por Fernando De la Rúa, que havia se postulado em nome de uma frente denominada *Alianza*, encabeçada pela *Unión Cívica Radical* e pelo *FREPASO* –uma frente progressista conformada por setores do peronismo dissidente. Em 20 de dezembro de 2001, De la Rúa dá término a seu prematuro mandato, e o peronismo volta a governar o país até a atualidade.

¹⁰ Digo “uma vez mais” porque em 1989, marco de uma hiperinflação histórica, uma onda de saques no subúrbio bonaerense e nos subúrbios das principais cidades do interior do país levou o então presidente Raúl Alfonsín –como De la Rúa, também pertencente à União Cívica Radical– a concluir seu mandato e transferir antecipadamente o mando presidencial a Carlos Menem, o qual havia triunfado, pelo Partido Justicialista, nas eleições presidenciais realizadas em 14 de maio de 1989. Também então circulou a versão de uma presumida participação do “aparato” peronista na organização dos saques, orientada a terminar de desestabilizar o já fraco governo de Alfonsín.

essa que adquire um novo impulso quando, em abril de 2002 –ano em que o índice de pobreza alcançaria os 53%, cifra inédita na história do país–, o governo provisório de Eduardo Duhalde lança, no âmbito da declaração de “Emergência Ocupacional Nacional”, o programa de *assistência social* de maior envergadura na história do país, o *Plan Jefas y Jefes de Hogar Desocupados* (PJJDH –Plano Chefas e Chefes de Lar Desempregados). Consistindo em um subsídio de 150 pesos mensais (50 dólares nessa época) para chefes e chefas de família que declararam sua condição de desempregados/as, a natureza do PJJDH não era nova. Desde o ano de 1996, no contexto de um aumento ininterrupto da taxa de desemprego –que havia alcançado, em 1995, 20% da população economicamente ativa–, o governo nacional e alguns governos provinciais vinham implementando diversos tipos de programas de ocupação transitória desta monta, conhecidos como *planos*. O que deu particular transcendência ao PJJDH foi seu alcance: financiado pelo Tesouro Nacional e pelo Banco Mundial, e enquadrado em um decreto de urgência do Poder Executivo Nacional orientado a garantir o “Direito Familiar de Inclusão Social”, o PPJDH chegou a contar, em menos de um ano, com 2 milhões de beneficiários em todo o país¹¹.

O enorme maquinário burocrático demandado por um programa concebido como política de assistência *universal*, como também os critérios de distribuição aplicados na prática por parte das organizações que estiveram a cargo de sua execução –desde ONGs e entidades municipais, até movimentos de desempregados e organizações religiosas–, deram lugar a um intenso debate, midiático e político, sobre o suposto “manejo clientelar” da “ajuda social”. A partir do PJJDH, a Argentina do *clientelismo* seria a Argentina do “manejo dos planos”: além de diagnósticos realizados por organizações não-governamentais e organismos internacionais de crédito, de informes e investigações jornalísticas de ampla difusão (ver, por exemplo, Dinatale 2004, O’Donnell 2005), os meios de comunicação foram o cenário privilegiado onde jornalistas, figuras políticas, intelectuais e especialistas expuseram suas críticas e denúncias sobre o funcionamento do *plan*. Talvez um dos sinais mais notáveis dessa preocupação seja o aumento que o uso do termo “clientelismo”, e sua associação quase exclusiva à administração dos *planos sociais*, teria, desde 2002 em diante, nos principais diários do país (ver Vonmaro 2009a).

¹¹ Para dar uma idéia ao leitor brasileiro, *planos sociais* como o *PPJDH*, e também outros similares como o chamado *Plan Familia* (ver capítulo I), seriam uma espécie de equivalente do que no Brasil é o *Bolsa Família*. Menciono, por outro lado, que uma cuidadosa análise do contexto e dos marcos políticos e burocráticos do PJJDH e outros programas de ocupação transitória, como sua vinculação com as políticas sociais de “luta contra a pobreza” disponíveis pelos organismos internacionais de crédito desde o início dos anos 90, pode ser encontrada em Manzano 2007 e Vommaro 2009a.

Também aqui o campo acadêmico teve sua participação como produtor de representações-sobre. Os estudos sobre *clientelismo* não eram novos¹², mas o uso e a circulação do termo adquirem um novo impulso à luz de um conjunto de investigações sobre *política* entre *camadas populares*, peronismo e política *territorial*, e implementação de políticas sociais em universos definidos pela “pobreza” e “marginalidade urbana”¹³. Em alguns casos, a questão do “manejo dos planos” chegava a suscitar preocupações sobre a possível influência ou contaminação que a chamada “cultura clientelar” do peronismo poderia exercer sobre aquelas organizações que, como as piqueteiras, eram ícones da política da *resistência*: “Há diferença –perguntavam-se alguns (Grimson *et al* 2003: 74-76)– entre a obrigação de assistir a um ato imposto por um *puntero*¹⁴ peronista e a decisão votada por uma assembléia de desempregados na qual aqueles que não participam ativamente de um protesto não podem ter acesso aos benefícios obtidos?”

Assim, seis anos depois dos sucessos de dezembro de 2001, Javier Auyero, sociólogo argentino e referência dos estudos sobre peronismo e clientelismo contemporâneo, reaviva a discussão *resistência/clientelismo* com a publicação *La Zona Gris* (2007), trabalho em que examina o lugar jogado pelos *punteros* do peronismo boanerense na dinâmica dos saques de dezembro de 2001, o que o autor chamou de “as conexões ocultas e clandestinas” entre as redes clientelares da política ordinária e os fatos de violência extraordinária.

Nutridas de distintos espaços e atores sociais, *resistência* e *clientelismo* parecem constituir duas imagens morais da *política*, ou, mais precisamente, da *política* que tem como protagonistas as *camadas* ou as *classes populares*, às vezes também chamada de *política popular*, outras vezes –e de forma menos ‘politicamente correta’– *política dos pobres*.¹⁵ Essas duas imagens

¹² Sobre os estudos sobre “clientelismo” na Argentina, ver Guber e Soprano 2003, também Soprano 2002, e Vommaro 2009b.

¹³ Sobre formas de organização *política* em *bairros populares* e implementação de políticas sociais, ver, entre outros, Grimson *et al* 2003, Andrenacci 2002, Delamata 2004, Míguez e Semán 2006. Cabe mencionar que, já na década de 90, principalmente na antropologia, a aplicação de políticas sociais havia sido objeto de investigação: ver Neufeld *et al* 1996, Grassi *et al* 1994, 1996, Andrenacci *et al* 2000, Scaglia e Woods 2000. Sobre a territorialização e a estrutura clientelar do peronismo, ver Auyero 2001, 2002a, 2007, Levitsky 2005. Para perspectivas etnográficas que discutem, direta ou indiretamente, a noção “clientelismo”, ver Frederic 2004, Rosato 2003, Soprano 2003.

¹⁴ *Puntero* é o termo corrente, no senso comum, para se referir àqueles que, pertencendo às bases militantes de um partido, *trabalham com* ou *para* algum candidato ou alinhamento partidário, mobilizando bases e recrutando votantes. Seu equivalente mais próximo em português seria *cabo eleitoral*. Enquanto boa parte da literatura sociológica utiliza o termo *puntero* como termo descritivo, em muitos universos *puntero* não funciona como uma auto-denominação, senão como um qualificativo pejorativo atribuído por outros. Assim, os chamados *punteros* costumam designar a si mesmos *referentes barriales* (ver Colabella 2009, Manzano 2007, Vommaro 2007, Quirós 2006).

se definem relacionalmente: uma seria a boa política, a da luta, do compromisso e da transformação; a outra seria a má política, a da troca instrumental, da manipulação e da reprodução. Se para alguns a *resistência* pode ser também ‘má política’ –política do conflito, política que atenta contra a ordem–, há um componente que a faz conservar sua força positiva e que, em última instância, a distingue do *clientelismo*. Esse componente tem a ver com uma explicação tácita ao ‘por qué la gente está ahí’ (‘por que essas pessoas estão aí’) ou ‘por qué va’ (‘por que vão’) –a se manifestar sobre o 20 de dezembro de 2001, por exemplo. A idéia de *resistencia* envolve uma razão legítima: essas pessoas vão por adesão a um conjunto de idéias, por convicção ou compromisso a alguma causa; enquanto o *clientelismo* evoca razões ilegítimas: essas pessoas vão por *interesse* –à espera de algum benefício–, ou vão por *necessidade* –uma *necesidade* em virtude da qual outro, manipulando-as e aproveitando-se, as faz atuarem.

Neste sentido, *resistencia* e *clientelismo* são duas respostas alternativas –como veremos, leigas e acadêmicas, de 2001 e de hoje– a uma mesma pergunta: Por que essas pessoas estão aí? Por que essas pessoas participam desses fatos *políticos*?

Uma primeira forma de enunciar o objeto desta etnografia é dizendo que ela tem como protagonistas *algumas* dessas pessoas que, nas arenas públicas, dão corpo às imagens da *resistencia* e do *clientelismo*. A pergunta que a anima, no entanto, não é ‘por que’ essas pessoas ‘estão aí’, mas sim ‘como’; seu cenário não são esses eventos –saques, mobilizações, insurreições– que tantos debates suscitam nos âmbitos midiáticos, políticos e sociológicos, senão uma trama de relações e experiências, menos visível e menos espetacular, que tece esses eventos e os faz possíveis. Essa trama se situa em um lugar: um conjunto de bairros periféricos de Florencio Varela, município ao sul do subúrbio bonaerense¹⁶; e gravita em torno de uma série de pessoas que para boa parte de meus leitores possivelmente remeta a dois estereótipos que as imagens morais da política costumam personificar: o *piqueteiro* (da *resistencia*) e o *puntero*

¹⁵ Na Argentina, o uso do adjetivo *popular* para qualificar a/as “cultura/as”, a “cultura política”, o “gosto”, a “estética”, e também a/as formas de participação “política/as” que têm como protagonistas as *camadas* ou *classes* chamadas –dependendo do caso– *subalternas*, *populares*, *trabalhadoras*, *pobres*, é de uso corrente no discurso midiático, político, e também intelectual e acadêmico. Os estudos –historiográficos, politológicos, sociológicos, antropológicos– que têm por objeto a relação dessas *camadas* com a *política* constituem um campo de estudos próprio, caracterizado por uma extensa produção de investigações, publicações e debates. Ao longo destas páginas, o leitor verá algumas das perspectivas, perguntas e respostas que animam essa produção. Interessa-me assinalar que o meu uso da expressão “política popular” ou política das “camadas populares” em itálico, indica o estatuto de ‘termo nativo’ do campo intelectual, cuja pertinência analítica é, de um ponto de vista etnográfico, submetida a interrogação. Como procuro mostrar, a adjetivação “popular” –ou “dos pobres”, para usar a expressão de Auyero (2001)– pressupõe certas especificidades de formas motivacionais e relacionais atribuídas a universos social e sociologicamente predefinidos como de “pobreza”, e isso tanto no que diz respeito à versão –no dizer de Bourdieu (2000:153)– “negativa” do “popular”, como à sua versão “positiva” –versões que, no caso do universo da “política”, se correspondem com essas imagens morais que aqui estou chamando *clientelismo* e *resistencia*.

(do clientelismo). Através de um trabalho etnográfico centrado no fazer cotidiano e vivido da *política*, minha idéia é que, ao final de nossa caminhada, o leitor me tenha acompanhado em dois deslocamentos: por um lado, que esses estereótipos tenham se esvanecido em homens e mulheres de carne e osso, com todos os seus desdobramentos e contradições; por outro, que as perguntas e respostas formuladas pelo senso comum leigo e acadêmico no âmbito da *resistência* e do *clientelismo* tentam dado lugar a outras perguntas e respostas.

Neste sentido, uma segunda forma de enunciar o objeto desta etnografia é dizer que trata sobre o envolvimento político. Em primeiro lugar, porque se pergunta *como* as pessoas se envolvem, cotidianamente, em algo que, em diversos contextos de situação, e com distintos sentidos, chamam *política*. Ao longo deste trabalho veremos que se perguntar *como* (se envolvem-em) –em lugar de *por que* (estão aí)–, não só significa substituir uma resposta estática e linear por uma processual e multilínea. Significa, também, apostar em uma indagação que observe as pessoas em ação; e construir nossos dados contemplando o que é feito com atos mas também com palavras; o que é dito com palavras, mas também com atos, com silêncios e com gestos. Em segundo lugar, essa tese trata do envolvimento político porque, interrogando-se sobre as explicações e justificações que seus protagonistas dão ao *fazer* (*política* e outras coisas) próprio e alheio, explora em que direções nós, sócio-antropólogos, podemos repensar alguns hábitos epistemológicos a partir dos quais produzimos nossas próprias explicações-sobre.

Fazia já alguns meses de trabalho de campo em Florencio Varela quando comentei a La Chana –*referente barrial*¹⁷ do peronismo no bairro de Las Rosas e uma de minhas principais interlocutoras de campo– sobre a possibilidade de montar um projeto documental sobre a política de bairro. Lembro-me que ela, entusiasmada, me disse:

–Sabe, um filme seria bom, seria bom que mostrássemos como são as coisas, que as pessoas vêm não porque você teve que dar algo a elas para te acompanhar, que elas vêm porque têm compromisso com isso.

¹⁶ O Instituto Nacional de Estatística e Censos discrimina, de acordo com suas condições socioeconômicas (sistema de saúde, renda per capita, educação, moradia, emprego), quatro regiões da Grande Buenos Aires ou quatro “subúrbios bonaerenses”. Florencio Varela –município de 348.970 habitantes localizado a 24 km ao sul da cidade de Buenos Aires– forma parte do “subúrbio 4”, a região com os índices mais elevados de pobreza e desocupação da GBA. Segundo dados do Censo Nacional de População, Lares e Moradas de 2001, enquanto a GBA em seu conjunto apresentava um índice de pobreza por NBI (Necessidades Básicas Insatisfeitas) de 17,6 %, em Florencio Varela chegava a 30,4 %, o índice mais alto dos 24 municípios. No ano de 2002, a taxa de desemprego nacional alcançou os 21,5%, 24,2% para a GBA, enquanto no “subúrbio 4” chegava aos 26,8% (Fonte: Encuesta Permanente de Hogares Continua, INDEC). Para o ano de 2009, a taxa de desemprego no subúrbio bonaerense caía para 12,3%, enquanto no “subúrbio 4” era de 17,8% (Fonte: SEL Consultores).

¹⁷ Ver nota 14.

Naquele momento li este comentário com um esclarecimento dirigido a mim: uma “escritora da universidade”, como La Chana costumava me apresentar ao seu universo de relações, ou uma “loira da Capital”, como se pôde brincar pouco tempo depois, quando havíamos estabelecido um vínculo de confiança. Seja como escritora ou como loira, eu provinha desse mundo para o qual La Chana –uma “puntera do PJ”– e seu *trabalho político* são quase invariavelmente signos de “clientelismo”. Conhecedora desta visão sobre seu universo, La Chana buscava se defender da suspeita, e o documentário parecia uma boa oportunidade para fazê-lo.

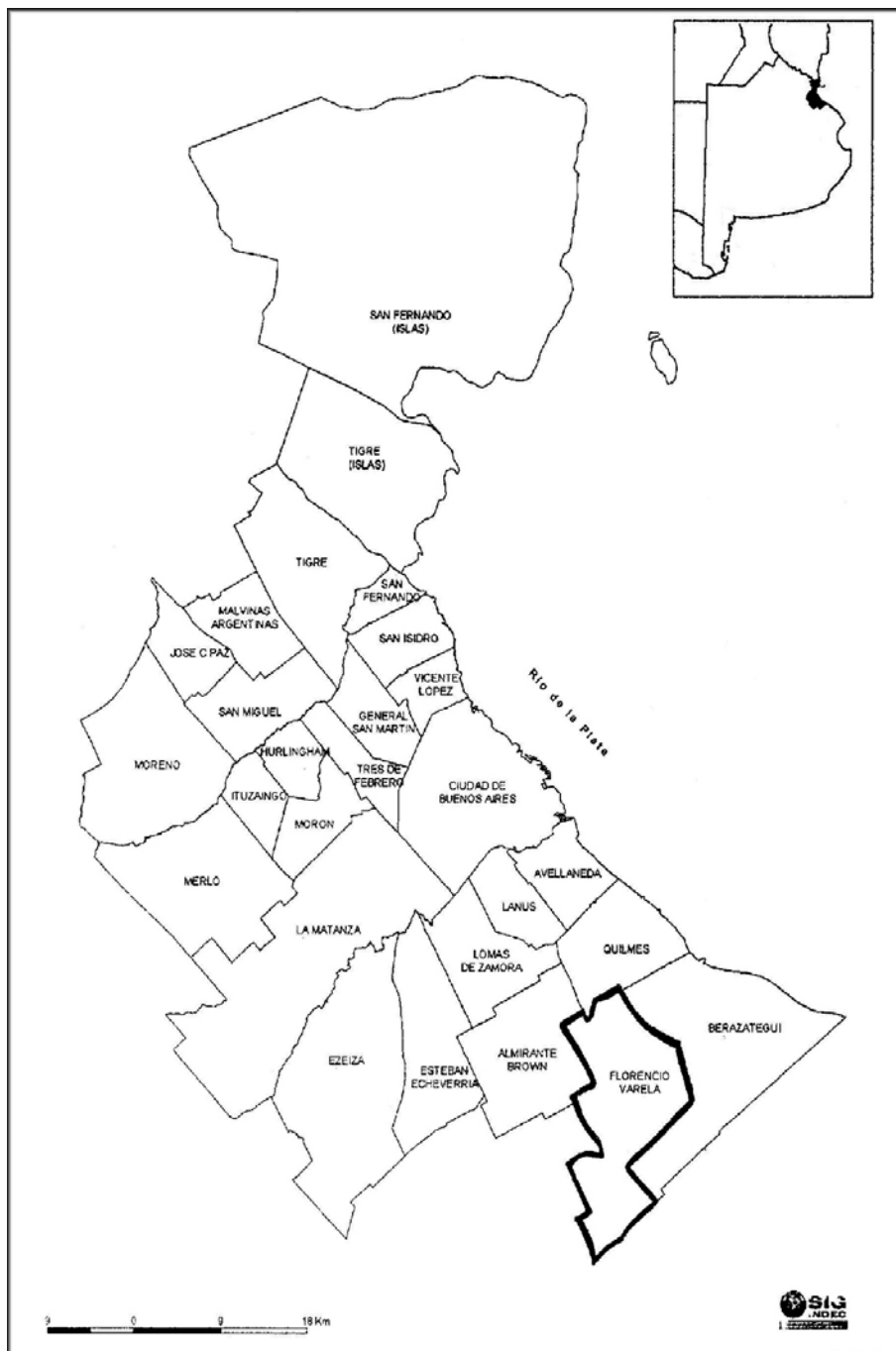
Precisei de algum tempo, no entanto, para perceber que os termos e as distinções envolvidos no que ela queria que “mostrássemos no filme” –vir *por compromisso* vs. vir *por algo*– eram agenciados em outras situações, e não só frente a mim. Outro tanto levei para perceber que não se tratava, meramente, de categorias “cognitivas” ou “normativas” com que La Chana descrevia, dava “sentido”, ou guiava sua atividade política; eram palavras com as quais fazia e criava realidades, termos com os quais atribuía e avaliava intenções próprias e alheias, justificava e/ou criticava a ação própria e a de outros e, nesse caminho, fazia –e/ou desfazia– seus vínculos e interações.

Precisei, todavia, de mais tempo para conceder a essas atribuições de intenção o lugar que –creio eu– merecem em uma etnografia que propõe dar conta da *política* em sua dimensão vivida. O leitor verá que, como qualquer pessoa, em sua vida de todos os dias, meus interlocutores de campo submetem seu mundo a interrogação (Boltanski y Thévenot 2006); entre outras coisas, e da mesma forma que os meios de comunicação, atores políticos, intelectuais e cientistas sociais que observam e produzem imagens e explicações-sobre eles –e sobre *sua* participação na *política*–, meus interlocutores também se perguntam ‘por que essas pessoas estão aí’. Por que e como, eles e outros, *vão* e *vêm* a certos espaços, atos, relações, eventos *políticos*. E cotidianamente tecem seus vínculos com base nas respostas que se dão a estas perguntas, quer dizer, nas explicações, razões e intenções que atribuem às suas ações e às ações dos outros.

Explorando a pragmática destas explicações no fazer cotidiano de seus protagonistas, esta tese busca contribuir para o esboço de uma teoria etnográfica do envolvimento político ou, para usar uma expressão de meus interlocutores de campo, do *engancha-se em política*.

No que se segue, apresento ao leitor quem são esses interlocutores e quais foram os caminhos empíricos e conceituais através dos quais o objeto deste trabalho foi construído.

Localização de Florencio Varela na Grande Buenos Aires



II. Da política cindida à política vivida

Corria o mês de janeiro de 2005 quando, sendo estudante de mestrado, caí em Florencio Varela com a idéia de estudar o “fenômeno piqueteiro”. Digo ‘caí’ porque foi nessa mescla de eleições e acasos que definem o lugar de campo do antropólogo, como cheguei a esses bairros que pouco sabia, à exceção de que podiam ser promissores para o que era então o meu “tema

de investigação”: Florencio Varela era, como se costumava dizer nos livros, *berço* das primeiras organizações de desempregados e dos primeiros piquetes de estrada do sul do subúrbio bonaerense.

Desde o princípio, o trânsito de meus interlocutores de campo por espaços dissímiles, ainda que não necessariamente excludentes, apresentaram-me o desafio de lidar com um universo sinuoso, que resistia a ser estancado em classificações sociológicas às quais eu estava habituada:

“Antes trabalhava para os peronistas, agora me anotei com os piqueteiros”, diziam-me alguns de meus interlocutores. “Eu estava em um movimento, mas agora passei para o lado do prefeito”; “Trabalhei muito para os peronistas, agora estou com os piqueteiros”, diziam outros. “Antes nós éramos um movimento piqueteiro, agora somos um movimento político”, explicarme-ia tempos depois uma dirigente do *Movimiento Evita*, organização piqueteira que se alinha politicamente com a gestão do governo justicialista de Néstor Kirchner e passa a formar parte do que os meios de comunicação começaram a chamar de “piqueteiros K”¹⁸.

Enquanto a literatura disponível sobre *piqueteiros* ocupava-se em demarcar fronteiras –políticas, ideológicas, históricas– entre as organizações existentes, meus interlocutores me mostravam que as pessoas podiam circular por mais de uma organização e que suas relações não estavam predeterminadas por seu pertencimento a *uma* delas; enquanto nos livros o *piqueteiro* era apresentado como portador de uma “nova subjetividade” ou de uma “nova identidade social”, a maioria de meus interlocutores de campo referia a sua participação em um movimento em termos de *estar com os piqueteiros*; enquanto a bibliografia contrapunha ao *piqueteiro* (do movimento social) a figura do *puntero* (do peronismo), meus interlocutores agenciavam situações em que esses rótulos guardavam continuidades, e sua oposição podia ser posta entre parênteses (Quirós 2005, 2006).

Minha surpresa ante a essa sinuosidade tinha a ver, claro, com certas pré-noções que tinha incorporadas. Talvez uma das mais arraigadas fosse esse tipo de visão compartimentada –e na maioria das vezes excludente– das experiências *políticas* das *camadas populares* que, no campo acadêmico, replica a oposição entre *resistência* e *clientelismo*: refiro-me à distinção

¹⁸ Ao assumir a presidência em 2003, Néstor Kirchner desenvolveu uma ativa política de diálogo em relação às organizações de desempregados. Entre outras coisas, reuniu-se com diversos dirigentes assim que assumiu, ordenou não reprimir as manifestações, e incorporou dirigentes e militantes de certos movimentos afins às dependências estatais vinculadas à área da assistência e da planificação social. O resultado desta política foi que o amplo “movimento piqueteiro” passou a ser classificado, nos meios e arenas públicas, em dois grandes blocos: um deles afim ao governo Kirchner, que se popularizou como “os piqueteiros K” –algumas das organizações mais importantes como a FTV (Federación Tierra y Vivienda) e a CCC (Corriente Clasista y Combativa) integravam este bloco–, e o outro, opositor ao governo, conhecidos como “os piqueteiros duros” ou “os piqueteiros anti-K”.

entre “política contenciosa ou beligerante” –dos movimentos sociais, do protesto social e da ação coletiva– e “política institucional ou partidária” –do peronismo e suas redes “clientelares”. Esta compartimentação se plasmava em uma divisão do trabalho intelectual, expressada não só em produções bibliográficas, classificações temáticas, e áreas de investigação diferenciadas; em currículos de graduação e de pós-graduação, e em congressos de ciências sociais, nacionais e internacionais, em que cada “variante” da *política* contava com seus próprios simpósios, fóruns e mesas de trabalho; senão, também, em tradições teóricas e marcos explicativos específicos em que cada campo se filiava: de um lado as teorias sobre ação coletiva e movimentos sociais, de outro as teorias de partidos, redes, clientelismo e patronagem: de um lado a sociologia da transformação, do outro a sociologia da reprodução; de um lado vínculos políticos de natureza “moral”; de outro, vínculos que se presumiam –em última instância– “instrumentais”¹⁹.

A mobilidade, ao longo do tempo e do espaço, de meus interlocutores de campo por pertencimentos políticos dissímiles, não só colocava em questão estas e outras oposições analíticas –e morais–, senão que tornava ainda mais áridas as visões que naquele momento, com raras exceções (ver Manzano 2004; Auyero 2002c), dominavam os estudos sobre *piqueteiros*. Estudos que englobei –não sem cometer alguma injustiça intelectual– no rótulo “sociologia dos movimentos” (Quirós 2006: 25 e ss) na medida em que sua heterogeneidade me parecia convergir em alguns pontos fundamentais: em primeiro lugar, o de fazer do “ator coletivo” –*um* movimento, vários movimentos, ou *o* movimento piqueteiro genérico– ou da “ação coletiva” –*um* protesto, vários protestos, ou *o* protesto social genérico– seu objeto e unidade de análise; em segundo lugar, o de fazer do discurso oficial e público das organizações, como das entrevistas a seus dirigentes e militantes reconhecidos, sua fonte privilegiada na construção dos dados. Finalmente, e por intermédio de uma operação metonímica, o fazer desses discursos a voz representativa “do movimento” e, por extensão, “dos piqueteiros” ou “da experiência piqueteira”.

Ao finalizar a leitura desta literatura, podia-se diferenciar e classificar as distintas organizações de desempregados segundo suas orientações políticas, modalidades organizativas, filia-

¹⁹ Embora ainda creia que estas oposições existam no senso comum acadêmico dominante, hoje, 6 anos depois de iniciar minha investigação etnográfica em Florencio Varela, o cenário intelectual deixou de ser monolítico. Com distintos objetos, recortes e preocupações, os resultados de uma série de investigações recentes que recuperam o método e a perspectiva etnográfica como modo de conhecimento, põem em questão as visões rupturistas, desdobrando tramas de relações de onde distintas expressões da *política* e diversas formas de vínculo com o Estado se entrecruzam, deslocam e tensionam. Ver especialmente os trabalhos de Merklen 2005, Manzano 2004, 2007, 2009, Frederic 2009, Frederic e Masson 2007, Ferraudi Curto 2006a, 2006b, 2009, Vommaro 2007, Colabella 2009, Grimson *et al* 2009, Quirós 2006, 2008.

ções partidárias, objetos e lemas, origens e desenvolvimentos ao longo do tempo; também se podia percorrer o processo histórico do protesto social, as causas e condições estruturais do surgimento do piquete como ação coletiva, seus efeitos transformadores em níveis macro e micro, coletivos e individuais, objetivos e subjetivos, políticos e identitários. Uma série de perguntas ficavam sem resposta, simplesmente porque não formavam parte do tipo de interrogações que interessavam aos autores, e que, certamente, interessariam a um antropólogo: Quem eram, concretamente, esses homens e mulheres que se chamavam e/ou eram chamados *piqueteiros*? Como e em que circunstâncias de vida haviam se aproximado de uma organização de desempregados? Como e em que circunstâncias de vida haviam se disposto a participar de um piquete? O que era, para eles, estar em uma organização, ou estar na estrada? Como viviam essa experiência?

Foi com a inquietude de dar conta, desde um olhar propriamente etnográfico, da dimensão vivida da participação em movimentos e ações de protesto, que parti para Florencio Varela nos idos de 2005. E foi em virtude dessas interrogações que a primeira tomada de posição de minha investigação consistiu em descentrar-me “do movimento” –e “da ação coletiva”– como objeto. Em termos de campo, esse deslocamento implicou redefinir *o que* ia ser etnografado e *do ponto de vista de quem*: minhas observações não estariam centradas nem nas sedes de uma organização, nem nessas práticas que F. Weber chamaria “visíveis e oficiais” (1991) –reuniões, assembléias, piquetes ou marchas, por exemplo²⁰. Meus principais interlocutores tampouco seriam as caras oficiais das organizações, senão aquelas pessoas, menos visíveis e mais anônimas, que cotidianamente nutriam suas colunas mobilizadas. Foram as rotinas dessas pessoas, os espaços por onde transitavam –a casa, o trabalho, a escola, o centro de saúde, o clube social, o centro municipal, o movimento, a casa do *puntero* peronista, a igreja–, e as relações que constituíam e que as constituíam –de parentesco, de vizinhança, de amizade; relações políticas, partidárias, religiosas–, aquilo que engrossaria meus registros de campo.

Foi assim que os bairros de Florencio Varela me revelariam algo mais do que um mundo de *piqueteiros*. Entre outras coisas, uma das impressões mais fortes que tive ao cruzar a avenida Sarmiento e adentrar nos bairros onde centraria meu trabalho de campo, foi a de estar em um universo social em que a reprodução material da vida dependia não só dos circuitos de mer-

²⁰ Enquanto os termos *piquete* e *bloqueo* referem-se ao ato de interromper e ocupar estradas, pontes e ruas, *marcha* refere-se a uma modalidade de protesto em que a coluna mobilizada percorre um caminho orientado, até chegar a um ponto de destino específico, que costuma ser em frente de um organismo de governo. Sobretudo desde 2003 em diante, em parte pelo descrédito que o piquete como método de protesto tem sido objeto na opinião pública, os movimentos piqueteiros têm recorrido mais à forma *marcha* do que ao *piquete*.

cado, senão também, e em boa medida, de uma intervenção estatal cotidiana no que se referia à alocação de recursos e de programas de *assistência social* para a população local. Os *planos de emprego* ou *planos sociais* eram, sem dúvida, os mais importantes desses recursos. Como escrevi uma vez (Quirós 2006:54 y ss), *o plano* não só se revelava como um meio de vida generalizado, senão também como uma linguagem coletiva, manejada e entendida por todos: *anotar-se no plano, sair do plano, esperá-lo, recebê-lo, cobrá-lo, dar baixa, dar alta, perdê-lo*, eram os signos mais recorrentes dessa linguagem, como também eram as *fotocópias* de DNI, de CUIL²¹, as *planilhas* e as *assinaturas* de *contraprestação* requerida pelo governo como contrapartida do subsídio²². Algo similar diria hoje em relação aos programas alimentícios: *o ticket, o vale, a cesta básica*, constituem signos cotidianos dos bairros de Florencio Varela; como assinalam alguns para a Grande Buenos Aires (Grissom 2009:35), é difícil encontrar nos bairros de Varela uma organização social ou política que não conte com seu *refeitório*, sua *merenda*, ou com alguma forma de distribuição de alimentos.

Mas não foi só esta onipresença estatal o que chamou minha atenção, senão também a forma que esses recursos eram associados por meus interlocutores aos *piqueteiros* e aos *peronistas*:

–Minha casa era o lugar onde vinha todo o bairro –dizia-me em uma oportunidade um dos filhos de La Polaca, *referente* histórica do peronismo varelense no bairro Villa Margarita–. Tinha uma inundação, tinha fome, o que fosse, e estavam todos aqui em casa. Agora vêm menos porque estão com os piqueteiros, mas não fosse isso, aqui chovia e todas as pessoas estariam dormindo no refeitório, ou pedindo chapas²³. Agora os movimentos também dão, semana passada foram ao assentamento distribuir colchões com um caminhão, você viu?

A partir de sua experiência, o filho de La Polaca narrava-me uma das transformações mais significativas do cenário político de Florencio Varela, e da Grande Buenos Aires, nos últimos 10 anos: a constituição dos *movimentos de desempregados* em interlocutores do Estado no que diz respeito à obtenção e gestão de recursos, políticas, e programas de *assistência social* que

²¹ “DNI” (Documento Nacional de Identidad), carteira de identidade. “CUIL” (Clave Única de Identificación Laboral), versão nativa do CPF.

²² Os *planos sociais* implementados na Argentina desde meados da década de 90 enquadram-se nas “políticas ativas de emprego” previstas pelos organismos internacionais de crédito que os desenham e financiam. *Contraprestação* é o termo utilizado pelas regulamentações e normas desses programas para designar o conjunto de atividades laborais, comunitárias, educativas, de capacitação e formação, que deve desempenhar cada destinatário como contrapartida de seu *plano*. No âmbito de um modelo de *política social* concebido como orientado à *inclusão* e ao *empoderamento* da *sociedade civil*, a *contraprestação* busca promover destinatários *ativos* com possibilidades de reinserção laboral. Sobre as características da *política social* implementada na Argentina desde os anos 1990 em diante, ver Acuña, Kessler e Repetto 2002, Vommaro 2009a.

²³ Chapas são telhas de metal para cobertura de casas.

tradicionalmente eram monopólio quase exclusivo das redes de *referentes de bairros* do peronismo²⁴. Nos bairros, *os piqueteiros* passaram, assim, a formar parte do universo daqueles que, como disse o filho de La Polaca, *dão*²⁵.

Em particular, surpreendia-me, durante minhas primeiras visitas a Varela, a centralidade que recursos como *o plano* tinha na forma com que meus interlocutores narravam sua aproximação-a ou distanciamento-de uma organização piqueteira: “À minha irmã havia saído o plano dos piqueteiros, então vim e me anotei”, diziam-me alguns; “Como a prefeitura já não estava dando planos, vim com os piqueteiros”, diziam outros; “Estive meses marchando com os piqueteiros, mas o plano nunca saiu para mim”; “Acompanho [fulano] porque me deu o plano”; “Trabalhava com os peronistas mas me cansei de esperar, agora me anotei com os piqueteiros”. O *plano* parecia ser aquilo que havia incorporado o *estar com*, o *trabalhar com* –os peronistas, os piqueteiros– no horizonte de possíveis de muitos de meus interlocutores de campo²⁶. A recorrência da expressão “anotar-se com” –que, como haveria de ver um tempo depois, circulava em outros universos (cf. Ferraudi Curto 2006a, Manzano 2007, Vommaro 2007, Colabella 2009)– parecia sintetizar essa associação entre a participação em espaços considerados *políticos* e o acesso a recursos econômico e socialmente significativos como um *plano*²⁷.

O *plano* se revelava, além disso, como um objeto em circulação através do qual as pessoas teciam e desteciam múltiplas relações de obrigações e direitos –entre vizinhos, parentes, agen-

²⁴ Desde sua origem, a principal base política e eleitoral do peronismo tem sido a Grande Buenos Aires, sobretudo a área geográfica mais densamente povoada que se conhece como “segundo cordão” do subúrbio, integrado por 13 municípios –entre elas, Florencio Varela–, que somam um eleitorado de mais de três milhões de votantes. Contíguo ao primeiro cordão– zona geográfica limítrofe com a cidade de Buenos Aires e constituída em princípios do século XX–, o segundo cordão é produto de um povoamento posterior que começa a partir dos anos 30, por conta das migrações internas acarretadas pelo processo de substituição de importações. O peronismo governa a província de Buenos Aires desde 1987 até a atualidade, e o município de Florencio Varela desde 1983, ano da abertura democrática. Desde então, sucederam-se apenas dois prefeitos: Julio Carpinetti (1983-1992), e seu sucessor, Julio Pereyra, que governa o distrito desde 1993, e em 2007 foi reeleito em seu quinto mandato consecutivo.

²⁵ Inicialmente, nutrindo a oposição entre política beligerante e política partidária, o campo intelectual tendeu a ler esta transformação em termos rupturistas: mencionei, por exemplo, a presunção de modalidades opostas de vínculo político. Além disso, a partir de uma concepção de protesto e ação coletiva como ação da *Sociedade* ‘contra’, ‘à margem’ ou ‘apesar de’ o *Estado*, os analistas observaram nos movimentos uma ruptura com a heteronomia –própria de organizações partidárias e sindicais– em relação ao aparato estatal. Recentemente, e a partir da etnografia, estas perspectivas normativas e rupturistas têm sido postas em questão: no que se refere à relação Estado-movimentos, Manzano (2007) reconstrói o processo relacional através do qual, ao longo de 10 anos, o piquete se instituiu como uma forma apropriada e socialmente reconhecida de estabelecer vínculos *com* o Estado: de anunciar um conflito social e obter compromissos estatais no que diz respeito à alocação de recursos e programas públicos, como os *planos de emprego*.

²⁶ Tomo emprestada esta pergunta –como algo passa a formar parte do horizonte de possíveis– com a qual Lygia Sigaud indaga a criação de disposições para ocupar terras entre os trabalhadores rurais (2004:16 e ss, ver também Sigaud 2005).

tes estatais, referentes de bairro, políticos e organizações piqueteiras –; relações em virtude das quais as pessoas se moviam por espaços dissímiles, transcendendo fronteiras organizacionais, e desafiando classificações sociológicas. Este circuito pouco convencional que seguiu meu trabalho de campo levou-me a refletir sobre a unidade analítica que me encontrava recortando. Em um primeiro momento, supus que a unidade analítica não era “o movimento”, era o *bairro* –um recorte territorial, um lugar organizacional²⁸. Depois percebi que falar de *bairro* pressupunha um conjunto de fronteiras geográficas dentro das quais eu circularia livremente, quando, na verdade, meus percursos de campo estavam se configurando através dos laços, múltiplos e

²⁷ A expressão *anotar-se* refere-se à ação de inscrever-se nas listas de aspirantes a uma política social, como um *plano de emprego*, por exemplo. O *anotar-se com* –os piqueteiros, um político– ou *anotar-se em* –a prefeitura– indica a procedência dessas listas. A recorrência em “anotar-se com os piqueteiros” entre meus interlocutores de campo indicava a institucionalização das organizações de desempregados como parte –junto com entidades municipais, associações civis e ONGs– dos executores desses programas. No caso de Florencio Varela, embora em seus inícios, no ano de 97, as primeiras organizações de desempregados contassem com suas listas de aspirantes, foi só entre os anos de 99 e 2001 que, após constituírem-se juridicamente como “associações civis”, os movimentos foram formalmente reconhecidos como parte das unidades executoras de planos sociais, isto é: como organismos habilitados pelo Estado a realizar a seleção e inscrição de beneficiários. Até então, essa atribuição recaía, quase que exclusivamente, aos governos municipais, que, através de distintos órgãos –conselhos consultivos, unidades de gestão local–, selecionavam destinatários e deferiam inscrições, e organizavam, também, a *contraprestação* estipulada pelas normativas dos programas. Assim, por exemplo, os primeiros planos obtidos pelo primeiro movimento de desempregados de Florencio Varela (chamado MTD e mais tarde MTD Teresa Rodríguez) foram operacionalizados através desses organismos municipais. Na literatura sobre piqueteiros, é corrente ler que as organizações de desempregados se expandem e consolidam como interlocutores do Estado entre 1999 e 2001, graças à “conquista” do que se costuma conhecer como a “auto-gestão dos planos sociais” –quer dizer, a possibilidade de administrar e acessar esses programas em listagens dos próprios beneficiários (Svampa e Pereyra 2004, Delamata 2004). Segundo estes e outros autores, foi nesse momento, sob o governo de Fernando de La Rúa –presidente eleito pela *Alianza*– que a gestão dos planos –até então concentrada em organismos municipais, e, na prática, nas estruturas dos partidos governantes (no caso da Grande Buenos Aires, o peronismo)– pôde ser assumida, também, por organizações não governamentais e associações civis. E teria sido, neste momento, que a maioria dos movimentos piqueteiros se constituíram juridicamente como ONGs. Em uma detalhada análise do processo de constituição dos planos sociais como objetos de demanda das organizações de desempregados de La Matanza, Manzano (2007: 112 e ss) assinala, no entanto, que desde suas origens, nos idos da década de 90, as normativas dos planos sociais estipulavam como organismos responsáveis pela inscrição e seleção de destinatários não apenas os governos municipais, senão também as ONGs. No caso das organizações de desempregados do distrito de La Matanza, a auto-gestão, mostra a autora, teve lugar anteriormente ao governo de De la Rúa. Em todo caso, argumenta Manzano, o que pode ter ocorrido, principalmente a partir do ano de 2001, é que, em um contexto de maior mobilização social, as organizações foram adquirindo um maior controle sobre as tarefas técnicas requeridas pela “auto-gestão”, e, neste sentido, uma maior autonomia em relação às entidades municipais. Estas observações nos recordam da importância de se contemplar os processos políticos locais, e os cuidados a se tomar no momento de produzir generalizações monolíticas sobre “os movimentos”, como também sobre “a” relação entre “as” organizações e “o” Estado.

Cabe assinalar, por outro lado, que no ano de 2004 estimava-se que as organizações geriam apenas 10% da totalidade de planos sociais da Argentina (cf. Svampa e Pereyra, 2004); e, para o ano de 2009, consultoras privadas indicam a mesma cifra (cf. Informe CIPPEC, Centro de Implementación de Políticas Públicas para la Equidad y el Crecimiento). Entretanto, segundo fontes do governo municipal de Florencio Varela, as organizações piqueteiras gerem 20% da totalidade dos planos do distrito.

²⁸ Sobre o *bairro* como recorte analítico e o território como locus da “politicidade” das *clases populares*, ver Merklen 2005, Grimson *et al* 2003, e mais recentemente, Grimson *et al* 2009. Antecedentes desta perspectiva são analisados por Frederic (2003): como mostra a autora, na década de 80 os cientistas sociais argentinos construíam o *bairro* como território de estudo e espaço social privilegiado da politização das *camadas populares*.

heterogêneos, que as próprias pessoas entreteciam. Minha unidade não era de natureza substantiva –o/os *movimento/os*, ou o/os *bairro/os*– senão relacional: uma trama de vínculos de inter-conhecimento pela qual meus interlocutores transitavam e me faziam transitar. A noção de *figuração* de Elias (1991, 2001) tornou-se um conceito operativo para dar entidade a essa trama, e explorar esses vínculos de inter-conhecimento em termos de dependências recíprocas que ligavam meus interlocutores em múltiplas direções.

Com o tempo, o recorte figuracional levou-me a recuperar duas categorias a partir das quais meu material etnográfico seria trabalhado. Por um lado, a noção de *pessoa*: se meu objeto não eram “os movimentos”, “o bairro”, e tampouco “os piqueteiros”, eram, então, *pe-soas* cuja relação com uma organização de desempregados não poderia ser entendida senão através de outras dimensões relacionais de sua vida (cf. Weber 1991, Beaud y Pialloux 1999)²⁹. Eram essas relações que constituíam as pessoas como tal, e não o inverso (cf. Elias 1991, Strathern 1988)³⁰. Por outro lado, também recorri analiticamente à noção de *experiência*: entender o que era para meus interlocutores *estar com os piqueteiros* –ou às vezes *ser piqueteiro*–, era observar as pessoas em ação, lidar com esse *estar e ser* em experiências *sentidas e vividas* que também as constituíam como pessoa (cf. Turner 1967, 1985, Thompson 1968).

À luz deste olhar, os atores coletivos e as ações coletivas se encarnaram em formas múltiplas e heterogêneas de *estar com os piqueteiros*, de transitar, significar, perceber, e de ser afetado por essa experiência. Restituir aos movimentos o movimento da vida –escrevi então– era embarcar nesse universo díspar que resistia em ser confinado a dilemas pré-fabricados.

²⁹ No marco de uma discussão com alguns hábitos epistemológicos da sociologia do trabalho, tanto Weber como Beaud e Pialloux questionam os cortes unidimensionais que os pesquisadores costumam fazer de nosso objeto. O sociólogo do trabalho estudaria “trabalhadores”. Isto pressupõe não apenas que “o trabalho” é, neste caso, a única dimensão que constitui a subjetividade das pessoas, como também que não é necessário explorar outras arestas de sua vida para compreendê-las como “trabalhadores”.

³⁰ A discussão de Elias (1991: 138 e ss) com a visão dominante do indivíduo como “homo clausus”, quer dizer, como uma unidade pré-constituída que entraria em relação com um mundo que se supõe exterior a ele, era-me iluminadora para pensar o campo. Elias argumenta que devemos, ao contrário, partir das relações, posto que os termos se constituem através da relação. De outra tradição, as formulações de Strathern pareceram-me guardar sintonia com esta proposta: inspirando-se na ontologia melanésia, a autora discute o pressuposto da indivisão implicado na noção de “indivíduo”, e prefere falar em termos de “divíduo” para sugerir que as pessoas não são unidades primárias que *entram* em relação com um fora, senão são parcialidades que se constituem a casa momento, *em e por* cada relação (1988: 13 e ss.; 1992: 82 e ss.). Em termos etnográficos, a noção de divíduo parece sumamente prolífica na medida em que permite pensar a multiplicidade de pessoas que cada um encerra, não como uma transformação ou sucessão ao longo do tempo –“história de vida” ou “trajetória”–, senão como simultaneidade: uma pessoa são muitas, tantas quantas sejam as relações que a constituem.

III. Voltar a Varela: refazendo objetos

Recuperando esta tríade analítica centrada nas noções de figuração, experiência e pessoa, a investigação que dá origem a esta tese volta a Florencio Varela como lugar. Um retorno que a princípio –começava o ano de 2007– não me era tarefa fácil.

Passada a satisfação do reencontro com muitas das pessoas que haviam protagonizado minha dissertação de mestrado, as emoções despertadas por esse trabalho que se tornara livro³¹, os agradecimentos, a leitura e retorno de meus interlocutores; o fato de dar continuidade a um campo já conhecido me suscitou, durante longos meses, mais intranquilidade do que confiança, mais desvantagens do que pontos a favor: a falta de estranhamento, primeiro, e depois, a sensação de que não seria capaz de ver e nem de dizer algo diferente do que já havia dito. Durante algum tempo, minhas andanças por esses bairros já caminhados, Villa Margarita, Las Canillas, e Las Rosas³², me pareceram uma adição do mesmo: mais pessoas, mais casas, mais famílias, mais rotinas, mais histórias, mais planos, mais movimentos. Uma interpelação insidiosa me acompanhava: Como não fazer de meu trabalho de doutorado uma mera repetição, ampliação ou confirmação das perguntas e respostas que abri no mestrado?

A isto se somou o problema da residência: a idéia inicial de me instalar nos bairros Varela não era fácil de se concretizar. As casas das pessoas com quem eu tinha um vínculo de confiança não tinham um espaço disponível, e, estando sozinha, o aluguel de um quarto ou de uma casa não pareciam uma alternativa viável para mim. Meus interlocutores também me transmitiam suas dúvidas: que *esse* bairro era melhor não; que nesse outro eu poderia *entrar* mas não *sair* de noite; por que eu não buscava ficar com alguém; por que eu não buscava algo *por Varela*. ‘Varela’ queria dizer o centro de Varela, onde estavam os bairros mais antigos e abastados do distrito, o centro comercial e cívico, e a estação de trem, de onde partiam os ramais da linha 500 de coletivos até os bairros mais distantes –Villa Margarita, Las Canillas e Las Rosas, por exemplo, ficavam a umas 50 quadras da estação. As advertências de meus interlocutores me falavam talvez não tanto da percepção que eles tinham de *seu* mundo, mas da que tinham desse mundo em relação ao meu e a mim; em suma, de como eles codificavam algumas das distâncias que nos separavam. Enquanto decidia o que fazer, e considerando que meu trabalho ainda não havia “começado formalmente”, me propus a começar de alguma forma, indo cedo

³¹ *Cruzando la Sarmiento. Una etnografía sobre piqueteros en la trama social del sur del Gran Buenos Aires*, publicação de minha dissertação de mestrado pelo PPGAS/Museu Nacional (cf. Quirós 2006).

³² Para preservar a confidencialidade de meus interlocutores, os nomes próprios de bairros e ruas de Florencio Varela foram modificados.

para Varela. O *expresso* “Bosques Via Temperley”, que saía às 7:35 de *Constitución*³³ e chegava à estação Varela uma hora depois, seria o início de minhas rotinas ao longo de vários meses.

Ao sentimento de frustração por não realizar um imperativo do que considerava um “trabalho de campo de doutorado” *stricto sensu*, agregou-se outra distância: a de Vero Aguirre. Pouco tempo depois do meu retorno, Vero –essa adolescente que havia sido minha principal interlocutora de campo durante o mestrado, protagonista de minha etnografia, protagonista da tomada do local abandonado que se tornaria, mais tarde, sede da *juventude* do Movimento Teresa Rodríguez (MTR)³⁴, do qual Vero seria *delegada*–, iria se separar da organização, e limitaria sua participação às marchas. Pela manhã estava indo à escola –cursava seu último ano de ensino médio, em poucos meses chegaria aos 18–, e à tarde estava trabalhando como babá a umas quadras de casa. Ao distanciar-se do MTR, Vero se distanciava de minha pesquisa, melhor dizendo, eu me distanciava dela e de sua vida, essa que tanto me havia ensinado da vida, de Florencio Varela, do *estar com os* piqueteiros, e do caráter relacional da etnografia.

Entretanto, sua irmã Sandra, dois anos mais nova –que até então havia tido um vínculo limitado com o MTR, que costumava queixar-se “do movimento” porque as marchas eram longas, e de seu pai e sua irmã porque passavam tanto tempo “no movimento”–, parecia agora aproximar-se pouco a pouco. Quando voltei a Varela, estava trabalhando na *merenda* de uma das sedes do MTR; pouco tempo depois seria nomeada *subdelegada*, assumindo as responsabilidades que lhe cabiam; logo a veria assistir às reuniões da *juventude* do movimento, que eram feitas aos sábados naquele local que havia reaberto e que ficava a umas 12 quadras de sua casa. Uma vez, enquanto tomávamos o 500 de Villa Margarita a Varela, Sandra me contava sobre uma discussão na última reunião dos *jovens*, e então referiu-se, pela primeira vez, a essa mudança que eu vinha observando em seu vínculo com o movimento:

–Antes eu só estava presente –disse-me então. Era como se eu tivesse que ir e pronto. Agora é diferente... Me interessa o que se fala das reuniões, eu dou opinião... Sei lá, eu fui me engajando, sabe...

³³ Estação Constitución, situada na Praça Constitución, uma das grandes centrais ferroviárias da cidade de Buenos Aires, de onde partem os ramais de trem da linha de trem “General Roca”, até a zona sul da província de Buenos Aires e o sul do interior do país.

³⁴ O Movimento Teresa Rodríguez (MTR), um dos centros em que gravitou a figuração que fui traçando durante minha investigação de mestrado, é uma das primeiras organizações de desempregados que se constitui em Florencio Varela no início de 1997, e conduz o primeiro bloqueio de estrada do distrito em agosto desse ano. Ao longo deste trabalho, irei desdobrando a história e o presente desta organização.

Dos tantos *déjà vu* com que minha volta a Florencio Varela havia se deparado, essa expressão, no momento em que despertou minha atenção, fez-me perceber que muito já havia passado por mim sem ser notada. O verbo não me era novo, tampouco a conjugação: *ir se engajando*. Mais acima falei de como me surpreendeu, por sua vez, a preeminência que ocupava a expectativa de obter um *plano* na forma como as pessoas me narravam sua aproximação a uma organização piqueteira. *Necessidade* era, de fato, o termo nativo com que muitos se referiam ao que certa literatura desestimaria como explicação economicista da ação coletiva: “Eu vim aqui por necessidade”, diziam-me alguns dos meus interlocutores; “O primeiro motivo que te traz é a necessidade”, diziam outros. É curioso que, ato contínuo, passavam a me indicar o momento em que haviam começado a *marchar*; depois seguiam me contando cada uma das atividades que haviam realizado dentro do movimento nesses começos; logo descreviam as rotinas que haviam se sucedido mais tarde; até que, como quem sintetiza uma história em uma única frase, concluía dizendo-me: “E aí eu fui me engajando...”

Assim, havia escutado esta expressão muitas vezes, e, no entanto, nunca havia me interpelado. Talvez agora sim o fazia pela surpresa que me causou a proximidade e o entusiasmo de Sandra com o movimento –quicá, e para meu espanto, eu estaria sim aberta a perceber coisas que, em outro momento, abstraída em certas discussões e inquietudes intelectuais, pessoais, políticas, não podia perceber.

O que era *engancharse*? O que tinha *enganchado* Sandra? Como se tinha *enganchado*? De maneira simétrica e inversa: O que teria *des-engajado* Vero? Eram dessas perguntas que não se resolviam com uma resposta. Eram dessas palavras que não podem se explicar com outras palavras: o *engancharse* só podia se observar em ação. E não só no que Sandra ou Vero ou outros faziam, mas também, e sobretudo, em *como* o faziam. Sandra não somente havia passado a participar “mais” do movimento. Estava participando “diferente”. *Agora é diferente*, me havia dito. De repente, a repetição que havia encontrado em meu retorno ao campo, essa que tanto me preocupava porque só me parecia mais do mesmo, emergiu como uma oportunidade para capturar etnograficamente esse “diferente”. Sem que o supusesse, meu reencontro com Sandra era o início das perguntas de investigação que dariam origem a esta tese. Como as pessoas se *engajam* em –algo que elas e outros costumam chamar– *política*. O que era também perguntar-me como a *política* as *engaja*.

E assim, como suspeitava então e como pretendo demonstrar ao longo destas páginas, o *engancharse* só podia ser capturado no fazer e no *como* do fazer, a tarefa requereria uma série de deslocamentos epistemológicos e conceituais. Por exemplo, começar a considerar seria-

mente na construção de meus dados não só o que eu podia observar ou escutar no campo –isso que *provamos* ante os outros quando escrevemos ‘fulano fez tal coisa’, ou, mais correntemente, pondo dois pontos e abrindo aspas: ‘fulano *disse* tal coisa’–, mas também, o que podia cheirar e sentir. Se se preferir, explorar como as pessoas *se engajam* implicava começar a restituir, na construção do dado, o caráter de experiência vivida que é a etnografia como modo de conhecimento (Wacquant 2009). Também, começar a des-compartimentar aquilo que meus hábitos cognoscitivos haviam aprendido a compartimentar: *enganchar-se* não era verbo de uma ação, e tampouco de uma *somatória* de ações; não era produto de uma razão –como as implicadas no ‘por que estão aí’ da *resistência* e do *clientelismo*–, e tampouco era produto de uma *somatória* de razões –essas “políticas”, “morais”, “econômicas”, “subjetivas”, com que antropólogos costumamos vir a *complexificar* aquilo que, julgamos, os outros *reduzem*. Neste sentido, ir atrás do *enganchar-se* implicava, também, redimensionar a própria idéia de pessoa que eu estava manejando: meus interlocutores podiam ser entendidos como divídus relacionais, sim, mas também –e embora pareça paradoxal– podiam entender-se como seres humanos “totais” –“homens totais”, para usar a expressão com que Mauss, em uma conferência feita em 1924, caracteriza esse ser humano “concreto” que é objeto da sociologia; esse no qual “tudo se mescla, corpo, alma, sociedade”, e que o sociólogo deve contemplar em “todas as fibras de seu ser” (2003a:335-338).

Algo disso podia ver-se esboçado em minha dissertação de mestrado. ‘Esboçado’ não por estar explicitado em palavras ou em uma declaração de intenções, senão porque suas implicações teóricas e analíticas não haviam sido exploradas. De alguma forma, esta tese consiste nesta exploração: o que acontece etnográfica e teoricamente, e quais deslocamentos surgem em nossas práticas cognoscitivas e explicativas do envolvimento político, se estamos dispostos a averiguar como as pessoas *se vão engajando*.

Sandra Aguirre me levaria a Seu Nazar, *delegado* da sede do MTR onde ela *trabalhava*. Seu Nazar me levaria às *reuniões* semanais de *delegados* do MTR, na sede principal da organização, e, através dessas e outras reuniões, a Martino e Aníbal, *dirigentes* do movimento. Martino e Aníbal, e sua leitura e comentários ao livro que surgiu de minha dissertação de mestrado, me levariam aos *dirigentes* de outras organizações piqueteiras, e, todos eles, aos funcionários do *governo* municipal, provincial e nacional. Seu Nazar me levaria também a La Chana, sua amiga, vizinha, e *referente de bairro* do peronismo varelense. La Chana me levaria a seus *com-*

panheiros, a referentes de bairro amigos e inimigos, a *dirigentes políticos*, e funcionários do *governo municipal*.

Assim, em relação ao meu recorte inicial, a figuração que traço nesta etnografia se desloca em ao menos três direções. Por um lado, adentra em um espaço *político* novo para mim: o peronismo varelense, através de um conjunto de relações que gravitam em torno de uma *referente de bairro*; por outro, adentra no universo de uma organização piqueteira conhecida para mim, o MTR, incorporando a experiência e o ponto de vista daqueles que, em virtude da discussão com a “sociologia dos movimentos”, haviam ocupado um lugar subsidiário em minha investigação: as direções médias e altas dos movimentos. Finalmente, incorpora um circuito relacional que faz a vida cotidiana de *referentes peronistas* e *dirigentes piqueteiros*: os vínculos que ambos estabelecem, em distintas dependências estatais, com os funcionários do governo.

Se os piqueteiros me levaram aos peronistas, e os peronistas de novo aos piqueteiros, foram ambos que me levaram aos escritórios e aos corredores do *governo*³⁵. Como veremos, parte dos protagonistas desta tese são aqueles que cotidianamente se dirigem às dependências estatais onde, dentre outras coisas, gerenciam a obtenção de recursos e programas sociais que logo são concedidos a *la gente* (às pessoas) nos bairros –e, como vimos, do ponto de vista *de la gente* (das pessoas), piqueteiros e peronistas são parte dos que *dão*. Este conjunto de ações –obter, gerenciar, conceder, dar– é um dos aspectos que mais centralidade parece ter nas discussões, estudos, perguntas e respostas, leigas e acadêmicas, sobre a *política* das *camadas populares*: no debate público, por exemplo, é aquilo que suscita a preocupação sobre o manejo clientelar dos recursos de *assistência social*; nas ciências sociais, aquilo que explica, talvez, a tendência a conceitualizar as *organizações piqueteiras* e *referentes peronistas* como “mediadores” entre o Estado e a população (cf. Auyero 2001:93 e ss; Svampa 2004:8; Grimson *et al* 2003:14,33,76). Creio que inclusive entre antropólogos que discutimos estas visões –de novo, reducionistas para nós–, o *dar e receber* costuma ter um lugar analítico fundamental. Basta atentar para nosso vocabulário: em nossos escritos e em nossas apresentações, *planos sociais* e outros recursos aparecem como objetos de “circulação” e “troca” (Quirós 2006, 2007, Vommaro 2007), como objetos de “demanda e negociação” (Manzano 2007), como objetos de “dis-

³⁵ Falo de *governo* seguindo o termo utilizado por meus interlocutores de campo, e recuperando as observações de Borges (2004) sobre as potencialidades da noção para pensar o Estado em sua dimensão vivida, histórica e temporal. *Governo* é a forma com a qual as pessoas se referem a vínculos cotidianos com aquilo que cientistas sociais costumamos nos empenhar em chamar e coisificar, de maneira abstrata e a-etnográfica, em termos de “Estado”.

tribuição” (Colabella 2009); piqueteiros e peronistas, organizações e redes partidárias, aparecem como parte de “campos transacionais” (Manzano 2007), “circuitos de distribuição” (Colabella 2009), “cadeias de obrigações e contra-obrigações”, ou prestações e contraprestações (Quirós 2006, Vommaro 2007). Todos esclarecemos –claro– que aquilo que circula não são só bens tangíveis, senão também intangíveis; também mostramos, como se espera de nós, que essas trocas e circuitos têm uma dimensão “moral”, “simbólica”, que os constitui como tais.

Em minha primeira aproximação aos piqueteiros, uma de minhas principais discussões com a literatura então disponível –que tratava “a experiência piqueteira” como uma das expressões do que chamei, no início destas páginas, política da *resistência*–, era essa atitude de “tabu” com que os autores tratavam –ou des-tratavam– o lugar que recursos de subsistência como os *planos* tinham na vida cotidiana das organizações e de quem as integravam. Arguentei que, atentando ao princípio etnográfico de considerar seriamente a forma em que as pessoas vivem e dão sentido a suas práticas, negar a centralidade do *plano* não só era incorrer em uma violência interpretativa; era, ademais, negar as condições sociais e econômicas concretas com as quais essas pessoas –com inefável esforço e criatividade– lidavam e lidam dia a dia (Quirós 2006, 2009). Hoje sigo estando bastante de acordo com essa afirmação, e, como se verá, uma série de recursos como *planos*, *cesta básica*, *ruas*, *asfalto*, têm um lugar substancial ao longo deste trabalho: bens socialmente significativos a partir dos quais as pessoas subsistem economicamente, constroem relações, obrigações e direitos, reputações, etc., etc.

No entanto, de acordo com as perguntas que guiam esta etnografia, quero convidar o leitor a que prescindamos, por um momento, de rotular esses recursos como “objetos de” –troca, demanda, circulação, negociação–; a que prescindamos, também, de demarcar as pessoas em posições –mediadores, doadores, recebedores– dentro de campos, circuitos, tramas, figurações, sistemas; que nos abstenhamos por um momento de enunciar suas ações –gerenciar, conceder, dar, receber, trocar, transacionar –; e que, simplesmente, as vejamos fazer. Nesse fazer, outros verbos e outras realidades vão emergir e adquirir um peso próprio³⁶.

³⁶ Cabe mencionar, neste sentido, a afinidade da perspectiva proposta com o trabalho de John Comerford (1999) entre organizações camponesas: ali o autor organiza seu texto e sua análise com base em um conjunto de ações apontadas por seus interlocutores de campo, cujo significado, sempre polissêmico, se desdobra etnograficamente.

IV. A trama etnográfica

O quatro capítulos que compõem o corpo desta tese correspondem a dois cenários nos quais se centrou meu trabalho de campo: os capítulos I e II transcorrem no bairro Las Rosas, gravitam em torno de dois protagonistas –Seu Nazar, *delegado* de uma sede do Movimento Teresa Rodríguez (MTR), e La Chana, *referente* do peronismo nesse mesmo bairro–, e desdobram as formas, múltiplas e heterogêneas, em que eles e seus *vizinhos* se vinculam e participam cotidianamente em espaços e atividades associadas ao MTR e ao peronismo varelense. Os capítulos III e IV transcorrem principalmente nos escritórios estatais: acompanhando La Chana –*referente peronista*– e Martino, o velho Walter e Aníbal –*dirigentes piqueteiros*–, explora as formas, múltiplas e heterogêneas, em que uns e outros se vinculam com funcionários do governo municipal, provincial e nacional. As conclusões do trabalho retomam os pontos principais da análise etnográfica desdobrada ao longo dos capítulos, e os põe em diálogo com alguns hábitos epistemológicos com que a sociologia e a antropologia costumam abordar o estudo da *política* que tem como protagonistas as *camadas populares* –e, mais especificamente, formular suas perguntas e respostas sobre as motivações e disposições do envolvimento político em universos socialmente definidos como de *pobreza*. A partir desse diálogo, busco propor caminhos alternativos.

Encerro esta introdução explicitando alguns pontos da perspectiva com que a evidência etnográfica apresentada ao longo dos capítulos é trabalhada, e, neste sentido, com algumas advertências sobre a estratégia textual e o estilo de narração que o leitor vai encontrar. Cada capítulo está construído sobre a base de situações etnográficas das quais eu mesma fui observadora e participe ao longo das 5 incursões de campo de minha investigação: duas no âmbito da dissertação de mestrado –janeiro a março de 2005, e agosto de 2005–, e três no âmbito da pesquisa de doutorado –março a dezembro de 2007; fevereiro a julho de 2008; maio de 2009.

Conforme as perguntas que animam esta tese, nas páginas que seguem o leitor vai se deparar, basicamente, com pessoas fazendo coisas. E com um relato etnográfico que não busca ser econômico nem sintético, senão demorado e analítico. Uma trama, se se preferir, que busca ser uma descrição “lenta”, tomando emprestado o termo de Latour (2005), não sentido de detalhada, tampouco de profunda; lenta porque presume que descrição e explicação não são operações situadas em “níveis” distintos, senão que a descrição pode ser em si mesma um *caminho* de análise e de explicação.

Assim como compreender quem e como são meus interlocutores é mostrá-los em ação, também ter uma idéia do que é e como é o universo social em que atuam é mostrá-los em experiência. Florencio Varela como *lugar* não será apresentado de uma vez e para sempre: o leitor irá encontrando diversos detalhes, ações, relações, e fragmentos da vida de meus interlocutores que, ao longo do relato, vão compondo esse lugar como lugar vivido. Adianto então que a “história” que costumamos sintetizar em relatos compactos, e as “condições socioeconômicas” que costumamos resumir em índices estatísticos, serão desdobradas em experiência, buscando compor, pouco a pouco, o passado e o presente do cenário em que transcorreu esta investigação.

Algo similar posso dizer em relação à palavra nativa. Desentranhar o significado das palavras de meus interlocutores é desdobrar como elas são usadas e manipuladas, é inscrever seus sentidos em cada “contexto de situação” (Malinowski 1930, 1935). Procurei que a palavra nativa não fosse reduzida a uma expressão do que as pessoas “pensam” ou “crêem”, mas como parte constitutiva do que fazem. E, seguindo Peirano (2001), o *dito* também é *feito* em ao menos dois sentidos. Em primeiro lugar, seguindo o princípio malinowskiano de que o significado não está dissociado da forma, de que aquilo que se diz não pode ser desvinculado do que se faz, como tampouco de quem disse o que, em que circunstâncias, frente a quem e para quem. Assim, ensina-nos Malinowski, o significado de um termo não se sintetiza em uma definição, mas se desenvolve nos múltiplos contextos que o animam. Ao longo dos capítulos veremos que *política* é um desses termos por excelência; também algumas das atribuições de intenção com que meus interlocutores explicam ‘por que’ e ‘como’ eles e outros fazem o que fazem: *compromisso*, *necessidade*, *obrigatório*, *voluntário*, mesmas palavras que veremos circular com distintos sentidos, não só para pessoas distintas, como para uma mesma pessoa em situações distintas.

Nesta etnografia, a própria procedência dessas e outras palavras está intimamente ligada à ação: à exceção de umas poucas entrevistas que realizei, meu trabalho consistiu na observação e na vivência de situações junto a meus interlocutores. E essa é a forma dominante que aparecerá tratada a palavra nativa: amarrada aos contextos em que foi produzida e às ações, gestos e silêncio que a acompanharam. Por isso o leitor encontrará uma estratégia narrativa centrada no diálogo, e mais precisamente em diálogos em cena. Como já se deve ter notado nesta introdução, a palavra de meus interlocutores quase não aparece demarcada entre aspas. Excetuando fragmentos curtos de discurso indireto –postos entre aspas– e termos fora de contextos de situação específicos –que aparecem em cursiva–, quando apelo ao discurso das pessoas, uso a

forma de diálogo direto, introduzindo um travessão que indica que é outro –e não eu– quem enuncia (ver também Quirós 2006). Esta técnica narrativa me permitiu, por um lado, tecer uma trama etnográfica ligada ao contexto de situação, e, por outro, ao integrar a palavra nativa ao corpo do texto –em lugar de separá-la do que o investigador enuncia–, ser mais fiel ao caráter construído de meu relato: praticamente todos os diálogos apresentados nesta etnografia –entre meus interlocutores, entre eles e eu– foram inteiramente reconstruídos e recriados, já que, à exceção de algumas circunstâncias específicas –como as reuniões com funcionários de governo narradas no capítulo III–, minhas notas de campo não eram tomadas no momento da observação, senão em momentos de descanso, e a maior parte das vezes só ao final do dia.

O dizer é ação em um segundo sentido: não só porque a palavra cobra significado *junto* ao que as pessoas fazem, senão também porque a palavra mesma *faz*. Assim como dizem coisas com e através de seus atos, as pessoas fazem coisas com e através das palavras. De modo que o caráter descritivo e pausado da trama etnográfica desta tese responde, também, a este aspecto pragmático da linguagem (Malinowski 1935; Austin 1962). Disse ao início destas páginas que, em sua vida cotidiana, meus interlocutores submetem seu mundo a interrogação. Como acontece com o sociólogo –escrevem Boltanski e Thévenot (2006)–, as pessoas que estudamos vivem formulando razões e atribuindo explicações à ação própria e alheia³⁷. A necessidade de explicar forma parte da vida ordinária. E, segundo estes autores, não somente de explicar: uma das características constitutivas das relações humanas, argumentam, é que cotidianamente nos encontramos com o imperativo de dar explicações ancoradas em algum princípio ou sentido de *justiça*, quer dizer, de *justificar* nossas ações, ante os outros e ante nós mesmos. Como uma ciência social –perguntam-se Boltanski e Thévenot (2006:37)– espera ter êxito se deliberadamente ignora o fato de que as pessoas se encontram permanentemente frente à obrigação de responder por seu comportamento antes os outros com os quais interagem?

Recuperando esta proposta, a pragmática cotidiana destas explicações e justificações –entre elas, explicações e justificações nativas de ‘por qué la gente está ahí’– está na base da dimensão vivida da política que pretendo restituir, e da forma em que busquei tratar a palavra de meus interlocutores: Que efeitos produz dizer “fulano vem por compromisso”? Que consequências envolve o dizer “venho por necessidade”? Que realidades são criadas nestas afirmações? Como configuram a dinâmica (constituição e ruptura, continuidade e descontinuidade) das relações em jogo?³⁸

³⁷ Ver também Herzfeld 1981, 1992a.

Finalmente, quero advertir ao leitor que meu próprio argumento e minhas análises vão se desdobrando lenta e progressivamente, *junto com e através da* descrição dessas situações, experiências, rotinas, acordos e desacordos. Quer dizer, a/s tese/s deste trabalho vai/ão se construindo e demonstrando *por intermédio* da etnografia. Ainda que cada capítulo esteja organizado com base em um conjunto finito de questões, e desenvolva um argumento próprio que contribui ao argumento geral da tese, quero antecipar ao leitor que nenhum deles tem uma estrutura conclusiva, nem é uma parte fechada que se esgota em si mesmo. Cada um deixa orifícios que são iluminados pelos capítulos que seguem, e é por isso que seu tamanho vai se dilatando com o correr das páginas. Também me parece importante antecipar e enfatizar que a estrutura dos capítulos não está organizada por “tópicos” ou “questões”, senão por uma concatenação de situações etnográficas: e que *é através delas* que os pontos e discussões conceituais são colocados. Recorre-se a duas estratégias textuais para conduzir o leitor: por um lado, encabeçando cada capítulo com uma epígrafe que adianta as questões do argumento; por outro, encabeçando cada seção de capítulo com uma pequena epígrafe, cuja função não é sintetizar nem abarcar todo o conteúdo da seção, mas orientar o caminho da leitura.

Ainda arriscando exigir um esforço e uma paciência extra de meus leitores, optou-se por uma trama que, amarrando etnografia e teoria, confia no princípio de que o dito não está dissociado da forma de dizer.

³⁸ Talvez seja bom esclarecer desde agora que, tal como assinalam Bolanski e Thévenot, o imperativo de justificar não se apresenta *sempre* nem em *todas* as nossas ações. Igualmente, o sentido do *justo*, que os autores buscam restituir como parte das forças que levam as pessoas a atuar, não pode explicar *todos* ou a *totalidade* de nossos comportamentos. Longe de esgotar a pragmática da palavra e da motivação na justificação, os autores propõem incorporar esta dimensão –junto a outras como o esquecimento, a tolerância, o perdão– como *parte* da forma em que os seres humanos se vinculam.

I. *Lutar*

Em um contexto inesperado, a vida cotidiana do MTR me dava uma lição aplicada de algumas das premissas da teoria clássica do valor: o esforço incorporado a uma coisa –esse esforço que os filósofos do direito natural primeiro, e os economistas clássicos depois, chamaram trabalho; esse esforço que, como meu corpo, é meu e me pertence, e que cria a coisa ou a transforma no que é–, torna a coisa que era de ninguém, ou de todos, em coisa própria. Porque a coisa tem esse algo (trabalho) que é meu, algo dela me pertence. Em suma, este é o passe de mágica que liga o fazer e o merecer como princípio de direito.

Ao dar-se ao cabildo, Seu Nazar o tornava próprio, e isto não significava que o cabildo fosse dele, mas que ele era do cabildo. Se o companheiro Nazar deu a vida pelo movimento, é porque o movimento era sua vida, essa vida que me ensinou que há forças constitutivas do envolvimento que transbordam nossas grades classificatórias. Essa vida em que lutar não é só merecer, tampouco somente valer, é também prazer-de-fazer.

I. De Seu Nazar, delegado do Movimento Teresa Rodríguez

Entrei no cabildo Mayo¹, havia gente no pátio mas fui direto à Administração. Lá estava Aurora fazendo os balanços de planos que haviam chegado do ministério. Tinha os olhos vermelhos e o nariz um pouco inchado.

–Como estás? –perguntei.

Ergueu a cabeça, secou as lágrimas com um lenço, e me disse que melhor. Que no dia anterior haviam ido todos ao enterro, que haviam pedido autorização à mulher de Seu Nazar

¹ *Cabildo* é o nome da unidade mínima de organização territorial do MTR: distribuídos em cada bairro, os *cabildos* são espaços de assembléia coordenados por um *delegado*. No momento em que realizava meu trabalho de campo, o MTR contava com aproximados 15 *cabildos* distribuídos em distintos bairros de Florencio Varela, onde funcionam, também, *refeitórios*, *merendas*, e *projetos comunitários* como hortas, oficinas de artesanato (tecido, por exemplo), *brechós* (conserto e venda de roupa usada), grupos de rua (grupos que recuperam espaços públicos), centros de saúde, entre outros. Ao longo do capítulo, o leitor irá fazendo um quadro do que são e como funcionam estes espaços na vida cotidiana. Acrescento que a denominação *cabildo* é recuperada pelo MTR em virtude de sua associação ao ideário independentista do país: em Maio de 1810, a cidade de Buenos Aires se constituiu em *cabildo aberto* onde os *vizinhos*, exercendo a *democracia direta*, votaram para constituir uma junta de governo própria, iniciando assim o processo de independência da coroa espanhola. Os espaços do MTR adotam a modalidade de *cabildos* neste sentido –exercício da prática de deliberação da assembléia e da democracia direta. Ademais, cada *cabildo* do MTR costuma ser reconhecido com um nome próprio, alusivo a personagens e/ou lemas ligados ao período independentista. Aqui, os nomes próprios dos *cabildos* foram trocados a fim de preservar a privacidade de meus interlocutores.

para levar a bandeira do cabildo *Liberdade*, e que ela havia dito que sim, porque a bandeira para ele era sagrada, e que então assim haviam feito.

–Tudo tão rápido, em uma semana se foi –disse Aurora como quem quer convencer a si mesma de alguma coisa. Chegou a visitar Seu Nazar duas vezes no hospital. Na última havia ido com Martino, máximo dirigente do movimento:

–Não sabes como ficou quando viu Martino, não sabes a alegria que ficou: ‘Martino, você veio me ver, que linda visita’ –repetiu Aurora com a voz embargada, e secava de novo as lágrimas.

A foto de Seu Nazar, a mesma que eu havia levado uma semana antes, e que não cheguei a lhe dar, via-se no centro do mural do escritório de Aurora. Lugar transitado e visível não há mais: a esse escritório do cabildo *Maio*, localizado no fundo do corredor pelo qual se sobe à biblioteca e à fábrica têxtil, afluem todas as segundas, dia de *reunião de delegados* do movimento, dezenas de companheiros de base, delegados e dirigentes, levando papéis, consultas, perguntas, respostas, informações e documentos referentes a questões de *Administração*. E nessa segunda, antes que estas rotinas começassem, congregamo-nos no pátio do cabildo, um pátio de céu aberto e frio de inverno, a homenagear a memória de Seu Nazar, delegado do cabildo *Liberdade* do Movimento Teresa Rodríguez.

Na mesa próxima à parreira, Marcos, dirigente *político* do MTR, afinava as cordas do violão. Quando pronto, convocou os presentes ao centro do pátio: delegados dos 14 cabildos de Florencio Varela e dos cabildos de outros 9 distritos da Grande Buenos Aires onde o movimento tem inserção; dirigentes *políticos* e *executivos* da organização, companheiros, umas 40 pessoas no total. Enquanto o violão entoava o hino do movimento, Enrique, amigo íntimo de Seu Nazar, içava a bandeira do mastro. Ao concluir, fez-se um silêncio, e Marcos tomou a palavra. Anunciou que iria falar sobre duas coisas que recordava do companheiro Nazar:

–A primeira –disse– tem a ver com as vezes que eu fui dar uma mão na distribuição de cestas no cabildo *Liberdade*. Seu Nazar sempre contava os produtos um por um, se certificava que estavam todos lá, revisava se nada estava quebrado. E eu ficava nervoso, porque a distribuição demorava horas, e então lhe dizia, ‘Seu Nazar, está bom, mas temos que ir mais rápido, senão não vamos acabar mais’. E ele não dava o braço a torcer. E nunca –nunca, repetiu– houve no *Liberdade* qualquer problema com a entrega das cestas. Nunca houve uma reclamação. Esta é a primeira coisa que quero recordar do companheiro Nazar, um exemplo de transparência, de honestidade para com todos os seus companheiros –fez uma pausa e retomou a palavra–. A segunda coisa tem a ver com a bandeira do *Liberdade*. Todos conhecemos o apego

e o afeto que o companheiro tinha pela bandeira de seu cabildo. Em nenhuma de nossas marchas faltou a bandeira. Até houve vezes que todo o movimento se encolunou e reverenciou essa bandeira. E isso fala da responsabilidade e do compromisso do companheiro Nazar, e por isso quero que cantemos, em honra a ele, a canção do Che Guevara, que é a canção de todos os lutadores.

Depois de cantar, e depois de dar vivas, Companheiro Nazar, presente agora e sempre!, foi Martino, fundado e máximo dirigente do movimento, quem tomou a palavra. Recordou que, nos últimos tempos, Nazar seguia marchando apesar de ter o pé tão dolorido, apesar de os médicos o proibirem, de os próprios companheiros da organização dizerem a ele que não marchasse, que não tinha que marchar:

–O companheiro Nazar é um exemplo de compromisso e responsabilidade. Nazar não morreu em ação, mas deu sua vida pelo movimento. No cemitério, levamos a bandeira do cabildo, e antes, no velório, a neta de Seu Nazar, sem que ninguém lhe tivesse dito nada, se aproximou sozinha do caixão, e lhe pôs o pano celeste entre as mãos. E assim foi enterrado Seu Nazar, com um pano do movimento entre as mãos.

E enquanto as palavras davam passo de novo ao silêncio, eu pensava que tinha algo para dizer. Queria falar, não sei se de responsabilidade, de exemplo, ou de compromisso. Talvez queria falar do que Marcos havia chamado apego e afeto, e que eu teria chamado paixão quiçá, porque era paixão o que Nazar transmitia por *sua* bandeira, por *seu* cabildo, e por *seu* movimento. Queria falar e não me encorajei, um pouco por timidez, outro pouco por essa posição ambígua do etnógrafo, de estar aí, de conhecer, e ao mesmo tempo, de estar em outro lugar, de conhecer pouco e nada. Havia conhecido Seu Nazar um ano antes, havia acompanhado durante meses suas rotinas como delegado do cabildo *Liberdade* no bairro Las Rosas de Florencio Varela, havia me encolunado atrás de sua bandeira nas marchas. Porém, tarde levei-lhe as fotos prometidas, nunca as pôde ver. Tarde foi a entrevista que sempre estive disposto a me dar e nunca cheguei a concretizar. Pensava –e penso hoje– quanto ficou por dizer, quanto tinha Seu Nazar para contar, para me contar, a mim e a todos os que o conheceram, e aos que não.

No dia em que o reencontrei em Varela, depois de uns 4 meses de interrupção de meu trabalho de campo, andava em sua bicicleta com dificuldade: a diabetes estava avançada e o pé já estava comprometido.

–Foi ao médico Seu Nazar?

–Não, não, se vou ao médico, sei o que ele vai me mandar fazer... Me curo sozinho... Já está ficando melhor...

E depois mancando nas marchas, e Aníbal, dirigente da *mesa executiva* do movimento, dizendo-lhe: “Nazar, o senhor não tem que marchar, tem que se fazer ver, já lhe dissemos”. Mas ele continuava indo. Pois, para Seu Nazar, com seus sessenta e tantos anos, marchar simplesmente lhe dava gosto: “A mim me encanta marchar, o que posso fazer”, havia me dito um ano antes, quando o conheci. Àquele dia se queixou dizendo-me que as coisas “estavam estranhas” porque fazia tempo que o movimento não mobilizava: “E para mim isso é ruim, viu, porque para nós o mais importante é pôr o povo na rua”. Estávamos sentados nos bancos de madeira que rodeiam a mesa disposta no centro do terreno do cabildo. Ao lado, a chama do fogão fazia ferver a grande panela para o mate cozido. Essa era a única porção do cabildo que estava sob o teto de uma estrutura de vigas de madeira: ali, ao lado do fogão, costumava congregar-se semanalmente a *reunião de cabildo*, e também ali trabalhavam as moças da oficina de tecido. Ao fundo, uma casa por fazer era ocupada por um casal e seus três filhos pequenos, que vez por outra corriam entre a gente. A família não era do movimento, mas era parente do companheiro que havia cedido a parte da frente do terreno para o funcionamento do *Liberdade*.

Seu Nazar alimentava o fogão com lenha, enquanto Irma, sua esposa, e Dona Gloria, outra companheira, amassavam as tortilhas para a merenda. Irma nos escutava conversar, e com as mãos na massa reclamava: “Ele está feliz quando está na rua, e quando está em casa é um ogro... mas quando está no movimento... essa é sua vida. E veja só onde eu vim parar, vê que progresso esse meu: anos trabalhando em casa de família, indo todo dia à Capital, para estar aqui fazendo tortilhas e ganhando em um mês o que eu ganhava em uma semana...”

Nos meses subseqüentes, escutaria muitas vezes estas reclamações de Irma. Ele nunca contestava. Empunhava o machado e seguia cortando madeiras.

–O senhor as traz? –perguntei.

–Não –ele respondeu–, estas os garotos do grupo de rua juntam, para o refeitório e a merenda. Também limpam a vala, e essas coisas de manutenção. Aqui no *Liberdade* temos cinco projetos funcionando: refeitório, merenda, brechó, grupo de rua, e tecido. Os demais cabildos não têm mais do que dois projetos².

–E por quê?

–Porque tem delegados que não vão às reuniões, que não se empenham, e como vai funcionar um cabildo se o delegado não se empenha? Aqui com chuva e tudo nós fazemos a

² Com “projetos”, Nazar se refere às atividades organizadas em cada cabildo em caráter de *contraprestação laboral* exigida pelo governo provincial e nacional aos beneficiários de planos sociais. Sobre a *contraprestação* estipulada para a destinação de planos sociais, ver Introdução.

comida. Por exemplo, sempre que você vir a bandeira aí pendurada –disse indicando-me o mastro da entrada do terreno–, quer dizer que estamos aqui.

Nazar ficou olhando o mastro, e, rodeando com o olhar o espaço do pátio, me perguntou:

–Tem algo como isso no Brasil?

Havia sido Sandra Aguirre quem me havia levado ao cabildo *Liberdade*, localizado no bairro Las Rosas, a umas 10 quadras de sua casa no bairro vizinho de Villa Margarita. Eu inteirava dois meses em campo, e fazia mais ou menos esse tempo que Sandra e Vero, sua irmã mais velha e minha principal interlocutora de campo durante meu trabalho de mestrado, estavam *marchando* no *Liberdade*. Com o “cabildo dos jovens” –aquele local que elas mesmas haviam ocupado junto com outros adolescentes e uma dirigente do MTR, dois anos antes de quando as conheci– haviam se dado “mal”: segundo Vero, o movimento as havia “banido”, e aparentemente o local foi “fechado”.

–Mas por quê? –perguntei uma vez.

–Não sei, dizem que porque não trabalhávamos, mas isso é mentira. Na última marcha, nossa planilha não estava, e nos disseram para nos anotarmos na de outro cabildo. Como eu conhecia Seu Nazar, nos anotamos na do *Liberdade* –explicou-me Vero. Estávamos no quintal de sua casa, Vero irrigava o chão com uma mangueira de água, para nivelar a terra, e Juan, seu pai, que escutava a conversa enquanto consertava um forno elétrico, criticava o movimento, dizendo que era uma vingança, que esse cabildo era dos meninos, que eles haviam tomado esse local, que agora o movimento vinha tirá-los, que sempre era a mesma coisa, e que pena que não haviam “filmado tudo”:

–Porque aí teríamos provas, de como estava o local quando entramos, e tudo o que nós fizemos. Você se recorda, você esteve lá. Nas fotos que você tirou não dá para ver? –perguntou-me.

As desavenças entre Juan Aguirre e o MTR não eram novas. Apesar de seus três filhos mais velhos –Vero de 17, Sandra de 15, e Maxi de 13– continuarem na organização, ele havia saído há um ano. Primeiro havia sido a *baixa*³ do *plano*: o movimento responsabilizava o ministério, mas Juan desconfiava, porque havia levado “os papéis” de novo, mas a *alta* –quer dizer, o reingresso efetivo– não chegava:

³ Dar “baixa” no plano, ou ser “dado baixa”, é a expressão que nos escritórios governamentais e nos bairros indica a suspensão ou retirada da concessão. Dar “alta” ou ser “dado alta” indica, ao contrário, a habilitação da concessão do plano.

–Tem que ter sido eles [*o movimento*]; se não, por que não podem habilitá-lo de novo? –havia me dito, com raiva, em algumas de minhas visitas relâmpago a Varela, quando ainda estava instalada no Rio de Janeiro e meu trabalho de campo de doutorado não havia começado formalmente.

A isto se somaram, meses depois, os problemas com a cooperativa: segundo Juan, “o movimento” não havia pagado a ele o salário correspondente a seu trabalho, e havia ficado com dinheiro que não lhe pertencia, dinheiro que era “dos companheiros”. No entanto, segundo Aníbal, dirigente *executivo* do movimento e responsável pela coordenação das 12 cooperativas de construção de moradias constituídas pelo MTR no âmbito do programa *Mãos à Obra*⁴, Juan não entendia que a cooperativa não era um patrão, e que, se o trabalho não estivesse terminado, havia que ser terminado de qualquer forma, mesmo que já não houvesse mais dinheiro do subsídio.

A situação dos Aguirre se complicava: a um só golpe Juan perdia seu plano de 150 pesos primeiro, e seu salário de 300 na cooperativa depois. A única receita fixa que ficaria de pé seria o plano de Matilde, que já não era o [Plano] *Chefes e Chefas*, mas o *Família*⁵, pelo qual ganhava, além dos 150 pesos de base, 25 pesos por filho menor de 18 anos:

–Anotei os 6 menores –me explicaria Matilde–, pois Vero consegue um plano para ela. Agora tenho que prestar bastante atenção na escola e nas vacinas. Se as crianças não forem para a escola ou não forem vacinadas, te tiram o plano imediatamente.

Apesar de o Família resultar em uma quantia maior –275 pesos no caso de Matilde–, e de Maxi estar *juntando*⁶ todos os dias, a soma distava de poder manter a família, e muito menos de poder pagar as prestações da dívida que Juan havia contraído com seu compadre alguns meses antes para comprar a televisão e o dvd –que em uma de minhas visitas todos foram me mostrar com tanta exaltação e orgulho. Talvez o mais complicado de tudo foi que Juan entraria de novo em uma depressão, e voltaria a beber. Matilde voltaria a insistir com a Igreja Univer-

⁴ Programa dependente do Ministério de Desenvolvimento Social do governo nacional, lançado no ano de 2003, co-financiado com empréstimos do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, e orientado a subsidiar economicamente –com compra de maquinário, insumos e infra-estrutura necessária– *projetos* chamados *produtivos*, isto é, empreendimentos de produção e comercialização levados adiante por famílias e grupos constituídos em cooperativas. Enquadrado neste programa, o MTR havia constituído cooperativas de moradia, de obras sanitárias, e a cooperativa têxtil que funcionava no cabildo *Maio*.

⁵ Programa “Famílias pela Inclusão Social”, dependente do Ministério do Desenvolvimento Social do governo nacional. De 2005 em diante, o governo nacional iniciou a passagem massiva dos beneficiários do Plano Chefes e Chefas de Lar para o Programa Famílias. Em Florencio Varela, por exemplo, de um total aproximado de 24.500 PJJHD distribuídos através do município em 2004, aproximadamente 8.000 (quer dizer, um terço) haviam passado para o Programa Família no ano de 2007.

⁶ Conhece-se popularmente pelo nome de “juntar” a atividade de seleção e coleta de resíduos de papel plástico, para sua venda posterior a centros de armazenamento e reciclagem.

sal, da qual sua irmã era fiel e missionária, mas não haveria chance: ele não queria saber de nada com essa igreja, na qual uma vez o pastor havia passado de um em um entre os presentes pedindo uma colaboração, e Juan não tinha nem uma moeda para dar:

–Não volto nunca mais, são uns filhos da puta, além de viverem tirando dinheiro do povo, ainda humilham. Vê só, esse pastor sabe que eu não tenho um tostão, sabe como é minha situação, e passa do mesmo jeito na minha frente, todo mundo colocando notas e eu sem poder dar nem 50 centavos, imagina a vergonha...

A coisa pareceu se recompor quando seu compadre ofereceu-lhe um bico para terminar o teto do ponto de taxi. Juan, pedreiro de profissão, voltou ao trabalho, e ao que sabia fazer. E foi poucos meses depois que soube que vários companheiros do cabildo *Maio* que, como ele, haviam saído do MTR, “estavam articulando outro movimento”. Foi por essa época que eu retomava meu trabalho de campo, no início de 2007, e soube por Vero que Juan “agora estava em outra organização”:

–Sabes em qual? –perguntei a Vero.

–Se chama MTR Santucho. Formaram-no vários que saíram do MTR, estão Mirta, Mari, Rulo, um monte dos que você conhece. Quem o organizou foi Tita Báez, que era uma delegada. Parece que brigou com Martino, e aí vários saíram com ela.

Segundo Vero, aparentemente no Santucho “tudo era diferente”: a Juan o plano havia saído assim que se *anotou*; tempos depois, quando lhe saíram uns bicos de construção, foi falar com o movimento e lhe disseram que não havia nenhum problema: que continuasse pagando somente a cota, e que lhe manteriam o plano. Vero me explicou, além disso, que a base do movimento era a igualdade:

–Por exemplo, todos têm a mesma quantidade de produtos na cesta básica. Que se vá a uma ou a cinco marchas, todos têm o mesmo. A diferença de lá do *Maio* é que você tem 20 produtos se vai a 2 marchas ou 40 se vai a 4. Meu velho foi a uma marcha e já lhe deram o mesmo que a todos.

Juan também me dissera que no Santucho “era outra coisa”, porque havia “solidariedade entre os companheiros”:

–Nas marchas, por exemplo, nos alternamos na *Segurança*, paramos para descansar na sombra, nada de ficar no sol assando. Se a marcha é todo o dia, leva-se comida, te oferecem sanduíches ou pizza, tem água para você tomar. É outra coisa...

–Olha só o velho, vai ao piquete para comer! –disse Sandra, e Juan soltou uma gargalhada, e tirando o pano de um prego da parede de madeira me disse:

–Olha, este é o nosso pano. Viu? Tem uma estrela vermelha e preta no meio.

–Me avisa quando tiver marcha –disse-lhe.

–Você vai marchar com a gente?

–Sim –confirmou Vero por mim– na verdade ela pode, porque ela nunca esteve somente com o MTR, né? Se você for, eu vou também, e vamos dizer para Martino, ‘Olha só, até Julieta marcha com a gente’.

Quando, uma vez, perguntei a Vero por que não passava para o Santucho se estava com tanta raiva do MTR, ela me disse que havia pensado, mas que conhecia todo mundo no movimento e, apesar de tudo, tinha carinho por eles. Vero continuaria na organização, mas certo é que sua relação com ela havia mudado. Enquanto ela limitava sua participação à ida às marchas, Sandra parecia aproximar-se cada vez mais, através de sua rotina no cabildo *Liberdade*.

II. Do fazer, merecer, e valer, e de como a luta se constrói como princípio de direito

O homem de boné atravessou o pátio e chegou até nós. Depois de um ‘tudo bem? Como vai Seu Nazar’, disse que “vinha pagar a cota”. Sandra foi até a mochila que estava pendurada na viga do toldo, alcançou-a para Nazar, e ele, deixando o machado, tirou a pequena pasta marrom. Dentre os papéis, encontrou a listagem onde anotou o nome do homem; depois, em outra folha dividida em pequenos quadrados completou os dados correspondentes: “Eu contribuo solidariamente com a quantia de pesos para gastos comunitários do Movimento”. Assinou em “Assinatura do Delegado”, e, cortando o quadrado disse, “Tome, aqui está o comprovante”. O homem deu-lhe os 5 pesos e ficou tomando mate conosco um pouco. Foi então que Nazar me apresentou, dizendo ao homem que eu estava fazendo um “estudo sobre a política do bairro”.

Recordo que desde o início Seu Nazar havia se mostrado interessado por meu trabalho: consultou Martino se eu podia acompanhar as atividades do cabildo, e ante a resposta positiva do dirigente, autorizou-me a ficar. Costumava perguntar-me sobre os avanços da investigação, me sugeria possíveis caminhos de pesquisa, e ele mesmo foi, como veremos, minha porta ao mundo de relações do peronismo. A tal ponto se habitou à minha presença no cabildo, que uma ausência requeria explicações –“Você está no plano?”, perguntou-me uma vez com certo tom inquisidor. Nas marchas, Nazar esperava que eu marchasse na coluna do *Liberdade*, e foi assim que não gostou nada quando, em função dos rumos que tomou minha investigação, comecei a

marchar à frente da coluna do movimento, acompanhando os dirigentes. Mais de uma vez lhe dei as explicações que pedia, mas creio que nunca o convenceram.

–Nazar –perguntou o homem de boné– Afinal lhe deram os medicamentos no hospital?

–Não, fui esta manhã e me disseram que tenho que voltar à tarde. Acontece que hoje é a entrega das cestas no *Maio*, acho que vou ter que ir de manhãzinha.

–Agora, quem dá conta? –protestou Irma, sua mulher–, não vai buscar os medicamentos porque toca a distribuição das cestas. Tudo ao contrário! E a tua saúde?

Dois adolescentes entraram no terreno e perguntaram se já estavam prontas as tortilhas.

–Volta em meia hora –respondeu Gloria, que já estava pondo a primeira rodada no forno.

–Guarda quatro para mim Dona? –disse-lhe um, e ela assentiu com a cabeça. Seu Nazar abriu o armário de madeira que estava ao lado do forno e tirou a lousa que trazia escrito “Vendem-se tortilhas, 0,50”. Foi até a porta e a pôs na estreita calçada de concreto contígua à vala.

–Estes são os pivetes da esquina –disse o homem de boné.

–Sim, e pensar que eu os conheço desde que são assim –disse Nazar pondo a mão na altura de sua cintura.

–O Héctor foi a colégio privado e tudo, ao Santa Lucía, e olha como terminou... –disse Sandra.

–Eu às vezes vou e falo com eles, porque quando estão mais ou menos lúcidos alguém pode falar com eles, e eu lhes digo que busquem algo para fazer. Porque se não falar é pior. O receio é de que agora não haja trabalho, de que estes pivetes não tenham onde trabalhar.

–Olha Nazar –disse Gloria–, estes garotos podem se pôr a vender algo, se virar de algum jeito...

–Vendem –disse Irma, claro que vendem. Tudo roubado, vendem!

–Eu sou louquinho! –gritou o neto mais novo de Gloria, que estava correndo ao redor da mesa como de costume–. Sou louquinho, e não tenho medo de nada!

–Fica quieto –gritou dona Gloria.

–Não te metas comigo porque já disse que sou louquinho! –insistiu a criança que dava medo, e então vimos Aníbal, dirigente do movimento, parar sua bicicleta na rua de terra. Saudou-nos de longe, e Nazar se foi adiante, onde ficaram os dois falando um pouco.

–A entrega de cestas é amanhã –disse Nazar a Sandra quando voltou para perto do forno.

–Pôde saber da cesta de minha irmã? –ela perguntou.

–Sim, já está ajeitado, haviam se confundido, eu sabia que haviam se confundido, que lhe correspondia a cesta grande, porque no mês anterior ela teve a cesta grande, e este mês não

houve marcha, então tem que ser a mesma coisa. Fui à *Administração* e disse a Aurora que revisasse as listas das marchas, e assim foi. Aurora me disse, ‘Mas como sabe, Seu Nazar!’, e eu lhe disse que claro que sei, que das pessoas que marcham em meu cabildo sei, eu as conheço.

Não seria a primeira vez que Nazar iria ostentar seu conhecimento pessoal das pessoas de *seu* cabildo. Para ele, como para muitos outros, o conhecer as pessoas, tratá-las com proximidade, por seu nome, é uma qualidade de todo bom delegado. Nazar me expressaria mais de uma vez seu reconhecimento a dirigentes do movimento como Carolina, alguém que “conhece os companheiros”: “Quando Carolina faz a lista nas marchas”, me dizia Seu Nazar em uma oportunidade, “anota quase sem perguntar. Sabe de que cabildo é cada companheiro, cumprimenta-os por seu nome, ela nunca se esquece quem é quem. Você vai se anotar na cesta básica para a entrega e ela diz, ‘Já estás anotado’, porque já te viu. E isso é muito importante para os companheiros”.

Mas, além disso, o conhecimento das pessoas tinha um valor extra para Seu Nazar como *delegado* de cabildo. Pouco a pouco fui entendendo esse valor: conhecer as pessoas é aquilo que distingue a posição de delegado em relação a outras posições de hierarquia dentro do movimento, e é também onde reside seu poder na dinâmica da organização. Conhecer os companheiros, saber de sua situação pessoal e de sua vida, habilita o delegado a exercer funções de representação no sentido mais concreto do termo. Assim era quando Seu Nazar se encarregava pessoalmente de resolver os eventuais erros na repartição dos produtos da cesta de um companheiro; ou quando muitos delegados corriam atrás dos interesses de *sua* gente no que se referia à consecução de planos sociais ou de algum outro recurso. Nas reuniões quinzenais de *Administração* do movimento, por exemplo, era recorrente que se saldassem problemas relativos à recontagem nas marchas –isto é, a recontagem de participação que se leva a cabo ao finalizar cada marcha, antes de desconcentrar, confirmando a presença de cada companheiro que foi registrado previamente, no início da marcha, durante a concentração.

Assim, por exemplo, por ocasião de uma marcha em que havia ocorrido uma mudança de planos sobre o lugar em que se realizaria a recontagem, muitas pessoas haviam ficado sem ser registradas. Na reunião de *Administração* que se seguiu à mobilização, cada delegado apresentou os problemas de seu cabildo. Alcira, delegada de Almirante Brown, informou que tinha dois companheiros que não haviam sido recontados porque estavam “na bandeira” –e, como todos bem sabiam, quem está à frente da mobilização, levando a bandeira do movimento, não pode se mover dali.

Estela, delegada de Calzada, explicou que dois de seus companheiros haviam ido até a Praça Constitución⁷ esperando ser recontados lá. Outros delegados informaram os casos de seus cabildos, enquanto Aurora e María, *responsáveis* da *Administração*, tomavam nota dos nomes para incluí-los como *presentes*. Em todos os casos era o delegado quem tinha conhecimento e controle de *sua* gente, quem sabia quais haviam ficado até o final da marcha e quais não. E o mais importante: era a palavra do delegado aquela que tinha crédito ante o movimento; eram eles quem avalizavam a situação de cada companheiro, transformando um *ausente* em um *presente*.

Seu Nazar não apenas costumava ocupar-se meticulosamente deste tipo de questões. Para ele, conhecer *a gente* e ocupar-se de *sua gente* era também dar uma mão em questões pessoais que, em teoria, e para alguns, escapavam às funções do delegado. Na época que comecei a acompanhar suas atividades, havia um companheiro do *Liberdade* que estava internado no Hospital de Varela, e pude ver como Seu Nazar ia fazer-lhe companhia religiosamente, duas vezes por semana, nos horários de visita:

–O homem está só –me disse Nazar uma vez enquanto pegava a bicicleta para ir vê-lo–, às vezes passam dias que sua família não vai, então nós é que temos que ir. Se o movimento não faz isso, então para que serve o movimento?

–Tudo é o movimento –tornava a reclamar Irma–, tudo é o movimento. E a família? Ele pensa que quando ficar doente os do movimento virão visitá-lo. Duvido que venham te visitar!

Ao mesmo tempo em que se entregava às suas funções de delegado, Seu Nazar esperava a entrega de seus companheiros de cabildo. Sobretudo esperava presença: nas marchas, e nos chamados *projetos* –as atividades organizadas em cada cabildo em caráter de *contraprestação laboral* exigida pelo governo provincial e nacional aos beneficiários de planos sociais. Mais de uma vez Nazar se queixou comigo porque as pessoas não assistiam regularmente as *reuniões de cabildo*: “Vêm quando sabem que vem alguém [dos dirigentes] da mesa executiva, e depois relaxam”, disse.

Na época em que comecei a acompanhar suas atividades como delegado, Nazar estava particularmente preocupado com a situação de Vero Aguirre.

–Hoje tampouco sua irmã não vem? –perguntou um dia a Sandra.

–Não –respondeu ela–, hoje tem ginástica, por isso vim eu de novo.

–Mas não era três vezes por semana?

–Sim, mas hoje tinha que recuperar.

⁷ Praça Constitución, ver Introdução.

Eu escutava sem perguntar, até que Seu Nazar me explicou o assunto:

–É que agora Vero está recebendo [o plano]. Eu a propus como subdelegada, e saiu o plano para ela. Antes, quando não tinha plano, vinha como solidária, alguns dias somente, porque se o companheiro não está recebendo não o podes obrigar a vir todos os dias. Depois como teve a ginástica na escola, ela [Sandra] começou a vir três vezes por semana, mas se agora Vero está recebendo, tem que vir todos os dias, nem que seja quando sair da ginástica...

Em poucos dias, Vero receberia o segundo mês de seu plano. Havia passado quase um ano de espera nas listas do MTR, e o primeiro ganho havia sido todo um acontecimento: Aurora lhe mandou dizer que seu dinheiro já estava no Banco, e ela, de tão nervosa que ficou, pediu a um companheiro da escola para acompanhá-la para receber. Quando chegaram ao caixa do Banco, o menino disse ao funcionário que era a primeira vez que ela recebia, e perguntou a ele como tinha que fazer:

–Aí o cara parou e disse, ‘Aqui está’, e ali mesmo me deu os 150 pesos, eu não podia acreditar –me contou Vero uma vez.

Nesse mesmo dia, Vero pôde pagar a primeira das 6 prestações de seu acampamento de Formandos do quinto ano; no centro de Varela comprou duas calças para suas irmãs mais novas, papel higiênico, desinfetante, carne para milanesas, e uma caneta e um caderno para Fernandinho, que havia começado o primeiro ano quase sem material. Os 5 pesos restantes guardaria para o que precisasse no mês.

E ainda que Nazar estivesse contente, porque sabia quão importante isso era para ela, não deixava de preocupá-lo a ausência de Vero no cabildo.

–É uma pena, porque se os companheiros se queixam, eu já não posso cobrir, vão me dizer que faço preferência...

Quem olhasse de fora e levasse em conta as tarefas que Vero devia realizar para a merenda, diria que sua presença no cabildo não era estritamente necessária. Sandra a substituíra, e digamos que com isso o trabalho a fazer estava cumprido. No entanto, as palavras de Seu Nazar expressavam outra lógica, que tem menos a ver com o trabalho materialmente necessário, do que com o trabalho social e moralmente necessário nesse universo. Conforme a lógica do movimento, lógica segundo a qual o merecimento –de um *plano*, de uma *cesta básica*, de um posto de trabalho em um *projeto produtivo*, de uma posição valorizada dentro da organização– depende da *luta* dispensada por cada companheiro, é de se esperar que o fato de Seu Nazar ter proposto Vero como subdelegada –um lugar que implica maiores responsabilidades e participação na organização– haveria aumentado imediatamente as chances de Vero em

avançar na ordem de mérito para a concessão de seu plano. Com efeito, ainda que a definição dessa ordem de mérito seja confeccionada e calculada em função da quantidade relativa de marchas que cada companheiro participa –cálculo que consta, como veremos, nas planilhas de participação que cada cabildo preenche em cada mobilização, e logo entrega à *Administração* do movimento–, na prática, e pelo mesmo princípio, outras participações surgem no momento de definir merecimento. Em uma oportunidade, Pancho, um dos dirigentes da *mesa executiva* da organização, explicou-me, por exemplo, que a participação semanal na *reunião de cabildo* “não contava nem para a cesta nem para o plano”:

–O cara que vai ao cabildo –me explicava– interessa para nós que vá porque quer, porque lhe interessa construir politicamente, se não, que não vá. É algo político, não conta para a participação.

Mas uma vez perguntei a Aurora, encarregada da *Administração*, como fazia quando tinha somente uma *vaga* e se encontrava com dois companheiros na mesma situação no que se referia à ordem de mérito nas marchas. Aurora me explicou que se não os pudesse *ingressar* juntos, *ingressava* um primeiro, e o outro deixava para o próximo mês.

–Mas como faz para definir quem entra primeiro –insisti.

–Se você tiver dúvida, olhe as listas dos cabildos, se a pessoa participa, se vai à reunião de cabildo, se trabalha, e se tem uma que trabalha mais, né... Por último, você pergunta ao delegado, ele sabe quem participa mais.

Participar –nas *marchas*, nas *reuniões*, nas horas de *trabalho* definidas pelo governo como *contraprestação* do plano– era, assim, uma das vias que habilitava um *direito* sobre certos bens significativos, e fazia de sua concessão um ato merecido, quer dizer, justificado. Este princípio de associação entre fazer e merecer era lançado por muitos de meus interlocutores, e nos mais diversos contextos. Uma tarde cheguei no cabildo *Liberdade* e encontrei Dona Gloria preparando a massa das tortilhas. Irma –a mulher de Seu Nazar– não havia chegado, e ele havia ido ao *Maior* levar umas listas dos comensais do refeitório que haviam sido solicitadas.

–Você viu a Sandra hoje? –me perguntou Gloria.

–Não –respondi.

–Hoje não veio.

–Capaz que com este frio passou mal por causa da asma –disse eu.

–Não sei, eu já disse a Seu Nazar, que assim não pode ser. Vero esteve uns dois anos trabalhando com os meninos e nunca lhe saiu nada. Começa aqui conosco, sai o plano para ela, duas semanas depois arranja um bico, e então acaba que não pode vir. E por que não arranjou um

bico antes? Assim não dá, não é justo que eu e Dona Irma estejamos trabalhando todos os dias, e que ele ponha *presente* aos outros. Eu disse a ele, e disse que me mostre as planilhas. Ele me mostrou, para que eu visse as faltas, que estavam em vermelho, mas não sei...

A preocupação de Seu Nazar em relação à ausência de Vero nas quatro horas de trabalho que lhe correspondiam como destinatária de um plano, dizia respeito, ao menos em parte, ao fato de que o que Vero fazia ou deixava de fazer estava sujeito ao olhar dos outros, seus companheiros dentro do cabildo, os quais, cotidianamente, lançavam mão do critério do *fazer* como aquele que define as coordenadas do justo e do injusto. É o próprio controle dos companheiros aquilo que faz com que, nesse mundo, cada coisa dada e recebida seja objeto de medição e equivalências.

E o delegado é o canal privilegiado desse controle coletivo. Creio inclusive que o delegado controla os outros porque é permanentemente controlado por eles: se as pessoas estão sob o olhar do delegado é porque este está sob o olhar permanente das pessoas. Durante meu trabalho de campo foi recorrente ver como os delegados levavam estas controvérsias às reuniões de *Mesa* e de *Administração*, buscando respostas e soluções por parte da direção. Controvérsias que se projetavam, sobretudo, quando ao merecimento pela *luta* se sobrepunha outro critério, tanto ou mais moralmente incontestável: o da *necessidade*. Nazar dizia em uma reunião de *Administração*:

–Você não sabe como fazer, veio uma companheira outro dia, me disse que ganhou uma cesta pequena, que tem 4 filhos, que um está doente, que não é suficiente para dar-lhes de comer, e eu, o que vou fazer, eu não posso negar produtos ao companheiro que necessita. Eu lhe dei, e depois vieram outros se queixar comigo, por que eu havia dado à mulher se ela não faz nada no movimento... E também têm razão...

Enquanto falava, outros assentiam com a cabeça. Seu problema era o problema de todos: a *necessidade* é aquela outra via que, habilitando direitos-sobre, podia disputar a primazia, e inclusive a validade, da *luta*. Era esse critério formalmente sancionado, e quantificado em números –quantidade de filhos, por exemplo–, através do qual o *governo* e as normativas dos programas estipulavam a distribuição dos bens de *assistência social*⁸. Era, também, uma das justificativas que os próprios delegados podiam fazer em virtude de seu conhecimento pessoal

⁸ Como política “focalizada” de “luta contra a pobreza”, os *planos de emprego* implementados na Argentina desde meados da década de 90 foram concedidos com base no critério seletivo de pobreza por necessidades básicas insatisfeitas (NBI). A quantificação da *necessidade*, através do número de filhos, foi um dos critérios utilizados na implementação, a fim de organizar ordens de prioridade no universo de destinatários. Ver Vommaro 2009a, Manzano 2007.

de todos, nas instâncias administrativas ou diretivas: “Veja que é um companheiro que necessita”. E se os delegados podiam apelar para essa justificativa era porque os *companheiros* também dela lançavam mão em distintos contextos de situação. Uma ruptura com a organização, por exemplo, podia ser explicada pela suposta inobservância da *necessidade* como princípio moral de merecimento. Mais de uma vez escutei justificações desta ordem por parte daqueles que haviam saído de um movimento. Por exemplo, que a organização “negava produtos ao companheiro que necessitava”; ou que “não importava se necessitavas ou não, só te davam se marchasse”.

Vimos que Vero Aguirre me havia dito uma vez que, à diferença do MTR, o princípio do MTR Santucho era a “igualdade”, porque todos recebiam produtos por igual. Uma vez Sandra pôs em evidência os efeitos restritivos da *luta* como critério de merecimento: todos não *lutavam* por igual, era certo, mas tampouco todos *necessitavam* por igual, e o que mais *lutava* não era, necessariamente, o que mais *necessitava*. Foi mais ou menos esta sua apreciação depois que as *assistentes sociais* da *Nação* [isto é, de algum ministério dependente do governo nacional] foram fazer uma visita à casa dos Aguirre:

–Vieram pelo dos móveis –me contava Sandra enquanto avançávamos em uma marcha–, olharam a casa, anotaram tudo o que tínhamos, nos perguntaram do banheiro, foram vê-lo ao fundo, e essas coisas...

–E como apareceram aí? –perguntei.

–Porque no ano passado Vero nos havia anotado nas listas do movimento para os móveis. Estávamos anotados aí, com o endereço e tudo. As assistentes nos disseram que não falássemos nada no movimento, que o governo não quer se contrapor à ordem do movimento, mas que querem dar aos que realmente necessitam, e disseram que nós entráramos. Agora ficaram de nos chamar.

–E você, o que acha.

–Minha mãe disse que se aqui [no MTR] não me perguntarem, que não comente que vieram as assistentes, mas se me perguntarem eu vou dizer que sim. Se não me perguntam, não comento. O que acontece é que a história das marchas e da quantidade das marchas, a mim não me parece mal, mas no fim às vezes acabam dando a gente que não necessita, ou seja, na prática acaba ficando sem nada o que mais necessita. É bom que se dê ao que mais necessita, se não sempre os mesmos têm tudo, sabe, os que fazem tudo. E não é todo mundo que pode fazer tudo.

Também os delegados justificavam rupturas em função de critérios (considerados mais ou menos justos) de distribuição. Uma vez uma ex-delegada do MTR me disse que havia saído da organização cansada dos “manejos” nas cestas básicas:

–Eu sempre arrumei as cestas para os companheiros, e nunca neguei nada a nenhum companheiro. Se o companheiro necessita, eu lhe dou, mesmo quando pense que está fingindo, ou que está me enrolando; se alguém te pede porque diz que na sua cesta faltou óleo, eu pego e lhe dou o óleo. Não vou desconfiar do companheiro. Se não pagou a cota, mas necessita, você tem que dar. E por isso tive tantos problemas.

Entretanto, de outro ponto de vista, “manejos” nas cestas podiam ser, precisamente, aquelas concessões que não respeitavam o critério da *luta* e pretendiam justificar, via *necessidade*, privilégios, favores pessoais, ou “esperteza” de algum companheiro. E costumava ser o delegado quem acabava tecendo esse fino equilíbrio entre critérios de direito encontrados. Em mais de uma oportunidade vi como os delegados mandavam seus companheiros “falar com a *Administração*” para que o custo de um “não” não caísse sobre suas costas. Uma manhã cheguei ao *Maio*, e López, delegado do cabildo de Lanús, estava dizendo a Aurora:

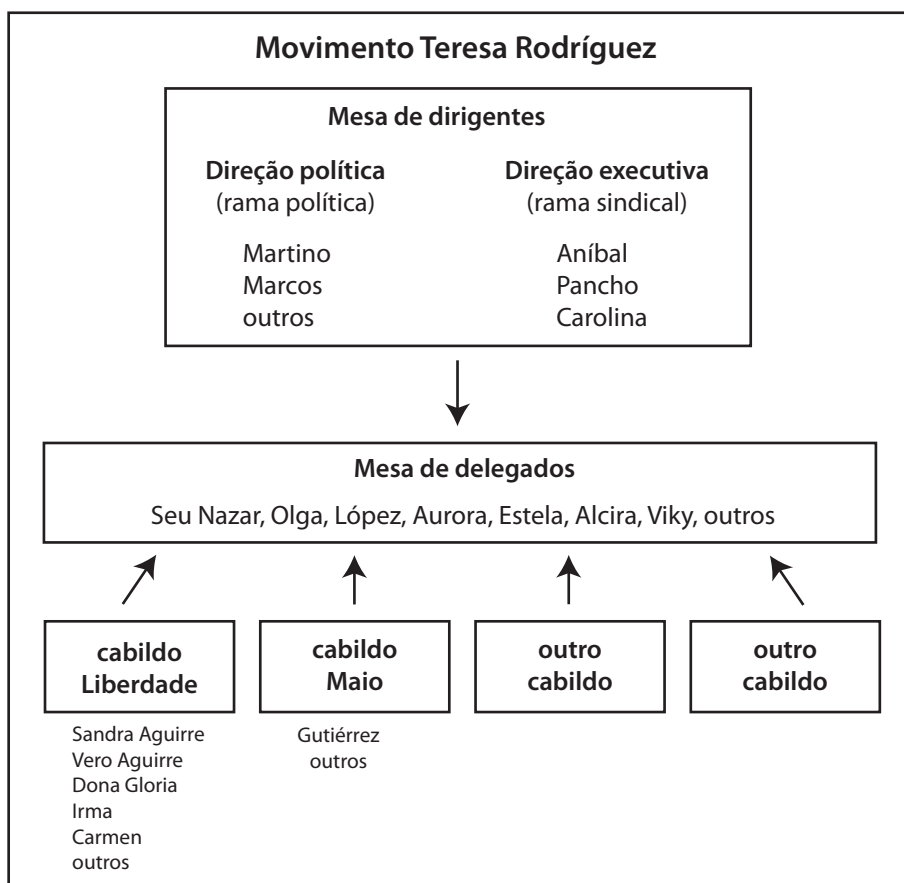
–Veio me dizer que ia atirar na minha casa por tê-lo tirado da marcha. ‘Você me tirou da marcha’, me disse, e eu expliquei que não, que eu não tinha nada a ver com isso, que eu nem sequer estava fazendo a participação nesse dia! Por isso que disse que viesse falar com você diretamente para que explique a ele.

Mais tarde, era Patricia, delegada de Santo Tomé, que dizia:

–Dois ficaram com raiva de mim, disseram que eu tinha tomado duas marchas deles. Você sabe, Aurora, que as pessoas não entendem que são as 5 marchas que contam para a cesta, não entendem. Por isso que eu vou dizer para que eles venham falar com você para que você explique, porque senão pensam que é coisa minha...

Por sua vez, vi como Aurora, depois de receber os companheiros e escutar seus problemas, costumava recomendar-lhes “ir falar com seu delegado” ou “na reunião de seu cabildo”. Uma vez Aurora me disse que quase renunciava, porque estava cansada de as pessoas se aferrarem com ela:

–Porque às vezes vêm e me dizem, ‘Por que para fulano saiu e para mim não?’. E nós explicamos que nós não decidimos nada, que nós levamos a listagem e nada mais, que as pessoas entram por ordem de marchas, mas tem gente que vem ameaçar...



Tardei algum tempo em perceber que a preocupação de Seu Nazar em relação à ausência de Vero às quatro horas de trabalho no cabildo não só dizia respeito ao controle coletivo da *luta* como critério de merecimento. Dizia respeito, também, a uma espécie de retribuição pessoal que Seu Nazar considerava descumprida. E digo pessoal porque, a despeito da “ordem de marchas” que consta por escrito em um único registro, a ingerência dos delegados –os que *sabem quem necessita*, os que *sabem quem participa*– podia ter peso. Ainda que eu não saiba qual foi, concretamente, o caminho através do qual Vero conseguiu seu plano, era claro que Seu Nazar sentia que suas gestões haviam sido decisivas. Várias vezes me disse orgulhoso que Vero havia estado mais de um ano esperando o plano e que só lhe havia saído ao entrar no cabildo *Liberdade*. Inclusive, me deu a entender que a demora do plano de Vero lhe parecia “rara”:

–Eu não entendo porque não saía, depois de tanto tempo marchando, com tudo o que trabalhou no local dos jovens... E eu fui falar com eles, e aí saiu.

Seu Nazar considerava que (ao menos em parte) *ele* havia conseguido esse plano. E Vero também. Durante algum tempo não soube como lhe dizer que havia encontrado um trabalho às tardes, cuidando dos filhos de uma vizinha que vivia a duas quadras de sua casa: saía da escola à uma e ia direto para lá, até as 19. Com o plano, mais os 200 pesos mensais que a mulher lhe

pagaria, Vero poderia começar a comprar os materiais para construir uma casinha na parte de trás do terreno de seus velhos. Ela gostava do trabalho: as duas crianças eram “boazinhas”, segundo me contou, e, ainda por cima, na casa se comia muito bem: “Carne de forno, queijo, ovo, até agora não comemos refogado”, me disse uma vez.

Como Vero sentia que havia se comprometido com Seu Nazar aceitando o posto de subdelegada, pediu a Sandra que a substituísse no cabildo, alegando que na escola haviam trocado as horas de ginástica para o turno da tarde. A situação não pôde se sustentar por muito tempo mais, porque, como vimos, Seu Nazar pedia explicações. Vero se apresentou um dia, e contou a ele do trabalho. Seu Nazar não teve mais remédio do que aceitar, embora tenha dito várias vezes, com certo tom de desconfiança: “Que pena, justo quando a ponho como subdelegada, ela consegue trabalho...”

Tampouco sei exatamente o que teria dito Seu Nazar ante a *Administração* quando foi falar do caso do plano de Vero. Mas outras situações que tive oportunidade de presenciar nesse escritório nos podem dar uma idéia do porquê considerava a consecução desse plano como um logro pessoal. Como mencionei, o escritório de *Administração* é um dos lugares mais concorridos do cabildo *Maio*, sede principal do movimento em Florencio Varela. Ali se concentram os papéis e assuntos administrativos do movimento no nível provincial, e é, desse modo, o lugar ao qual delegados e dirigentes levam e trazem documentos, prestam contas, fazem averiguações e consultas. No caso dos delegados, essas entregas de documentos (para um aspirante a um plano, por exemplo) podem estar acompanhadas de comentários sobre casos particulares, e esses comentários costumam ser uma forma de avaliar a situação específica de um companheiro: “Olhe, este companheiro vem sempre, não falta nunca”. Entendo que o crédito da palavra do delegado reside, por um lado, em seu conhecimento das pessoas, e por outro, na mesma lógica que lhe confere um lugar diferencial como *companheiro*: o delegado faz, *participa*, dispensa mais tempo e energia que os demais na *luta* – “se empenha”, como dizia Nazar. E nesse universo, fazer não é só merecer, é também valer.

Além dos registros escritos que quantificam a *luta*, o peso da ingerência do delegado explica por que, muitas vezes, as pessoas se sentem agradecidas a ele quando conseguem seu plano ou resolvem algum problema dessa ordem. Agradecimento pessoal que liga as pessoas a seu delegado, e se expressa em situações chave: quando as expectativas não são cumpridas, ou quando uma concessão é considerada injusta, é comum que o delegado seja o primeiro alvo de desconfiança, e inclusive de denúncia ante as instâncias dirigentes do movimento; inversamente, quando um delegado rompe com a organização, é comum que parte de *sua* gente se vá

com ele. O MTR Santucho, por exemplo, para o qual Juan Aguirre e outros havia “passado”, era originário de uma ruptura dessa natureza. A querela de Tita Báez, conhecida delegada de um cabildo, com parte da direção do MTR, havia acarretado um êxodo coletivo a uma nova organização, oriunda de Quilmes, na qual Tita tinha um contato, e que havia proposto a ela *somar sua gente*.

Não obstante, além da palavra do delegado, a organização contava com mecanismos formais, orientados, precisamente, para suprimir eventuais privilégios ou arbitrariedades. Em uma oportunidade, no escritório da *Administración*, o delegado do cabildo *Artigas* passou para perguntar pelas novas *altas*, e deixou os papéis correspondentes a quatro *baixas* de seu cabildo⁹. Aurora e María, encarregadas da *Administración*, estavam fazendo os *balanços* do mês, isto é, os informes que recebem, via e-mail, dos ministérios provinciais e nacionais, em que constam as novas *altas* e *baixas* de planos. Quando concluíram essa tarefa, Aurora foi até o armário e buscou a “pasta do cabildo *Artigas*”. Lista por lista de cada mobilização, foi verificando a participação dos quatro companheiros consignados pelo delegado para as *baixas*. Explicou-me que com dez marchas *ausentes* “se podia dar a baixa”. Nos três primeiros casos, Aurora já sabia que fazia meses que não marchavam, e verificou até as 9 marchas. Mas no quarto, surpreendeu-se ao ver o nome:

–Baixa para Cañadas? –perguntou-se franzindo o cenho, e então verificou as listas até chegar às dez marchas–. Tem que se certificar bem –me explicou–, porque se não, depois as pessoas reclamam.

As pessoas *reclamavam* porque os princípios de direito sobre os recursos eram por todos conhecidos. O controle coletivo sobre o merecimento próprio e alheio, e a meticulosa medição de equivalências, vieram expostos para mim, em todos os seus termos, no problema dos chamados *justificados*, isto é, as pessoas que têm um plano social mas estão eximidas de marchar em razão de algum impedimento de força maior, como de saúde por exemplo –quer dizer, em virtude de razões consideradas *justificadas*.

Em uma reunião de delegados, Olga, delegada do cabildo *Maio*, expôs que estava tendo problemas com os companheiros *justificados*:

⁹ As organizações de desempregados, como outras associações civis que administram planos sociais, podem utilizar o mecanismo de dar “altas por baixas”, quer dizer, de solicitar às dependências estatais a substituição de um beneficiário por outro. Não se trata, no entanto, de uma operação que os movimentos possam fazer com todos os planos: depende das normativas de cada plano, como também dos acordos e negociações alcançados com o *governo* de cada ministério, como veremos no capítulo III.

–Outro dia veio uma companheira dizendo que como podia ser, que era sempre a mesma coisa, que havia visto em Varela um companheiro justificado, por um problema na perna, andando de bicicleta como se nada. ‘Como assim, andando de bicicleta?’ –perguntou Olga à companheira– ‘Sim, assim como você está ouvindo, andando de bi-ci-cle-ta!’.

Outros delegados expuseram queixas próprias e alheias em relação aos justificados, e duas semanas depois, em uma reunião, os dirigentes da *mesa executiva* informaram que concederiam tarefas ao *justificado*, segundo as possibilidades de cada companheiro.

–Porque você pode não marchar –disse Aníbal nessa reunião–, mas a luta é mais do que marchar. Pode não marchar mas não deixar de lutar. Portanto, para a semana que vem tem que trazer uma lista com os justificados de cada cabildo.

–Trazemos atestado? –perguntou uma delegada.

–Não –ele respondeu–, isso depende do cabildo, cada cabildo decide quem justifica. O que nós necessitamos é a lista porque vamos centralizar aqui os justificados, essa lista geral que vamos organizar levaremos à Comissão de Saúde, para ver com eles cada caso, quais não podem fazer nada, quais podem fazer algo, e depois organizamos a lista de tarefas. Não sei como vamos apresentar, não vamos apresentar como obrigatório, que cada um faz o que quiser, e depois o que trabalha será contemplado, e o que não, não.

–Sim –disse outro delegado–, e também temos que ver, pois as marchas não são todas iguais. Por exemplo, a de sexta-feira tem justificados que podem ir porque não vamos marchar. E a marcha do 1º de *Maio*, que foi até a Praça do metrô, que não se marchou, também tem justificados que podiam ir.

–Vamos organizar turnos –disse Aníbal– para que nos dias de marcha os justificados que puderem, façam guarda nos cabildos: o que pensamos é que têm que ir a cada lugar estipulado antes da marcha, e que vão embora quando voltamos. Digo isto porque alguns vão 4 horas e depois dizem que cumpriram a contraprestação, mas isto não se trata de contraprestação, os companheiros marcham e o justificado não marcha porque não pode, mas nesse tempo faz o que puder, e garante o funcionamento de nossos lugares de trabalho. Outra vez uma companheira do *Maio* me disse, ‘Não fui antes porque tinha que cozinhar para meu marido’. E eu respondi, ‘Ah, veja só, e as companheiras que estavam na marcha, não tinham que cozinhar para seus maridos?’.

Em meio aos risos, Seu Nazar pediu a palavra. Sério, disse que Irma, sua mulher, não marchava porque estava *justificada*, mas que sempre ia ao cabildo, só que necessitava que alguém

fosse com ela, porque por sua enfermidade não podia ficar sozinha. Aníbal respondeu que eles sabiam disso, e que por isso necessitavam da lista, para organizar quem faria o quê.

–O importante –explicou Pancho– é que vocês transmitam isto às pessoas e expliquem a elas que estamos propondo isto para ver se solucionamos o tema das queixas sobre os justificados.

–Certamente isso eles vão entender –disse Olga do cabildo *Maio*–, mas é o conflito de sempre, o que fulano fez ou não fez, o que você deu ou não deu...

–Pancho, te faço uma pergunta –disse Aurora–. Como fica a cesta básica para o justificado? Sempre recebe?

–Depende, isso cada cabildo decide. É decisão do cabildo, porque são os companheiros que conhecem o caso de cada um. É o cabildo que conhece a situação do companheiro e sabe avaliar o que corresponde a ele.

–Mas por exemplo –interrompeu Olga–, nós no *Maio* votamos há duas semanas atrás que o justificado ia receber cesta por quatro marchas, e não por cinco. Depois lembrei que na última entrega, Enriqueta, que está justificada, fez um escândalo, dizia que a ela correspondia uma cesta por cinco marchas, e eu não sabia o que fazer, expliquei que era a votação, e ela sabia, mas no final quem dava a cara a tapa ali era eu...

–Mas não está claro –seguiu Aurora–, porque se o justificado cumpre as tarefas que lhe correspondem, então a cesta que lhe corresponde é igual à de qualquer um.

–Ou seja –disse Pancho–, o que se garante ao justificado é que não seja lhe dado baixa [no plano] pelo fato de não marchar. Mas o caso da cesta é outra coisa, isso depende da consideração dos companheiros sobre o que cada um merece, entenderam?

A reunião se dava por finalizada. Enquanto todos assinavam a ata, Aurora se aproximou de Aníbal e disse que necessitava consultá-lo sobre algo:

–Ontem Mari veio me dizer que não sabe se a guarda de Paulina, que é justificada do *Maio*, conta como presente, porque quando veio na sexta fazer guarda, no dia da marcha, veio também cuidar dos filhos de Odi. E eu disse a ela, ‘Bom, pergunte no cabildo’, mas ela me disse que não, que queria saber de nós.

–Mas isso já é tornar impossível a vida dos companheiros! –exclamou Aníbal indignado– Como não iria contar?! Se veio aqui! Se cuidou dos filhos de Odi, se esteve costurando, ou fazendo algo que tinha que fazer, a mim o que me importa, melhor para a companheira! O que me importa é que ela veio!

O que estava em jogo não era somente marchar ou não marchar; era também diferenciar o tipo de esforço requerido por cada marcha; não era somente se se cumpria ou não o tempo de guarda, era *como* se cumpria, *o que* se fazia durante, *quanto* esforço se dispensava. Quanto mais adentrava na vida cotidiana do movimento, mais me surpreendia o cálculo sutil a que estava sujeito o que cada um fazia ou deixava de fazer. As ordens de mérito chegavam aos detalhes mais minúsculos. Minúsculos para quem olhava de fora, mas não para quem estava dentro desse universo em que uma *cesta básica*, ou um produto da cesta básica, eram signos do *fazer* de cada um. As uvas passas que o *governo* enviava de tanto em tanto em pequenas quantidades, como reparti-las? Bens apreciados como os postos de trabalho na cooperativa têxtil criada no âmbito do programa nacional *Mãos à Obra*, como concedê-los? O número de marchas não era suficiente para traçar uma ordem de mérito; havia de se recorrer a outros esforços para ajustar o universo de merecedores à oferta disponível. E ainda que esses gestos fossem menos inequívocos, mais difíceis de quantificar, e estivessem mais abertos a avaliações díspares, deviam ser aceitos em última instância, já que o critério era, em essência, o mesmo.

Em um contexto inesperado, a vida cotidiana do MTR me dava uma lição aplicada de algumas das premissas da teoria clássica do valor: o esforço incorporado a uma coisa –esse esforço que os filósofos do direito natural primeiro, e os economistas clássicos depois, chamaram trabalho; esse esforço que, como meu corpo, é meu e me pertence, e que cria a coisa ou a transforma no que é–, torna a coisa que era de ninguém, ou de todos, em coisa própria. Porque a coisa tem esse algo (trabalho) que é meu, algo dela me pertence. Em suma, este é o passe de mágica que liga o fazer e o merecer como princípio de direito¹⁰. Como veremos no capítulo III, este princípio está ancorado em outro: um princípio “de fato”, que envolve um terceiro, o *governo*, esse que não *dá* nem *presenteia* nada, esse do qual as coisas só se *arrancam* com a *luta*.

Não são somente os bens de ordem tangível aqueles que o *fazer* faz merecer. Um conjunto de bens intangíveis, também apreciados, se concede com base nesse mesmo princípio. Se a posição de delegado ou subdelegado implica um maior compromisso e obrigação com o movimento, implica também um lugar de reconhecimento e um diferencial de valor da pessoa como

¹⁰ Recupero estas premissas a partir do trabalho de Guillermo Quirós (1996), onde o autor reconstrói alguns pressupostos fundacionais da antropologia econômica através de uma análise antropológica da filosofia e da economia dos séculos XVIII e XIX –entre outras coisas, as noções de *natureza*, *trabalho*, *propriedade* e *valor* nos filósofos do direito natural (Locke e Rousseau) e nos economistas clássicos (Smith, Ricardo, Marx, Mill). Agradeço a Guillermo por seus esclarecimentos e sugestões neste ponto, e a Ana Rosato pela sugestão, em sua leitura de um de meus rascunhos, de pensar meu material à luz das formulações de valor-trabalho de Marx.

companheiro –diferença expressada, por exemplo, no crédito de sua palavra. O mesmo sucede com outros lugares, talvez menos formalizados, mas não menos significativos. A seleção de companheiros para levar a cabo marchas ou mobilizações de risco, por exemplo: nestas ocasiões, um número reduzido costuma ser escolhido pela direção, e os nomes, anunciados publicamente, nas reuniões de delegados primeiro, nas reuniões de cabildo depois. Ser parte dessa seleção implica estar a cargo de uma tarefa de importância coletiva, e, portanto, um signo de valor desses companheiros. Nas últimas reuniões de delegados que assisti, a direção, com a presença de Martino, anunciou uma nova modalidade de organização que se adotaria durante as marchas, para fazer frente a eventuais repressões –que vinham se anunciando do governo–, como também ao perigo da infiltração de policiais civis na coluna. Em primeiro lugar, a coluna marcharia protegida e cercada por um cordão de bambus nas laterais; em segundo lugar, cada pessoa marcharia estritamente perfilada atrás da bandeira de seu cabildo, esse espaço de interconhecimento que garante a percepção de estranhos. Finalmente, na fila de segurança que sempre marcha na dianteira, seguiria um grupo de quarenta companheiros, dispostos triangularmente, para fazer frente às repressões e proteger o resto da coluna.

–Se a coisa ficar feia –explicou Martino–, esses quarenta companheiros vão ficar ali, bancando-a.

Carolina anunciou que daria início à leitura dos companheiros que integrariam o grupo. Em voz alta pronunciou um por um, nome, sobrenome e cabildo, enquanto os delegados presentes anotavam em seus cadernos; a maioria eram companheiros que eu conhecia, os rostos geralmente visíveis das marchas e das reuniões, alguns delegados, muitos outros companheiros de base.

–Desde já –esclareceu Carolina ao terminar– qualquer companheiro que não queira estar, pela razão que seja, pode falar, ou informar aqui na mesa executiva.

–E o que não está, não pode se somar? –perguntar Alejandro, da *comissão de Saúde* do movimento.

–Sim –respondeu Martino–, o companheiro que mostre disciplina e gana para brigar, pode ser incorporado ao grupo dos 40.

–Eu sempre marchou na comissão de Saúde –disse Alejandro– mas a verdade é que eu queria estar no grupo da frente.

–Eu também queria estar, Martino –disse Nelly, uma mulher de uns 55 anos, do cabildo *Artigas*.

–Tem certeza, Nelly? –perguntou Martino.

–Certeza, eu sempre vou na frente, e quero estar.

–Bom, mas ficou claro que se amanhã a coisa ficar feia, tem que se manter nesse triângulo?

–Sim Martino, eu entendi perfeitamente, e eu já estive à frente quando a coisa ficou feia, e eu quero estar aí.

Estar aí era um risco, mas era também uma distinção. Pensei que se a vida houvesse lhe dado mais tempo, Seu Nazar provavelmente teria sido selecionado, e, se não, teria se oferecido como postulante. No dia seguinte, quando fomos com Aurora e Marcos à primeira reunião do cabildo *Liberdade* sem Nazar, Marcos leu um por um os nomes do grupo dos 40. Recordo-me que assim que terminou a leitura uma mulher disse com certo tom de reclamação:

–Ou seja, daqui só está Graciela no grupo?

–Sim –respondeu Aurora–, mas está aberto a outras incorporações, quem tenha gana de brigar pode entrar.

Graciela escutava e assentia com um sorriso.

–Se anima, Graciela? –perguntou Marcos.

–É claro! –ela respondeu– Como não vou me animar! Escuta-me rapaz, eu fui da *Segurança*, enfrentei corpo a corpo os grandões. Você sabe quanto que eu já xinguei os milicos em todos esses anos? Eu mesma já estou preparando meu estilingue!

Estar disposto a *brigar* não só outorga valor dentro do universo do movimento, mas é também uma das formas pela qual os companheiros questionam a desqualificação de que é objeto o *piqueteiro* por parte da opinião pública, dos meios de comunicação, dos portenhos durante as marchas, e do próprio *vizinho* do *bairro*. Em algum momento disse que, no universo onde a *vagabundagem* é uma das acusações mais empregadas, pensar a identificação *piqueteiro* exclusivamente em termos de dignificação obscurece as controvérsias morais às quais as pessoas de carne e osso estão sujeitas: os piqueteiros “são uns vagabundos”, os piqueteiros “fazem baderna”, os piqueteiros “vagam pela rua”, “não trabalham”, “não deixam trabalhar”. As pessoas se preocupam com estas imagens que o olhar alheio constrói sobre elas, e a *luta* é uma forma de impugná-las. No movimento, *lutar é ganhar* as coisas com *esforço*, é o oposto de *pedir*:

–Porque aqui tem gente que não faz nada para melhorar. Te dizem, ‘Não, eu não marcho, eu não vou com os piqueteiros não’. E isso é ser vazio, né, você não quer brigar, então depois não venha pedir... –dizia uma vez uma companheira do *Liberdade*.

Lutar é também esse *fazer* de todos os dias: *trabalhar* nos *projetos*, na *contraprestação* estipulada pelo governo:

–E os que têm plano da UGL¹¹, que cobram e não fazem nada?! Antes, pelo menos, consentavam as valas, cortavam a grama, agora nem isso fazem. Meu irmão, que nunca quis saber de nada como os piqueteiros, está na UGL, supostamente assina por trabalhar, e eu nunca o vi fazer nada. Eles alimentam isso, que as pessoas não fazem nada!

Na ocasião de uma assembléia no cabildo *Maio* do MTR, anunciaram-se os resultados da marcha realizada, duas semanas atrás, à Repsol-YPF¹² –marcha da qual seguiram uma série de reuniões e negociações entre dirigentes e representantes da empresa em relação ao preço do botijão de gás, que, em um inverno severo e marcado pela inflação, havia subido, em 10 meses, de 15 para 24 pesos, e em alguns bairros mais distantes podia custar até 28 pesos.

Aníbal, dirigente da *mesa executiva*, informou que haviam logrado o dispêndio regular de um *botijão social* a 16 pesos, determinando pontos de entrega nos cabildos da organização.

–Uma pergunta –interveio Olga do cabildo *Maio*–. Podemos estender este benefício aos vizinhos?

–Não tem essa de vizinhos! –gritou um companheiro, fazendo-se ouvir pelas 150 pessoas presentes na assembléia– São os vizinhos que passam criticando, que estes piqueteiros isso, que estes piqueteiros aquilo!

–Depois nos vêm na televisão e nos xingam –acrescentou uma mulher. O botijão nós ganhamos, brigando, caminhando! Que se dane o vizinho, deixa ele se ferrar!

–Bom –disse Aníbal rindo–, isso depois veremos, vocês sabem que tem o vizinho que nos critica, mas também, ao longo desses anos, muitos vizinhos foram simpatizando com a gente, inclusive nos apóiam.

- É, gente –gritou Graciela, do cabildo *Liberdade*–, não sejam tão duros, que eu era uma das que xingavam, e agora estou aqui!¹³

¹¹ Criadas no ano de 2001, no âmbito do programa de “Gestão Participativa” do município de Florencio Varela, as UGL (Unidades de Gestão Local) estão conformadas, em cada bairro, pelos representantes das instituições de bairro, como Sociedade de Fomento, clube social, igrejas, escolas, entidades de bem público, e operam como a instância de canalização formal das demandas do bairro ao município no que se refere a obras e serviços públicos. Em Florencio Varela, ao lançar-se o Plano Chefas e Chefes de Lar, foram as UGL os órgãos de execução, distribuição, e organização das *contraprestações* do plano. Assim, além do “plano dos piqueteiros”, do “plano por um político”, entre meus interlocutores de campo existe o “plano da UGL”.

¹² Repsol-YPF é a maior empresa de hidrocarboneto da Argentina, produto da privatização da Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF), comprada pela espanhola Repsol no ano de 1998.

III. Do valor do trabalho e da quantidade, e de como o obrigatório se faz voluntário

A correspondência entre fazer e merecer, bem como o controle coletivo dessa correspondência, não operam só nesse espaço de conhecimento mútuo que é o cabildo. Operam também em outro nível, inter-cabildos, para dizê-lo de alguma forma, na medida em que os delegados exercem um controle recíproco entre si. Em diversas ocasiões, pude ver como delegados devem acordar sobre critérios comuns a fim de evitar disparidade entre os cabildos. Aqui também cada delegado opera como uma espécie de defensor dos interesses de sua gente. Em uma oportunidade, por exemplo, se expôs em uma reunião o problema dos companheiros que vão às aulas:

–Eu tenho três meninos que vão à escola noturna –disse Vicky, delegada de Almirante Brown, na reunião de delegados–, vão às 6 da tarde, então não vão poder ir amanhã à marcha.

–Bom –disse Estela, delegada de Calzada–, mas havia sido dito que estavam justificados somente em dia de prova e apresentando o atestado.

–Mas se não chegam da escola, como vou dizer a eles que não vão?

–Bom, mas já havíamos falado disso e havíamos resolvido.

–Estela –disse Vicky com raiva– você acabou de apresentar os problemas de teu cabildo, deixa-me então apresentar os meus, estou apresentando os problemas da minha gente.

–Eu te entendo –contestou Estela aumentando a voz– porque comigo acontece o mesmo, mas então temos que ver um critério para todos, porque se não, pode esperar, depois vão vir meus meninos se queixar, como que em outro cabildo se justifica o dia de escola.

–Estes três meninos –continuou Vicky– sempre, mas sempre, vão às marchas. Não sei, digam vocês o que fazemos...

–Então eu tenho que ver também com os meus... não sei...

–Olhem –interveio Aníbal–, é verdade que queremos que as pessoas estudem, também é verdade que para conseguir coisas temos que estar na rua. Se for necessário que nesse dia o companheiro vá ao colégio, que vá ao colégio, e se não, não, isso quem sabe são vocês, o cabildo decide, eu volto a dizer, é o cabildo... Cada zona banca seus justificados, disso se

¹³ Como mostra o trabalho de Comerford (1999) para o caso dos sindicatos rurais, a polissemia do termo *luta* pode abarcar desde práticas coletivas no âmbito de uma organização ou de uma atividade militante, até se referir à forma em que a vida cotidiana simplesmente é: uma *briga* por subsistir. De acordo com o contexto de situação, meus interlocutores de campo agenciavam a *luta* nestes sentidos múltiplos: *luta* no sentido restrito de “ação de luta” –uma marcha, por exemplo –; *luta* no sentido mais amplo de participar de uma organização como o MTR (“estar na luta”); *luta* no sentido de esforço, de trabalho investido-para (“lutar por algo”); *luta* no sentido de *lutar* ou *brigar* na vida de todos os dias para subsistir.

encarrega cada zona, nós não podemos avaliar se podem ou não faltar esse dia, isso quem avalia é o cabildo.

A resposta de Aníbal devolvia a bola para os delegados. E de alguma forma não resolvia algo que todos estavam esperando: a definição de um critério único em relação à frequência nas aulas, um critério que não dependesse da avaliação pessoal do delegado. Não era o critério em si, em sua unicidade, onde residia seu caráter justo ou injusto. Vicky estava expondo, além disso, outro problema comum: o das regras que, na prática, se tornam difíceis de se concretizar. Embora alguma vez fosse consentido, como iria dizer a seus companheiros que ir à escola não contava como justificação; embora o cabildo *Maio* tivesse votado que o *justificado* receberia a cesta correspondente a quatro marchas, como faria Olga para dizer ‘não’ a Enriqueta no momento de entregar-lhe a sua cesta.

Foi nas reuniões de delegados e de cabildo onde aprendi a perceber o caráter dinâmico dos consensos construídos no movimento, consensos que se fazem e desfazem sobre a marcha, conforme as constantes avaliações sobre o justo e o injusto, o aceitável e o inaceitável. Foi também ali que pude ver que o que “o movimento” exige se constrói coletivamente, e que longe de ser um acordo homogêneo, dado de uma vez, de cima para baixo, ou do centro para a periferia, trata-se de uma somatória de avaliações, acordos e desacordos, e negociações capilares, cujo resultado não é sempre nem necessariamente planejado por alguém, muito menos conhecido de antemão. A relação entre o fazer e o merecer se produz e reproduz nas queixas de Gloria –se Vero foi ou não foi trabalhar, se Seu Nazar pôs ausente ou presente–, nas expectativas de Enriqueta sobre o que lhe corresponde receber, no que Seu Nazar espera do movimento e o que os dirigentes esperam dele. As expectativas de uns e outros, as avaliações recíprocas sobre o que é justo e injusto, dinamizam as regras, e inclusive as decisões *baixadas* pela direção costumam ser –como vimos no caso dos *justificados* e como veremos em breve em relação às *horas de trabalho*– tentativas de resolver controvérsias cotidianas surgidas nas bases.

Além de certa dúvida sobre a validade e universalidade dos critérios estabelecidos, outra coisa estava em jogo na apresentação de Vicky sobre os meninos que iam à escola, como também na reação de Estela: era a própria relação pessoal de cada uma delas com as pessoas de seu cabildo. Relação que os delegados se empenham em cuidar, porque dela depende, em grande medida, a continuidade das pessoas no cabildo. Em outras palavras, todo delegado se ocupa em reproduzir os laços com sua gente, porque desses laços depende a existência do cabildo como tal, e, portanto, de seu lugar como tal.

Assim era como Seu Nazar cuidava de cada um de seus vínculos, tecendo esse frágil equilíbrio entre o que cada companheiro pode dar, e o que os outros, e ele mesmo, esperam que se dê; justificando e cobrindo alguns quando for necessário, e, sobretudo, possível. Nunca soube se efetivamente Nazar cobria as faltas dos companheiros, como reclamava Gloria, mas era possível que o fizesse, ao menos em certos casos: o daqueles companheiros que, por sua trajetória na luta, tinham uma certa margem para “não fazer”. A própria Vero cumpria com essa condição: contava com uma longa participação no movimento –além das marchas, seu protagonismo na tomada do local dos jovens, nas vigílias, no funcionamento e instituição de um cabildo, o cabildo dos jovens. Essa participação tinha uma particularidade: era, se preferido for, uma prova de entrega, porque durante todo esse tempo Vero não havia recebido plano. Essa entrega acumulada fazia de suas faltas às horas de trabalho do cabildo *Liberdade* algo tolerável, não indefinidamente, claro, mas sim por um tempo.

Se Seu Nazar não colocava o ausente na planilha, era porque operava com este tipo de avaliações –“Eu sei que Vero trabalhou muito”, diria mais de uma vez. Mas, além disso, entendo que os *presente* das planilhas tinham um algo mais de valor para Nazar: essas planilhas, que eram apresentadas mensalmente à mesa de delegados e à *Administração* do movimento, indicavam a *quantidade* de pessoas que efetivamente habitavam o cabildo; quer dizer, indicavam e avalizavam se o cabildo funcionava ou não.

Se, como veremos, a quantidade mobilizada define, em cada momento, a força política do movimento em suas negociações com os funcionários de governo, a quantidade é também aquilo que define o valor de cada cabildo dentro da organização. Essa quantidade que se expõe publicamente em cada reunião de delegados, onde o número que cada cabildo mobilizou na última marcha é lido em voz alta. Números que todo delegado anota e transmite logo a seus companheiros na *reunião de cabildo*; números que definem, mês a mês, a porcentagem que corresponde a cada cabildo do total de cestas básicas recebidas do *governo*.

Ainda que de forma implícita, os cabildos estão submetidos a certa competência no que diz respeito a essas quantidades. Seu Nazar divulgava os *projetos* do cabildo *Liberdade*, fazia ante a mim e fazia ante aos outros. Nesses exercícios de publicidade, a comparação era a operação privilegiada: comparação do número de projetos funcionando; do número de pessoas trabalhando; do número mobilizado em cada marcha; dos comensais do refeitório; da quantia total de *aportes* liquidados à *Administração* do movimento. Neste sentido, se voltarmos à preocupação de Nazar em relação à ausência de Vero Aguirre na merenda, devemos dizer que, além de uma retribuição pessoal descumprida, além do controle do olhar e avaliação dos

outros, essa preocupação repousava em outra força que, nesse mundo, faz *fazer*: a força do número.

Desde que o conheci, Nazar estava preocupado com a diminuição de gente em seu cabildo em particular e no movimento em geral:

–Quanta gente há neste cabildo Seu Nazar? –perguntei-lhe uma vez.

–Agora somos em torno de 50. Esses são os que marcham, porque os que vêm aqui para trabalhar e para as reuniões são menos. Antes éramos mais, muito mais, éramos como 100... Mas foram saindo.

–Quando foi isso? –perguntei.

–Ah, ultimamente. Eu creio que porque o movimento se põe a exigir dos companheiros coisas que são difíceis. Você imagina que, para poder começar a receber, são pedidas 10 marchas, e isso é muito, porque às vezes passam meses que não marchamos, ou em um mês marchamos uma vez, então imagina só, pode passar quase um ano e o companheiro sem receber. Isso não pode ser. E pensar que tem movimentos que te dão o plano assim que você entra, então muitos companheiros vão para outros movimentos. Essa é minha opinião, né, que começaram a ser mais exigentes com as pessoas, porém em coisas que para mim não tinham que ser tão rígidos... Por exemplo, agora não pode ter substituições nas marchas, se o companheiro manda um substituto ao trabalho, porque está fazendo um bico ou com algum problema, não pode mandar essa pessoa para que o substitua na marcha¹⁴.

–Por quê?

–Dizem que porque os substitutos que marcham não sabem, ou não têm experiência nas marchas, ou que fazem bagunça porque não se comprometem com o movimento. E eu entendo isso, mas para mim a longo prazo é mau, sabe, porque nos tira gente... Nos tira gente da rua... Agora mesmo, que já não se pode marchar pela cesta, mas para mim o movimento é confuso, porque na prática, se você tem cesta pelas marchas, está dizendo às pessoas que marchem por uma cesta, eu não sei... Assim –esclareceu–, eu nunca vi dar cestas como em nosso movimento. O Teresa [Rodríguez] reparte e bem os produtos.

Nazar falava comigo e eu me recordava de uma mulher que, algumas semanas antes, havia se aproximado do cabildo acompanhada de sua filha, perguntando quando ia “haver piquete”.

¹⁴ Seu Nazar se refere a uma prática corrente entre as organizações: no caso de não poder participar das mobilizações, as pessoas enviam um *substituto* (em geral um parente) que participa em seu lugar. Sobre a dinâmica de obrigações e direitos envolvidos nesta prática, ver Quirós 2006. Ver também Manzano 2007, Colabella 2009, e, em outros contextos etnográficos, como o das ocupações de terra, Sigaud 2005, Rangel Loera 2006, Hernández Macedo 2005.

Nazar respondeu a ela ainda não sabiam, e ela explicou que havia ido porque “queria marchar”:

–Mas não pelo plano –esclareceu–, porque plano eu já tenho, queria marchar pela cesta.

–Mas agora não se pode marchar somente pela cesta –disse Nazar então.

–Ah não?

–Não, tem que marchar sempre.

–E minha menina? Tem 15, mas vai fazer 16. Pode marchar pelo plano?

–Sim, tem que trabalhar aqui no cabildo. Enquanto não recebe, só alguns dias, e depois, todos os dias.

–Bom, mais tarde venho e trago os papéis então... Que estranho, porque minha sogra me disse que podia marchar pela cesta, por isso vim.

–Isso era antes, agora se se marcha tem que marchar sempre.

Recordo que quando a mulher se foi, Nazar se levantou para levar o tabuleiro das tortilhas para fora. Uma cerimônia que não deixava de me chamar a atenção, porque as tortilhas “dos piqueteiros” eram famosas no bairro Las Rosas e quando saíam já estavam todas vendidas por reserva. Pensei que Nazar não estava de acordo com o que o movimento *exigia* das pessoas, mas ele tinha suas próprias exigências, exigências que passavam por cerimônias como essa¹⁵.

Mas foi na assembléia geral do movimento convocada dois meses depois, uma quarta-feira de agosto de 2007, que comecei a entender um pouco por onde passava o significado do número para Seu Nazar, como para muitos outros companheiros. O encontro era às 15h no cabildo *Maio*, e perto das 13h passei pelo *Liberdade*. Uma máquina gigante, que para mim era uma niveladora, mas não sei como se chamará, está disposta no meio da rua de terra. Ao redor, e ao longo da quadra, havia vários homens uniformizados de laranja fazendo poços. A bandeira do *Liberdade* estava içada na porta, mas lá dentro não havia ninguém; o almoço já havia sido servido, e no forno do pátio duas chaleiras ferviam ao vapor de alguns restos de lenha.

–Foi almoçar –me disse o homem que morava na parte do fundo do terreno quando me viu. Acrescentou que Nazar já estaria para chegar, mas que qualquer coisa eu fosse até a casa.

–E isto, sabe o que estão fazendo? –perguntei apontando para a máquina niveladora.

¹⁵ Em um trabalho pouco convencional, F. Bailey (1993) se interroga sobre o “des-envolvimento” dos indivíduos em coletividades. Por que, se pergunta o autor, os “indivíduos” se “des-envolvem” das organizações e instituições? Na base desse des-envolvimento, argumenta, está a percepção de que a coletividade está dando muito pouco ou pedindo muito. Argumentos como este podem se insinuar entre as pessoas que participam cotidianamente no MTR, e assim, de fato, explicava Seu Nazar sobre o porquê de muita gente ter saído do movimento.

–Estão canalizando a vala de esgoto para fazer a recapagem. Vêm agora porque vêm as eleições, depois fazem parecer que é asfalto, e não voltam mais.

Cruzei por cima do odor fétido da vala, atravessei a rua em diagonal, e não precisei colocar a mão na porta porque Nazar já estava saindo com sua mochila posta, seu boné, e seu pano celeste atado no colo. Levava em uma mão alguns sacos com produtos da cesta, na outra uma grande assadeira. No dia anterior haviam entregado os produtos para os refeitórios de cada cabildo:

–Mas ainda me falta uma parte da merenda, o governo não está entregando, vê como é.

–E como buscou tudo Seu Nazar? –perguntei.

–Trouxe com um carrinho, Aníbal me ajudou a trazê-lo, sempre me ajuda a trazer os produtos.

–E o carro, não anda? –perguntei apontando o Falcon bordô que estava estacionado do lado da casa.

–Sim, às vezes uso, mas outra vez falhou... Há pouco veio meu sobrinho, o que está na política, né¹⁶, e me ofereceu de usá-lo para levar gente, e eu perguntei o que me davam pelo carro. Ele sabe que está deteriorado, né, e me disse que me davam vales de combustível. Então eu lhe disse que não, como eu faço com o óleo, com os pneus, e tudo isso? Com o combustível eu não faço nada, pelo combustível não vou ficar levando gente...

Cruzávamos o cabildo e Nazar cumprimentou o homem que dirigia os de laranja. Explicou-me que era amigo de seu sobrinho, e que a prefeitura ia fazer a recapagem da quadra.

–E como é a recapagem? –perguntei.

–É um revestimento que tem pedra, bem plana, né, e então há menos barro, e quando chove não se inunda tanto. Além disso, é para que não concentre na vala e a entupa, então é muito melhor.

–E dura essa recapagem?

–Uns meses, dura –disse Nazar rindo, enquanto pendurava a mochila no poste do beiral do cabildo, depois seu casaco, e depois ia tirando os sacos de farinha do saco grande.

Às duas em ponto, chegava Dona Gloria. Vinha direto do refeitório da Martín Fierro, a outra organização em que trabalhava três vezes por semana fazendo o almoço. Quando uma vez perguntei a Gloria como havia entrado na Martín Fierro, me respondeu que havia sido através de Marita, a coordenadora do refeitório:

¹⁶ Nazar se refere a um sobrinho que é *referente de bairro* do peronismo vareense, e marido de Lucía, a quem conheceremos no próximo capítulo.

–Ela me conseguiu o plano. Porque eu aqui marcho por minha irmã –me explicou–. Minha irmã era coordenadora aqui e quando consegui trabalho, Seu Nazar a substituiu, e eu comecei a vir trabalhar por ela. Assim ela segue com o plano, né. Daí ela me dá a metade, mas com isso não chega. Por isso fui falar com Marita, levei todos os papéis, e ela me conseguiu o plano.

–E Marita, você a conhece faz tempo?

–Sim, ela é vizinha de minha filha. Minha filha também está com Nasta¹⁷, trabalhando no refeitório.

Gloria não marchava na Martín Fierro. Quando havia marcha lá, dava 10 pesos e a metade da cesta correspondente ao neto, que marchava no lugar dela. No entanto, a situação não haveria de durar muito tempo mais, porque o neto, que estava por completar os 16 anos, já estava anotado na Martín Fierro à espera de um plano próprio:

–Agora eles ganharam mais 25 planos, e aí parece que meu neto vai entrar, então eu não sei como vou fazer com as marchas.

Passou um pano com desinfetante na mesa, depois um pano de prato, e esparramou os quatro pacotes de farinha. Irma, a mulher de Nazar, chegou logo depois com o torresmo que havia fritado na noite anterior.

–Como aumentou a gordura, você viu, Gloria?

Gloria assentiu com um cigarro entre os lábios, revolvendo a salmoura.

–Está 2,80, quase um peso mais.

–O pior é o do plano, agora nem pão vamos poder comer...

Um rapaz de uns 20 anos entrou no pátio e, ao aproximar-se cumprimentando Seu Nazar, tirou o boné.

–Onde estiveste? –perguntou Nazar.

–Queria lhe explicar isso, senhor –disse o moço–, aqui trouxe o atestado, meu padrinho morreu, e estive por conta disso toda a semana, mas amanhã venho com certeza.

Nazar pegou o papel e guardou-o em um bolso. Perguntou ao rapaz como estava sua mãe, e ele disse que bem. Depois colocou o boné e se despediu até o dia seguinte. “Amanhã venho com certeza”, acrescentou. Nazar tirou o papel do bolso:

¹⁷ Nasta é dirigente de uma organização de desempregados chamada Martín Fierro, fundada em Florencio Varela no ano de 2001, e ligada a organizações vinculadas ao peronismo de base e ao nacionalismo de esquerda. A expressão “estar com Nasta” –ou “estar com Martino”– utilizada pelas pessoas, não só indica a identificação de uma organização com seu dirigente, como também a vivência da relação em jogo como relação interpessoal. Organizações como o MTR buscam tomar distância deste tipo de identificações que consideram “personalistas” e herdas da “cultura peronista”.

–Pobre homem –me disse rindo–, o morto virou padrinho! Eu o conheço, era um vizinho meu... Vamos?

Partimos para a assembléia no *Maio*, que ficava a umas 20 quadras dali. Nazar foi com a bicicleta na mão, “Assim depois volto rápido”, disse. Pegamos a 130, a principal –e uma das poucas ruas asfaltadas– do bairro Las Rosas, atravessamos a pracinha do fundo –essa que, segundo me havia contado Nazar uma vez, até dois anos atrás era “tudo esgoto”–, cortamos caminho pelo *assentamento* “7 de Novembro”¹⁸, desembocamos direto na Avenida 1º de Abril por onde caminhamos umas 5 quadras, até chegar ao cabildo *Maio*, quando eram cerca de três da tarde. Calculo que já haveria umas 100 pessoas no pátio, enquanto no corredor da *Administração* se acumulavam outras 15, alguns delegados, outros integrantes dos cabildos que iam entregar papéis, fazer consultas, reclamações, e também dar e pedir explicações:

–Porque contaram falta para mim –dizia uma mulher a María, da *Administração*–, mas a tenho justificada. Aqui te trago o papel, porque eu, às terças, levo meu filho ao psicólogo, e aqui eu tenho a requisição da terça 12, não tenho a dos outros dias, mas eles me disseram que com esta se comprovava que terça-feira é o dia do tratamento.

María passou o papelzinho para Aurora, que o leu e disse:

–Mas dona, em 12 de junho não houve marcha.

–Já sei –contestou a mulher–, por isso é que digo, estou explicando que esse papel eles me dizem que serve para justificar todas as terças, porque o tratamento é às terças.

Aurora buscou uma resposta em María, mas María fez cara de “o que sei eu”.

–Falou com sua delegada? –perguntou Aurora à mulher.

–Sim, me disse que eu levasse o papel para você.

¹⁸ Em certo sentido, a diferença entre essas duas categorias socio-geográficas que são o *bairro* e o *assentamento*, é de caráter temporal. Muitas das áreas hoje chamadas *bairros* –como Las Rosas, Villa Margarita, e outros– começaram como *assentamentos*, quer dizer, como *tomadas de terreno* –fiscais ou privados– loteado pelos próprios ocupantes. Como em boa parte da província de Buenos Aires, as primeiras tomadas de terras em Florencio Varela datam dos anos 80 e fazem parte de um processo de correntes migratórias estabelecidas na Grande Buenos Aires (GBA), provenientes das províncias do interior do país, países limítrofes, e da cidade de Buenos Aires, onde a ditadura militar (1976-1983) estava executando o “Plano de Erradicação de Vilas” (cf. Merklen 1991, Aristázabal e Izaguirre 1988, Fara 1985, Cravino 1998). Neste processo, o segundo cordão da GBA é a área que assiste ao maior crescimento populacional. Dentro desse cordão, Florencio Varela ocupa o segundo lugar: depois de Moreno (com um crescimento de 47,6%), Varela aparece com 46,7 %, o que significa que o município passou, entre 1980 e 1991, de 173.452 a 254.514 habitantes (cf. Morano, Lorenzetti e Parra 2002: 24-36). Enquanto os hoje *bairros* contam com traçado de ruas, casas de material, alambrado entre lotes, iluminação, sistema de saneamento de esgoto e água corrente, os *assentamentos* –tomadas recentes em terrenos baldios ou descampados próximos aos *bairros*, que costumam levar o nome da data em que se iniciou a ocupação– carecem dessa infra-estrutura. A casa por fazer junto a um conjunto de habitações provisórias, as ruas tomadas pelo barro, constituem uma fotografia paradigmática do assentamento. São estas condições de vida aquilo que, para os moradores dos *bairros*, faz dos assentamentos *vilas* (cf. Quirós 2006).

–Está bem, deixe-o comigo, e se puder, para que não haja problemas, traga-me quando der um que diga que o tratamento é às terças, porque este não diz isso.

A assembléia, presidida por Aníbal e Carolina, ambos da mesa executiva, estava por começar no pátio. Foi Aníbal o primeiro a tomar a palavra:

–Bom, companheiros, a partir das uniões que tivemos na mesa, surgiu uma proposta em relação às 4 horas de trabalho que cumprimos como contraprestação dos planos sociais. Porque, como todos vocês sabem, na prática é uma minoria a que trabalha, a que cumpre as horas de trabalho, e essa minoria, com razão, se queixa de que o resto não cumpre –várias cabeças assentiram com estas palavras. Aníbal fez uma pausa e continuou –: Nós há 10 anos que viemos trabalhando no Teresa Rodríguez, há anos também que controlamos a questão da participação nos lugares de trabalho, mas sempre confirmamos que não dá resultado porque há gente que quer ou que pode trabalhar, e gente que não quer ou que não pode, porque, como todos sabemos, com 150 pesos do plano não dá para fazer nada, então os companheiros fazem bicos, buscam trabalho... E então a proposta que fazemos da mesa executiva é que o trabalho deixe de ser obrigatório, e que passe a ser voluntário, quer dizer, que venham trabalhar nos projetos os que realmente querem, à vontade.

–Ih, e aí sim é que o governo vai dizer que somos uns vagabundos e vai ter razão! –exclamou Gutiérrez, encarregado do depósito das cestas básicas, com seu sotaque santiaguense. As gargalhadas explodiram, até que Enriqueta, cozinheira do refeitório do cabildo *Maio*, pediu silêncio e perguntou:

–Mas como vamos fazer quando vier o ministério controlar e não tiver refeitórios?

–Companheiros –disse Aníbal enquanto arrancava uma folha de caderno para anotar as moções–, a questão é que isso já acontece. Quando vem o governo, já há refeitórios que não funcionam, ou que funcionam com menos gente do que a que consta trabalhando. Então a idéia é nada mais do que transparecer a situação real em que estamos, ser honestos com a gente mesmo sobre como nós funcionamos. A proposta que estamos submetendo à votação não é “trabalhar ou não trabalhar”, senão se o trabalho deixa de ser obrigatório (coisa que nós queremos porque cremos que não tem sentido obrigar ninguém a nada), quer dizer, se mudamos o critério e o fazemos voluntário.

–A idéia –disse Carolina, também da mesa executiva– é que os companheiros que quiserem trabalhar tenham um incentivo, um reconhecimento, com 20 por cento mais na cesta básica. Mas aquele que não quiser, que não trabalhe, e que não precise ficar dando explicações, ou mentindo, ou se esquivando de seus próprios companheiros que pedem explicações.

–Tem a palavra Emília –disse Aníbal.

–O que eu quero saber –disse Emília do cabildo *Liberdade*, nora de Seu Nazar– é o que vai acontecer com os refeitórios que funcionam, porque no fim, no meu grupo de tecido, por exemplo, começamos 8, e agora somos duas, e nós duas seguimos costurando, vamos sempre. E o movimento não faz nada com os que não vão, tem gente que não participa de nada, nem no cabildo, nem nas marchas, faz meses, ou anos, e o movimento não dá baixa do plano. E gente que não trabalha, que segue recebendo.

–Não –interrompe Carolina–, questão de ordem: não misturemos as coisas. Vocês sabem que ao companheiro que marcha e vai aos cabildos, nós mantemos o plano, isso é assim.

–Se tivermos que dar baixa ao que não trabalha, então ficarão 10 no movimento! –disse Aníbal às gargalhadas.

–Vocês sabem –seguiu Carolina– que as obrigações com o movimento são marchar, ajudar nos cabildos e pagar a cota social, isso todos sabemos. Não sei se você está falando de algum caso em particular, que depois podemos ver, mas todos vocês sabem também que o movimento pode dar baixas no PEC¹⁹ e no Bonaerenses²⁰, mas não no Chefes e Chefas. Porém, o que estamos discutindo aqui é outra coisa. Não é se o movimento mantém o plano ao que não marcha, é o que fazemos com a modalidade do trabalho, porque assim como está, não está funcionando. Levamos anos controlando as colaborações, e para quê? Se é para manter o plano, então que cada companheiro faça o que achar melhor, e o que não trabalha, se vier uma inspeção do governo, bom, o governo lhe dará baixa, mas não nós. Nós não temos por que controlar isso. Quem quiser trabalhar, o faça porque quer ou pode, e quem não, não. É isso que estamos apresentando.

–Mas Carolina, eu te faço uma pergunta... –disse uma mulher.

–Espere companheira –interrompe Aníbal–, agora é a Gladis, inscrevo-a na lista.

–Não –insiste a mulher–, porque é uma dúvida apenas, porque Carolina disse que as obrigações do movimento são três, mas eu tenho entendido que a cota social não é obrigatória. Mas, ao mesmo tempo, quem não paga a cota tem menos na cesta, então eu me pergunto, por que uma pessoa tem menos de algo que ganhamos todos com a luta?

¹⁹ PEC (Programa de Emprego Comunitário), criado no ano de 2003 pelo Ministério do Trabalho, Emprego e Seguridade Social do governo nacional, em substituição ao PEL (Plano de Emergência Laboral) que havia sido criado em 1999.

²⁰ Programa Bairros Bonaerenses, criado em 1996 pelo governo da província de Buenos Aires, e inspirado no então Plano Trabalhar, programa de emprego criado em 1995 pelo Ministério do Trabalho do governo nacional.

–Vamos ver companheiros –disse Carolina–, sempre dizemos que aquele que mais se compromete com o movimento, o que mais participa, vai ter reconhecimento por isso, porque se não, não é justo. Então, me corrijo porque tens razão, a cota não é obrigatória, mas também está claro que quem voluntariamente paga a cota, recebe mais produtos na cesta, porque está fazendo uma contribuição extra para conseguir essa cesta e as cestas de todos os companheiros. Sabemos que com as contribuições também bancamos a luta, que a cesta e todas as coisas que conseguimos necessitam de marchas, mas também de reuniões, as reuniões que nós temos o tempo todo, em La Plata, na Capital, todas essas viagens são pagas com as contribuições dos companheiros...

–Tem a palavra Gladis.

–Eu quero saber o que vai acontecer com os refeitórios –disse Gladis– porque eu faço a comida para um montão de companheiros todos os dias, e se agora tudo passa a ser voluntário, então amanhã vem um companheiro para comer e eu lhe digo ‘Não, agora faça sua comida porque não tem mais comedor’?

–Não companheiros –esclarece Aníbal–, o trabalho vai se reorganizar. É certo que o que mais quer o movimento é que todos trabalhem, sempre nós dizemos que tem que se recuperar a cultura do trabalho. Repito a vocês, a proposta não é a de que deixemos de trabalhar, senão a de transparecer a situação que todos sabemos, que hoje em dia são poucos os que efetivamente cumprem as horas de trabalho, e estamos sustentando uma situação irreal. E ainda por cima injusta para os que trabalham. Mas isso não quer dizer que os refeitórios vão acabar, mas que terá que se ver como se reorganizam as pessoas que realmente contamos. Tem a palavra Gutiérrez.

–Mas não podemos então ver aqui quem são os que trabalham e os que não, e com esses demarcamos os grupos e os reorganizamos? Porque senão todos os que trabalhamos, o que vamos fazer?

–Sim Gutiérrez –disse Aníbal–, de acordo com o que se vote se reorganizará o trabalho com os que trabalham, mas primeiro tem que submeter à votação se efetivamente o trabalho passa a ser voluntário. Tem a palavra Carmen.

–A mim me parece –disse Carmen, do cabildo *Liberdade*– que, se o trabalho se tornar voluntário, vai ser um ao deus dará, e que no *Liberdade*, por exemplo, o refeitório funciona todos os dias, eu cozinho todos os dias e muita gente vem retirar a comida, então o refeitório vai acabar?

–Companheiros –disse Aníbal–, a proposta não é deixar o trabalho ao capricho de cada um, senão organizá-lo de uma maneira realista. O que queremos é que venham os companheiros que queiram se organizar, quem quer se organizar que venha e quem não quer, que não se organize, não serve de nada obrigá-lo, é isso que estamos apresentando. O mesmo fizemos com a reunião de cabildo, recordem-se. Olhem, esta é a proposta que temos agora, viemos provando coisas há 10 anos, vocês sabem, controlando, passando pelos refeitórios, passando pela participação, e agora nos ocorreu isto, que nos parece que pode ser melhor, e, bom, capaz que depois voltemos para trás pessoal, vocês sabem, o movimento é assim, vamos vendo como funcionam as coisas sobre a marcha, e aprendemos sobre a marcha, fazendo, como tudo.

Faz-se um silêncio. Aníbal pergunta se há alguma outra intervenção ou se podemos passar à votação.

–Só uma coisinha mais –disse Carolina–, esta proposta, companheiros, tem a ver com a decisão do movimento de não estar só voltado ao social e ao reivindicativo, senão também ao político, a construir politicamente, que é o que saiu da plenária de julho. Nós não podemos pôr toda a nossa energia em controlar para que as pessoas façam algo que fazem obrigadas. Obrigar os companheiros a trabalhar não tem sentido, primeiro porque nos fazer usar a energia em uma coisa quando poderíamos usá-la para construir politicamente. E segundo, porque queremos que aqui estejam os companheiros que querem, que querem construir e colaborar politicamente. O que não, que não esteja.

Escutam-se murmúrios, conversas que se dispersam, o volume do burburinho vai crescendo até que Aníbal anuncia:

–Os que querem que o trabalho passe a ser voluntário.

Levantam-se as mãos, Aníbal conta, há confusão de mãos, pede que as baixem e que as levantem de novo. Volta a contar. 79 votos.

–Os que querem que siga sendo obrigatório.

Levantam-se as mãos, vi estendidas as de Seu Nazar, as de sua nora, de Carmen, de Gutiérrez, de Enriqueta. Aníbal vai contando em voz alta:

–59.

E então estouram os aplausos, enquanto Seu Nazar olha perplexo.

–Mas o que aplaudem? –gritou indignada Carmen do cabildo *Liberdade*– Eu não sei o que aplaudem! A vagabundagem, aplaudem! Que ganhou a vagabundagem, aplaudem! Que ganhou o de papo pro ar!

–Que ganharam os que não querem trabalhar! –gritou Gutiérrez.

–Não! –exclamou Carolina em voz alta, embora poucos a tenham ouvido– Não ganharam os que não querem trabalhar, podem ter votado por trabalho voluntário os que, sim, trabalham. Entende-se isso?

E não. Não se entendia. Não se entendia porque a preocupação era outra. Não importava obrigar ou não, construir politicamente ou não, reconhecer ou não, ser justos ou não; o que importava era como garantir que os chamados “projetos” seguissem existindo. A assembléia expressava a interdependência na qual se assentava a produção e reprodução desses espaços marcados pelo *fazer*: um fazer que é *trabalho* e que em um universo estigmatizado repele essa acusação temida: a *vagabundagem*²¹. Um fazer que é *contraprestação* que torna merecida uma prestação (o *plano*). Um fazer de todos os dias, cujo sentido em si é capaz de inverter o valor do voluntário e do obrigatório.

Lembro-me que, no dia seguinte, fui buscar Seu Nazar no *Liberdade*; cheguei às quatro da tarde, as meninas do tecido estavam sentadas nos bancos da entrada, e dentro, Irma e Gloria entregando as últimas tortilhas.

–E Seu Nazar?

–Acaba de ir receber –disse Irma.

–Agora? Mas o banco já fechou.

–Não –me esclarece Irma– ele recebe amanhã, mas vai para a fila agora e já fica, porque a fila do [Plano Bairros] *Bonaerenses* é terrível, sabe.

Irma se deu conta que fiquei atônita. Eu bem sabia da demora para receber o plano; fazia não muito que com Matilde Aguirre havíamos passado 5 horas na do Banco Nação –naquela ocasião, quando chegamos por fim dentro do hall, vi que, dos três caixas automáticos, um não funcionava, e um terceiro sim, mas ao que parecia ninguém da fila o havia usado, respeitando o cartaz que trazia escrito: “Uso exclusivo para clientes do Banco. Proibido usar para planos”. Porém agora estávamos em pleno agosto, fazia um frio descomunal, e Seu Nazar ia passar a noite na rua.

–Ele sempre vai no dia anterior –me esclareceu Irma.

Então me sentei no banco ao lado do forno, e Gloria me perguntou se eu havia ido à assembléia no dia anterior. Ela não havia ido, mas já lhe haviam comentado que “ganharam os que não querem trabalhar”:

²¹ Sobre o jogo de oposição moral entre *atividade* e *vagabundagem* em outros contextos etnográficos, ver Weber 1989, Bourdieu 1977.

–O que você acha? Vamos ficar sem refeitórios por causa dos que não querem trabalhar!

–Bom –disse–, não é exatamente isso, os refeitórios vão continuar, a nova modalidade vai ser mais justa com os que trabalham, como você, como Irma, como Carmen...

–Sim, isso já sei –ela interrompeu–, mas mesmo assim estou cansada, estou cansada de que se anotem as pessoas como se elas viessem quando não vêm, e ainda ganhem. Agora parece que amanhã há marcha.

–Ah, não me inteirei.

–Não, Seu Nazar acabou de avisar.

–E onde é?

–Ao ministério, pela [cooperativa] têxtil e os [alimentos] frescos.

–O que acontece com a têxtil?

–O de sempre, que os guarda-pós são feitos e o ministério não paga, ou paga quando quer. Parece que agora faz coisa de 4 meses que não pagam. O mesmo com os frescos, você viu o que estamos comendo no refeitório... Lá no de Nasta está igual, eu não sei por que não fazemos uma marcha todos juntos e pronto. Seu Nazar disse que se a marcha não resolver nós ficamos para acampar, tomara que resolva.

–Você vai acampar?

–Não, eu não, mas os que não ficarem para acampar têm que voltar no dia seguinte.

Pouco depois me despedi de Irma e Gloria e fui tomar a linha 1 de coletivos até a estação Varela para voltar à Capital. Antes de tomar o trem, passei pelo Banco Provincia, localizado no retorno do calçadão, e pude ver Seu Nazar sentado na escada, sobre um jornal, com sua mochila, seu mate, o adoçante, e uma manta dobrada e amarrada por um fio de nylon.

–Daqui a pouco vem um menino e me substitui, e depois volto à noite –me explicou.

Então me sentei e tomamos mate durante um tempo. Falamos da marcha ao ministério que seria feita no dia seguinte, Nazar me disse que achava que era hora porque o movimento não podia “seguir de braços cruzados”:

–Se se comprometeram a nos dar a cesta, não podem depois não cumprir. Nos enrolam, é isso, e quando o governo enrola, o movimento tem que sair às ruas. Com certeza vai haver acampamento²², acho difícil que o acordo seja no mesmo dia...

Em certo momento, toquei no tema da assembléia do dia anterior, e Nazar me disse que tudo lhe parecia “uma barbaridade”:

²² Fazer um acampamento é uma modalidade de protesto que consiste em permanecer acampados na estrada, na rua, ou na porta da dependência governamental à qual se esteja pleiteando.

–Como vamos fazer se as pessoas não trabalham?

Recordo-me que contestei com algo similar ao que havia dito a Gloria, mas ele não me deu muita bola. O tempo me ensinaria que os fantasmas de Nazar, como os de Gloria e os de Carmen, eram fundamentados. Dentro em pouco, com a modalidade de trabalho voluntário, uma parte do cabildo *Liberdade* se esvaziaria. A oficina de tecido e o brechó se mudariam para o Centro Cultural do movimento, localizado a uma quadra, porque ali havia condições de infraestrutura mais adequadas: um local de alvenaria, fechado, e com teto. Nazar se queixaria em uma reunião de delegados:

–Eu entendo que o centro cultural tem telhado e que agora faz frio, mas se todos os projetos do *Liberdade* passarem para o centro cultural, como fica o cabildo?

As palavras de Nazar punham em evidência o vínculo de interdependência que o unia a seus companheiros de cabildo: se eles necessitavam dele para ser representados nas instâncias administrativas do movimento, Nazar necessitava deles para a existência e continuidade do cabildo como tal. Se as pessoas estavam aí, o cabildo e suas rotinas existiam, e se o cabildo e suas rotinas existiam, Nazar existia também.

Sem dúvida, o que manteve o *Liberdade*, e rigorosamente, foi a merenda, levada adiante por Irma, Gloria, Seu Nazar, e as famosas tortilhas. Nove meses depois daquela assembléia, outra reunião de delegados encontraria os companheiros do MTR discutindo as medidas de força a tomar para “serem escutados pelo governo” e “voltarem a se fazer visíveis os desempregados”. Discutia-se o que era mais conveniente: fazer um bloqueio nas pontes de acesso à Capital ou marchar ao Ministério do Trabalho, com eventual acampamento, dependendo da resposta do governo. As intervenções de dirigentes e delegados defendiam uma ou outra alternativa. Até que a intervenção de Seu Nazar levou a discussão para outro caminho:

–Eu vejo que aqui falamos de como nos fazer visíveis, e que depois da assembléia em que se votou que o trabalho não fosse obrigatório muitos deixaram de trabalhar. E isso é uma pena, porque assim não se pode manter o movimento. No cabildo *Liberdade*, que era o cabildo que mais projetos tinha, agora já não estão nem o brechó nem o refeitório, e se não há refeitórios, o que é o movimento?

A pergunta ficou ressoando em minha cabeça. O que era o movimento para Seu Nazar. Sem dúvida que era marchar. Não só pelo que Nazar sempre dizia –o movimento tem que estar na rua– senão pelo que fazia, e pela forma em que o fazia. Como com o resto das coisas, nas mobilizações Nazar era meticoloso. Chamava sua gente para um lugar específico da avenida de Varela, chegava sempre antes da hora marcada, insistia na pontualidade, e esperava todos

com a bandeira estendida. Ali tinham que se reunir. A concentração do *Liberdade* se distinguiu da relativa dispersão do resto dos cabildos. Durante as marchas, Nazar era zeloso de sua gente, exigindo que se encolunassem atrás da bandeira do cabildo; quando as meninas Aguirre iam adiante, ou marchavam momentaneamente com outro cabildo para fazer a social, ele as chamava a atenção e ordenava-lhes a voltar à coluna do *Liberdade*. Alguns, principalmente os jovens, queixavam-se destas exigências. E não deixa de ser curioso que Nazar fosse uma espécie de precursor da nova formação que, um ano depois, o movimento adotaria, estabelecendo como regra geral que cada companheiro devia ater-se a marchar em seu cabildo e em nenhum outro lugar. Nessa ocasião, o movimento alegou razões de segurança –evitar infiltrações na coluna–, mas não creio que as razões de Seu Nazar tenham sido dessa ordem: assim como, para o movimento como um todo, a marcha era instância privilegiada para expor a força mobilizada, a marcha era também uma instância em que cada zona, e cada cabildo, expunha publicamente, ante aos outros, sua própria quantidade mobilizada.

IV. De por que vêm: a necessidade, o compromisso, e o gosto de Seu Nazar

Para Nazar, o movimento era essa gente na rua, e seu cabildo, esse número que se expunha à vista de todos; mas o cabildo era, também –e nessa direção ia sua intervenção na reunião– a gente habitando suas cerimônias cotidianas, tal como ele as levava adiante. Nazar não simpatizava com outras responsabilidades que lhe competiam como delegado, como a de ir aos cursos de formação ou às reuniões chamadas *políticas*. Às reuniões de pré-plenária do movimento, por exemplo, enviaria Sandra Aguirre como representante:

–A verdade é que eu prefiro ficar aqui na merenda, com as pessoas, sabe –me disse certa vez.

Também uma vez, em uma reunião de cabildo, apresentou aos companheiros seus incômodos em relação a esse tipo de atividades. Seguindo as anotações de seu caderno, disse:

–Outra coisa que se falou na reunião de delegados é que se tem que discutir política, que nós, os delegados, temos que transmitir aos companheiros que o movimento é mais do que a cesta e o plano. Por isso é importante acompanhar a pré-plenária e a escolinha de formação, que é uma vez por semana, para os novos companheiros. Bom, eu não sei o que pensam vocês disto, mas eu disse na reunião de delegados que nós sabemos que aqui os companheiros vêm

por necessidade, então eu disse que eu não ia me pôr a dizer-lhes que falássemos de política ou que fizéssemos uma pichação na rua. A mim parece que isso não é legal, e eu o disse.

Em seus próprios termos, Nazar expunha algumas das contradições que atravessavam, cotidianamente, as relações e interações dentro de uma organização como o MTR, um movimento auto-definido como de *luta* ao menos em dois sentidos que nem sempre nem necessariamente se correspondem entre si. Por um lado, *luta* através da *ação direta* –o piquete, a marcha– por certos recursos vitais para a reprodução material dos companheiros, como *o plano* e *a cesta*. Essa *luta* que os dirigentes costumam chamar *reivindicativa*, porque se refere a reivindicações e demandas orientadas ao Estado, e que os companheiros costumam apresentar –e enaltecer moralmente como– oposta ao *pedido*, à *dádiva*, ao *favor* do *puntero*: “Aqui as coisas se conseguem lutando”; “Estes planos os conseguimos com a luta”; “Aqui não se dá nada de bandeja, tudo se consegue lutando”.

Por outro lado, *luta* por *organizar politicamente* a população em prol de produzir uma *mudança social* –lema do MTR–, ou para usar os termos da filosofia em que se inspira o movimento, *a revolução*. Esta é a *luta* que os dirigentes costumam considerar autenticamente *política*. Dirigentes que provêm de uma militância marxista e guevarista: Martino e o velho Walter, por exemplo, mentores e fundadores da organização no início do ano de 97, haviam sido formados na militância dos 70; o primeiro –e hoje máximo dirigente do MTR– como militante do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT)²³, o segundo –hoje dirigente de outra organização de desempregados em Varela–, do Movimento de Libertação Nacional Tupamaros²⁴ do Uruguai –; embora Marcos –também fundador do MTR, e hoje segundo dirigente *político* da organização –pertencesse a uma geração mais recente, o marxismo-leninismo também havia sido sua escola política, e contava com uma trajetória de militância sindical em grêmios dissidentes. Para eles, *luta* era *luta política*, e fazer *política* era construir uma *organização revolucionária*.

Claro que sabiam que parte das condições de possibilidade de um movimento de massas em um contexto de pobreza como o subúrbio bonaerense dependia de resolver necessidades básicas dos companheiros. A questão era, para eles, que o movimento não se reduzisse a uma

²³ Fundado em 1965, o *Partido Revolucionario de los Trabajadores* (PRT), de orientação trotskista, foi um ativo partícipe das lutas da esquerda revolucionária dos anos 60 e 70. Seu braço armado, o *Ejército Revolucionario del Pueblo* (ERP), foi criado em 1970 e constituiu, junto aos *Montoneros*, uma das maiores organizações guerrilheiras do país.

²⁴ Movimento de Libertação Nacional-Tupamaros, organização de esquerda revolucionária do Uruguai, criada nos primeiros anos da década de 1960. Realizou grande quantidade de operações armadas até sua desarticulação pela repressão militar no ano de 1973.

organização *bolseira*, como costumava se dizer pejorativamente: aquela cuja ação se limita a “repartir bolsas de comida”. A questão era, então, como ser algo *mais* ou “como ir mais além” –tal como costumavam dizer eles e outros– da *necessidade, da cesta e do plano, do reivindicativo, do economicismo*. Por isso, por exemplo, a importância para eles das *reuniões de cabildo* e da prática de assembléia; a organização de atos e eventos em comemoração a datas *revolucionárias*, de plenárias de discussão, de *cursos de formação política*; o pôr em funcionamento a *escolinha de formação* –onde se passavam cursos de história, teoria e filosofia política, política internacional, marxismo-leninismo, a cargo de dirigentes, intelectuais militantes, estudantes, e professores universitários afins à organização²⁵.

Mesmo quando essas duas arestas da *luta* eram pensadas em continuidade –o *reivindicativo* como uma *luta de curto prazo*, o *político* como uma *construção de longo prazo*–, no decorrer cotidiano do MTR entravam, uma vez e outra, em colisão. Para os dirigentes, colidiam quando o funcionamento do movimento lhes parecia girar exclusivamente em torno do *reivindicativo*: ao longo dos quase quatro anos que acompanhei, às vezes mais de longe outras mais de perto, a vida nesta e em outras organizações, pude presenciar uma infinidade de situações em que os dirigentes expressavam, frente a mim e frente a outros, sua desconformidade com o fato de assembléias e reuniões –de cabildo, de delegados, de direção inclusive– serem discussões sobre se a *cesta* de fulano, se o *plano* de beltrano, se a *alta*, se a *baixa*, se tal ou qual não pagou a *cota* e eu paguei, se para mim ou para ele. O mesmo ocorria quando viam que o tempo e a energia requeridos pelas questões de ordem *reivindicativa* fagocitavam a possibilidade de pensar e fazer *política*: como se terá podido ver, *a cesta e o plano* constituem um enorme maquinário de papéis, requisitos, formulários, regras, critérios de merecimento, disputas, cálculos, equivalências, negociações fora e dentro do movimento. E, como veremos no capítulo III, a consecução e manutenção destes e de outros recursos requer não só esse maquinário, senão também marchas, mobilizações, e lidar e saber lidar, cotidianamente, com os agentes estatais e a burocracia estatal –atividades que recaem, invariavelmente, sobre os dirigentes.

Em um dado momento, a direção do MTR encontraria um caminho para negociar os termos em disputa. A partir dos resultados de uma plenária que teve lugar em meados de 2007, a organização do movimento se reconfigurou em dois *ramos*, onde cada um encontraria um lugar: que passou a se chamar *ramo político* e *ramo sindical*. No que dizia respeito especifica-

²⁵ Pode-se ver estas instâncias e práticas de *formação política* em outras organizações de Florencio Varela, com filiações políticas semelhantes e também distintas ao MTR. Outros trabalhos mostram práticas similares em organizações de outros distritos, como Manzano (2007) e Colabella (2009) para o caso de La Matanza.

mente à condução, a reorganização implicou em institucionalizar uma divisão do trabalho que, de alguma forma, já estava esboçada na distinção entre o que se denominava *mesa política* e *mesa executiva* da organização e significou, na prática, uma repartição de responsabilidades: os responsáveis pelo primeiro ramo se ocupariam das reuniões de caráter *político* –isto é, articulação com outras organizações nacionais e internacionais, discussão da linha política do movimento, elaboração de documentos, comunicados, edição da revista do movimento, reuniões com funcionários de governo de alto escalão onde estavam em jogo demandas de grande envergadura e acordos *políticos*. Enquanto isso, os responsáveis pelo segundo ramo se ocupariam das reuniões de ordem *reivindicativa*: reuniões periódicas com funcionários de governo e empresários do setor privado, gestão de recursos (principalmente de programas sociais, assistência alimentar, projetos produtivos, serviços públicos como gás e eletricidade), reuniões de delegados, de cabildo, e de *Administração* do movimento.

Esta divisão expressava uma hierarquia do *político* sobre o *reivindicativo*, da qual Aníbal, dirigente do *ramo sindical*, ria e ironizava:

–E o que vamos fazer, eu todavia estou um escalão mais abaixo, com o macarrão e o arroz...

Hierarquia que Seu Nazar questionava com seriedade, porque sua posição era outra, e porque outras coisas entravam em jogo nessa valorização diferencial. Naquela reunião do cabildo *Liberdade* que mencionei mais acima, Nazar comunicou para seus companheiros:

–Aníbal e Marcos falaram da importância da formação política, disseram na reunião que o MTR ensina os companheiros a mexer uma panela de refogado e que não ensina política. Bem, eu não gostei disso, não sei se o que fazemos lhes parece baixo, sei lá, mas não sabem que graças ao mexer a panela os refeitórios funcionam?

–Que ensinem isso para mim, que estive desde o primeiro piquete! –disse indignado Eusebio, um homem que tem mais de cinco anos no cabildo.

–Mas o que querem dizer? –protestou Carmen, cozinheira do refeitório– Que o que nós fazemos não tem valor?

Nunca soube o que haviam dito Marcos e Aníbal nessa reunião de delegados à qual se referia Nazar, o como o haveriam dito, mas na realidade pouco importava: o certo é que ao entendê-lo e expô-lo nesses termos, Nazar impugnava uma hierarquia que era para ele desqualificadora. Era esta ordem diferencial baixada pela direção uma das formas em que o *reivindicativo* e o *político* colidia para alguns companheiros de base (ou não tão de base). Também entravam em colisão no momento em que –inversamente ao que ocorria aos dirigentes– se con-

siderava que a *política* invadia terrenos que não lhe correspondiam. Era o que Nazar vivia como exigências improcedentes por parte do movimento: *discutir política* com os companheiros; ir a reuniões *políticas* ou a cursos de *formação*; participar das reuniões de pré-plenária ou de plenária –ou não participar, como fazia Nazar, enviando Sandra em seu lugar; porém, como ocorria em qualquer nível da organização, uma não participação tinha sempre custos. Talvez o mais pesado para Nazar fora o olhar dos companheiros, e o sentimento de que se estava faltando com uma obrigação moral para com eles: a de estar aí, igual e como eles estavam. Necessitei envolver-me pessoalmente no MTR, participando de cada marcha e cada reunião, assumindo responsabilidades próprias –como atividades de imprensa, redação de informes e notas para a revista– para experimentar na própria pele, e entender, o lugar que essa obrigação moral tem na forma em que as pessoas se envolvem na *luta*. Essa obrigação que não provém de ninguém e que provém de todos ao mesmo tempo, que não resulta de nenhuma sanção em particular, senão desse sentimento de compromisso para com o outro, o que está ao teu lado todos os dias, e de cujo olhar depende teu lugar no mundo e teu valor como militante e como pessoa; esse sentimento de culpa e de vergonha própria quando faltaste a uma marcha importante, quando não foste ao piquete em que morreram de frio, ou em que choveu a cântaros, ou pior, quando não estiveste no dia que reprimiram, como me aconteceu uma vez²⁶. De estar ou não estar não só dependia o que tinhas direito nesse universo, o que e quanto merecias; dependia, também, que classe de companheiro e de pessoa eras.

Neste sentido, a distinção *reivindicativo/político* não só supõe uma classificação –e valorização diferencial– entre tipos de atividades, tipos de reunião, tipos de demanda, tipos de luta. Envolve, também, uma classificação das motivações que levariam as pessoas a participar na organização. Por um lado, ao construir uma das vias de distribuição de recursos socialmente significativos –um plano, uma cesta básica, um posto de trabalho na cooperativa têxtil– o MTR é –como tantos outros movimentos– uma organização da qual as pessoas podem se aproximar com e/ou em virtude da expectativa de acessar algum/ns desses recursos. *As pessoas*, como havia dito Seu Nazar e era corrente escutar entre meus interlocutores, *vêm por necessidade*. Por outro lado, ao ser concebido como movimento de caráter *político* que *luta* por organizar politicamente a população em prol da *mudança social*, é socialmente esperado –por seus dirigentes, mas também pelos de fora, como veremos– que suas filas se aproximem e/ou permane-

²⁶ Neste sentido, a *luta* e o *estar na luta* se associam não só a ações que requerem esforço, senão também e especificamente, sacrifício e sofrimento –os quais também conferem méritos e valores, como *estar na estrada*. O mesmo podemos observar em outros contextos etnográficos (cf. Manzano 2007, Rangel Loera 2006, Sigaud 2005, Comerford 1999, Guglielmucci 2001).

çam ali, não *por necessidade*, senão –como costumam dizer os dirigentes– *por compromisso*. No universo do MTR, o companheiro que “vai pelo plano” costuma se distinguir do companheiro “comprometido”, e estas distinções guardam atribuições de intenção, ou se preferido for, explicações alternativas de *por que* as pessoas –como disse na introdução a este trabalho– estão aí.

Neste sentido, a preocupação dos dirigentes por “como ir mais além da cesta e do plano” não implicava, somente, em como limitar o lugar do *reivindicativo* no funcionamento diário da organização; era, também, como afetar as motivações que levavam e conservavam os *companheiros* dentro do MTR. Porque nesse “por que estavam aí” residia, em última instância, que tipo de organização se estava construindo –quer dizer, *o que era* o Movimento Teresa Rodríguez. Com o tempo fui entendendo que o “ir por necessidade” ou ir “pela cesta e o plano”, como costumava se dizer, constituíam ao menos em dois sentidos distintos uma ameaça para o ideal de *política* –e de organização– que tinham os dirigentes. Por um lado, a *necessidade* ameaçava o dever-ser livre e voluntário da participação no movimento; o maior fantasma de uma participação compulsiva –*por necessidade*– era fazer do MTR algo próximo à manipulação que os dirigentes atribuem à lógica *punteril* e *clientelar* do peronismo. Daí –entendo– que qualquer conversão entre o *político* e o *reivindicativo* pudera ser controvertida: por exemplo, quais atividades deviam ser *obrigatórias* –isto é, atividades cujo cumprimento *conta* para a elaboração das ordens de mérito no que diz respeito ao direito sobre os recursos de *assistência social* –e quais *voluntárias*– aquelas cujo cumprimento ou não cumprimento não afeta a ordem de mérito e que, portanto, não estão sujeitas ao controle formal da organização (mesmo que na prática estejam sujeitas, como todo fazer, ao olhar e à avaliação dos outros, e sempre contem, se não para definir o que se merece, para definir quem se é). Assistir a *reunião de cabildo*, por exemplo, certa vez *obrigatória*, havia deixado de sê-lo: já “não contava para a cesta e o plano”, me havia dito Pancho, era uma atividade *política* da qual devia participar quem realmente quisesse construir *politicamente*. O mesmo aconteceria –como vimos naquela assembléia do cabildo *Maio*– com a realização das horas de trabalho correspondentes à contraprestação laboral exigida pelos planos sociais: depois de 10 anos, tornar-se-ia *voluntária*.

Por outro lado, a presunção do “ir por necessidade” implicava a possibilidade de contaminar e vulnerar o caráter desinteressado do que para os dirigentes –e não só para eles– devia ser a *política*, isto é: uma atividade de *luta* e entrega por um bem coletivo –*justiça social, igualdade, revolução*–, contraposta a qualquer busca de benefício ou proveito pessoal ou bem individual– como era considerado “ir por um plano”. As mudanças nas regras de correspondência

entre a *marcha* e a *cesta* sobre as quais Seu Nazar tanto se queixava, adquiriam inteligibilidade, para mim, à luz deste perigo de contaminação. Já não se podia “marchar pela cesta”, dizia Nazar; agora havia que “marchar sempre”, uma exigência que para ele era fútil, porque a única coisa que fazia era “tirar gente” do movimento. E em um sentido Nazar tinha toda a razão: o que ele chamava “marchar pela cesta” era uma modalidade de concessão –corrente em boa parte das organizações piqueteiras– que o MTR havia adotado durante algum tempo e logo abandonado; consiste, basicamente, em que uma quantidade x de produtos é concedida pela participação em cada marcha –o que se poderia sintetizar na fórmula “1 marcha = 1 cesta”. No MTR, esta modalidade foi substituída, em um dado momento, pelo que Nazar chamava “marchar sempre”, isto é, uma nova regra segundo a qual para se ter direito à concessão de produtos, requerer-se-ia agora um mínimo de 5 marchas a cumprir. O tamanho da cesta outorgada ao final do mês –*cesta pequena* ou *cesta grande*– era proporcional à participação de cada companheiro nessas 5 marchas. Assim, enquanto com a primeira modalidade de concessão existia a possibilidade de que alguém marchasse aleatoriamente uma vez, ou duas vezes, ou três, obtendo *algo* de produtos da cesta; com a segunda modalidade era necessário acumular um mínimo de 5 marchas para ter esse mesmo direito. Na prática, isto implicava, como bem sabia Nazar, que o fluxo de pessoas –em quantidade e mobilidade– que circulava no movimento se reduzia. Como uma vez me explicaria:

–Você imagina que se pode passar meses até que se cumpram 5 marchas, e em outras organizações a pessoa marcha uma vez e já tem algum produto da cesta.

O ponto é interessante: quando Seu Nazar voltava a se queixar dizendo que o movimento era “confuso” –porque por um lado não se podia marchar “pela cesta”, mas, ao mesmo tempo, a obtenção da cesta e o tamanho dessa cesta dependiam de marchar–, também estava certo. Tanto em uma como em outra modalidade de concessão, o princípio do direito que regia era o mesmo: estava fundado, uma vez mais, na associação entre fazer e merecer. Aquele que obtinha a cesta o fazia, em um e no outro caso, marchando –de fato, uma das razões pela qual o movimento havia deixado de lado a modalidade “1 marcha = 1 cesta” respondia às reclamações das bases no intuito de respeitar esse princípio: “como podia ser”, diziam muitos, que fulaninho marchara uma só vez e recebera “quase o mesmo” que cicraninho que “marchava sempre”.

Em todo caso, a diferença entre uma e outra modalidade era de grau: a primeira requeria menos esforço para resultados similares. O que para Nazar era uma exigência desvantajosa em termo de quantidade e contraditória em termos lógicos, era, de outro ponto de vista, uma forma

de separar o joio do trigo: para dizê-lo em poucas palavras, não é o mesmo ter cestas por marchar que marchar pela cesta. Exigir 5 marchas não era exigir constância e perseverança, uma garantia de que, quem estava disposto a estar ali e permanecer, provavelmente o fizera por algo mais do que *por uma cesta*. Esse estar e permanecer *mais além* de uma retribuição material e individual imediata era uma das provas de *compromisso*: com efeito, quando os dirigentes diziam que um companheiro era *comprometido*, ou que fulano *tinha compromisso*, referiam-se a essa entrega à *organização* e às tarefas requeridas pela organização. Um *compromisso* moral com esse coletivo de *luta* que era o MTR.

Na oposição entre *necessidade* e *compromisso* residia, também, a chave em que Martino havia lido minha dissertação de mestrado, e o ponto do qual discordava com ela: segundo sua perspectiva, a ordem do *reivindicativo* aparecia no centro de minha análise e tudo transcorria como se as pessoas estivessem no movimento “só por necessidade”. Nossas discussões atravessaram vários momentos; ao princípio manifestei que sua leitura me parecia parcial; a meu entender meu trabalho intentava expandir um universo díspar, como todas as suas contradições, e ele –assim como outros, e por sorte também diferentemente de outros (militantes, intelectuais, acadêmicos e jornalistas)– havia optado por suprimi-las, construindo um universo uniforme: onde eu via muitas coisas, Martino via “só por necessidade”. Claro que esta operação não respondia nem a uma ingenuidade, nem a uma falta de compreensão de sua parte: respondia ao fato de que sua leitura –como a de outros– era uma leitura *política*, que atendia aos efeitos *políticos* de expandir essas contradições em uma arena pública marcada por debates sobre a legitimidade das organizações piqueteiras. A própria acusação de “clientelismo” era um dos termos em que discorriam esses debates:

“E a estes, quanto pagaram a eles para vir aqui?”, me dizia uma vez um taxista na Avenida Leandro M. Alem enquanto lhe pagava a viagem inconclusa: nosso trajeto havia sido interrompido, a duas quadras do Ministério do Trabalho, por uma marcha massiva de várias organizações de desempregados.

“Para a jornalista Laura Vales –escreve um reconhecido jornalista (Dinatale 2004:179-180)– ‘o sistema de clientelismo se insere nos grupos piqueteiros quando há assembleias que decidem como se repartem os planos’. O autor acrescenta algumas linhas depois: “Segundo entende Artemio López, da consultora Equis, ‘os movimentos piqueteiros melhoram e aperfeiçoam o sistema clientelar porque se movem com uma lógica de assistencialismo similar à dos punteros de bairro de partidos tradicionais”.

“Não é uma nova identidade social nem uma alternativa ao neoliberalismo –escreve um colunista do suplemento cultural do diário *Clarín* em uma resenha do *Cruzando la Sarmiento. Una etnografía sobre piqueteros en la trama social del Gran Buenos Aires*, livro de minha autoria –; é só outra forma de se manter emerso, outra forma de se safar”. E mais adiante acrescenta: “Piqueteiros não são tanto os que vemos manifestar amiúde, senão aqueles com quem se negocia para obter algo, os que desfraldam ou cumprem: os que ‘manejam os planos’” (Revista Ñ, diário Clarín, 18 de novembro de 2006).

Talvez uma das razões pela qual, para Martino, o “por necessidade” era, automaticamente, sinônimo de “só por necessidade”, era que ele –assim como seus aliados e adversários no debate público– professava uma separação normativa entre o que concebia serem atributos próprios da *política* –adesão-a e convicção–por um conjunto de idéias, *compromisso* e entrega desinteressada por um bem comum–, e o que concebia serem próprios da *economia* –satisfação da *necessidade material* e a busca de um *interesse* pessoal²⁷. Como bem me lembrou Guillermo Quirós uma vez, de modo semelhante ao que ocorre ante à transgressão de um tabu, as situações que desobedecem uma separação normativa costumam ser codificadas em termos de contaminação. E algo que se contamina é também algo que se anula: neste caso, a possibilidade de que as pessoas se aproximem de um movimento *político* “por necessidade”, implicava, para Martino, para o colunista que resenhou meu livro, e para outros, ao menos alguma/s destas contaminações e transformações:

- a ação desinteressada em ação interessada;
- a ação orientada ao bem comum em ação orientada ao bem particular;
- a ação coletiva em ação individual;
- a ação voluntária em ação obrigatória;
- a autêntica política em política mercantilizada, em suma, em falsa política.

Há relativamente pouco tempo entendi que meu maior incômodo com a literatura que dominava os estudos sobre piqueteiros quando iniciei minhas investigações em Varela, era o de reproduzir, no plano da descrição e da explicações sociológica, esta visão normativa da *política* (cf. Quirós 2009a). Em parte por serem ou se proporem ser porta-vozes das organizações ou tomar posição, os cientistas sociais tendiam a reproduzir os termos dicotômicos do debate público que tinha por objeto definir *quem* eram esses *piqueteiros* e *por que* estavam aí: assim,

²⁷ O domínio do *reivindicativo* era também referido por Martino e por outros em termos de questões/problemas/necessidades *econômicas* ou *economicistas*.

ao estereótipo do economicismo –o piqueteiro demonizado, o que “vai por um plano”–, a literatura costumava opor o estereótipo do que chamei moralismo– o piqueteiro santificado, o que “luta pela mudança social”, “por uma nova ordem social”, o que produz “novas subjetividades”, “novas identidades” e “novas dignidades” em uma sociedade marcada pelo que, seguindo Robert Castel (1995), generalizou-se em termo de “fragmentação” e “descoletivização”²⁸. As razões de ordem “material”, com que meios de comunicação e atores políticos buscavam explicar e desacreditar o protesto social, foram associadas ao que Thompson chamou “visão espasmódica” (1998:150 e ss) da ação popular: visão que reduz a mobilização a estímulos meramente “econômicos”. A este reducionismo instrumental, a sociologia opôs razões que se chamou de ordem “político-moral”²⁹. Tudo transcorria, tacitamente, como se fora política e sociologicamente incorreto outorgar um lugar demasiado significativo, no estudo da ação coletiva, à ordem do “material”; e isto até certo ponto não tinha nada de mau, pois efetivamente, ali como em qualquer ação social, havia algo mais do que “razão material”. O problema está em que esse “algo mais” se reduz à “moralidade” da ação coletiva, e que essa redução levou, entre outras coisas, a pressupor que nosso trabalho como sociólogos ou antropólogos estava feito uma vez que havíamos mostrado a anti-economia da ação coletiva (Quirós 2009a, 2009b)³⁰.

²⁸ Uma excelente crítica à reprodução de estereótipos e às operações de santificação e moralização por parte da ciência social norte-americana contemporânea que estuda universos de marginalidade urbana ou associados à “pobreza” e “aos pobres”, pode se encontrar em Wacquant 2001. Ver também as reflexões de Bourgois 1995, 2002. Por outro lado, menciono na linha de meu argumento o trabalho de Zelizer (2005), no qual a autora efetua uma crítica à ciência social que compartilha e reproduz, em suas descrições, o universo moral dos “mundos hostis” do direito, da economia, e da intimidade que as pessoas professam.

²⁹ “Políticas” quando os objetivos e lemas públicos do ator coletivo –*mudança social, trabalho genuíno, inclusão social, nova ordem social*– eram assimilados como motivações dos atores individuais; “morais” quando a pergunta pela “dimensão subjetiva” era colocada e a atribuição de motivações adquiria a linguagem da *busca de pertença*, de *visibilidade social*, de *reconhecimento*, de *dignidade* ou *dignificação*. Cf. Quirós 2009a.

³⁰ Como argumentei nesses trabalhos, entendo que a oposição economicismo/moralismo, ou material/moral pode estar associada a uma leitura corrente –e empobrecedora– da noção de “economia moral” de E. P. Thompson: leitura segundo a qual toda “economia” (material) tenderia a uma dimensão moral –no sentido de portar valores– a ser desvelada pelo sociólogo ou pelo historiador “social”. O próprio Thompson adverte sobre os problemas desta interpretação em seu ensaio (1998:203 e ss). Por outro lado, cabe assinalar que a oposição entre explicações instrumentais e não (ou anti) instrumentais da ação coletiva tem também, no campo intelectual argentino, outras vertentes teóricas. A influência dos enfoques europeus, por exemplo, que se distanciando da abordagem racionalizante das teorias norte-americanas –como as teorias da mobilização de recursos e das oportunidades políticas de C. Tilly (1978) e S. Tarrow (1997)– propuseram incorporar dimensões culturais, expressivas e cognitivas –como identidade e reconhecimento (Melucci 1994, 1995)– ao estudo da ação coletiva. Como bem assinalam alguns autores (Polleta e Jasper 2001:284, Brubaker e Cooper 2000:6), a “identidade” operou, contrapondo-se ao “interesse”, como um modo de conceitualizar formas não instrumentais da ação política. Nesta linha, Manzano (2007: 301) se refere a um esquema dicotômico herdado destas formulações e das da academia latino-americana dos “novos movimentos sociais”: esquema em virtude do qual “se revalorizou a política (lutas propositivas) por sobre o que se definia como estratégias de sobrevivência e lutas reivindicativas. As disputas reivindicativas em torno da redistribuição econômica –consideradas próprias do movimento urbano e operário– foram vistas como instrumentais e ‘curtoprazistas’, em contraste com as metas expressivas dos novos movimentos sociais que apontavam para redefinir as relações da sociedade civil e da vida cotidiana”.

Penso que ao escrever minha dissertação de mestrado, buscando alternativas a estes hábitos epistemológicos, e sobretudo aos estereótipos que reproduziam, substituí a exclusão pela simultaneidade. Em uma espécie de operação de soma, busquei mostrar que eram e podiam ser ‘as duas coisas’: material *e* moral, necessidade *e* compromisso, política *e* economia, interesse *e* desinteresse. E é esta operação de soma o que hoje me resulta insatisfatório, na medida em que, ao permanecer nos termos da dicotomia, deixa de fora aspectos fundamentais da experiência de meus interlocutores de campo. Seu Nazar por exemplo. Nazar questionava a hierarquia entre o *reivindicativo* e o *político* não só porque a invertia –Nazar reivindicava o *reivindicativo*: mexer a panela, estar na merenda–, como também porque, em vários sentidos, a borrava e a transbordava: o fato de que as pessoas “foram por necessidade”, “pela cesta”, ou “pelo plano”, não significava um problema para ele; a *luta* “por um plano” não era menos louvável do que a *luta* por algo que outros chamavam de “mudança social”; o tomar conhecimento de um erro na *recontagem* de uma marcha, ou na *cesta básica* concedida a um companheiro, da *alta* ou da *baixa* do plano de outro, da enfermidade de outro –em suma, a resolução dessas questões de todos os dias–, não eram nem de *curto* nem de *longo prazo*, nem pequenas nem grandes, eram, simplesmente, as atividades de seu estar, fazer, e ser no movimento. Um fazer que Seu Nazar levava a cabo com gosto e com prazer: esse gosto que eu percebia em suas cerimônias cotidianas, que a Irma, sua mulher, tanto indignava, e ao que ele mesmo apelava para explicar –às vezes justificar– o que fazia: “A mim dá gosto marchar, o que vou fazer”; “Eu prefiro ficar aqui na merenda”. Esse gosto que não pode ser preso nem reduzido nem explicado pela *necessidade* “ou” pelo *compromisso*, e tampouco pela *necessidade* “e” pelo *compromisso*.

Quando uma vez perguntei a Seu Nazar como havia chegado ao movimento, me disse que “tudo isso” havia começado com Chiche Duhalde³¹:

–Com os primeiros planos que Chiche deu, eu comecei. Comecei fazendo um grupo do bairro³², fizemos as calçadas desta rua, da outra... Nessa época se fez a inauguração das calçadas, veio Chiche Duhalde e tudo. Se você visse, uma mulher muito agradável, porque você sabe que, por ser gente rica, os políticos às vezes têm uma distância, né?, com o trabalhador... E ela não, ela conversava, não tinha problema em tirar uma foto. Uma mulher muito boa. E o plano funcionava muito bem, e isso foi ela que começou.

³¹ Hilda “Chiche” Duhalde, esposa de Eduardo Duhalde, ex-governador da província pelo Justicialismo (1991-1995, 1995-1999), presidenta honorária entre 1995 e 1999 do Conselho Provincial da Família e Desenvolvimento Humano da província, e deputada nacional entre 1997 e 2001. Foi sob o governo dos Duhalde que se cria o Plano Bairros Bonaerenses ao qual se refere Seu Nazar.

³² Refere-se aos *grupos* de trabalho no quadro da contraprestação do Plano Bairros Bonaerenses.

–Mas o senhor, Seu Nazar, não estava na UGL³³? –perguntou Gloria, que escutava nossa conversa enquanto preparava a última rodada de tortilhas.

–Claro, depois começou tudo isto da UGL, e eu entrei no grupo da UGL por meu sobrinho, que é puntero do bairro, já nessa época era puntero, e estava formando grupos. Naquele momento houve um problema como meu plano, e foi La Chana, uma vizinha daqui que também é puntera, e era coordenadora da UGL, quem mo solucionou. Fomos a todos os lados, à prefeitura, à Direção Laboral, e bem, aí por sorte se solucionou. A gente é muito amigo, nessa época ela trabalhava com o Pájaro Ríos, e agora trabalha com Pereyra³⁴.

–E como veio parar aqui? –lhe perguntei.

–Quando saiu o plano de Irma, porque minha filha mais nova completou os 18, conseguimos outro pelo movimento³⁵. E aí comecei a marchar por Irma, porque ela por causa da doença não pode, né. E depois comecei aqui com o refeitório, até que um dia a delegada que estava se foi, porque havia lhe saído um trabalho, e as pessoas me disseram se eu não queria passar a ser delegado. Então aí fui e disse a La Chana, que era coordenadora da UGL: lhe disse sinceramente, que a mim dava gosto trabalhar aqui, e que, se não a chateasse, eu queria fazer o passe³⁶. Assim foi como fiquei. Com ela não teve problema, não te disse, pois somos muito amigos. Às vezes me pede gente quando tem alguma agitação, ou um ato, isso não tem nada a ver com política.

A procura do plano de Irma havia levado Seu Nazar ao movimento: às marchas primeiro, ao refeitório depois, a delegado de cabildo mais tarde. Nazar não era um ativista modelo do MTR. Não era marxista, nem leninista, nem guevarista. Não mostrava demasiado interesse em discussões de ordem *política*, tampouco em *reuniões políticas* ou em cursos de formação. Sua escola de militância havia sido o peronismo, seu vínculo com os *puntero* do bairro era cordial e cotidiano, seu reconhecimento por figuras representativas do peronismo bonaerense como Chiche Duhalde não significava nenhuma contradição com sua crítica ao *governo*, menos ainda

³³ Sobre as UGL, ver nota 11 neste capítulo.

³⁴ Julio Pereyra, prefeito de Florencio Varela pelo Partido Justicialista do ano de 1992 até hoje.

³⁵ Os planos de emprego chamados “com cargas” são concedidos àqueles que, além da condição de desempregado, estejam na condição de chefes e chefas de lar encarregados de filhos menores de 18. Passada essa idade dos filhos, o plano fica sem efeito.

³⁶ O “passe” é a forma com que se conhece nos bairros e nos escritórios estatais o trâmite de “passar” a inscrição de um plano de um órgão executor para outro. Neste caso, Seu Nazar solicitou a La Chana, presidenta da UGL de seu bairro, efetuar o “passe” de seu plano inscrito na UGL para um plano inscrito no MTR. O órgão executor em que está inscrito um plano –um movimento, uma organização civil, a UGL– implica, entre outras coisas, que desse órgão depende a realização da contraprestação do destinatário. Os “passes” de plano implicam, assim, “passes” no lugar onde se efetua a contraprestação. Seu Nazar solicitou o passe de seu plano justamente para poder realizar a contraprestação no cabildo *Liberdade* em lugar de fazê-lo, como antes, na UGL do bairro.

com sua convicção sobre os métodos de *luta* do movimento que tanto abraçava. Discrepava com algumas das principais ordens de valor da direção do MTR, e no entanto, e isto quero destacar, compartilhava com os altos dirigentes algo fundamental: como Martino, como Marcos, e como outros, Nazar se dava ao movimento; e, como eles, exigia e esperava de seus companheiros entrega e compromisso.

O ponto é que tipo de compromisso esperava Seu Nazar, ou melhor, o que era *compromisso* para Nazar. Nesse mundo de equivalências, talvez compromisso era dar o que ele dava, um compromisso que não era pensado como um *mais além* da cesta e do plano, senão talvez *mais alguém*: mais alguém, mais aqui, no cabildo. Porque é ao cabildo que Nazar se dava, e era isso que esperava de seus companheiros: marchar sempre e fazê-lo com a bandeira do *Liberdade*; cumprir as horas de trabalho e fazê-lo sob o céu do *Liberdade*. Nazar dava e esperava um *compromisso* que não se contrapunha à *necessidade*, e eu me pergunto se nesta impureza não residia o sabor de sua militância.

–Por mais que digam que o cabildo é de todos, a realidade é que ele está aí o tempo todo, que o sente como próprio, pode se sentir que é dele, você percebe isso –me disse uma vez uma militante e ex-dirigente do MTR. Quando, revisando meus registros de campo, reencontrei estas palavras, a imagem de Nazar me veio à cabeça: ao dar-se ao cabildo, Seu Nazar o tornava próprio, e isto não significava que o cabildo fosse dele, mas que *ele* era do cabildo. Ao fazer no cabildo, Nazar se fazia a si mesmo. Quiçá daqui emanava essa paixão da qual não pude falar em sua homenagem, e que animava sua militância.

Se, como disse Martino, o companheiro Nazar deu a vida pelo movimento, é porque o movimento era sua vida, essa vida que me ensinou que há distinções e hierarquias que não contam para todos, que há forças constitutivas do envolvimento-em que transbordam nossas grades classificatórias. Essa vida em que *lutar* não é só merecer, tampouco somente valer, é também prazer-de-fazer³⁷. Uma vida de todos os dias que um dia Irma aprendeu a lembrar com saudade, como aprendeu também a admirar as fotos de seu marido agitando a bandeira, e a olhar essa bandeira como se fosse sagrada.

³⁷ Recupero a expressão “prazer de fazer” que Florence Weber (1989) alcunha para compreender o sentido dessas atividades classificadas por seus interlocutores de como *travail à-côté*: atividades que não podem ser explicadas nem abarcadas por distinções como passatempo e trabalho, voluntário e obrigatório, desinteressado e interessado. No prazer de fazer a autora encontra uma das chaves para restituir o sentido, sempre híbrido, dessas práticas que não podem se reduzir à *necessidade* –mas que tampouco não necessariamente podem se opor a ela.

II. Acompanhar

De cumprir as expectativas do outro, ou, ao menos, de mostrar intenção de cumpri-las, dependia a manutenção das equivalências –quer dizer, a percepção de que cada um estava fazendo e dando o que correspondia, o que era justo–, e, assim, a continuidade da relação. Neste sentido, as noções de ajuda ou de favor distam de ser mascaramentos, transfigurações verbais, ou negações coletivas de uma troca calculada, como às vezes se pretende. Antes de cindi-las e/ou hierarquizá-las em dois domínios contrapostos –a da “troca” e “cálculo” por um lado, e o da “ajuda ou favor” e “reciprocidade” por outro–, estas relações são mais bem entendidas se as pensamos atravessadas e regidas por cálculos sempre morais e moralidades sempre calculadas, em que cada parte parece velar por sua equivalência. O ponto está em explorar quais são, neste universo, as formas apropriadas e inapropriadas, justas e injustas, justificáveis e injustificáveis, de trocar favores e ajudas.

Teve de se passar um tempo considerável para que eu me advertisse sobre o que o trabalho político de La Chana estava me ensinando desde o princípio: não só a quantidade mobilizada no ônibus é aquilo que conta, senão que conta, também, o quem acompanha, e como. Na metade do caminho entre o excesso de relação (o parente) e a ausência de relação (o que “vai por um choripán”), se encontrava o vizinho, esse ótimo de compromisso que faz a autêntica política: um compromisso cuja dose aceitável de bem próprio e bem comum, de interesse e desinteresse, de obrigação e de gosto, é cotidianamente negociada.

I. De La Chana, referente peronista do bairro Las Rosas

Eram cerca de 9 horas e La Chana havia acabado de distribuir os últimos sacos de leite. Deixou os caixotes vazios e buscou seu celular.

–Tenho que ligar para Lili na prefeitura, porque não me confirmou o ônibus para o enterro –disse, enquanto discava o número–, e as pessoas estão esperando uma resposta.

–Quem morreu? –perguntei.

–Uma vizinha de Estelita, uma senhora já de idade, o que acontece é que... Oi, Lili –disse quando a atenderam do outro lado–, quem fala é Patricia Chana, sim, desculpa te incomodar de novo, mas com Estelita queríamos saber se pudeste confirmar o ônibus. Sim, para o enterro. E a que horas? Sim, vamos buscar. Sim, sim, fique tranqüila. Certo, Lili, muitíssimo obrigada.

–Ai, que sorte –disse, discando agora outro número–, é que é uma família muito humilde, pediram para Estelita ver se não podíamos conseguir o ônibus para ir ao cemitério, mas como eu já pedi um na semana passada para o cunhado de Odi, não sabia se iam me dar outro para

hoje. Tudo certo, Estelita –interrompeu de novo–, tem que buscá-lo às 11. Sim, às 11 em ponto. Você me faz o favor de avisar a seu Cepeda? E que seja pontual.

Chana me pôs para cortar o alho e as cebolas enquanto ela se encarregava de despelar o frango.

–Corta assim, vou te ensinar um prato boliviano.

Tinha que deixar tudo pronto antes de irmos, pois não queria ter problemas com Luis, sobretudo porque na última semana havia faltado muito em casa, e, no dia anterior, a *reunião de referentes* havia durado mais de duas horas: quando Luis chegou do trabalho, ela nem sequer havia comprado as coisas para o almoço.

–E como foi? –perguntei.

–E o que poderia ser, armou um barraco...

–Não, como foi a reunião.

–Ah, sim, muito linda. Éramos uns 100 referentes e dirigentes, basicamente deram um toque para nós sobre o que vem agora. Jose disse que o trabalho começa em 29 de outubro, depois das eleições, que aí temos que começar a trabalhar duro. Falou-se que Pereyra não tem oposição por agora, mas que isso não significa que não tenhamos que pôr garra.

A reunião –à qual não assisti por se tratar de um encontro só para companheiros– havia sido convocada pela secretária de Relações com a Comunidade do governo municipal, Josefina Sierra –mais conhecida como “La Jose”–, e havia ocorrido no grande salão da prefeitura, esse mesmo salão de porta de folha dupla onde, algumas semanas atrás, eu havia presenciado, junto com La Chana, o ato em que Julio Pereyra, prefeito municipal, firmava a licitação do pavimento de 100 quarteirões através de um convênio –conforme anunciou nessa ocasião e com orgulho o Secretário de Obras Públicas– recentemente selado com o presidente da Nação, Néstor Kirchner. Lembro-me que, nesse dia, as portas de folha dupla estavam escancaradas; os últimos que chegavam se amontoavam na entrada enquanto aproximadas 150 pessoas enchiam a platéia, exibindo cartazes e cartolinas ao alto: “Obrigado pelo pavimento, Presidente Kirchner”; “Obrigado, Prefeito Pereyra. Bairro Las Canillas”; “Hudson Presente”; “Villa Salcedo Presente”. As filas da frente eram ocupadas por homens de terno e mulheres arrumadas, pessoas ilustres que La Chana, falando baixo e apontando discretamente, encarregou-se de me fazer conhecer: o secretário de tal coisa, a diretora de tal outra, o vereador fulano, a vereadora beltrana.

Só com o tempo entendi que estar perto destas pessoas, escutá-las pronunciar um discurso, aproximar-se depois para saudá-las ou trocar umas palavras, eram coisas importantes para La

Chana –e também para seus *vizinhos* do bairro. Nessa importância, havia algo de síndrome televisiva: estar perto de uma celebridade. Assim, por exemplo, mais de uma vez Chana me repetiria “o lindo” que havia sido o ato de inauguração de um centro comunitário em Villa Margarita, onde pôde estar na primeira fila sem nenhuma barreira que a separasse da ministra de Desenvolvimento Social, Alicia Kirchner, a quem chegou a dar uma carta em mãos e tudo. Do mesmo modo que Justina, uma vizinha do bairro Las Rosas que *acompanha* La Chana há anos, me contaria sobre o lindo que havia sido “a assinatura do convênio” entre Pereyra e Kirchner na Casa Rosada:

–Você não sabe que emoção, ter Kirchner assim tão perto –havia me dito na casa de La Chana, quando olhávamos as fotos do evento.

Estar perto destas personagens era, além disso, estar perto de coisas importantes. Pelo menos eu tive uma sensação desta natureza naquele ato no grande salão da prefeitura, quando, depois das palavras do secretário de Obras Públicas, o locutor anunciou –como o faria um apresentador de uma luta de boxe ao anunciar a chegada dos adversários ao ringue– que agora nos dirigiria suas palavras o *Intendente Municipal, companheiro Julio César Pereyra*. A menção ostentosa, os aplausos, as ovações, o retumbe de tambores ao fundo, a assinatura sobre o papel que habilitava a pavimentação de “100 quadras para os varelenses, graças ao presidente Kirchner”, a enumeração de outras obras que estavam em vista; toda essa miscelânea nos dizia, aos presentes, que aí estavam acontecendo coisas, e que, além disso, esses nomes célebres e seus vínculos eram quem as criavam.

Naquela manhã, Pereyra fechou seu discurso voltando a fazer referência ao presidente da nação, “graças a quem Florencio Varela deixava para trás anos de histórias tristes”; “O melhor está por vir”, disse, “Varelenses, com confiança vamos edificar juntos a Varela que todos merecemos”. Palavras às quais seguiram aplausos e tambores, enquanto os funcionários se levantavam para apertar a mão do prefeito, e algumas pessoas dos *bairros* faziam fila para saudá-lo, e La Chana, aplaudindo com entusiasmo, explicava-me que Pereyra havia sido muito hábil politicamente:

–Porque ele foi o primeiro dos prefeitos a se alinhar com Kirchner, quando Kirchner não era nada e recém lançava sua candidatura. Pereyra foi o primeiro em acompanhá-lo, e agora está colhendo os frutos.

Enquanto isso, as câmeras do canal de TV local interceptavam os que saíam do salão para entrevistá-los. A luz branca ressaltava três caras sorridentes e o grupo de “Hudson Presente”.

–Vizinhos de Varela, que momento tão importante; como se sentem? –perguntou o repórter aproximando o microfone dos *vizinhos*.

–Bom, é um momento muito especial –disse um deles– porque tudo isto é produto de muita luta no bairro –e então o microfone se deslocou para a esquerda.

–Através do trabalho da UGL¹, conseguimos as ruas de asfalto que necessitamos, foi um processo longo, e finalmente o conseguimos –disse outro que, conforme saberia depois por La Chana, era vereador pelo bairro; e então o microfone se deslocou ao terceiro, que gritou efusivo: “Obrigado Pereyra!”.

Nesse mesmo salão, estava eu dizendo, La Jose, secretária de Relações com a Comunidade, *dirigente política* de uma das *linhas* mais importantes do peronismo varelense, havia convocado sua reunião de militantes, à qual Patricia Chana, *referente* do bairro Las Rosas –e mais conhecida como “La Chana”– havia assistido tal como era esperado, sobretudo em tempos eleitorais². Foi enquanto despelava o frango e me contava os detalhes do encontro, que tocou seu celular:

–É o Pelado –disse, olhando a tela.

Limpou a mão no pano de prato e segurou o aparelho com a ponta dos dedos:

–Mas como para 40? Lili me disse que era para 20. Sim, 10 de Estelita e 10 meus... E, sim, Pelado, eu convidei 10 pessoas, foi o que me disse Lili. Sim, já sei. ã-hã. Já vejo como me arrumo, você fala com Estelita que eu não chego.

¹ Ver capítulo I.

² Conforme a Carta Orgânica do Partido Justicialista da província de Buenos Aires, a organização do PJ consta de uma dupla estrutura: por um lado, uma divisão territorial: as chamadas *Unidades Básicas* e os *Conselhos de Partido*, que têm jurisdição sobre certo território. Por outro, e em cada território, uma divisão setorial: os chamados *Ramos*, ramo Sindical, ramo Feminino, e ramo da Juventude. Na prática, no entanto, estas estruturas de organização territorial e setorial costumam estar atravessadas por outras pertinências, chamadas *linhas políticas*, algumas vezes institucionalizadas em *agrupamentos políticos*. Uma definição operativa da *linha* e do *agrupamento* pode ser a de uma rede de militantes aglutinados em torno de um condutor ou dirigente (sobre a dinâmica das linhas em contextos de eleições, ver Rosato 2003). O PJ de Florencio Varela, por exemplo, está composto por várias *linhas* e *agrupamentos*, alguns dos quais *acompanham* a *linha* –majoritária– de Julio Pereyra –condutor originário de um *agrupamento* chamado *Agrupamento 30 de Março*–, enquanto outros são opositores. Dentro de cada linha existem, por sua vez, linhas de condutores e dirigentes menores, que contam com sua própria rede de dirigentes e militantes de base. Dentro da *linha* de Julio Pereyra, por exemplo, existem *linhas* encabeçadas por dirigentes de menor hierarquia. Josefina Sierra, por exemplo, secretária de Relações com a Comunidade do município, é dirigente de uma dessas *linhas*. O *dirigente* é também chamado *referente* na medida em que os militantes que formam parte de sua linha dizem *referenciar-se com* essa pessoa. Como veremos, outra forma de se referir à pertença a uma linha é dizer “trabalho com” ou “trabalho para” –Julio Pereyra, Josefina Sierra, ou quem seja. Quando a conheci, La Chana, *referente de bairro* de Las Rosas, pertencia à *linha* de La Jose, ou, como dizia às vezes, *trabalhava com* La Jose. Ao longo desta etnografia, desdobraremos o que consiste esse e outros *trabalhos*. Sobre as imbricações entre *trabalho* e política, ver Borges 2004, Vommaro 2007, Frederic 2004, Quirós 2007. Sobre a noção de *trabalho* político entre os profissionais da política, ver Gaztañaga 2009.

Jogou o frango na panela de pressão, acrescentou a cebola devidamente cortada em semi-círculos fininhos, e começamos com as batatas.

–Agora é que Pelado me diz que o ônibus é dos grandes, que é para 40. Viu como são as coisas, umas vezes muito, outras vezes pouco –protestou.

Eu havia pensado exatamente o mesmo quando vi a cara de preocupação de La Chana enquanto falava com Pelado; o tema ônibus sempre é tenso: se vem, se chega cedo, se chega tarde, se é pequeno, se é grande, se se perdeu, se se pegou outro. Tempos atrás, um dia em que saíamos de sua casa, no bairro Las Rosas, ao baile de jovens que, organizado pela Direção de Deficiência da Secretaria de Desenvolvimento Social, acontecia no centro de Varela, a Chana haviam designado um ônibus dos grandes, um inteiro para ela. Tão grande que, apesar de ter feito a convocatória com tempo, La Chana falou com Rosa, vizinha do bairro e dirigente do *Movimento Evita*, e a convidou para que ela levasse alguns meninos para completar o espaço que tinha. Uma vez que o *Movimento Evita* era “movimento amigo”, ela e Rosa haviam coordenado várias coisas juntas no bairro. No dia em que íamos ao baile, Rosa, que estava há 5 anos no movimento, me explicaria que eles eram, antes, um “movimento piqueteiro”, mas que “agora eram um movimento político”.

–E que diferença tem? –perguntei.

–É que nós não temos que fazer bagunça. Se há marcha ou piquete, nós não temos que ir.

–O que você quer dizer –interrompeu La Chana para expor a *diferença* em palavras politicamente corretas– é que se alinham politicamente com a gestão do presidente Kirchner³.

–Sim, isso –assentiu Rosa, enquanto os quase 50 garotos que havia convocado se empurravam para entrar no ônibus que já teria outros 50 dentro. E o motorista, frente a tudo isto, dizia a La Chana:

–Mas quantos garotos você pensa que vão subir? Eu não vou levar essa gente toda!

Que não, que sim, que não; até que, por fim, La Chana o convenceu, e o homem arrancou. E a passo de tartaruga, e ao ritmo da cumbia entoada pelos garotos, saímos do bairro e andamos entusiasmados umas 30 quadras, até que, em um momento, o ônibus começou a diminuir a marcha, cada vez mais, e ficou completamente parado. Depois de algumas idas e vindas do volante ao motor e do motor ao volante, o motorista conseguiu fazê-lo arrancar, e a ovação dos meninos pôde arrancar-lhe um sorriso, que durou pouco porque andamos outras 10 quadras e paramos pela segunda vez; o homem, agora com mais arroubo, voltou a fazer arrancar o carro,

³ Sobre a distinção entre piqueteiros opositores e piqueteiros alinhados com o governo Kirchner, ver Introdução e capítulo III.

coisa que não pôde repetir na terceira, quando parou e não arrancou mais. “Te disse que não podia carregar tanta gente!”, gritou a La Chana, enquanto os garotos cantavam, “Eh Chana, que ônibus nos deste, Eh Chana, que baile nos trouxeste!”; e ela, entre as gargalhadas e o desespero, buscava o outro chip do celular –o que, *sim*, tinha crédito– para chamar algum *companheiro* da prefeitura para que mandasse reforços.

Na tarde em que Julio Pereyra lançava sua quinta candidatura a prefeito do município de Florencio Varela pelo Partido Justicialista, iria me deparar com uma situação inversa. O ônibus era grande, *sim*, mas a gente era pouca.

–Você já convidou? –perguntei a La Chana.

–Sim, convidei Nely, Felisa, e mais dois vizinhos. Mas agora vamos sair convidando os que faltam e ver se somamos alguns mais. As pessoas que estou convidando hoje –esclareceu– não são as que levei outro dia no ato da iluminação; sempre faço assim, né, vou alternando, para não cansá-los. Quem em vou convidar novamente é Justina, porque ela gosta de ir aos atos. Você termina com as batatas enquanto eu vou arrumando um pouco a casa?

Pegou a vassoura começando pela cozinha, depois a sala, e depois o pequeno quintal da frente. Das que eu conheci pelos bairros em que se centrou meu trabalho, a casa de La Chana –localizada a duas quadras do cabildo *Liberdade*, no bairro Las Rosas– é uma das poucas que está toda rebocada, com piso de cerâmica, conexão de gás natural, e aquecedor de água elétrico. No fundo do terreno, está a casa velha, essa que havia construído com Luis assim que compraram o terreno, e hoje funciona como oficina de conserto de calçados dele. Alguma vez, La Chana me contou que, a Luis, “dava bronca” quando as pessoas comentavam que eles haviam “progredido” porque ela “andava na política”:

–Ele se mata de trabalhar, e tudo o que temos é por seu trabalho, porque, você viu, eu, por meu trabalho, nunca recebo nada.

A La Chana, incomodavam esses comentários das pessoas, não só porque desvirtuavam a natureza de seu *trabalho político*, mas porque negavam, além disso, o *esforço* e o *sacrifício* com que ela e seu marido haviam conseguido tudo o que tinham.

Terminou de varrer e foi para o fundo recolher a roupa.

–Me ajuda, Sabrina, faz o favor –disse à sua filha menor, que não respondeu e veio à cozinha perguntar-me se não queria brincar de cabeleireiro. Disse a ela para esperar eu terminar com as batatas, mas ela já estava trazendo do quarto uma caixinha redonda do tipo das de costura, onde tinham fivelas, elásticos e outras bugigangas.

–Senta aqui –disse indicando-me a cadeira que havia posto em frente ao pequeno móvel da sala. As estantes do móvel ficaram a uns poucos centímetros de mim, e pude olhar pela primeira vez cada uma das fotos que até então só havia visto de longe e ao passar. A do porta-retratos mais importante parecia de outra época. Uma mulher de longas tranças e, junto dela, uma menina.

–Quem é essa da foto? –perguntei.

–A pequeninha é a mãe do meu pai, e a que está ao lado é a mãe dela –disse Sabrina.

–E onde estão?

–Onde podem estar, na Bolívia –disse com um leve tom de “não está vendo?”.

–Sabrina, olha como você fala! –gritou La Chana do fundo.

À esquerda do porta-retratos, havia duas fotos da família: uma de La Chana com as três crianças quando eram pequenas, e outra de todos eles com Luis. À direita, a foto que La Chana tirou com Kirchner no dia em que visitou a Casa Rosada com a delegação de *companheiros* do município.

–Deixa a cabeça parada porque senão eu não consigo fazer –me disse Sabrina, e nisso escutamos baterem palmas na porta. Sabrina esticou o pescoço para ver quem era.

–Para você, mamãe! –gritou.

–Você vai bem, Serna –exclamou La Chana vindo do fundo.

O menino se aproximou do portão e assentiu com a cabeça. Entrou, deu um “bom dia” fechado e ficou parado na entrada.

–Entra, Serna, senta aqui –disse ela enquanto buscava algo no pequeno móvel. O garoto sentou na poltrona e La Chana na mesa, com uns papéis e uma caixa de sapatos onde guarda lápis e outras coisas de escritório. Com a caneta em mãos, olhou para o nada alguns segundos, como quem busca alguma palavra apropriada. Escreveu umas linhas, olhou de novo para o nada, voltou a escrever.

–Vê, Julieta, se está bom isto: “Por meio da presente, informo que Osvaldo Augusto Serna encontra-se realizando na Sociedade de Fomento⁴ de *Las Rosas* suas tarefas comunitárias’. Está bom?

–Sim.

–Me alcança, Serna, o carimbo nessa estante de cima?

Assinou a nota, pôs o carimbo, e perguntou a Serna quanto lhe faltava para terminar.

–Dois meses –ele respondeu.

⁴ Sociedades de Fomento são entidades de bairro equivalentes às Associações de Moradores.

–Dois meses? Que rápido passou...

Fazia quase um ano que Serna cumpria na *Sociedade de Fomento* do bairro Las Rosas –*Sociedade* da qual Patricia Chana era presidenta– as *tarefas comunitárias* que lhe haviam sido designadas por via judicial. Segundo me contou La Chana uma vez, haviam *pegado* Serna em uma casa no bairro vizinho de Hudson:

–Estava com outros dois garotos... Parece que arrombaram a casa e estavam muito chapados, e um vizinho escutou e chamou a polícia. Os outros dois escaparam, mas pegaram Serna, pobre, ele já tem um irmão preso faz tempo...

–E como chegou até você? –perguntei.

–Veio me ver através de outro amigo dele, que também foi pego, e que havia feito as tarefas comunitárias comigo. Mas esse moleque era malandro, porque não vinha nunca, um dia pediu 40 pesos a uma companheira e nunca os devolveu, e, enfim, eu a Serna disse que, se ele se comportasse bem, eu o aceitava, porque a estes garotos tem que dar uma oportunidade, se um não lhes der uma mão, quem vai dar... E a verdade é que é um bom garoto, você logo vê, vem aqui, é tranqüilo, sempre me oferece ajuda se preciso de algo, se quer que corte a grama, ou algum conserto, é muito disposto. Eu não sei por que garotos tão bons se perdem com a droga...

–Serna, o que a droga te faz? O que é o bom da droga? –perguntou-lhe uma vez, e ele conteve o riso, como sempre fazia quando ela, com total desenvoltura, vinha com perguntas embaraçosas.

–É... não sei como lhe explicar, dona.

–Mas o que é que ela te faz? –insistiu ela.

–A única coisa que eu sei é que eu queria estar fumando todo o dia, nada mais me importava.

–Mas o que você sente? –insistiu.

–Ahn... é como fugir do mundo, dos problemas, de tudo isso, a maioria dos garotos que começam a fumar é por isso, para esquecer de tudo.

–E você agora se dá conta que esse é um caminho equivocado, que não te leva a lugar nenhum? –Serna e eu soltamos uma gargalhada.

–Bom, che, quero saber se você se deu conta de que é um caminho equivocado! Porque eu vejo o que acontece; te lembrás, Julieta, do celular que te mostrei outro dia no calçadão?

–Que celular? –perguntei.

–Aquele que estava na loja, que entrei para perguntar e custava 230 pesos.

–Sim.

–Bom, esse celular os pivetes vieram me oferecer aqui na semana passada, por 40 pesos. Era de noite, estavam que pareciam loucos, eu não sei, Serna, se isso é maconha ou crack, não sei, mas eu disse a um, ‘Mas, meninos, como vêm assim, e a esta hora, eu não vou comprar às escondidas assim’. E o garoto me disse, ‘Pega Chana, eu deixo por 15 pesos’. Depois me mostrou outro, que disse que valia 800 pesos e que fazia por 50. E eu lhe disse, ‘Mas isso te parece certo?’ ‘Ah, dona’, rebateu, ‘o que você quer que eu faça?’.

Depois de entregar a declaração a Serna, La Chana se enfiou na cozinha e voltou logo depois com a água pronta para o mate.

–O frango já está quase. Que estranho que Luis não chegou. Você quer tomar, Serna?
–disse oferecendo-lhe o mate.

–Não senhora, tenho que ir, mas obrigado mesmo assim –disse ele, pondo-se de pé.

Ela buscou as chaves para acompanhá-lo, e quando chegaram à porta, como quem se lembra de algo, de repente lhe disse:

–Ah, o que você vai fazer hoje, Serna?

–Hoje? Não sei, pode aparecer um trampo por aí. Por quê? –ele perguntou.

–Porque hoje vem Scioli⁵, você podia aparecer. Veja, se não sair um bico, venha, saímos às 5 aqui de casa.

Quando Serna se foi, um menininho que estava esperando na porta entregou a La Chana um par de botas que trazia na mão. “Para o sapateiro”, disse.

–O sapateiro não chegou –disse ela–. A sua mamãe te disse para quando ela as quer?

–Disse que para amanhã.

–Então vá e diga a ela que é melhor que as leve à feira hoje à tarde, se as levar à feira ele as conserta no dia, se não, ficarão prontas só para sexta.

A criança pegou as botas com dúvidas sobre o que fazer, e depois se foi. Lá dentro, a comida estava pronta; a regra era esperar Luis para lhe servir o almoço, mas ele não chegava. La Chana voltou várias vezes ao portão para ver se o via chegar.

–Sabrina, me ajuda, termina de pôr a mesa, faz o favor –disse La Chana. E como o tempo corria, e esse dia, dia de ato, era especial, comemos nós, lavamos os pratos, e deixamos a mesa

⁵ Daniel Scioli, então vice-presidente da nação, e candidato a governador da província de Buenos Aires pela *Frente para a Vitória*, coalizão partidária encabeçada pelo peronismo oficialista do então presidente Néstor Kirchner, e de sua mulher, Cristina Fernández de Kirchner, senadora e forte candidata à sucessão presidencial de seu marido.

posta para Luis e os dois filhos que chegariam a qualquer momento da escola. Preparávamos para sair quando de novo bateram palmas no portão.

–Como vai, Patricia –disse o homem atrás da cancela.

–Bem, Isidoro, como vai você –disse ela com pressa.

–Vou indo, pelas ruas, como sempre...

–O que está acontecendo agora?

–Vim para ver quando você pode me acompanhar à prefeitura, para falar com o homem de Obras Públicas, porque já passou mais de um ano do pedido...

–Sim, olha, hoje tenho ato, mas amanhã de manhã, você pode amanhã?

–Sim, nenhum problema.

–Que bom, venha amanhã cedo, às 9, e vamos.

–Trago alguns vizinhos?

–É, pode ser.

–Que bom, vou arrumar, porque você viu como é: todos reclamam, reclamam, mas na hora de fazer, aí um tem médico, outro tem que cuidar dos filhos, ao outro saiu um bico, e assim vai...

–Sim, já sei como é, mas, bem, venha amanhã e vemos o que podemos fazer na prefeitura. Traga os papéis para que mostremos a eles a data do pedido.

Quando o homem se foi, La Chana, antecipando-se às minhas perguntas, explicou-me que Isidoro era um vizinho que vinha pedindo fazia anos o asfalto de uma viela que cruzava a 1º de Abril e originalmente entrava no plano asfáltico desta avenida.

–E ele, você não vai convidar para o ato? –perguntei.

–Não, porque a ele não interessa a política; eu sempre que posso lhe dou uma mão porque ele corre muito atrás de coisas pelo bairro, mas nada mais.

Abriu o portão, deu um tchau a Sabrina, e saímos.

–Primeiro vamos para trás –disse, indicando-me com o braço a direção do assentamento.

Fazia dois dias que chovia ininterruptamente, e o bairro Las Rosas, excetuando as duas ruas pavimentadas pelas quais passa a linha 500, era um lamaçal.

–Nossa! Vê se dá para andar, Patricia! Para quando é o asfalto? –gritou um homem da calçada em frente, enfiado em um par de botas de borracha. Ela sorriu e, equilibrando-se enquanto decidia onde apoiar o pé que acabava de levantar, disse-lhe que “trabalhava para isso”. O rapaz resolveu atravessar a rua, e então ela se aproximou em direção a ele, e no meio do caminho de

barro se encontraram os dois, enquanto um burro e uma ovelha –coisa rara, porque nunca havia visto esses animais soltos pelo bairro– pastavam nos matos da esquina.

–É que, Patricia –disse o homem–, a UGL não está funcionando bem, vocês não fazem reuniões para os vizinhos, nem sabemos quando são as reuniões...

–Não, rapaz –disse ela situando-o–, as reuniões são aos sábados, isso vocês sabem, e são vocês os que têm que vir para participar e se informar.

Nessa, como em tantas outras vezes, escutaria La Chana protestar por causa dos vizinhos que “se queixam e não fazem nada”:

–Tem gente que é assim, e que não tem idéia do trabalho que é conseguir uma rua. Isso me aborrece porque alguns te falam como se você não estivesse correndo atrás das coisas... E, ainda por cima, quando tem alguma coisa que está ruim, te dizem, ‘Ah, não fizeste isto ou aquilo’, mas sobre o que está bom não vêm te dizer, ‘Che, que legal’.

Avançávamos a passos lentos porque cada pisada no barro era uma avaliação para onde dirigir a seguinte. Algumas vezes, chegamos a pontos intransitáveis, e tivemos que retroceder para buscar algum caminho alternativo. Na rua de trás, limítrofe ao assentamento, uma que tem várias oficinas de carro e galpões de demolição, Chana tomou um grande escorregão, que quase a levou ao solo.

–Olha só essa tua amiga –disse. E ela soltou uma de suas gargalhadas, dizendo que a última coisa que lhe faltava era cair justo nessa quadra.

Estávamos na quadra de Lucía, *referente de bairro* de Las Rosas e –diria eu– a maior adversária política de La Chana, talvez precisamente porque, em outros tempos, Lucía fora sua maior aliada e companheira de militância, quando, lá nos idos de 2002, ambas haviam rachado com a *linha* de Julio Pereyra e passado a militar com Pájaro Ríos, dirigente de uma das principais *linhas* opositoras do prefeito dentro do peronismo varelense. “Andávamos juntas para todos os lados, era muito lindo trabalhar com ela, éramos como carne e unha”, me contaria La Chana mais de uma vez.

Os problemas chegaram quando, uma semana antes do dia das eleições internas⁶ que Pájaro Ríos estava disputando, convocou-se uma reunião de militantes em que La Chana, ao que parece, teria dito publicamente aquilo que não se podia dizer:

–E eu estava vendo que não íamos ganhar, e quando ele perguntou como víamos as coisas, todos falaram, disseram que estava tudo bem, que íamos crescendo, e chegou minha vez, e eu

⁶ Eleições internas são as eleições intra-partidárias que constituem o mecanismo através do qual os partidos podem eleger seus candidatos para as eleições gerais. Em geral, é onde as distintas *linhas* competidoras apresentam seus dirigentes em uma *chapa*, e de cujo resultado surge o candidato oficial do partido.

disse que reconhecia que havíamos trabalhado muito, e crescido muito, mas que não sabia se chegaríamos a ganhar. E isso foi terrível, Lucía ficou com muita raiva, me disse que eu estava jogando baixo, e que eu estava trabalhando por baixo⁷, e aí começou minha ruptura com eles, porque disse o que eu pensava.

La Chana costuma narrar essa ruptura como um dos momentos mais difíceis de sua vida política. Considera que Lucía nunca a perdoou por ter saído do espaço de Pájaro, e que tudo havia sido muito duro porque havia se mesclado “o pessoal com a política”:

–Em política, você não pode se mover pelo afeto, porque se tiverem que cortar sua cabeça, vão cortá-la, você não pode mesclar com o afeto –me explicava La Chana.

Com a ruptura, vieram as disputas –pelo controle das instituições de bairro, pela adesão dos *vizinhos*–, e com as disputas, as acusações: em um ato de inauguração de obras, Lucía entregaria em mãos à ministra de Desenvolvimento Social, Alicia Kirchner, uma carta na qual imputava a La Chana –então presidenta da UGL e encarregada da distribuição dos planos de Chefas e Chefes de Lar no bairro Las Rosas– a cobrança compulsória de uma cota mensal aos beneficiários, sob pena de “dar-lhes baixa” no plano. Segundo La Chana, Lucía entregou a carta pensando que com isso ia deslocar La Chana politicamente. Porém, o assunto tomou rumos inesperados: da carta derivaria uma denúncia penal e a adoção de uma série de medidas cautelares. Entre elas, o plano de emprego do qual a própria Chana era beneficiária seria suspenso durante um ano. O caso tomaria, além disso, caráter público, sendo difundido nos jornais locais –cujos recortes Chana conserva até hoje. E ainda que, no fim, tenha sido declarada sua inocência –as testemunhas citadas declararam não ter sido obrigadas a pagar cota alguma–, e ainda que economicamente La Chana tenha sido ressarcida– pôde receber retroativamente o montante correspondente aos 12 meses durante os quais seu plano havia sido suspenso–, do ponto de vista político e pessoal o assunto teve, para ela, uma altíssimo custo.

Em termos políticos, La Chana ficou fora de todo espaço de militância. Só com o tempo retomaria seu *trabalho político*, voltando ao espaço de Julio Pereyra e integrando-se à *linha* de La Jose –que já era então secretária de Relações com a Comunidade do município. Esse espaço, La Chana teve que reconquistar, porque, como me disse alguma vez, “quando te retiras de um lugar, perdes tudo, é como começar do zero”. Em termos pessoais, Chana não só perdeu Lucía, sua companheira de militância, agora tornada adversária, como também uma paralisia

⁷ “Trabalhar por baixo”, militar de maneira encoberta a favor da linha ou partido opositor àquela ou àquele para o qual se declara militar.

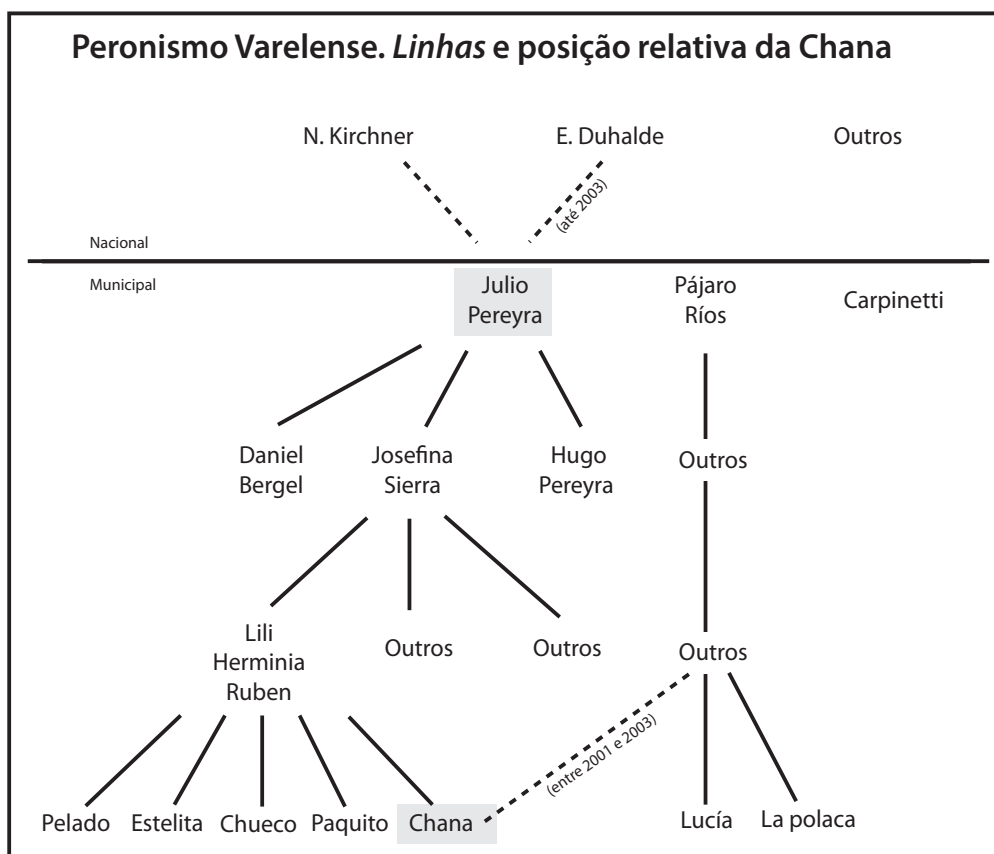
lombar a deixou prostrada em uma cadeira de rodas durante mais de 4 meses. Tempo em que La Chana não quis ver ninguém, “mas ninguém mesmo”.

Então chegou o momento de renovar as autoridades da Sociedade de Fomento do bairro Las Rosas:

–Tinha que regularizar a instituição, e eu já havia deixado tantas coisas, perdido tanto, que não queria perder outra coisa mais, então disse a todos que viriam, simplesmente que viessem. No dia da eleição, havia mais de 100 pessoas na porta de minha casa. Também havia gente da prefeitura, da Secretaria de Relações com a Comunidade, porque eles estão presentes nas eleições das instituições de bairro, né. E Justina me contou que passaram duas mulheres de Lucía, aí pela rua, e que uma disse à outra, ‘Ela sempre quer demonstrar que pode sozinha’. E a outra em voz baixa confirmou: ‘Mas pode, não?’.

Com votação à mão estendida, Chana foi reeleita presidenta da Sociedade de Fomento de Las Rosas, e a instituição ficou regularizada. Hoje costuma concluir a história com uma frase que a apazigua: “O que não te mata, te fortalece”. Insiste que pode andar tranqüila pelo bairro porque, para além das diferenças, as pessoas a respeitam, e também a seguem:

–Quando vou a um ato e vejo a quantidade de gente que levo –disse–, aí vejo que as coisas têm uma razão de ser.



II. Sair para convidar: dos favores, pedidos, ajudas e respostas do trabalho político

Com barro até os tornozelos, chegamos ao nosso primeiro destino: a casa de Mónica.

–Chama a sua mãe para mim? –disse Chana a um dos meninos que brincavam na porta. O garotinho entrou e logo depois saiu Mónica, uma mulher de uns 35 anos que eu conhecia pela primeira vez.

–Como estás, Patricia? –disse.

–Bem, e você?

–Bem, mas você viu como está isso?

–Sim, não dá para passar por nenhum lado...

–É um desastre, Patricia, o que aconteceu com a recapagem das ruas?

–Olha: aconteceu que os vizinhos têm que se pôr de acordo. Senão a empresa não vai voltar, porque você viu o que aconteceu da outra vez: não os deixaram trabalhar, e ainda por cima roubaram-lhes as coisas...

–Mas as pessoas não roubaram as coisas, a empresa se foi porque um grupo não a deixou seguir trabalhando, porque diziam que essas não eram as ruas onde se havia decidido fazer a recapagem, e quando a empresa se retirou deixou restos de coisas, isso foi o que as pessoas levaram, eram restos...

–Não, parece que levaram ferramentas também, mas a questão é que os vizinhos têm que se pôr de acordo... Ah –continuou–, te apresento Julieta, é uma escritora que está fazendo um livro sobre o trabalho no bairro.

Saudamo-nos com um como vai, e La Chana perguntou-lhe o que ia fazer nessa tarde.

–Hoje à tarde? Estou por aqui, tenho que levar minha filha à nataçãõ.

–Ah, porque vem Scioli, e queria te convidar para me acompanhar, você pode?

–Sim, que horas?

–Às cinco saímos de casa.

–E onde é?

–Na Patriótica, perto do Alpino.

–Está bem, já vou com a bolsa da minha filha e de lá a levo à nataçãõ.

–Que horas é a nataçãõ?

–Às seis.

–Mas aí nem vai ter começado o ato.

–Bem, eu a levo e volto.

–Está bem... Mas eu conto com você?

–Sim, sim.

–Às cinco na minha casa.

–Está bem.

–É certo que conto com você?

–Sim, Chana, estou te dizendo que sim.

“Falo assim para comprometé-la”, explicou-me La Chana quando saímos de Mónica, “porque tem gente que te diz que vem e depois não vem”.

A duas quadras dali, estava a casa de Odi e Gregorio, um casal que eu havia conhecido por ocasião do festival do dia da criança que Chana e Estelita –*referente* de bairro que também *trabalha com* La Jose, e *companheira de trabalho* de La Chana desde a ruptura com Lucía– haviam organizado na praça do bairro há cerca de um mês antes. Nessa oportunidade, Odi estava encarregada de preparar as roscas e o chocolate quente, enquanto Gregorio –que costumava dar uma mão a La Chana retirando com sua caminhonete os produtos para a merenda da Sociedade de Fomento– disponibilizou o veículo para buscar as panelas e outros utensílios que estavam na casa de uma amiga de La Chana em um bairro vizinho. Alguma vez, La Chana me explicou que Odi e Gregorio eram “dessas pessoas ‘incondicionais’”. Haviam sido, por exemplo, parte das pessoas que se alinharam com La Chana quando ela e Lucía romperam politicamente, e a sustentaram na chapa de candidatos que se apresentariam para a renovação de autoridades da Sociedade de Fomento:

–São vizinhos de muitíssima confiança, desses que te acompanham sempre –me explicava La Chana–. E para o que você precisar eles aparecem, para além da política digo, são capazes de me defender ante quem seja, por isso eu me preocupo em dar uma resposta a eles quando necessitam.

Antes de bater palmas à porta de Odi e Gregorio, tiramos o que pudemos do barro em uma plataforma de cimento.

–Vê só, imagina se alguém vai trabalhar na Capital e chega assim todo cheio de barro, é uma vergonha, olha com que aspecto a pessoa chega –protestou La Chana esfregando seus sapatos. Assim como para muitos de meus interlocutores nos bairros, essa fronteira social que é a *capital* não era alheia para La Chana. A capital era um lugar ao qual ia de vez em quando: quando substituía uma amiga cuidando de um velhinho em casa de família; ou quando visitava

seus irmãos que viviam em um dos complexos habitacionais de Villa Soldati. Buenos Aires era, além disso, o lugar onde havia passado parte de sua infância e sua adolescência. Ao migrar de sua Bolívia natal para a Argentina, os pais de La Chana haviam se radicado com seus cinco filhos na Villa 31, localizada na zona norte da cidade, onde alguns parentes pelo lado materno já estavam instalados já fazia algum tempo. Hoje La Chana, com seus 37 anos, disse guardar até o dia de hoje a imagem dos tratores expulsando os habitantes da vila:

–Era a época dos militares, eu tinha 5 anos mas me recordo das máquinas. Havia militares por todos os lados, olhavam tudo o que você fazia de uns pilares altos, e depois de certa hora tínhamos que ficar em casa, não podíamos nem circular. Se tinham uma foto de Perón e a encontravam, e eras estrangeiro, te exilavam na hora. Meu pai, o amor que tinha por Evita e por Perón, tinha quadros e fotos, e olha que eram analfabetos, eles desconheciam a questão política... Me lembro que uma noite pegou todas as fotos que tinha em casa, enfiou-as dentro do pulôver, foi até o banheiro que ficava do lado de fora e as jogou no poço. Nunca vou me esquecer disso, meu velho jogando no poço as fotos de Evita...

No ano de 77, os pais de La Chana receberam o ultimato de desalojamento do governo militar. Era-lhes dado como alternativa ir viver em conjuntos habitacionais recém inaugurados na zona sul da cidade, mas eles –como muitos outros– resistiram, porque aquilo era “puro cimento”. Foi assim que compraram um terreno no bairro Las Rosas de Florencio Varela, onde já viviam alguns parentes que haviam sido expulsos da vila. La Chana se lembra do dia em que se mudaram: era um monte de famílias indo pela rota 2 a Varela; o governo lhes dava um caminhão para levar as coisas:

–Era a única coisa com que eles importavam, que nós saíssemos dali.

Naquele momento, a escola mais próxima do bairro Las Rosas estava a cerca de 25 quadras, no bairro La Perla, quadras que La Chana e seus quatro irmãos caminharam toda manhã durante vários anos, até que Las Rosas teve, por fim, sua primeira escola primária. Era na época em que tudo se inundava, e para cruzar esse grande encharcado que hoje é a Avenida 1º de Abril, tinha que andar com botas de cano alto.

A adolescência voltou a levar La Chana à *capital*. Para seus pais –na suposição dela, justamente pelo fato de serem analfabetos–, a formação escolar das crianças era algo importante. Queriam que os filhos estudassem em escola técnica, e, como nessa época não havia técnicas em Varela, mandaram-nos a uma na Capital.

–Lá terminei o secundário. Era cansativa a viagem, mas eu gostava da escola, e dá para ver que eu tinha uma inclinação ao político porque participava do centro de estudantes, isso me encantava.

Estávamos em alguma destas histórias quando Odi saiu à porta:

–O que você faz nessa chuva, entra, Patricia –disse. Não tinha uma cara boa, e fazia esforço ao caminhar. Entramos na sala e vi uma tela de TV que me pareceu enorme; as duas crianças, na verdade adolescentes, estavam absortos no filme de Guillermo Francella e Emilio Dissi.

–O que queres, Patricia? –disse Odi quando nos sentamos à mesa. La Chana riu.

–Sim –insistiu Odi–, porque já sei que se estás aqui é por algo, o que há.

–Como vais com a insulina, aprendeste a usar o aparelho? –perguntou Chana esquivando-se de responder.

–Não, não entendo bem as instruções –disse Odi–, tenho que ir ao Materno para que as enfermeiras me expliquem como fazê-lo funcionar.

–E Gregorio, como está?

–Mais ou menos, está recostado porque, com a umidade, doem muito as pernas.

Chana voltou a vista para a tela e ficou olhando uma cena. Os meninos riram de algo que disse um dos personagens, mas nós não rimos.

–Che, Odi, o que vais fazer esta tarde?

–Por quê? Me fala.

–Vem Scioli e eu queria te convidar.

–Que horas?

–Às cinco saímos de casa.

–Não, Patrícia, eu com as pernas como estou, não...

–Está bem, não te arranjes problema.

–Você sabe que eu sempre que posso vou, quando estou bem vou, mas num dia como este, com as pernas assim, não...

–Não te arranjes problema, te digo, sério, Odi.

Voltamos a vista para a tela e ficamos olhando um pouco até que La Chana começou outro assunto.

–Ah –disse–. Te lembras do plano de Ernesto, que me perguntaste na outra semana?

–Sim, o que aconteceu?

–Averigüei e a baixa foi porque estava com a mesma carga⁸ que a mulher.

–Ah, olha só, ele não me disse isso, eu perguntei se não seria porque a mulher tinha também o *Chefas e Chefes*, mas ele me disse que não... E o do outro, de González, averiguaste?

–Olha, tem que estar recebendo, porque para mim ele figura nas planilhas.

–E o de Benítez, tiveste novidades?

–Fui ao Desenvolvimento Laboral na semana passada e lembrei a Andrani, o Diretor, que era uma prioridade, mas você sabe que encontrei ontem com Benítez, na porta do banco, e disse a ele, ‘O que anda fazendo por aqui Benítez’, e me disse que estava recebendo, que fazia um mês já que está marchando com Nasta⁹. ‘Como vi que o plano não saía, me anotei com Nasta’, me disse.

–Ahh...

–Sim, uma pena, mas, enfim, eu entendo, né, ele necessita...

–Sim, ele tem muita necessidade, Patricia.

–Já sei, mas a bronca que me dá é a de ele pensar que não eu consegui porque não quis ou porque não corri atrás, porque o plano de Benítez, você viu, eu venho pelejando faz meses...

A essa altura, eu já havia aprendido a interpretar algumas atitudes de La Chana. A concorrência –pelos recursos, e pela adesão das pessoas que os recebem –que atravessa a militância de *piqueteiros e peronistas* nos bairros não só dava sentido à “bronca” que causava a La Chana por se inteirar que Benítez estava *marchando com* Nasta, dirigente de uma das organizações piqueteiras do bairro, e *recebendo* um plano através dessa organização. Essa concorrência explicava, também, o fato de La Chana se ocupar com especial dedicação em *responder* às pessoas que, provenientes de algum movimento, acudiam a ela com algum pedido; ou também, o que me contava com certo orgulho, sobre a *quantidade de passes*¹⁰ que tinha de pessoas que provinham “do movimento”, como ela costumava dizer genericamente:

–Você sabe como se faz o passe? –me perguntou uma vez.

–Não –respondi.

⁸ La Chana se refere aos *planos de emprego* “com cargas”: segundo as normativas desses programas, cada plano concedido corresponde à carga declarada –um, dois, ou quais sejam, filhos maiores de 18 a cargo do destinatário. Em teoria, então, dois planos *com carga* não podem ser concedidos aos mesmos filhos, quer dizer: um filho não pode constar como *carga* de mais de uma pessoa, ou, o que dá no mesmo, um matrimônio não pode receber planos apresentando como *carga* os filhos em comum. No caso narrado por La Chana, ao detectar esta irregularidade, havia sido dado baixa a um desses planos.

⁹ Dirigente piqueteiro da organização Martín Fierro. Ver capítulo I.

¹⁰ Sobre o *passé*, ver capítulo I.

–A pessoa não diz nada ao movimento que vai passar, porque senão o movimento lhe tira o plano; então sem dizer nada, a pessoa vai a La Plata e faz uma requisição, e logo pode passar. Eu tive um monte de passes –me disse vitoriosa.

O ocorrido com Benítez, no entanto, não era somente “o plano de Benítez”. Era, sobretudo, a interpretação que ele –como outros vizinhos, Odi dentre eles –poderiam fazer do sucesso. As gestões de La Chana para conseguir-lhe um plano haviam fracassado em relação às gestões da organização de Nasta, ou do próprio Nasta: era ele quem havia mostrado maior capacidade para responder à *necessidade* de um vizinho. É por isso que La Chana esclarecia a Odi –vizinha que a acompanhava e que, por sua vez, tem sua própria rede de vizinhos que mobiliza para La Chana– que, para o plano de Benítez, havia *pelejado* muito. É o ser reconhecido socialmente como alguém que dá soluções, como alguém que *trabalha pelo* bairro e que pode dar *respostas*, aquilo que faz o *referente* como tal.

–Che, Paulo –disse Chana a um dos filhos de Odi, interrompendo a gritaria do filme– E você, não quer vir ao ato?

–Tá bem, pode ser –rebateu Paulo com os olhos na tela.

–Não, ‘pode ser’ não, diga-me se conto com você ou não.

–Pode ser, te digo –disse rindo.

–Pode ser é ‘não’. Diga-me se vem.

–Tá bom.

–Conto com você? Vou te esperar, viu.

Quando saímos de Odi, havia parado de chover. Caminhamos uma quadra em direção ao assentamento para pegar a rua paralela, dobramos à direita, e ela se deteve quando viu Quique debaixo do capô de um Peugeot estragado. Apresentou-o como “um dos primeiros referentes de bairro”, e me apresentou como “uma jornalista que está escrevendo um livro sobre a militância no bairro”. Ao ouvir isto, Quique deu início a uma cadeia ininterrupta de palavras cate-dráticas que Chana assentia uma por uma, e que concluíram pomposamente com “o peronismo é um movimento verticalista. Nem yanque, nem marxista: verticalista. Essa é a essência do peronismo”.

–E diga-me o que a traz por aqui –disse engatando um assunto no outro.

–Estou convidando gente –disse Chana–, hoje vem Scioli.

–Chana, você continua trabalhando para Pereyra? Você gosta de dar com a cabeça na parede...

–Ah, Quique...

–Mas se Pereyra é um traidor, o que você espera, Chana?

Ela então me explicou que, “para ela”, Quique havia sido um dos primeiros a *trabalhar com* Pereyra, e que, graças a ele, Pereyra se havia feito conhecer no bairro:

–Sim, não sei para quê, mas tudo bem –disse ele protestando.

Duas ou três semanas depois, Quique iria buscar La Chana em casa, para convocá-la a somar-se no *trabalho com* Carpineti, ex-prefeito de Florencia Varela pelo Justicialismo entre 1983 e 1992, agora opositor de Pereyra dentro do peronismo local. Chana lhe diria que não, que ela já estava *comprometida*. E dizem as más línguas que Quique teria dito a ela, ‘Bom, pensa bem, vê como podemos arrumar’, insinuando-lhe com estas palavras a possibilidade de *trabalhar por baixo*¹¹. Ela rebateria que não, repetindo que já havia assumido um *compromisso* com Pereyra; ele aceitaria, dizendo-lhe que esperava que algum dia fosse *reconhecida* por tantos anos de trabalho, e ela despediria dele dizendo, “Quique, você sabe que eu tenho muito respeito por você, e o dia em que o vir em uma chapa, em você vou votar”.

*

Da quadra de Quique, saímos em direção ao asfalto. Lembrei-me que Seu Nazar, sempre disposto a dar-me uma mão com meu trabalho, havia me falado de Quique em várias oportunidades, indicando-me que era alguém com quem eu devia conversar, porque “sabia tudo da política varelense”. Caminhávamos e a chuva voltava quando Chana se deteve de novo ao ver que Rafa vinha caminhando pela calçada da frente. Depois de nos apresentar, perguntou-lhe se tinha algo para fazer essa tarde –“Scioli vem”, disse-lhe; ele perguntou a que horas, ela respondeu que às cinco sairíamos de sua casa, e Rafa respondeu que estaria lá. Segundo La Chana, a Rafa “não interessa a política”, mas acompanha “porque sabe que tem que acompanhar para que saiam as coisas do bairro”. E por isso La Chana tinha uma consideração especial por ele, como o fazia por todos aqueles que “acompanhavam sem pedir nada”:

–Há um tempo veio me perguntar por um plano, porque ficou sem trabalho, e eu fui ver Andrani¹² porque quero dar uma resposta para ele. É a primeira vez que Rafa me pede algo...

¹¹ Ver nota 7.

¹² Diretor de Desenvolvimento Laboral do município de Florencio Varela.

Havíamos chegado à porta de nosso próximo destino, a casa de um tal Gómez, na qual Chana bateu palmas com um pouco de timidez porque era a hora da sesta, e porque Gómez era um homem mais velho. O homem apareceu com a cabeça na janela e, ao nos ver, saiu imediatamente para o quintal.

–Olá, Seu Gómez, como anda? Estava dormindo?

–Não, não, terminei de comer agora. Pode falar.

–Venho lhe pedir um favor Gómez, queria convidá-lo para um ato, Scioli vem hoje.

–Hoje? Que horas?

–Às cinco vamos sair de minha casa. O senhor está livre?

–Hoje às 4 e meia ia fazer umas coisas aqui para Rosa, aqui por perto, que me pediu, mas posso ver para ir antes, assim que ela terminar a sesta...

–Poderia ir um pouquinho antes?

–Vou ver, ela havia me dito depois das 4 e meia, mas posso ir um pouquinho antes, vou ver assim que ela acordar, e aí vou para sua casa.

–Está bem, eu o espero Gómez, se puderes vir, agradeço-lhe.

–Sim, sim, vou tratar de ir antes.

–Bom, nos vemos então, espero.

As fórmulas que La Chana empregava à hora de *convidar* apresentavam certa variação¹³. O convite a Gómez era um *pedido*, um *favor* que La Chana *agradecia*, enquanto o convite a Mónica ou a Paulo era apresentado em outros termos: Conto com você?, repetia para *comprometê-los*. Era claro que La Chana não esperava nem exigia o mesmo *compromisso* de todos. Talvez isto seja assim porque Gómez é um “homem mais velho e muito considerado”, como me disse La Chana quando saímos de sua casa essa tarde, ou porque ela disse ter muito respeito pelas pessoas mais velhas, gente “muito agradecida”:

–Você, a uma pessoa mais velha, dá uma informação, ou faz um favor com algum trâmite, e eles não se esquecem disso, sempre te agradecem.

Talvez porque Gómez, à diferença de Mónica por exemplo, não seja beneficiário de um plano conseguido pelas gestões de La Chana; ou talvez, simplesmente, porque, na cadeia temporal de favores e contra-favores que envolvem estas relações, La Chana considerava que “fosse hora” de Mónica a *acompanhar*. Como ela mesma me explicou a princípio: os convites

¹³ Sobre a *visita* às casas como prática privilegiada do militante de bairro, ver Rosato 2003. A autora mostra que os militantes não visitam qualquer casa, senão daquelas pessoas com as quais têm um vínculo pessoal.

devem ir se alternando para não cansar as pessoas, quer dizer, para não lhes pedir demais –nem de menos. E assim a veria proceder em diversas oportunidades.

Caminhamos meia quadra e chegamos, por fim, à casa de Justina. A chuva, então, caía com tudo.

–Entrem meninas, entrem para não se ensopar –gritou Justina da cadeira de balanço na área abarrotada de plantas.

–É rapidinho –esclareceu La Chana, dando-lhe um beijo e acomodando-se em uma das cadeiras ao redor da mesinha de ferro–. Como anda?

–Bem, bem. Fiz locro¹⁴, querem?

–Ai, que pena, acabamos de comer, se soubéssemos...

–Que tempo, che, quando vai parar?

–Espero que logo. Que barulho é esse, Justina?

–Ah, viu? É um sapo! Está desde hoje coaxando, todavia não consegui ver onde está, mas vem daí, do galpãozinho, tão forte que eu pensei que era uma galinha ou algo assim, e depois meu marido me disse que não, que era apenas um sapo...

–Me diz uma coisa Justina, o que você vai fazer hoje à tarde?

–Hoje à tarde? Nada de mais, vou ficar por aqui, por quê? O que tem?

–Hoje Scioli vai vir, e eu queria te convidar, vamos aí em La Patriótica.

–E a que hora saímos?

–Às cinco, da minha casa.

–Tem ônibus?

–Sim.

–Tá bom, certo, então eu vou.

–Vem?

–Sim, claro. Meninas, vocês não tomam um mate pelo menos?

Justina foi à cozinha pôr a chaleira no fogo, e então vi ziguezaguear um enorme guarda-chuva vermelho que se aproximava da calçada da frente.

–Agora para chegar até tua casa tem que vir remando numa canoa! –disse a mulher que vinha com dificuldade, e, quando viu La Chana na área, exclamou surpreendida– Patricia! Como vai?

¹⁴ Locro: comida típica feita com milho, carne, lingüiça de porco e bacon, que se serve sem acompanhamentos, para comer de colher (semelhante à canjiquinha mineira).

–Bem Yoli, e você?

–Bem, andei te procurando, mas nunca te encontro.

–Como que não me encontras se estou quase sempre em casa?

–Não, andei te procurando, mas nunca estavas.

–Diga-me, o que necessitas?

–Queria te perguntar pelo leite, se não podes me dar alguns sacos que sobram porque a médica me mandou tomar leite, não posso tomar só mate ou chá, porque ando mal dos ossos, tenho artrite e não sei qual outra coisa mais.

–Sim, não tem problema, sempre sobram alguns, eu distribuo às terças, quintas e sextas até as 9.

–Ótimo, mas se eu tiver que fazer um trâmite ou algo assim, você guarda para mim e eu passo mais tarde?

–Sim, não tem problema, a questão é que, se por caso eu não estiver... Eu distribuo até as 9.

–Como vai, vizinha? –disse Yoli quando viu Justina aparecer na área.

–Estou indo. E você?

–Como ontem.

–Você também pode convidá-la, Patricia –disse Justina.

–Ah, sim –disse La Chana–. Yoli, o que você vai fazer hoje à tarde?

–Hoje à tarde? Por quê?

–Porque tem um ato, Scioli vem, e te convido.

–Ah, não brinca, mas hoje à tarde eu tenho coisas para fazer, e olha como está o tempo, eu não ando bem. Não podiam ter escolhido outro dia? Outro dia te acompanho, mas hoje não...

–Não se escolhe um dia para acompanhar, Yoli –disse Chana rindo–, eles estipulam o dia e nós acompanhamos.

Yoli não disse mais nada, e quando Justina a convidou para entrar, falou que estava apenas de passagem.

–Onde está esse sapo que coaxa? –perguntou.

–Não o encontramos, acredita? Mas o barulho vem do galpãozinho.

–Mas isso está mais para um cururu –disse Yoli com cara de mau agouro, e depois, explicando que sua filha a estava esperando, partiu escondida debaixo do guarda-chuva vermelho.

–Dá primeiro a Julieta porque ela toma amargo –disse La Chana.

–Amarga já está a vida... Che, Patricia, queria te perguntar, o que aconteceu com as ruas? Averiguaste na UGL?

–Sim –respondeu La Chana–, a questão é que os vizinhos têm que se pôr de acordo porque expulsaram a empresa. Mas estou me ocupando disso Justina, amanhã vou lá de novo, se você quiser, pode vir.

–E averiguaste os produtos da merenda? A isso eu gostaria de ir, porque não podemos continuar com a merenda parada, Patricia...

–Sim, podemos ir amanhã, porque eu tenho que ir à prefeitura.

–Sim, sim. Que horas chego na sua casa?

–Às 9.

La Chana pegou o mate oferecido e perguntou como andava Teresita.

–Teresita? Bem, bem. Também posso convidá-la para o ato.

–Ah, jóia, convide-a. Hoje prometo que vamos chegar na hora –disse Chana com um sorriso–, não se preocupe.

Justina soltou uma gargalhada e me explicou que La Chana ironizava porque no dia “do ato da iluminação” ela havia ficado com raiva:

–Fiquei com raiva porque chegamos tarde –disse–, ela tinha me confirmado 9 e meia, e eu cheguei na hora, como sempre. Mas o que aconteceu: Estelita se atrasou com sua gente, e acabamos saindo às 10. E o ato começava às 10, e nem preciso dizer que, quando entramos no salão da prefeitura, as pessoas já estavam saindo. E eu queria ver quando falassem o nome do bairro Las Rosas, e fiquei com muita raiva, por isso agora ela vem me encher o saco.

–Sim –disse La Chana rindo–, você não quis nem saber, e eu expliquei que certamente o ato terminou cedo porque os piqueteiros estavam na porta, né. Se não, não começaria na hora. Mas ela não queria saber de explicações, me dizia que era culpa de Estelita, que não devíamos ter esperado...

–E você tinha razão –disse Justina, rindo também–, porque depois falei com uma amiga daí de Villa Margarita, e ela me disse que o ato foi rapidíssimo, que não disseram nem duas palavras e já terminou, de certo encurtaram por causa dos piqueteiros...

–Vocês viram os piqueteiros? –eu perguntei.

–Sim, quando nós saltamos do ônibus, estavam chegando na praça.

–Ah, porque eu estava lá, mas não as vi nem entrar nem sair.

–Não, porque quando eles vêm, nós saímos pela porta de trás –explicou La Chana–. Tinha muita gente, você viu?

–É, muita gente –assentiu Justina.

–Agora, você viu por que eles foram, né? –interrogou-me Chana.

–Por quê?

–Foram pedir lugar na chapa a Pereyra. Que tal?

–Lugar na chapa de Pereyra? Quem te disse isso? –eu perguntei.

–Um companheiro da prefeitura, e é alguém que sabe das coisas –respondeu La Chana.

–Você acha mesmo que Martino ia pedir isso a Pereyra? –disse.

–Sim, a mim pareceu estranho porque eles são oposição, mas parece que sim. Nós, com Justina, quando passamos pela praça, perguntamos às pessoas por que estavam lá. Né, Justina? E nos falaram que estavam pelas moradias.

–Sim, pelas moradias, falaram.

–Mas depois, na prefeitura, me disseram que era pela chapa, e depois comentamos, né, que é claro que as pessoas que eles levam não sabem por que elas estão sendo levadas...

–Eu estive na marcha –disse–, e os pedidos eram por moradias, planos, preços, todas essas coisas.

–Mas vai ver que, quando estiveram com Rojas¹⁵, devem ter falado outra coisa.

–Não, eu estive na reunião e se falou disso.

–Você esteve na reunião? –perguntou La Chana assombrada.

–Sim, na prefeitura, e se tratou de cada ponto dos pedidos.

–Mas você esteve lá? –insistiu.

–Sim, estou te falando, por isso é que eu acho muito estranho o que te disseram. Além disso, mesmo que eu não estivesse, não tem cabimento pensar que Martino iria fazer uma marcha para pedir cargos, é absurdo...

Chana ficou olhando a rua, como que pensativa, e se fez um silêncio. Por uns instantes, só ficaram a chuva e o coaxar do sapo. Havia lhe dito o que era uma obviedade para mim, e talvez tivesse sido demasiado franca. Mas, ao mesmo tempo, essa era a forma em que havíamos aprendido a nos vincular. Já havia passado o momento em que ela tinha que me convencer de algo, como também havia passado o tempo em que desconfiava de minha aproximação com os movimentos piqueteiros –uma vez uma amiga a havia advertido: “Che, a garota é muito amiga da piqueteira da feira”; em outra oportunidade, alguns funcionários da prefeitura haviam lhe chamado a atenção: “Che, qual é a dessa menina; sabias que ela anda com os piqueteiros?”. E

¹⁵ Atilio Rojas, Secretário do Governo municipal, e principal interlocutor das organizações piqueteiras do distrito.

La Chana sabia, não só porque eu contava a ela sobre o meu trabalho, como porque ela observava e interpretava meus movimentos pelos bairros; com quem eu me relacionava, e como.

Como poucas pessoas –Vero Aguirre, por exemplo–, La Chana me ensinaria, vez por outra, que a etnografia nunca é unilateral. Com ela, o caráter relacional do trabalho de campo se desdobrava em sua dimensão mais viva: La Chana tinha uma habilidade notável para estranhar seu próprio mundo e explicá-lo para mim, de explicitar suas suposições e contradições, de captar minha própria perspectiva, adiantando-se a minhas perguntas ou buscando mostrar-me o que presumia que a mim interessava ver. A primeira vez que Seu Nazar nos pôs em contato, tomamos uns mates em sua casa e eu deixei-lhe meu livro. Dois dias depois, quando nos encontramos para ir juntas à prefeitura, disse-me que o havia lido inteiro; além de identificar, um por um, os personagens com seus nomes verdadeiros, disse-me que “agora sim” havia entendido em que consistia meu trabalho:

–E eu te perguntando se querias me entrevistar! Ficas é tomando nota de tudo o que vês! –disse então. E desde esse momento, e apesar de que nunca tomava notas *in situ*, minha presença sempre evocava essa atividade de registro: “Cuida com Julieta porque ela anota tudo em sua caderneta preta”, dizia a Estelita. “Isto você não anota” ou “Anote tal coisa”, me dizia em certas ocasiões. La Chana era uma interlocutora excepcional porque uma curiosidade antropológica a acompanhava em cada gesto: estudava-me da mesma forma que eu a ela, procurava conhecer meu ponto de vista sobre seu universo, e sobre outros –os piqueteiros, a universidade, Brasil, a *capital*– pelos quais eu transitava ou aos quais pertencia. La Chana explicitava nossas diferenças e zombava dos tropeços de uma “branquela de Capital”, como costumava dizer, andando pelo subúrbio bonaerense:

–Para que te vestes desleixada, não te dás conta que se nota de longe que não és garota do bairro?

Com o tempo, fomos tecendo uma cumplicidade que nos permitiu falar abertamente desse e de outros contrastes: da política, do peronismo, de Varela, do país. La Chana sabia parte de minhas posições políticas, de minhas diferenças com o PJ, e, sobre aquilo que não era explicitado, simplesmente o supunha. Assim como em certas ocasiões minha presença –o fato de que “uma escritora”, como dizia ela, estivesse interessada em seu *trabalho político*– a fazia sentir importante frente aos outros, ela me fazia sentir importante a mim mesma quando solicitava meu parecer ante a uma controvérsia, quando me convocava para *acompanhá-la*, ou quando esperava minha presença em situações significativas, ou quando ficava com raiva se eu

falhasse com ela –e assim, em algumas oportunidades, não retornava minhas mensagens nem chamados durante semanas.

–Olha só –disse, rompendo a monotonia do coaxar do sapo–, então este companheiro me falou besteira... Mentiram para mim. Por que teriam me falado besteira?

–Na verdade, Patricia –disse Justina–, a menina tem razão: por que Martino iria pedir um cargo, olha que eu conheço Martino...

O comentário de Justina me fez entender algo que La Chana havia me dito mais de uma vez: Justina tem um pró que é também um contra, o de nunca se calar para nada. Para La Chana, isso era bom porque Justina dizia o que pensava; e mau porque nem sempre o dizia em circunstâncias apropriadas. A situação máxima tinha sido quando Justina começou a *acompanhá-la politicamente*. Ambas se conheciam de velhos tempos, quando La Toñanez, uma das primeiras *referentes* do bairro, começou a organizar, lá pelo ano de 94, a implementação do *Plano Vida*¹⁶ em Las Rosas e nos bairros vizinhos:

–Ela convocou o povo para a eleição das manzaneiras –me explicaria Justina– e aí La Chana foi eleita representante do quarteirão. Te lembrás, Patricia?

No papel de *manzanera* do *Plano Vida* –atividade que continua exercendo até o dia de hoje–, La Chana iniciava, junto com Estelita, com Lucía, e com muitas outras, seu *trabalho social*, ao qual, tempos depois, somaria o *trabalho político*:

–Dali a pouco –me contava La Chana–, você vai se metendo no trabalho político, o trabalho social te leva ao trabalho político, porque você vai se dando conta de que, para o social, você necessita do político. Assim comecei a trabalhar com La Toñanez.

Como muitos de meus interlocutores no bairro, La Chana dizia que La Toñanez havia “colocado toda a sua família na prefeitura”; mas, ainda assim, ela respeitava seu *trabalho político*: “Ela trabalhou muito, foi quem iniciou a militância no bairro, e foi a primeira a nos formar politicamente”. Naquele momento, Justina também começou a acompanhar La Toñanez:

–Nós fazíamos as empanadas para as reuniões, quando Pereyra rodava no bairro –recordava Justina–. Também a acompanhamos nos atos, na prefeitura, todas essas coisas. Se Pereyra chegou aonde chegou, foi graças a gente como La Toñanez.

¹⁶ Criado em 1994 pelo Conselho Provincial da Família e Desenvolvimento Humano do governo da província de Buenos Aires –organismo a cargo de Hilda “Chiche” Duhalde, esposa do governador da província, Eduardo Duhalde–, o *Plano Vida* consiste na distribuição de porções diárias de leite para crianças menores de 6 anos. Uma das características distintivas do programa é que sua execução está a cargo das chamadas *trabalhadoras da vizinhança* ou *manzaneiras*, quer dizer, mulheres residentes no bairro, eleitas em assembléias por seus *vizinhos* para levar a cabo a distribuição semanal das porções em um raio determinado de quarteirões. Um trabalho etnográfico relativo à implementação e características do programa pode ser encontrado em Masson 2004. O termo *manzanera* provém da organização do programa por “manzanas”, isto é, quarteirões.

Quando, no ano de 2001, La Chana *rompeu* com Pereyra e passou a trabalhar no espaço político opositor, dentro do Justicialismo, liderado por Pájaro Ríos, convidou Justina para uma reunião de vizinhos em que o pré-candidato a prefeito apresentaria sua proposta.

–Eu a convidei para que escutasse o projeto dele, e ela foi, e você não faz idéia de como falou com Pájaro. Se lembra, Justina?

–Claro que me lembro! Disse para ele, ‘Eu não esqueço quando o aplaudia, Viva Pájaro, Viva Pájaro, quando andavas na política com La Toñanez. E agora, o que aconteceu? Já esqueceste de pisar no bairro? Hoje vens aqui enlamear seu carro porque necessitas de voto, porque o senhor esqueceu da gente’, assim lhe disse. Depois Patricia me inquiriu, ‘Mas por que você falou assim, Justina?’, e enfim, eu disse que eu falava o que eu achava, porque ele havia se esquecido do bairro...

Todavia, foi depois dessa reunião que Justina começou a acompanhar La Chana:

–Eu primeiro havia passado do plano dos piqueteiros para o plano da UGL –me dizia Justina– Sim! Você imagina como era eu piqueteando! Pelo plano eu comecei com os piqueteiros, por minha sobrinha, ela esteve desde o princípio com Martino, e um dia me manda chamar, lembra que nessa época não havia nada de trabalho, minha sobrinha manda me chamar, ‘urgente’ me dizem, ‘que os piqueteiros estavam anotando na praça da prefeitura’. Fui correndo à praça, e fui a última a chegar, já estavam indo embora, e Martino disse à secretária de Pereyra, anote-a também. E me anotou.

Os fatos que narrava Justina não me eram desconhecidos. Tinham me sido narrados pelo próprio Martino e outros militantes do MTR; e por funcionários e empregados municipais, como um dos momentos políticos mais difíceis da gestão de Pereyra. Enrique Andrani, diretor de Desenvolvimento Laboral de Florencio Varela, contou-me uma vez que, entre dezembro de 2001 e abril de 2002, o município estava absolutamente assoberbado, que a Direção funcionava 24 horas, e que ele mesmo havia passado dias consecutivos sem sair do edifício municipal. Em dezembro de 2001, quando, depois da renúncia do presidente Fernando De la Rúa, o presidente interino Adolfo Rodríguez Saa anunciou a criação de 1 milhão de postos de trabalho, 6.000 pessoas se aglutinaram, no dia seguinte, na porta da prefeitura de Varela, exigindo serem anotadas no “postos de trabalho”.

–A questão –me contaria Andrani em uma conversa em seu escritório– é que não havia nada. Nada. Mas não podíamos dizer às pessoas que não havia nada. Então começamos a anotar, não sabíamos para quê anotávamos, mas tivemos que anotar. Pusemos as mesas na praça, e anotamos milhares de pessoas, até que, com os dias, a coisa foi se descongestionando... E em

janeiro, quando Duhalde lançou o Plano Chefas e Chefes de Lar Desempregados I, parte dessas listagens foram usadas para fazer os primeiros ingressos no programa.

O critério para estabelecer uma ordem de prioridade nessa listagem incômoda foi a quantidade de filhos a cargo. Os movimentos piqueteiros também mobilizaram sua gente até a praça, do mesmo modo que o fariam em abril de 2002, quando o Ministério do Trabalho lançou o Plano Chefas e Chefes de Lar Desempregados II, e os ingressos foram massivos. Aí então, não havia um limite de contingente, senão de tempo: até 17 de maio os municípios podiam entregar as listas de aspirantes ao plano. Em menos de um mês, Florencio Varela contaria com 43.000 inscritos, dos quais ingressariam 24.500¹⁷. Naquela época, recorda La Chana, a UGL do bairro Las Rosas, da qual era presidenta, chegou a contar com 350 inscritos:

–A norma era anotar todo mundo, e você não podia fazer outra coisa. Ainda que em teoria não pudéssemos anotar dois da mesma família, tinha que os anotar mesmo assim, porque as pessoas não entendiam, e se não os anotasse, se pegavam com você. O mesmo acontecia com as pessoas que você sabia que não necessitavam, você não podia dizer-lhes que não.

Um ano depois, quando a lista de beneficiários foi se depurando, o número inicial de Las Rosas se reduziu a 268 beneficiários efetivos, até que, a partir do ano de 2004, outros planos começaram a sair. Em uma oportunidade em que estávamos no escritório de Desenvolvimento Laboral, esperando que um funcionário nos atendesse, La Chana me disse que “antes” eram três listagens como a que levava na mão: “Agora ficou somente esta”, disse, e imediatamente, resguardando-se de suspeitas e acusações das quais todo *referente* é objeto com relação ao “manejo de planos”, esclareceu-me que não tinha sido ela quem havia dado as *baixas*:

–Porque nós não podemos dar baixas, tampouco altas por baixas, só os movimentos [piqueteiros] podem, você sabia disso?

Inicialmente, com o “plano dos piqueteiros”, Justina havia começado a cumprir sua contraprestação na Sociedade de Fomento do bairro Villa Margarita, fazendo um curso de cabeleireira; depois seria transferida à vigilância da Escola 7, onde um dia o coordenador dos *grupos de trabalho* lhe disse: “A senhora, Justina, não vai mais ir às marchas, eu vou passá-la para a prefeitura”. E assim foi que, em meados de 2002, o plano de Justina passou a depender da

¹⁷ Aplicando a Florencio Varela a taxa de desemprego medida para o “subúrbio 4” em 2002 (26,8%), podemos estimar que, sobre uma população economicamente ativa calculada em 153.000 pessoas, o distrito tinha, no ano de 2002, 41.000 desempregados. Estima-se que chegou a contar com um total de 32.000 planos de emprego (nacionais e provinciais: JJDH, PEC, Bairros Bonaerenses, Plano Família) concedidos através do município. Alguns funcionários municipais calculam que a quantidade de planos geridos pelos movimentos de desempregados corresponde a 20% dessa cifra; tomando essa informação, podemos estimar que o distrito chegou a contar, em 2002, com um total de ao menos 40.000 planos sociais concedidos.

UGL de seu bairro, o bairro Las Rosas, e ela, a *traballar* nos grupos de beneficiários que La Chana coordenava como presidenta dessa UGL. Primeiro em um curso de trabalhos manuais, e logo depois na merenda da Sociedade de Fomento –que coordena junto com La Chana até hoje.

Justina recorda de ter ficado “contente” ao ser passada para o plano da UGL, entre outras coisas porque não teria mais que *marchar*. Explicou-me que, “se você sai do plano [do movimento e vai para o da UGL], você não tem mais obrigação de lutar para ficar com o plano, era a prefeitura que tinha que lutar”. Por conta de seu trabalho na merenda da Sociedade de Fomento de Las Rosas, Justina retomou um contato assíduo com La Chana, e ainda que “não gostasse nem um pouco” de Pájaro Ríos, aceitou o convite daquela reunião, e depois decidiu *acompanhá-la*.

–E como foi que começaste? –perguntei naquela tarde na área.

–Não me lembro bem como comecei –respondeu Justina–. Como foi que comecei, Patricia? Ah sim, sim, me lembro: meu filho estava mal, me lembro que em um momento meu filho estava mal, e Patricia fez sair o plano para ele.

–Mas você –esclareceu imediatamente La Chana–, você veio por sua própria decisão...

–Ah sim, vim por minha própria decisão, claro.

–Ou seja, em nenhum momento eu disse a ela, ‘Seu filho está com o plano’ ou algo assim...

–Não, não, estou falando das coisas que você fazia, que me ajudava, mas Patricia nunca me disse ‘Me acompanhe porque fiz isso’. Jamais me disse algo assim.

–Ao contrário, ela me acompanhou porque eu a ajudei como poderia ter ajudado a qualquer pessoa, porque podia, e sempre que eu posso, ajudo.

–Sim, eu me lembro que eu precisei de algo e lhe disse, e ela me levou à assistente social da escola; eu precisava de forro para o teto, e a assistente me deu um pedido. E aí foi que comecei. Depois me deram o bônus¹⁸ quando a assistente social me deu o pedido... São por coisas assim, né, que a gente começa a acompanhar.

¹⁸ “Bônus” refere-se a um vale alimentação.

III. Da sociologia do clientelismo, da obrigação e da vontade, e do interesse e desinteresse no acompanhamento de La Chana e seus vizinhos

A Justina, a associação entre o acompanhamento político e essas “coisas assim” não era problemática, porém era para La Chana, ao menos frente a mim, alguém a quem devia esclarecer algumas coisas. Chana nunca me falou em termos de clientelismo, porém –assim como para as organizações piqueteiras– essa acusação rondava seu mundo de relações, atravessava as definições sobre si mesma e sobre os outros, e era uma imagem que jornalistas e meios de comunicação, investigadores e estudos acadêmicos, opinião pública, produziam e produzem sobre a política no subúrbio de um modo geral, e sobre o peronismo e o “troca de favores por votos” particularmente. La Chana sabia perfeitamente que seu universo era objeto dessa imagem espúria da política.

Porém, não era tanto a troca –entre acompanhamento e “essas coisas assim”– o que Chana objetava da narração de Justina, mas os termos sobre os quais essa troca discorria ou *devia* discorrer. O que tinha que ser esclarecido é que Justina havia *acompanhado* por sua própria *decisão*, e não por *obrigação*, quer dizer, que não havia agido compelida pela dívida que havia contraído com La Chana. Ou em outras palavras: que seu acompanhamento havia sido voluntário, na medida em que La Chana havia *ajudado* sem exigir algo em troca. A rigor, não se tratava de uma *ajuda* pensada ou apresentada como absolutamente gratuita, mas sim como um ato cuja retribuição ficava nas mãos –e a critério– de quem a havia recebido. Era a exigência compulsiva de uma contrapartida aquilo que Chana buscava tomar distância de vez em quando:

–A mim, o que incomoda é que as pessoas participam nos movimentos [piqueteiros] por obrigação. Não é que alguém as obrigue, senão que elas sentem a obrigação, porque sabem que se não vão à marcha ou se não vão trabalhar, dão baixa do plano –me disse uma vez. Também nesses termos se distanciava da “forma” usada por outros *companheiros* dentro do PJ:

–Alguns dizem abertamente que as pessoas têm que acompanhar, mas eu não as obrigo, porque vai da consciência de cada um, e elas sabem, sabem que, se me acompanham, fazem um favor para mim, e que eu sempre que posso lhes faço um favor no que necessitam.

Assim com La Chana faz *favores* para seus vizinhos no que eles *necessitam* –um plano de emprego, um ticket de alimentação, um ônibus para um enterro, o oferecimento da Sociedade de Fomento como lugar para realizar *tarefas comunitárias*, a doação da mercadoria que sobra do *Plano Vida*, uma ajuda ou orientação em gestões de bairro, uma ajuda em gestões pessoais–, ela espera ser retribuída no que *necessita*: ser *acompanhada politicamente* –em um ato, na organização de um festival de bairro, no funcionamento cotidiano da merenda, nas eleições da

Sociedade de Fomento. Esta troca é naturalmente explicitada– “O que queres, Patricia? Já sei que se estás aqui é por algo”, havia dito Odi quando a viu chegar; “São por coisas assim que a gente começa a acompanhar”, havia dito Justina; “As pessoas que convido hoje não são as que levei outro dia”, “Venho lhe pedir um favor, Gómez”, havia dito La Chana –; entretanto, o que não pode e nem deve ser posto em dúvida é o caráter voluntário dessas prestações e contraprestações.

Se perguntar “conto com você”, como havia feito La Chana na ocasião dos convites ao ato de Scioli, é uma forma de *comprometer* seus interlocutores, é porque todos eles compreendem o significado da fórmula: *sabem* o que significa para La Chana sua ausência ou sua presença no ato. É por isso, provavelmente, que Odi se encarrega de justificar por que “desta vez não pode” e de recordar que “sempre vai”, ou que Yoli esclarece que “da próxima vez te acompanho”. Ao mesmo tempo, ao longo desse percurso de convites, é possível ver não só o que La Chana pede, espera, ou exige de seus vizinhos, como também o que eles pedem, esperam e exigem dela. La Chana busca *comprometê-los* –“conto com você”– e eles também buscavam *comprometê-la*: Mónica e outros a interpelam pelas ruas (“Para quando o asfalto?”, “Isto é um desastre”, “Averiguaste na UGL?”); Justina a interpela pela falta de produtos da merenda e a insta a tomar frente no assunto; Odi pergunta pelos planos de seus vizinhos; Yoli cobra por não a ter encontrado em casa quando necessitou falar com ela. Sem que a fórmula “conto com você” fosse pronunciada por nenhum deles, cada uma destas interpelações punham à prova o lugar de La Chana como *referente* de bairro –se responde ao vizinho ou não, se ajuda ou não, e em que medida–, e também, como presidenta da UGL –se cumpre ou não com as obrigações e responsabilidades que lhe dizem respeito, como administrar o reparo das ruas. Talvez porque La Chana também *saiba* o que está em jogo em cada uma dessas interpelações, é que se encarrega, como alguns de seus vizinhos, de justificar e dar explicações –sobre as ruas, os planos, e a merenda.

De cumprir as expectativas do outro, ou, ao menos, de mostrar intenção de cumpri-las, depende a manutenção das equivalências –quer dizer, a percepção de que cada um está fazendo e dando o que lhe corresponde, o que é justo– e assim, a continuidade da relação. Neste sentido, a noção de *ajuda* ou de *favor* distam de ser mascaramentos, transfigurações verbais, ou negações coletivas de uma troca calculada, como às vezes se pretende¹⁹. Considero que antes de cindi-las e/ou hierarquizá-las em dois domínios contrapostos –o da “troca” e “cálculo” por um lado, e da “ajuda ou favor” e “reciprocidade” por outro–, estas relações são mais bem

entendidas se as pensamos atravessadas e regidas por cálculos sempre morais e moralidades sempre calculadas, em que cada parte parece velar por sua equivalência, quer dizer, por seu caráter justo. O ponto está em explorar quais são, neste universo, as formas apropriadas e inapropriadas, justas e injustas, justificáveis e injustificáveis, de trocar *favores* e *ajudas*²⁰.

A invalidade daquela troca que viola a voluntariedade da retribuição não é privativa deste universo social, ainda que aqui adote algumas particularidades que têm a ver com a percepção do que as pessoas têm sobre *o que se troca, quem troca, e como*. Vimos que La Chana narra sua iniciação no *trabalho político* através do *trabalho social, trabalho* que, em seu universo, se define pela entrega, sempre gratuita e desinteressada, *por e para* aquele que *necessita* –o *vizinho*–, *por e para* o bem do *bairro*. Como quase todas as *referentes* de bairro que conheci em

¹⁹ No capítulo anterior, mencionei que, enquanto “movimento social”, e expoente da política “beligerante” ou da “resistência”, as organizações piqueteiras foram pensadas e abordadas, pelo campo intelectual, como formas especialmente não instrumentais e “anti-econômicas” de ação e vínculo político. De maneira inversa, o instrumentalismo cobra preponderância analítica ali onde trata de fenômenos que, como o peronismo, remetem à política “clientelar”. Não deixa de ser curioso que tanto a sociologia como a antropologia que busca rebater o reducionismo com que a ciência política trata o fenômeno clientelar –uma permuta de favores por votos–, acabe caindo, também, em visões de tipo instrumental. No campo intelectual argentino, por exemplo, lançando mão de noções como “habitus clientelar” (Auyero 1997, 2001, 2002a, 2007), “cultura clientelar” (Grimson *et al* 2003), “clientelismo afetivo” (Svampa e Pereyra 2004), os analistas parecem efetuar um duplo movimento. Por um lado, nos dizem explicitamente que o clientelismo é *mais* do que permuta de favores por votos, é *mais* do que uma somatória de trocas interessadas entre indivíduos: é, também, uma relação inter-pessoal, um vínculo de reciprocidade em que obrigações morais e imperativos afetivos são postos em jogo. Por outro lado, e implicitamente, em suas análises esses e outros autores abonam o suposto de que esse ‘*mais*’ seria ‘*menos*’, na medida em que as dimensões morais e afetivas do laço clientelar tendem a se tratar de crença, representação, ideologia, ou *illusio* sobre-adicionada à troca instrumental na qual residiria, *em última instância*, o verdadeiro fundamento da relação. A noção de “vida dupla” e “verdade dupla” com que Javier Auyero –referência na sociologia contemporânea sobre clientelismo e peronismo– trata o fenômeno clientelar é, provavelmente, o exemplo mais claro desta perspectiva. Recuperando as formulações de Pierre Bourdieu em relação ao dom, Auyero (ver em especial 2002a) sustenta que o clientelismo transcorre em uma “verdade objetiva” –a troca instrumental e assimétrica– encoberta por uma “negação coletiva” –sob a linguagem do *favor*, da *ajuda*, da *amizade*, do *compromisso* e *agradecimento*– pelos atores do mundo social. Assim, a “vida dupla” ou “verdade dupla” do clientelismo não é só uma distinção analítica: supõe, além disso, uma hierarquia em virtude da qual a troca, o cálculo, e a assimetria, são realidades “mais reais” do que a moralidade, o afeto, e as formas de reciprocidade (Quirós 2009b). Outras críticas e observações à perspectiva de Auyero podem se encontrar em Masson 2002, Vommaro 2009b, Soprano 2002.

Cabe mencionar que a distinção entre aspectos diferenciados da relação clientelar (não necessariamente sua hierarquização ontológica), aparece também em trabalhos fundantes sobre o “clientelismo”. Em um artigo em que explora alguns supostos dos primeiros estudos e formulações sobre “clientelismo” e “patronagem” dos anos 70, Lazzari (1993) assinala que o que parecia “chamar mais firmemente a atenção dos investigadores é a apresentação do clientelismo como uma *combinação* de trocas assimétricas e de uma moral da reciprocidade” (1993:14-15, meu destaque, tradução livre). A *combinação* daquilo que os analistas concebiam cindido –simetria e assimetria, reciprocidade e cálculo, vínculo moral e vínculo instrumental–, era o que produzia a peculiaridade das relações padrão-cliente e parte do que devia ser explicado (ver, por exemplo, Wolf 1980, Landé 1977, Scott 1977a, 1977b, Weingrod 1977, Gellner 1977, Boissevain 1966). Outras reflexões sobre a literatura clássica e contemporânea vinculada à patronagem e à antropologia do mediterrâneo podem se encontrar no trabalho de Marques 1999.

²⁰ Agradeço a Gabriel Vommaro por suas observações e sugestões na leitura do rascunho deste capítulo. A noção de “cálculo moral” é produto de uma elaboração e um trabalho conjunto, ao longo de nossos seminários de leitura e discussão sobre “clientelismo”, como também da redação de um artigo comparativo (ver Vommaro e Quirós 2009).

Florencio Varela, La Chana havia começado a se dedicar *ao social* no papel de *manzanera*, uma figura cuja atividade tinha sido definida e divulgada –nas arenas públicas e na própria normativa do programa *Plano Vida*– como *voluntária, não remunerada*, e o mais importante, como *a-política* (ver Masson 2004). O requisito de que a *manzanera* não estivesse vinculada a nenhuma atividade *política* aparecia como uma garantia que preservava a vocação de serviço –por e para o bem comum–, que é a essência do *trabalho social*, de seu contato –e eventual contaminação– com a *política*, atividade desonrada e concebida como domínio do fazer interessado, por e para o bem setorial e/ou particular²¹.

La Chana participava desta operação de “moralização” (Frederic e Masson 2007: 136) da atividade política, e assim apresentava seu ingresso no *trabalho político* –aquele que, para ela, consiste em ser *acompanhada por* (os vizinhos, as pessoas) para poder *acompanhar a* (um político, um dirigente)– como um passo a serviço *do social*: o *trabalho social*, argumentava, leva você ao *trabalho político*, porque, para se realizar, *necessita do trabalho político*.

Em um universo em que a vocação para o serviço –própria– e a *necessidade* –alheia– justificam e dão sentido à *política*, quebrar a voluntariedade de uma retribuição equivale a violar os próprios princípios de legitimidade da atividade: obrigar-a não é fazer *por* o outro, senão *às custas* do outro; é, como se costuma dizer em Varela, *aproveitar-se* de sua *necessidade*. O *trabalho político* se torna espúrio ali quando substitui o bem do próximo pelo bem próprio ou de um terceiro –um *político*, por exemplo.

“Lucrar com a pobreza” é, de fato, uma das acusações mais empregadas dentro e fora do universo social de La Chana. Vimos que Lucía chegou a levantar uma denúncia contra ela, pela suposta cobrança de uma cota aos beneficiários do plano JJHD que administrava como presidenta da UGL –denúncia que adquiriu caráter público nos jornais locais. Ao efetuar a cobrança, La Chana estaria obtendo um benefício pessoal, não só às custas de um bem público que não lhe pertenceria, senão também, do prejuízo de outrem, o *vizinho* que *necessita*. De ordem similar são as denúncias sobre o “uso político” da *ajuda social*. Meu primeiro conhecimento da existência de La Chana, por exemplo, tinha sido através de Marita, coordenadora de um dos refeitórios da organização Martín Fierro, um dos movimentos piqueteiros do distrito. Como outros, Marita costumava dizer que as UGL funcionavam “ameaçando as pessoas” e que eram “tudo política”. Victoria, sua filha, havia obtido seu primeiro plano através da UGL do bairro

²¹ Sobre esta operação de des-politização de programas de governo e políticas públicas, através da valorização moralmente positiva do “social”, ver as análises de Frederic 2004, e de Frederic e Masson 2007. No capítulo IV, veremos que uma operação dessa ordem constrói e legitima as UGL como representantes dos interesses equânimes *do bairro*.

Las Rosas, presidida por La Chana. Segundo me contaram, tinha sido La Chana quem, arbitrariamente, havia lhe dado a *baixa*:

–A gorda tinha bronca comigo porque sabia que minha mãe estava com Nasta²². Quando fui receber e vi que o plano não tinha caído, fui à UGL e lhe disse, ‘O que aconteceu, me deste baixa’, e ela me disse que não, que iria averiguar. Eu me adiantei e liguei para o 0800, aí me disseram que havia sido uma baixa.

Foi então que Marita *anotou* sua filha na Martín Fierro, e, para o mês, já estava recebendo:

–La Chana, quando ficou sabendo, veio me buscar. Me disse para eu voltar, que ela já havia me anotado de novo. E eu lhe disse, ‘Pode engolir o plano, eu já estou em outro lado’.

Marita, por sua vez, suspeitava também da mercadoria do município que La Chana recebia para a merenda:

–Me diz uma coisa, você já viu algum dia funcionar essa merenda? Fala sério... E a outra, La Toñanez, essa velha de merda que a única coisa que fez foi enfiar toda sua família na prefeitura. Depois vêm dizer que são peronistas, eu sempre fui peronista e vou ser peronista, peronista de Perón e Evita, e não deste peronismo careta, não sei como elas não têm vergonha...

As acusações de Marita não se destinavam só aos *punteros* do PJ:

–E Martino, Martino se ajeita com Pereyra, eles conseguem os alimentos frescos por causa de um ajeito com Pereyra, e ainda por cima recebem a mercadoria do povo. Isso, aqui [na organização Martín Fierro], não se faz porque se está aqui por caridade e solidariedade, nós nunca cobramos nada de nenhum companheiro, nada do que você dá pode ser cobrado, até porque não te pertence.

Mais de uma vez, La Chana me disse que organizações piqueteiras como a Martín Fierro –da qual Marita era delegada e coordenadora de refeitório–, *vendiam* parte dos produtos que recebiam do governo, e que outro movimento de Villa Margarita, que não se recordava bem do nome, também o fazia. La Polaca, *referente* histórica do PJ no bairro Villa Margarita, por sua vez, costumava falar muito mal do Movimento de Desempregados (MTD) Aníbal Véron em que seus três filhos mais novos marchavam há 5 anos:

–Me escuta –me disse uma vez–, isso é promover a vagabundagem. Imagina que você é um vizinho, organiza um grupo de gente, faz essa gente ir reclamar, vai à Província, pede planos, pede mercadoria, e usa a necessidade do povo. Ainda por cima, pede a eles 5 pesos por mês, e ao que trabalha e não marcha, pede 30 por ter conseguido o plano para ele. Nahh, fala sério, isso não é fazer algo pelo povo, isso é fazer algo por você.

²² Ver capítulo I.

Fazer por você, fazer pelos outros. As acusações de que um interesse próprio está acima do bem geral, dos outros, da *gente*, não só circulam entre e por *referentes* e *piqueteiros*. Os *vizinhos* também as proferem, quando denunciam, por exemplo, “Aqui tudo é política”, “Aqui você não consegue nada se não está na política”, “Se não vais aos atos, a mulher te dá baixa no plano”. Mas também vimos os dirigentes do MTR preocupados em limitar o alcance do suposto interesse que poderia estar contido no “ir por necessidade” ou “ir pela cesta”; do mesmo modo que veria La Chana atribuir –e depreciar– esse tipo de intenção a alguns de seus vizinhos, os que “só vêm se você lhes dá algo”, e ao contrário, reconhecer e festejar aqueles que a *acompanham* para além e acima de seus interesses particulares –como Rafa, que acompanha “para que saiam as coisas para o bairro”–, ou independentemente de uma retribuição e “sem lhe pedir nada”. Especialmente com esses, La Chana se preocupava e se ocupava de *dar resposta*.

Simetricamente, várias vezes a vi publicizar e se vangloriar daquilo que ela *dá* sem ter garantias de retribuição em termos de *acompanhamento*. Atitude que costumava sintetizar-se na fórmula “sempre que posso, ajudo”, ou, como disse aquela vez em relação a Justina, “ajudei-a como poderia ter ajudado a qualquer pessoa, porque podia”. Lembro-me de uma vez em que acompanhou Norma, uma vizinha que havia pertencido ao MTR e coordenava uma merenda no bairro Villa Margarita, à Direção de Desenvolvimento Laboral. Norma tinha ficado sem plano, e havia acudido a La Chana para que a ajudasse:

–Me diz uma coisa, Chana –disse Estelita quando se inteirou de suas gestões–, por que você pediu por Norma se ela não nos acompanha? O que a gente ganha com isso?

–Não é questão de ganhar, Estelita –contestou La Chana incomodada–, a mim, dá gosto fazer um favor a um vizinho.

A partir de uma epistemologia da suspeita, alguém poderia dizer que esse *favor* –ou outros, como a ajuda a Isidoro, a quem costumava acompanhar à prefeitura pelas ruas e por outras gestões do bairro, inclusive pessoais, mas com quem não *contava* nem para os atos nem para outras atividades *políticas*– é, em última instância, “interessado”: que La Chana espera alguma retribuição no futuro –contar com Norma ou Isidoro quando *necessite* deles–, ou que, em termos mais gerais, através desses *favores* em aparência gratuitos, ela nutre seu capital político e esse fundo de poder que a faz *referente* e a faz ser reconhecida no bairro como alguém capaz de dar *respostas*. É surpreendente como esta atitude epistemológica –e a hierarquia de motivações, em “mais” ou “menos” verdadeiras, e “mais” ou “menos” explicativas, que supõe– conserva uma força notável no senso comum sociológico e antropológico²³.

Mesmo quando a etnografia nos convida a reconciliar os termos que outros opõem –“troca” (interesse e cálculo) e “moralidade” (desinteresse e reciprocidade), por exemplo–, a suspeita permanece: se não é nossa, é de nossa audiência –incluídos nossos próprios colegas. Assim, é-nos habitual e razoável ler e escrever afirmações como “o puntero e o vizinho percebem suas trocas como favores” ou “se sentem amigos”; enquanto nos seria estranho ler e escrever “o puntero e o vizinho se *fazem* favores” ou “*são* amigos”. Se eu dissesse que La Chana *trabalha politicamente* “pelo bairro”, ou que pediu um plano para Norma porque a ela “dá gosto fazer um favor a um vizinho”, minha afirmação não só seria rotulada de insuficiente, parcial e ingênua, como também, provavelmente, seria considerado que pouco –senão nada– estou explicando. Inversamente, considerar-se-ia que estou explicando algo, ou que meu trabalho como antropóloga está sendo feito, se mostrasse os interesses –próprios e de terceiros– aos quais o *trabalho político* de La Chana serve; ou o cálculo, a aspiração, e a obtenção-de (reconhecimento, poder, posição social, capital político) que estão por trás do *favor* feito a Norma.

Como bem assinala Michael Herzfeld (2003), quando os antropólogos buscam desentranhar “significado”, tacitamente estão atribuindo intenções às pessoas cuja atuação observam e acompanham. Significado é o que algo significa, e o que alguém *quis* significar. Estas intenções constituem, diz Herzfeld, o inefável de nosso objeto: no final das contas, como podemos conhecê-las?; qual pressuposto nos habilitaria a acreditar que a palavra de nossos interlocutores tem continuidade ou é reflexo do que “pensam”, do que “crêem”, do que “sentem”, “querem”, “pretendem”, ou “têm dúvida”²⁴? Neste sentido, se à minha audiência não é aceitável que eu afirme que La Chana guia seu *trabalho político* conforme o bem comum ao qual contribui –fazer um favor a um vizinho–, tampouco deveria ser-lhe aceitável a afirmação de que o faz em virtude da busca-de (um “benefício”, como havia dito Estelita, uma posição social, reconhecimento social, capital da espécie que fosse, etc., etc.). Inversa e simetricamente, se me é permitido afirmar a segunda proposição, então também deveria me ser permitido afirmar a primeira. Com efeito: qual pressuposto nos habilitaria a pretender que o que se diz é meramente uma *forma* –a forma socialmente apropriada de dizer– que esconde (de-forma) um *conteúdo* verdadeiro (ou em uma palavra: que o que se diz é o engano, a ilusão, a falsa consciência, ou o cinismo social, que o sociólogo viria a desnudar)?

²³ Uma eloqüente análise destas epistemologias para o caso do tratamento dos “valores” e da “moral” em antropologia, pode ser encontrada em Balbi 2007.

²⁴ Herzfeld volta a colocar, assim, a discussão exposta por Needham (1972) em relação à impossibilidade de atribuir “crenças” a nossos interlocutores.

Como alternativa para escapar tanto do inefável dos *inner states* como da sociologia da suspeita, Herzfeld (1992a) propõe a noção de retórica: explorar as afirmações de nossos interlocutores não em termos de sua verdade ou falsidade –se eles *crêem* ou têm intenção-de, efetivamente ou não–, senão em termos de sua aceitabilidade: quais e em que condições são socialmente aceitáveis e inaceitáveis. Neste sentido, podemos dizer que, no universo de La Chana, a demonstração de intenções desinteressadas faz da *política* uma atividade socialmente legítima (e La Chana uma *referente* válida e aceitável), enquanto que a presunção de um interesse pessoal torna essa atividade espúria, e teria sido por isso La Chana colocou intenções socialmente aceitáveis no lugar das intenções declaradas por Estelita –obter um “benefício”.

E ainda que esta ou outras interpretações deste tipo possam ser plausíveis –efetivamente as oposições interesse/desinteresse e bem próprio/bem comum são parte da linguagem com que La Chana e outros interpretam e avaliam a atuação própria e alheia–, há algo neste modo de tratar a explicação nativa que não me é de todo confortável. Por um lado, porque, ao aparecer como *forma* exclusivamente proferida “a e para os outros”, a palavra acaba cheirando, em última instância, a forma impostada. Mesmo com os cuidados e esclarecimentos que o próprio Herzfeld toma, a “retórica” pode resultar, na prática concreta da análise, em um modo elegante de exercer a suspeita²⁵. Por outro lado, parece-me que esta forma particular de conceber a dimensão pragmática e performativa da linguagem, deixa de fora boa parte do *como* meus interlocutores –La Chana neste caso– fazem e *vivem* o que fazem –e me pergunto se isto não ocorre porque, implicitamente, tende-se a confundir e assimilar “pragmática” com “estratégia”, “efeitos performativos” com “fins”, “eficácia” com “utilidade”²⁶.

Neste sentido, creio que outras epistemologias podem estar mais aderidas ao tipo de conhecimento produzido na experiência etnográfica. Em sua pragmática da reflexão, Boltanski e Thévenot (2006) convocam a considerar seriamente as justificações que as pessoas põem em jogo em suas interações cotidianas: “People do not ordinary seek to invent false pretexts after the fact so as to cover up some secret motive, the way one comes up with abili; rather, they seek to carry out their actions in such a way that these can withstand the test of justification” (2006:37). Considerar “seriamente” como as pessoas explicam o que fazem é deixar de tratar essas explicações –e sobretudo e arbitrariamente, *algumas* delas– como “crença”, “ideologia”, ou “legitimação”. É hora de a sociologia –escrevem os autores– aceitar e incluir como parte de

²⁵ Ver as observações de Balbi (2007: 66 e ss) sobre algumas interpretações etnográficas do próprio Herzfeld e outros.

²⁶ Vale a pena, neste sentido, voltar ao sentido de força ilocucionária com que Austin (1962) define os enunciados performativos.

seu objeto o fato de que a inquietude pelo –algo socialmente definido em termos de– *bem comum* é parte constitutiva das relações humanas e das forças que movem e motivam as pessoas (2000: 208 e ss; 2006:344).

Convido o leitor a ver o que acontece etnográfica e analiticamente se tomarmos esta afirmação como pressuposto. Ao longo destas páginas e dos capítulos seguintes, veremos por que caminhos nos leva a presunção de que a *justificação* de La Chana, fundada na satisfação pela realização de um *bem comum* –“me dá gosto fazer um favor a um vizinho”–, não é meramente argumentativa: é, como tantas outras explicações, um momento de verdade que faz o seu *fazer política*.

IV. “Por que não me convidaste?” De outras coisas além do cálculo e da moral

Eram quatro e quinze quando saímos de Justina; com ela, nosso percurso de convites havia terminado. Entramos na casa de La Chana e vimos que Luis já havia comido: ali estava seu prato vazio, e com isso ela ficava tranqüila. Fui pôr a chaleira no fogo para o mate e escutei o bip de meu celular: “Julieta, como vai, é Lucía”, dizia a mensagem de texto, “Venha em casa com Seu Nazar do Teresa Rodríguez. Nós somos o peronismo que não aceita passivamente a linha oficial. Viste nossas ruas? Queremos te convidar para o nosso festival e conversar com você se for possível. Um beijo”. E uma segunda mensagem soava imediatamente: “Seria uma pena que tivesses uma versão parcial. O peronismo é demasiado grande”.

A aparição de Lucía –inimiga política de La Chana– me tomou de surpresa: durante os dois últimos meses, depois de Seu Nazar, seu tio político, ter me levado até sua casa e ter nos apresentado, busquei encontrá-la, mas não tive resposta. Depois daquele primeiro encontro, fui ao encontro que havíamos marcado –uma sexta-feira de junho às 8 da manhã em sua casa–, no qual Lucía me deixaria plantada. A foto desse dia me é difícil de esquecer: quando chegava ao bairro na linha 1 que sai da estação Varela, a luz da manhã recém estava despontando, e a névoa não deixava ver para além de três ou quatro metros. Fiquei parada mais de meia hora na porta de Lucía, e à exceção das palmas que repetia de vez em quando, e dos latidos de alguns cachorros da casa da frente, a quietude do bairro Las Rosas era angustiante. Saí dali e caminhei duas quadras até o cabildo *Liberdade*. A bandeira estava flanando no mastro, alguns homens do grupo de rua cortavam lenha, Carmen, encarregada do refeitório, cortava uma porção de

batatas na mesa do pátio, e Nazar preenchia umas planilhas com uma caneta que estava sem tinta.

–O que fazes tão cedo por aqui? –me disse.

–Vim ver Lucía, mas não me atende, parece que não está.

–Não te atendeu? –perguntou preocupado.

–Não. Fiquei mais de meia hora.

–Que estranho... Eu sei que ela voltou a trabalhar com Pereyra, de repente se não estava pode ser por causa disso... Se quiseres, vamos rapidinho e vemos.

Nazar sentiu que, de alguma forma, meu encontro e desencontro com Lucía era sua responsabilidade. Disse a ele que não se preocupasse, que iria ver como faria, mas, uns dias depois, veio e me disse:

–Olha só, eu tenho uma amiga que também está na política. Está brigada com minha sobrinha, mas eu digo a elas que não me metam nisso, que eu sou amigo das duas. Esta é uma mulher que sempre deu uma mão para mim. Fui falar com ela e contei de teu trabalho, e, enfim, ela me disse que podíamos ir quando quisesses.

Foi assim como conheci La Chana, que também me deixaria plantada no nosso segundo encontro, mas que, à diferença de Lucía, voltaria a aparecer poucos dias depois. Nos dias dos convites ao ato em que Scioli viria a Varela, La Chana não soube das mensagens que recebi de Lucía, nem saberia delas até ler o primeiro rascunho deste texto. Sabia que eu a havia conhecido, mas não que depois desse encontro inicial Lucía não havia respondido mais minhas chamadas. Tampouco soube que, tempos depois, em uma reunião da UGL à qual Lucía foi como representante de *sua* instituição de bairro, me *convidou* para um evento organizado pelo *agrupamento* peronista que havia formado:

–Me desculpe não ter te respondido –me disse essa vez–, estive tão ocupada que não pude te ligar, mas gostaria muito que viesses.

Também nessa oportunidade me mostrou o boletim do *agrupamento*, e a foto de uma reunião à qual o prefeito havia assistido:

–Pereyra publicou a foto no *El Quilmeño*²⁷ –acrescentou em voz mais alta, para que pudessem escutar La Chana e Estelita, que estavam na outra ponta do salão da UGL–, foi uma decisão política publicá-la e, enfim, para nós é como um abraço de boas vindas.

Assim foi como Lucía anunciava que voltava a trabalhar com Julio Pereyra, e, sem demonstrá-lo, embora todos soubéssemos, La Chana e Estelita se retorciam. Quando fomos

²⁷ Jornal local.

embora –a reunião semanal da UGL se dava no local da Sociedade de Fomento do bairro–, Estelita me interrogou de a a z: o que Lucía havia me dito, para o que me havia convidado, o que eu havia respondido.

A inesperada reaparição de Lucía na tarde dos convites falava dessa permanente competição –por recursos, pela adesão da *gente*, por serem reconhecidos no bairro como aqueles que sabem e podem dar *respostas*, e, como veremos no capítulo IV, por espaços políticos dentro do peronismo –da qual os referentes participam. Para Lucía, minha pessoa havia recebido valor por estar perto de La Chana– com quem havia me visto, segundo saberia depois, naquele dia dos convites percorrendo o bairro. E ainda que evidentemente eu estivesse interessada em me contatar com ela, em ir à sua reunião, e em acompanhar seu *trabalho político*, a essa altura tudo isto havia se tornado impossível: para La Chana seria uma traição. Minha visão do peronismo seria inteiramente parcial.

Guardei o celular e levei o mate para a sala. Eram cinco em ponto quando Felisa, uma vizinha que eu ainda não conhecia, bateu palmas à porta. Chana a fez entrar, e nos sentamos no sofá bordô. Falamos do clima e da saúde de seu filho, Felisa perguntou pelo ato daquele dia –“quem vai estar”–, e pelo novo programa de moradias –“é fácil se anotar, Patricia?”. La Chana disse que sim, mas me dei conta de que sua cabeça estava em outro lugar. Aproximou-se vez por outra do portão –como fazia sempre que estava ansiosa com algo– para avistar se vinha alguém. Foi para fora e olhou de um lado para o outro da rua. Tornou a entrar. E tornou a sair. Quando cheguei perto do quintalzinho da frente, acenou com a cabeça para um grupo de pessoas que passava:

–Depois olha disfarçadamente –me disse–: é a gente do Chueco. Devem estar indo à biblioteca buscar o ônibus para o ato. Mas vê, presta atenção, são todos familiares, as filhas, a neta, a outra que vai junto é a prima...

–Ah... e o que tem? –perguntei.

–Como ‘o que tem’ menina, é que é a família. Eu levo vizinhos, entende?

Nesse momento era a filha de Nely quem batia palmas à porta; chegava com seu marido e o bebê:

–Vim eu porque minha mãe, no fim, não pôde vir –disse.

–Está bem, não tem problema –rebateu La Chana.

Não era a primeira vez que a filha de Nely vinha no lugar de sua mãe. Como bem sabia Chana, Nely não gostava dos atos, e de fato, ela a convocava somente quando era estritamente necessário. Como na prática da *substituição* no universo dos movimentos piqueteiros, uma

espécie de divisão familiar do *acompanhamento político* levava a filha de Nely ao ato de Scioli²⁸. O caso de seu marido era, como saberia depois, diferente: Oscar havia começado a *acompanhar* La Chana e estava esperando o plano ao qual ela o havia anotado há uns meses atrás.

A filha de Nely, eu havia conhecido por ocasião do primeiro ato que fui com La Chana, na cidade de La Plata, quando Cristina Fernández de Kirchner lançou sua candidatura à presidência da Nação; naquele momento, ao espaço de La Jose havia 5 ônibus concedidos, e a Chana e Estelita havia sido destinada uma Kombi pequena, para umas 10 pessoas. Da gente de La Chana, tinha ido a filha de Nely, o marido, Felisa, e eu. Lembro-me que chegamos cedo ao anfiteatro onde ocorreria o ato –a militância assistiria o evento de fora, através de um telão colossal, disposto em uma das paredes do edifício–, e La Chana me levou para percorrer as distintas colunas concentradas. Mostrava-me as bandeiras, explicava-me quais eram os distintos *agrupamentos*, enquanto um carrinho de som tocava a marcha peronista, outros vendiam sanduíches, refrigerantes e chipás²⁹, e um grupo de 10 homens segurava um enorme cartaz com a imagem de Evita:

–Vê como aqui é tudo tranqüilo –me dizia la Chana–, vêm as famílias, as crianças, tem música, é um ambiente muito familiar...

Naquele momento, estávamos nos conhecendo; La Chana procurava diferenciar seu mundo das imagens que ela tinha sobre esse outro mundo que eu etnografava, o das marchas e dos piquetes dos movimentos. Não imaginou que uma hora depois estaríamos correndo com a avalanche de gente que saía aos gritos por uma das ruas transversais, depois que dois *agrupamentos* do município de Malvinas dirimiram com alguns tiros para o alto sua disputa pela primeira fila da ala esquerda. Quando tudo parecia voltar à calma, Estelita, em uma espécie de ataque de nervos, dizia, “Não, Patricia, eu não volto, vamos para a Kombi”, e La Chana querendo voltar para “descobrir o que aconteceu”, e Estelita insistindo, “que a filha de Nely está com o bebê”, e La Chana, “que nem sequer havíamos escutado Cristina”.

Só meses depois poderia comentar com ela o episódio:

–Ei, Chana –disse na cozinha no dia do ato de Scioli–, a filha de Nely veio com o bebê. Será que vai ter tiros hoje? –e o riso durou pouco, porque ela olhou o relógio e eram quase 5 e vinte da tarde, faltava chegar quase toda a gente. Então pegou seu celular e começou a mandar mensagem atrás de mensagem: “Você vem?”; “Estou te esperando”; “Te espero?”. Aqueles que

²⁸ Sobre a divisão familiar dos compromissos políticos, ver Heredia 1996.

²⁹ Iguaria típica do nordeste argentino e do Paraguai, semelhante ao pão de queijo.

não havia convocado, chamou por telefone: “Oi Tulio, como vai, é Chana. Tulio, tenho que te pedir um favor, hoje Scioli está vindo, saímos daqui de casa, não podes vir? Sim, daqui a pouco. É o único favor que te peço no ano, viu”.

Foi e voltou à porta várias vezes. Justina chegou logo junto com Teresita. Imediatamente depois apareceu Serna, depois Gómez, depois Rafa, e depois algumas pessoas mais que eu não conhecia. Então La Chana ficava tranqüila: as pessoas lá estavam antes do ônibus –que chegaria passadas as 6 da tarde, com Estelita e umas 15 pessoas dentro, entre elas dois de seus filhos e seu marido. Quando desceu do ônibus, Estelita se pôs a distribuir entre os presentes umas camisetas –“Cristina presidente, Daniel governador, Julio prefeito”, traziam escrito–, alguns bonés e umas bandeirolas com as cores argentinas que traziam o nome de “Julio Pereyra”. Rafa subiu no ônibus levando a bandeira branca da “UGL Las Rosas”.

–Falta mais alguém? –perguntou Estelita.

–Falta Mónica –disse La Chana–, me disse que vinha.

–Mónica sempre faz isso –se queixou Estelita–, no fim, quem cobra são os piores, olha, nenhuma dessas pessoas fica cobrando e todos vêm, todos os que chamei me acompanharam.

Reparei que La Chana não disse que também faltava Paulo, o filho de Odi e Gregorio. Talvez porque não o esperava, talvez porque não queria expor sua ausência, talvez porque não queria mostrar a Estelita que havia gente que havia falhado. O comentário de Estelita em relação a Mónica havia sido maldoso: não questionava tanto o descumprimento de Mónica, quanto punha em dúvida a capacidade de La Chana para mobilizar, ou talvez para eleger a quem dar e ser devidamente retribuída.

Já todos dentro, Estelita disse a Felisa e a Justina que pusessem as camisetas, e, soando a cumbia, partimos pela avenida Sarmiento, a um passo lento porque a chuva voltava, e porque a fila de veículos a caminho de La Patriótica era extensa. Saltamos a uns 150 metros do lugar, onde o trânsito parava por completo. La Chana combinou com o motorista o ponto onde passaria para nos buscar no final do ato, e, por via das dúvidas, anotou seu celular.

A entrada desse mini estádio coberto que era La Patriótica se via repleta de gente e anunciava, em uma enorme faixa, “O melhor está por vir”. Enquanto Estelita e outros vizinhos, ao ver o povo que se amontoava na porta, decidiram ficar de fora olhando do telão, La Chana e Rafa se dispuseram a fazer o caminho para entrar. Antes, Estelita lhe entregou uma carta:

–Para quem? –perguntou La Chana.

–Para Scioli.

Justina lhe deu a sua, “Para Scioli”, disse também.

–Põe a mochila na frente –me ordenou La Chana.

Avançamos até a porta, nos metemos no funil dando alguns empurrões e recebendo outros, até que chegamos dentro do recinto onde centenas de bandeiras e bandeirolas, no meio e nas arquibancadas, se agitavam ao som de uma chacarera³⁰ de Chaqueño Palavecino. Fomos seguindo passo até a frente: La Chana queria estar perto do cenário. Ali pendiam as fotos dos três candidatos e um grande cartaz que dizia, “As soluções chegam”. Nas arquibancadas, reservadas aos vip, pudemos ver La Jose vestindo a camiseta e o boné, e vários secretários e sub-secretários, e outros empregados municipais e companheiros da linha de La Chana, como Lili, uma de suas principais *referentes políticas*, empregada de Relações com a Comunidade e forte candidata a vereadora da câmara varelense, quem nos mandou um beijo lá de cima, estendendo os braços ao modo do artista que abraça a devoção de seu público.

O cantor entoou alguns temas de quarteto cordobês, La Chana estava contente, saudando cada uma daquelas personagens ilustres, e indicando-me quem era quem; eu assentia, embora não pudesse dissimular meu incômodo: encontrava-me em uma dessas situações de campo em que você não se pode ser totalmente você; era um palito a mais nessa multidão de gente que dava vivas a figuras políticas pelas quais eu não tinha a menor simpatia, e não podia deixar de pensar, “Se os do Teresa me virem aqui...”

O apresentador de palco ia anunciando os cartazes de agrupamentos e de bairros presentes. La Chana soltou um grito quando viu que o telão mostrava a bandeira da “UGL Las Rosas”, agitada por Rafa. Mas foram os vídeos projetados alguns minutos depois o que mais a comoveu do ato. O primeiro foi sobre o novo complexo de 500 moradias recém-inaugurado pelo presidente Kirchner no bairro Villa Margarita. O segundo, sobre a vida de Daniel Scioli, candidato a governador pela província de Buenos Aires: seu começo como piloto de corridas, o acidente em que perde o braço, sua iniciação na atividade política, os marcos de sua trajetória. Imagens musicadas pelo hit “Color Esperanza”, que todos acompanharam devidamente.

–Você vê como são as coisas –me disse La Chana durante a projeção–, ele é um cara que já pelejou muito, se acidentou, seguiu adiante, e olha aonde chegou.

O vídeo terminou com uma chuva de vivas e aplausos prolongados. E ainda que a própria edição apelasse para sensibilizar os espectadores, lembro-me que me surpreendeu ver La Chana tão emocionada, como também me chamou a atenção que “o vídeo de Scioli” fosse o que mais se comentou do ato quando saímos. Lá fora, quando nos reencontramos com Estelita e os vizinhos, todos falavam do assunto, que o vídeo havia sido lindo, que Scioli era um exem-

³⁰ Ritmo folclórico do interior da Argentina.

plo de vida, que deve ter sido terrível o que o aconteceu, que como se superou e seguiu adiante. Só nesse momento reparei o modo com que La Chana havia convidado seus vizinhos naquela tarde: nunca convidou ao ato de lançamento da candidatura de Julio Pereyra; sempre disse, “Hoje vem Scioli”. Esse era o dado importante, essa era a personalidade de maior destaque e de maior excepcionalidade: Daniel Scioli em Florencio Varela. E para as pessoas isso contava. Para gente como Justina, por exemplo –que gostava de ir aos atos, que se sente orgulhosa ao escutar o nome de seu bairro em um evento político presidido pelo prefeito–, ver Scioli ao vivo e em cores, poder lhe dar uma carta, era algo importante, algo que depois comentaria com seus vizinhos, amigos e parentes.

A própria Chana contemplava esta variável em suas avaliações sobre quem convidar ao quê, e com quem contar para o quê. Se evitava convocar Odi e Nely aos atos –dos quais não *gostavam*–, preocupava-se em incluí-las, por sua vez, na organização de festivais –como os do dia da criança– e outros eventos que no bairro desfrutavam. Já com Justina, não a convidava para certas reuniões políticas –porque sempre “dava com a língua nos dentes”–, mas sim, e religiosamente, a todos os atos. E mais, não só a convidava: *tinha* que fazê-lo se não quisesse tomar uma reprovação.

Em uma oportunidade, presenciei o deslante que Lelia, irmã de Estelita, fez a La Chana por esta não a haver convidado ao ato de encerramento da campanha que o então ex-presidente Kirchner, candidato a deputado nacional pela província de Buenos Aires, levou a cabo em Florencio Varela. Apesar de Lelia ter costume de *acompanhar* sua irmã Estelita, ela uma vez me explicou que “sua” *referente política* era La Chana. E o fato de La Chana –*sua referente*– não a ter convocado ao ato de encerramento de Kirchner despertou-lhe, como veremos, sérias suspeitas.

Na sexta-feira anterior a essas eleições legislativas de junho de 2009, La Chana havia marcado um encontro comigo na prefeitura. Meu trabalho de campo já se tinha concluído formalmente vários meses antes, mas meu contato com La Chana continuava sendo assíduo: por telefone, mantínhamo-nos a par das novidades, e eventualmente ela me convocava para certos eventos ou atividades que considerava importante. Era o caso, por exemplo, dessas eleições, quando sua situação política no espaço de La Jose era delicada: após uma forte discussão, Estelita havia se alinhado, nada mais nada menos, com Lucía.

Naquela sexta prévia à eleição, em seu escritório na Secretaria de Relações com a Comunidade, Rubén, diretor de Entidades de Bem Público, e, como Lili, *referente político* de La Chana, disse que necessitava de um “grande favor”:

–Preciso que cubras uma escola em San Nicolás, com 10 fiscais de mesa³¹, podes?

–Sim, claro –disse La Chana com um leve tom de “já que não tem outro jeito”, ainda que a face tenha se ruborizado. Rubén sabia, de fato, que se tratava de um grande favor: já se passava do meio dia de sexta-feira; em um dia e meio La Chana teria que conseguir 10 pessoas que se dispusessem a passar todo o domingo, desde as 7 da manhã até que terminasse a recontagem do último voto, na sede de votação que a estavam designando. O que Rubén não sabia era que, para La Chana, esse dia e meio era, na realidade, menos de um dia: a sexta estava perdida –do escritório de Rubén, na prefeitura, La Chana voltava comigo à capital, onde estava trabalhando há cerca de um ano na casa de uma família, cuidando de um velhinho, das 3 da tarde às 9 da noite. No dia seguinte, trabalharia nesse mesmo horário: a essa altura, não tinha tempo para conseguir alguém que a substituísse.

Foi assim que, na noite de sábado prévia ao domingo da eleição, encontrávamo-nos com uma listinha em mãos, passando casa por casa das pessoas que La Chana, no trem da capital a Varela, havia marcado como possíveis *fiscais*. Tínhamos 6 confirmados, e era por volta de 1 da madrugada quando chegamos na casa da irmã de Estelita:

–O que você está fazendo a esta hora?, entra, entrem –disse Lelia enfiada em um jogging e numas pantufas vermelhas.

–Você recebeu minhas mensagens? –perguntou Chana.

–Não, que mensagens?

–Amanhã preciso de você para fiscalizar uma escola em San Nicolás.

–Mas, Chana, você me avisa isso agora!

–Bom, é que me avisaram ontem de última hora. Você pode ou não, Lelia?

–Não, Chana, não posso...

–Mas eu necessito de você. O que você tem para fazer?

–Ontem me chamaram Lucía e Estelita, e me comprometi a ir à escola que elas coordenam.

La Chana mudou seu semblante.

³¹ No código eleitoral argentino, contemplam-se duas figuras de fiscalização do ato eletivo, proporcionadas pelos partidos políticos: o *fiscal geral* –aquele que percorre as mesas de votação garantindo a disponibilidade das cédulas– e o *fiscal de mesa* –aquele que, em cada mesa de votação, controla a urna eleitoral, o ingresso dos votantes e a contagem dos votos ali emitidos. No caso de partidos políticos como o PJ, as funções de fiscais gerais e de mesa costumam desempenhadas pelos militantes partidários, entre eles os *referentes de bairro*, e, eventualmente –dependendo da quantidade de mesas de votação de cada lugar–, por aqueles que os *acompanham*, como o *vizinho*.

–Como você me avisou só agora... –insistiu Lelia, percebendo a gravidade demandada pelo assunto.

–Estou te falando que me avisaram ontem e eu fiquei mandando mensagens.

–Bom, Patricia, mas, como você não tinha me dito nada, por via das dúvidas... Agora, eu já fui hoje ao churrasco dos fiscais...

–O que eu não entendo é por que você não me consultou, Lelia? Você tem que saber que eu posso necessitar de você. Quando é assim, diz ao outro, ‘Espera um pouco’, me pergunta, e aí vê... você sabe disso, Lelia...

–Como eu ia saber... Além disso, por que você não me convidou para o ato de Kirchner, Patricia?

–O quê??

–Por que você não me convidou para o ato de Kirchner? Tive que saber por outros, e você não havia me convidado!

–Mas você me falou que às quartas trabalhava! –disse La Chana subindo o tom de voz, e a outra subindo ainda mais:

–Mas justo nessa quarta eu não trabalhava! E, além disso, se soubesse com tempo, eu me organizava e não ia trabalhar! Por que você não me avisou, Patricia? Me diz, por que você não me avisou?

–Mas eu estou te falando Lelia, era para não te incomodar! Como eu ia saber que você não trabalhava! Por causa de uma coisa que eu fiz para não te incomodar acaba que você fica com raiva e vai fiscalizar com outro!

Lelia esfregou os olhos e não respondeu.

–Ainda por cima, ficar discutindo com a menina ao lado –disse protestando, e eu disse a La Chana que a esperava lá fora. Saí para o quintal e ali fiquei, escutando o barulho das duas vozes, enquanto dois cachorros corriam em círculo para pegar o rabo. Era uma noite de junho, mas o frio era razoável. Do lado de fora estava Luis, esperando-nos dentro da caminhonete. Tinha ido nos buscar na estação de Varela –onde havíamos chegado da estação Constitución, eu saindo de minha casa e La Chana de seu trabalho– e tinha nos levado, casa por casa, seguindo a listinha.

La Chana saiu de Lelia uns 15 minutos depois.

–Vamos à casa de Norma –disse fechando a porta do veículo.

Perguntei se estava tudo bem, e me disse que sim. Que Lelia era “ingênua” porque caía no “joguinho das outras”:

–Estelita e Lucía sabem que Lelia se referencia comigo. Agora me disse que ia dizer a elas que não, e que ia vir à minha escola, mas eu disse que ela de jeito nenhum fizesse isso.

–Mas por quê? –perguntei.

–Não, isso dá confusão, e além do mais é dar-lhes o gosto de pensar que não tenho outras pessoas. E olha só elas, elas tinham que conseguir as duas juntas 8 fiscais, e ainda têm que chamar Lelia. Agora essa bobona, ficar com raiva por causa do ato do Kirchner, sendo que eu não a convidei para não comprometê-la...

Mas Lelia havia pensado outra coisa –e por isso havia faltado com uma regra tácita que guia a relação entre *referentes* e *vizinhos*, e que La Chana teve que pôr em palavras: quando acompanhas um referente, acompanhas esse e não outro, e se eventualmente acompanhares outro, tens que descartar primeiro a possibilidade de que *teu* referente necessites de ti. Para Lelia, não obstante, La Chana havia transgredido uma regra: era ela, e não outro, a quem devia convidar para o ato, e, fundamentalmente, era ela quem devia saber que Lelia *queria* ir ao ato.

Convidar não é só pedir. O não-convite de La Chana foi lido por Lelia como uma desatenção, ou mais ainda, como uma retribuição descumprida: Lelia, que a acompanha sempre; que o faz inclusive com prioridade sobre sua própria irmã: e não convidá-la ao ato de Kirchner? A raiva de Lelia me mostrava que o *convite*, longe de mero eufemismo para uma *obrigação*, pode ser uma doação em todos os seus termos; que “ir ao ato” não só, nem sempre, é uma retribuição ao *referente*: pode ser, também, uma atividade da qual se participa com gosto, talvez porque, como disse no início, nesses eventos as pessoas estão perto de gente importante e das coisas importantes; talvez porque são eventos extraordinários ou, simplesmente, divertidos.

Assim como o caráter “desinteressado” do *trabalho político*, o gosto-de (fazer, ver, participar, estar) é uma dimensão praticamente ausente nos estudos sobre *política* que têm como protagonistas as *camadas populares*. Como indica F. Weber (1989), quando se trata desses universos sociais, as práticas e os motivos das práticas tendem a ser arbitrariamente reduzidos a *necessidade*³². Na sociologia argentina, isto é ainda mais notório quando se trata de relações associadas ao fenômeno do “clientelismo”. Quando aparece, o gosto está sempre subordinado àquelas outras dimensões cujo estatuto de realidade e de explicação sociológica é considerado inobjektável: a da necessidade e interesse (as trocas e seus cálculos), a da obrigação moral (o favor e a ajuda), e, às vezes, ambas ao mesmo tempo³³.

³² Ver críticas análogas em Thompson 1998, Bourgois 1995.

³³ É curioso, por exemplo, que Auyero (2002a), advertindo sobre e mencionando a importância dos atos partidários como instâncias de passatempo e também de sociabilidade, volte a reduzir essa experiência de entretenimento como parte da “negação” coletiva na qual transcorre “a verdade do clientelismo” (:46).

V. De por que vêm: o compromisso político a partir da experiência de La Chana

Alguma vez, La Chana me disse “se indignar” quando se falava que “o povo vai aos atos por um choripán”³⁴:

–Isso eu não sei quem faz, algum militante novo, ou inexperiente, porque o militante de verdade, de vocação, nunca leva as pessoas por algo, isso qualquer um vê, você vê, eu não tenho que dar nada para que venham nem aos atos, nem para votar, as pessoas vêm por outras coisas, porque têm um compromisso com você, porque te acompanham.

Talvez Lelia formasse parte dessas pessoas às quais La Chana não tinha que “dar nada” para que fossem, exceto, claro, *saber* convidá-las no momento e da forma que era esperado.

Se a troca que viola a voluntariedade da retribuição é percebida como espúria, também o é aquele que faz do acompanhamento político uma transação de permuta. Muitas vezes vi La Chana combater esta imagem que repercute de fora, imagem à qual uma vez o próprio Julio Pereyra se referiu como “uma fantasia da mídia”. Foi por ocasião de um almoço para *companheiros*, organizado por La Chana em sua casa, que contou com a honorável presença do prefeito:

“Oi Julieta. Podes vir na minha casa amanhã?”, dizia a mensagem de texto de La Chana que recebi às 7 da tarde de um sábado de maio de 2009. “O que acontece?”, perguntei. “Vem o prefeito”, respondeu ela. Horas depois, quando pude, por fim, comunicar-me com um de seus celulares, explicou-me que se tratava de uma “reunião política, pelas eleições”, que era para “companheiros políticos” e por isso havia convidado só 10 pessoas, e que queria que eu estivesse à mesa porque eu “conhecia bem seu trabalho”.

–E como você conseguiu a reunião? –perguntei.

–Não, não é que “consegui” –disse me corrigindo–. Faz um tempo que Pereyra está passando nas casas dos companheiros aos domingos, eu disse a Rubén que queria fazer um almoço em minha casa, e ele me disse que sim. Conto com você?

–Sim, mas por que você não me avisou antes para eu me organizar melhor?

–Porque não pude. Vens ou não?

–Sim, te disse que sim. Que horas?

–Venha cedo, o mais cedo que puder porque necessito de você para organizar.

³⁴ “Choripán”, expressão popular com que se denomina o sanduíche de chorizo (lingüiça), muito típico no churrasco argentino, e comida que não pode faltar em eventos populares como partidas de futebol, festivais, shows musicais, e também atos partidários. A expressão “ir por um choripán” é uma fórmula de uso corrente para denunciar “clientelismo político”.

Às 10 da manhã do dia seguinte, batia palmas na porta de La Chana.

–Ah, como vai –disse Gladis quando me abriu a porta–, La Chana estava te esperando, mas foi buscar umas xícaras, deve estar chegando.

Liguei para seu celular, mas não me atendeu. Levantei o olhar e vi que a casa estava reluzente: cheirava a um produto de limpeza de lavanda ou de pinho ou de alguma dessas fragrâncias; no centro da sala, uma mesa longa rodeada de cadeiras de plástico brancas, com uns 15 pratos cobertos cuidadosamente e dispostos sobre uma toalha branca de renda. Gladis e Felisa estavam ali desde as 8 da manhã. A comida seria uma surpresa: a comitiva do prefeito a traria.

–E como vai? –perguntei.

–É –disse Gladis–, agora está tudo pronto, mas a gorda está que nem doida, a qualquer momento eu caio fora.

Embora Gladis acompanhasse La Chana há anos, era a segunda vez que eu a via. Em alguma oportunidade, contou-me do tanto que se aborrecia, porque “a política a cansava”:

–Eu ajudo a ela porque é minha amiga, passamos muitas coisas juntas, ela esteve em momentos importantes quando precisei dela, e eu também. São muitos anos de amizade. Faz tempo que não aparecia porque a política é assim, às vezes não tens respostas e te cansas, mas quando te dá conta já estás enfiada de novo, sempre acontece isso comigo, e hoje por exemplo aqui estou desde as 8 da manhã.

La Chana chegou à porta com umas caixas nas mãos, que segurava como podia para abrir o portão:

–Pega, Gladis, põe os guardanapos na mesa –disse dando-lhe os utensílios.

–A esta hora você chega, Julieta? Te falei para vir cedo!

–Bom, che, são 10 horas, é domingo...

–O que você fez à noite?

–Trabalhei, fiquei escrevendo.

–Ah –disse com um tom levemente sarcástico, olhando para Gladis–, porque agora ela é professora, e trabalha dia e noite a professora...

–Você conseguiu as xícaras? –perguntou Gladis.

–Sim, Victoria vai trazer quando vier. Estelita me disse que iria trazer os copos que faltam.

–Você convidou Estelita?

–Sim.

–És uma bestalhona, Patricia, isso que és, uma bestalhona.

–Chega, Gladis.

–Chega nada! Este é *teu* almoço, com *tua* gente, e Estelita já vai fazer o seu. Você acha que ela vai te convidar para o dela? Até parece que ela vai te convidar! Ela não está nem aí, como sempre, Patrícia, ela não dá a mínima para você e você fica aí.

–Gladis, você tem que entender que a política não é assim, você não sabe que...

–Eu entendo tudo –interrompeu Gladis–, eu entendo que sempre te deixas passar para trás, este é *teu* almoço, Estelita não tem nada que vir, nem que falar, nem que estar.

–Eu disse a ela que estava a convidando por cortesia, mas que não falasse porque era a reunião para a minha gente.

–Você vai ver só se ela não vai falar, se não vai tomar a atenção para ela... Acorda para o que eu te digo.

–Chega, Gladis, já estou nervosa e você me deixa pior! –gritou La Chana, e enfiou-se no banho batendo a porta.

Gladis se pôs a tirar as coisas de dentro das caixas, e me dizia que não podia ser que Estelita estivesse em todas, que La Chana fazia um “ótimo” *trabalho político* e que Estelita, que era “um desastre”, colhia os frutos:

–Mas é assim, ela não quer entender –falou, e Felisa saiu da cozinha dizendo que havia terminado, e Gladis indicou-lhe que fosse acender o forno, porque teria que esquentar rápido a comida que trariam “os do prefeito”. La Chana me chamou do quarto, e lá fui:

–Estou bem? –me perguntou. Havia posto uma saia e botas pretas com salto. Nunca a havia visto assim tão arrumada.

–Sim, está ótimo.

–Estou pensando umas palavras de boas vindas. Você me ajuda a ver como eu digo?

–O que você está pensando?

–Primeiro em dar-lhe as boas vindas, dizer que é uma honra tê-lo aqui em minha casa, e no bairro...

–Sim.

–Enfim: como eu falo?

–Assim como você disse.

–Tá, mas mais alguma coisa...

–Como o quê?

–Algo como que esta é uma mesa de companheiros, de gente que me acompanha... mas eu queria dizer de um jeito melhor...

–Fala que é uma mesa de companheiros que estão comprometidos com o bairro, e que acompanham o projeto municipal.

–Sim, isso. Bom, o que mais?

–Nada mais, agradeça-o, o que mais você queria dizer?

–É... algo de sua candidatura.

–Como o quê?

–É... felicitá-lo, porque o fato de que ele, que é prefeito, esteja encabeçando a chapa de vereadores, isso é uma mostra, é uma mostra do verdadeiro peronismo, onde os homens passam por distintos lugares, e não importa se têm que voltar a um lugar mais baixo.

–Como passar por todos os lugares se essa candidatura é uma mentira³⁵!

–Enfim –disse ela às gargalhadas–, tá bom, pensa aí em como falar isso.

–Bom, diz assim como você disse, e todos nos fazemos de bobos, que é uma mostra do verdadeiro peronismo porque os homens se põem a serviço de um projeto nacional.

–Sim, isso. Vamos ver, repito desde o início?

La Chana ensaiava suas palavras quando ouvimos o grito de Gladis da sala:

–Já chegaram, Patricia!

Eu e La Chana tivemos um ataque de riso, pois ainda estava com a toalha na cabeça; eu também estava nervosa, sobretudo desde que La Chana havia me dito que estimaria que eu me apresentasse e falasse do meu trabalho. Na sala, já estavam quase todos sentados, Felisa, o casal Corvalán –que vive na casa contígua a La Chana–, Lelia –irmã de Estelita– e sua filha, Estelita, María, coordenadora das *manzanas* do bairro –que há anos acompanha La Chana–, e um homem e uma mulher que eu não conhecia.

Do carro estacionado na porta, vimos sair uma mulher de uns 35 anos que, segundo me contou La Chana, era a secretária de Pereyra; outras duas mulheres saíram com várias caixas e perguntaram onde era a cozinha. Gladis indicou-lhes o caminho e o motorista foi atrás delas com um caixote com refrigerantes em uma mão, e uma planta que trazia uma embalagem com um bilhete do prefeito:

³⁵ Nas eleições legislativas de 2009, o kirchnerismo apresentou o que se passou a conhecer como “candidaturas testemunhais”: os principais dirigentes e personalidades políticas do partido –governadores e prefeitos, por exemplo– postularam-se como candidatos a legisladores –deputados, vereadores–, com o objetivo de aproveitar sua imagem de conhecimento público e assim somar votos. No caso de resultar eleitos, esses candidatos (“testemunhais”) não iriam assumir efetivamente o cargo, o qual ficaria para o candidato que lhes seguia na ordem da chapa. Assim foi como Julio Pereyra, prefeito de Florencio Varela, apresentou-se como candidato a vereador, e não foi ele, senão os seguintes da chapa, os que assumiram o cargo depois da vitória.

–Isto é para a dona da casa –disse.

La Chana sorriu e pegou a planta –que era enorme, embora estivesse um pouco caída, coisa que Gladis, com sua língua afiada, não deixou passar, e, quando ia para a cozinha, disse a La Chana baixinho, “É bom que jogue um litro de água agora: se essa planta já não está morta, eu mudo de nome”.

–Já estão todos, Chana? –perguntou a secretária.

–Sim, estão todos, falta apenas uma companheira que tem que trazer as xícaras de café. Você ligou para ela, Gladis?

–E estas cadeiras aqui? –perguntou a secretária.

–Estas são para vocês, e essa dali é para o prefeito.

–Não, o companheiro e os dois acompanhantes de Julio comem na cozinha, só eu que como aqui. Se quiseres que Julio sente nessa cadeira ponha-a aqui no meio, porque ele não se senta na cabeceira.

–Ah, tudo bem. Gladis, me arruma as cadeiras? –indicou La Chana, enquanto vários se levantavam para ajudar.

–Eu vou anotando, então, os que estão aqui, vou pedindo uns dados para vocês, pode ser? –disse a secretária tirando uma planilha de sua bolsa, e começou a percorrer pessoa por pessoa, perguntando nome completo, rua, bairro, telefone, carteira de identidade, celular. Quando chegou minha vez e me perguntou “bairro”, disse que morava na capital, e aí La Chana interveio e explicou que eu não era do bairro, que era uma escritora que estava fazendo um trabalho sobre o bairro, e que fazia dois anos que a acompanhava, e que por isso havia me convidado.

–Ah, que lindo, ótimo –disse a secretária–. Rua?

Na cozinha, as duas mulheres que haviam saído do carro acomodavam as coisas na mesa, enquanto Gladis e Felisa seguiam suas diretivas: as milanesas à napolitana tinham que ficar 10 minutos no forno; as saladas das bandejas de plástico podiam ser passadas para umas travessas; os acompanhamentos das saladas iam à mesa; os pudins e os potes de doce de leite e creme à geladeira.

–Quando estiver tudo pronto –disse o motorista a La Chana–, me avise que ligo para que Julio venha.

–Já está, né, Gladis? –perguntou La Chana.

–Sim, Victoria me disse que está a três quadras.

As mulheres da cozinha se despediram, “Aproveitem”, “Que seja tudo ótimo”, disseram ao passar pela sala, e o motorista disse que o prefeito chegaria em 5 minutos.

–Vamos todos para fora então, assim o esperamos –disse La Chana.

Victoria chegou nesse instante com uma bolsa onde trazia as xícaras para o café. Estávamos no quintalzinho da frente, e a secretária se aproximou de La Chana:

–Chana, uma pergunta, esta gente fala de política?

–Sim, sim, claro, Laura.

–Ah, está bem, te pergunto porque essa é a idéia da reunião, Rubén comentou com você, não?

–Sim, sim, claro –respondeu La Chana, e explicou para mim– Hoje Julio não vem como prefeito, vem como condutor, por isso os convidados têm que ser companheiros.

–Claro –repetiu a secretária–, por isso lhe pergunto.

Lembro-me que me surpreendi um pouco com essa pergunta da secretária nesse momento, que não fez mais do que pôr La Chana nervosa. Suponho que, de certa forma, tratava-se de uma orientação ou uma advertência, para que, chegado o momento, La Chana soubesse conduzir as conversas para os trilhos “políticos” –nesse caso, especificamente eleitorais. Porém, a pergunta explicitava, também, a avaliação à qual La Chana estava submetida: no almoço, sua capacidade para recrutar companheiros “políticos”, que “falam de política”, seria posta à prova.

O segundo carro estacionou na porta. Junto com Pereyra –que estava vestido de traje esportivo, com um jeans e um pulôver de cor clara– saíram dois homens grandes, mais ou menos de sua idade, uns 50 e tantos anos, que seriam guarda-costas ou algo assim, e um terceiro que levava uma câmera de fotos. Pereyra saudou La Chana por seu nome e com um beijo, “Obrigado por me receber”, disse, e quando terminou de saudar cada um dos que estavam no pátio de fora, entrou na sala. O fotógrafo registrava cada momento com a máquina, enquanto os outros homens foram para a cozinha, e nós fomos sentando à mesa.

Pereyra –que havia se sentado na cadeira correspondente, por indicação de Gladis–, disse que agradecia a todos os que estavam ali por compartilhar esse almoço com ele no dia de domingo, que é um dia de família, que ele também havia tido que deixar sua mulher e seu bebê em casa, “E, bom, eu não sei o que dirão suas famílias por vocês não estarem hoje”, disse.

–Estão contentes –disse a irmã de Estelita–. Pois estamos com o prefeito!

Começavam a circular os pratos e os ruídos de vasilha. Gladis começava a servir as milanesas, enquanto La Chana dava suas palavras de boas vindas, que saíram muito bem. Ele agradeceu e disse que o fato de encabeçar a chapa era parte do compromisso que ele tinha com o governo de Cristina e de Néstor, que o que esse homem e essa mulher haviam dado ao país e a

Florencio Varela era algo histórico –“mas histórico mesmo”, repetiu– e que agora já tinham planejado e firmado o orçamento para deixar Varela toda com esgoto, com capa asfáltica, conexão de gás, e não recordo que outra coisa mais. As pessoas assentiam, e alguém disse que “as coisas tinham mudado muito”.

–Bom –disse Pereyra–, se vocês vêem que as coisas mudaram muito, isso é o que gostaria que vocês transmitissem a seus vizinhos nestas eleições: tudo o que se fez e tudo que resta por fazer, e que já está nos planos. Que todas essas coisas foram feitas e vão ser feitas graças a Néstor e a Cristina. Que Varela fez em 5 anos o que não se havia feito em 15; e que, como dissemos na campanha, vamos continuar. Eu queria que vocês transmitissem isso porque a mídia está jogando contra, e esta eleição, que estamos indo bem, e vamos ganhar, não é só ganhá-la. Nós não podemos ganhar e pronto, temos que ganhar e é por muito, porque o que se fez nesses anos foi muito, e foi histórico.

–Sim –disse María, coordenadora das manzaneras–, o nosso bairro, por exemplo, mudou muito, asfaltaram muitas ruas.

–Como está o programa asfáltico de Las Rosas? –perguntou Pereyra.

–Este ano fizeram a 123, a 175, a 153, e agora estão programadas mais 4 –disse La Chana, e eu me lembrei então que, nessa mesma manhã, ela havia me levado até a esquina e, orgulhosa, havia me mostrado o asfalto da quadra de Justina, que foi concluído um mês atrás.

Da conversa do almoço foi derivando outras questões de bairro: as luzes, a conexão de gás, as drogas dos garotos, a falta de trabalho, a insegurança, a polícia. Em algum momento, Victoria –a que havia trazido as xícaras e a quem eu conheceria só então– disse que tinha a idéia de “fazer coisas desportivas para os meninos”, que, com um espaço de esportes, os meninos deixariam de ficar na rua.

–Parece-me perfeito –disse Pereyra–, apresente um projeto, faça um projeto e me faça chegar através de Patricia.

–Sim, porque o problema é esse, o problema é a rua, e falávamos com Patricia, que se tivéssemos um lugar de recreação, os meninos têm a possibilidade de fazer outra coisa –disse Victoria, que prosseguiu explicando alguns detalhes do espaço desportivo que tinha em mente, e eu vi como La Chana se punha nervosa porque a conversa se estendia, e Victoria não parava; em duas oportunidades, tratando de velar pelo caráter “político” da reunião, sinalizou como uma tesoura para “cortá-la”, mas, ao que parecia, Victoria estava tão compenetrada que nem o registrou. La Chana buscou meu olhar –eu havia me sentado ao lado dela– e falou discreta-

mente que eu interferisse para mudar de assunto. Na primeira micro-pausa de Victoria que pude encontrar, disse:

–Pereyra, eu queria que o senhor falasse um pouco de como vê o panorama destas eleições.

–Bom, eu o vejo bem, vocês devem ter visto que De Narváez caiu muito nas pesquisas, é um homem estranho, o assunto do gasto injustificado de seu dinheiro na campanha, imaginem que ele está gastando 800 mil pesos por dia³⁶. Na Argentina, tem havido políticos ricos, mas nenhum põe sua fortuna na campanha. É algo suspeito, porque leva a pensar que é grana adquirida de alguma forma estranha, grana fácil digamos, que evidentemente pode ser gasta desse jeito. Eu tenho uma boa relação com De Narváez, mas eu vejo que ele está se complicando. Agora, como estou dizendo, é importante que vocês transmitam, porque não basta ganhar, temos que ganhar de muito.

–Sim, por isso prefeito –disse Estelita–, é importante que, desta reunião, por exemplo, saia um compromisso dos que estão presentes.

–Eles já estão comprometidos –disse La Chana quase a interrompendo, e com tom grave–, por isso estão aqui Estelita.

Estelita não tinha que falar, porém o havia feito, e seguiria o fazendo:

–É como o senhor disse na plenária de ontem que eu fui, minha companheira não pôde ir porque estava trabalhando –disse dedurando La Chana–, que nós, até 28 de junho, temos muito que bater pé.

–Sim, e é importante que se articulem os referentes –disse Pereyra no que parecia ser uma mensagem para ambas–, que possam trabalhar em conjunto. Por isso eu dizia na plenária, que deixemos de lado os problemas ou as diferenças. Imagine se eu, quando era referente do bairro Don Orione, fosse até o meu dirigente com problemas internos do bairro. Iam me dar patadas! Imagine se quando vou falar com Néstor [Kirchner] levar problemas internos de Varela. Não, isso eu os tenho que resolver, em meu âmbito. E outra coisa que digo a todos: eu não sei por que vocês não pedem mais. Tem que pedir e pedir.

–Porque nos dá medo, não queremos tomar um “não” –disse Estelita.

³⁶ Francisco De Narváez, candidato a deputado nacional da província de Buenos Aires pelo PRO (Proposta Republicana), partido que nessas eleições aglutinou o peronismo dissidente –opositor ao oficialismo do casal Kirchner– e foi a principal ameaça eleitoral da gestão K, sobretudo na província de Buenos Aires. De Narváez não provinha da carreira política: era empresário, pertencente a uma família de tradição empresária, e dono de uma fortuna publicamente conhecida. Esta origem –como os gastos extraordinários de sua campanha– eram parte dos recursos usados pelo oficialismo para desacreditá-lo politicamente, tal como fazia Pereyra nesse almoço de *companheiros*.

–Mas imagina só: se eu tivesse tido medo do “não”, não haveria conseguido nada do que consegui para Varela. Quando vou falar com Cristina [Férnandez de Kirchner], ocorre, a mim, pensar ‘Não, melhor não pedir porque ela está com tal e tal problema’. Não. Eu peço! Eles estão lá para me responder, e isso é a mesma coisa, nós estamos para responder a vocês, têm que pedir, e sempre ir por mais.

Nesse momento, Gladis vinha com o pudim e os potes de doce de leite. Se não me equivoque, tinha sido a secretária quem havia lhe avisado que já podia servir a sobremesa. Foi Victoria quem retomou a conversa eleitoral:

–Agora, se esse De Narváez tem mesmo tanta grana, ele vai sair comprando votos, como se fazia em Tucumán. Eu sou de Tucumán, e sempre me lembro que chegavam as eleições e por 30 pesos o povo vendia o voto.

Vários assentiram, e alguém disse que Macri, outro dos “empresários”, havia feito o mesmo nas vilas da capital³⁷.

–Bom –disse Pereyra–, vocês sabem que essa é a visão que a mídia tem do subúrbio. Para a mídia, o subúrbio é uma terra de animais, né, e nós, os prefeitos, os monstros que dirigem esses animais. Eu não sei se vocês terão visto aqui compra de votos, bah, eu pergunto a vocês, para mim é mais uma fantasia da mídia, eu creio que a oposição tampouco o faz...

–Não, aqui eu não vejo –disse Victoria.

–Não, nos bairros não –disse Patricia.

–Isto é a mesma coisa que quando dizem que o povo vai aos atos por um choripán –disse Lelia, irmã de Estelita–. Nós nunca vamos a um ato por um choripán.

–Sim, eu sempre luto contra isso –disse La Chana–, eu fico irritada quando falam isso, porque qualquer um sabe que as pessoas te acompanham porque têm um compromisso, ninguém tem que dar algo para que elas venham.

–Por isso que eu digo –insistiu Pereyra–, isso é uma grande campanha da imprensa.

Da conversa se desdobrava, talvez em uma de suas expressões mais nítidas, a forma em que meus interlocutores de campo enfrentavam, cotidianamente, atribuições de intenção consideradas ilegítimas. Pereyra falava do *subúrbio*, La Chana *das pessoas*, às vezes *dos pobres*, os dirigentes do MTR, *dos trabalhadores*, às vezes *do povo*, e outros, pretensamente mais equân-

³⁷ Mauricio Macri, fundador em 2003 do partido Compromisso para a Mudança, e, em 2005, à frente da coalizão PRO (Proposta Republicana), que o levou no ano de 2007 a ganhar as eleições para chefe de governo da cidade de Buenos Aires. Como De Narváez, Macri também provém de uma conhecida família de empresários do país, e chega à política a partir da gestão empresarial.

imes, *das camadas populares*. A pergunta era apenas uma: Por que vêm? Por que vão? Em suma –e uma vez mais –: Por que estão aí? E assim como La Chana era acusada e se defendia, atribuindo-se, a ela e aos seus, intenções justas, ela mesma acusava os outros: *os piqueteiros*, por exemplo, os que estão aí “por obrigação”, os que marcham “sem saber o que os levam”. Quando relia meus registros daquele almoço, a expressão “compra de votos” que os convidados haviam lançado mão, os comentários da irmã de Estelita –“nós não vamos por um choripán”–, os comentários de La Chana nessa e em outras oportunidades– “eu não tenho que lhes dar nada para que venham”–, me remeteram inicialmente aos efeitos do intervalo de tempo do dom, assinalados por Bourdieu (1991). Esse “algo” –um choripán, 30 pesos– pelo qual as pessoas “iriam”, suprimia a temporalidade que se media entre o dar e o receber, temporalidade que distingue, precisamente, um mero ato de permuta ou de compra-e-venda, de uma troca de dons. Ao aniquilar a mediação do tempo, “o choripán” ou os “30 pesos” estariam deixando desnudado o (verdadeiro) caráter interessado de um comportamento –participar de um ato, ir votar– que socialmente se pretende *político*, pois referido a uma adesão, livre, voluntária e gratuita, a uma idéia, um projeto, um candidato.

Tempos depois, pensei que não era exatamente uma operação de desmascaramento o que está em jogo no “choripán”. Em seus comentários –e de modo análogo ao que sucede no universo dos movimentos piqueteiros– La Chana fazia do *compromisso* –oposto ao pagamento, ao interesse– esse signo que, por excelência, indica que ‘isto é política’, ou melhor dito, ‘isto é verdadeira política’. “As pessoas vêm porque têm um compromisso”. O ponto é, então, o que significava *compromisso* para La Chana. Como no caso de Seu Nazar, não parecia se tratar de compromisso com uma ideologia política; tampouco com uma organização –*o partido*–, inclusive diria que tampouco com um candidato –vimos, por exemplo, que Justina acompanhava La Chana apesar de não gostar nem um pouco de Pájaro Ríos. Tratava-se, melhor, de um compromisso inter-pessoal, o compromisso recíproco entre o *referente* e seus *vizinhos*, o de *acompanhar* quando ela o *necessitasse*, e de *ajudar* quando eles *necessitassem*. Ir por um *compromisso* era ir, não por ele mesmo, mas pelo outro³⁸.

O *compromisso* que La Chana esperava era *com* ela. E assim, o problema de “ir por um choripán” não residia tanto em *desnudar* a verdade objetiva *da* relação, tampouco exatamente em contaminar a “política” com a “economia”, mas no fato de substituir *uma* relação inter-pessoal por *outra* impessoal: aquela em que a confiança, a palavra empenhada, o crédito, o contar-com o outro, não têm lugar. Ou para dizê-lo mais precisamente: a oposição entre “ir por algo”

e “ir porque há compromisso” é a oposição entre a relação (que faz o verdadeiro acompanhamento político) e a *não* relação (que faz o falso acompanhamento).

Teve de se passar um tempo considerável para que eu me advertisse sobre o que o *trabalho político* de La Chana estava me ensinando desde o princípio: não só a *quantidade* mobilizada no ônibus é aquilo que conta, senão que conta, também, o quem acompanha, e como. Ao longo dessas páginas percorremos distintos acompanhamentos considerados espúrios: aquele em que a voluntariedade de uma retribuição é violada; aquele em que algum bem próprio está por cima-de ou atenta-contrá o bem alheio; aquele que está desprovido de uma relação de interconhecimento e crédito mútuo. E, se voltarmos às apreciações de La Chana, podemos agregar um último acompanhamento, não exatamente espúrio, mas sim desvalorizado: refiro-me ao acompanhamento dos parentes, que, não por falta, senão por um tipo de excesso de vínculo inter-pessoal, acaba transbordando, também, o ideal do vínculo político. Não se trata somente do fato de a esfera da família ser um terreno quantitativamente restrito para essa arte do *trabalho político* que é, para usar a expressão de La Chana, *somar gente*. Trata-se, no meu entender, de algo que transcende o número: como se a incondicionalidade com que pensamos o vínculo de parentesco –incondicionalidade que pode chegar ao ponto de pôr em suspenso o princípio da equivalência, por exemplo– impossibilitasse sua “politicidade”.

Na metade do caminho entre o excesso de relação (o parente) e a ausência de relação (o que “vai por um choripán”), encontra-se o *vizinho*, esse óptimo de *compromisso* que faz a autêntica política: um *compromisso* cuja dose aceitável de bem próprio e bem comum, de inte-

³⁸ Sobre este sentido inter-pessoal do *compromisso* na atividade política, ver especialmente os trabalhos de Palmeira 1992, 1996, Heredia 1996, Alencar Chaves 1996, Bezerra 1999. Cabe mencionar, por outro lado, que a vivência da relação referente-vizinho como um vínculo inter-pessoal de obrigações e direitos morais nos adverte sobre as dificuldades de pensar os *referentes* exclusivamente em termos de “mediadores” –mediadores entre a população e o Estado no que diz respeito à distribuição de recursos públicos; mediadores entre a população e os partidos no que diz respeito ao agenciamento da adesão política através de um candidato. Em primeiro lugar, a idéia de “mediador” pressupõe uma separação entre entidades discretas que venham a ser mediadas: “população”, “Estado”, “organizações sociais”, “partidos” (ver uma crítica a estas reificações em L’Estoile, Neiburg e Sigaud 2002). Em segundo lugar, recuperando a advertência de Goldman (2006:275), podemos dizer que qualificar, no âmbito de uma relação de três, um dos termos como “mediador” pressupõe como mais importante uma das relações –neste caso, a da população com o Estado ou a do eleitor com o político–, a serviço da qual estaria o termo médio. Nessa operação, o “mediador” fica reduzido a um intermediário ou canal-entre, o qual enclausura dois fatos fundamentais: por um lado, a forma em que essa relação é vivida do ponto de vista dos envolvidos –uma relação diádica de compromisso recíproco; por outro, o poder de criação e transformação do que se supõe ser o “mediador”: o poder de criar, por exemplo (e como viemos vendo), princípios de direito para o fazer merecer. Neste sentido, esta advertência sobre as limitações da noção vale, também, para o caso dos movimentos de desempregados (cf. Quirós 2006, Quirós 2009). Para outras observações críticas, ver Auyero 2001, Soprano 2002, Rosa 2004. Recentemente, a proposição de uma concepção de “mediação” oposta à de “intermediação” pode ser encontrada em Latour 2005.

resse e desinteresse, de obrigação e de gosto, é cotidianamente negociada. É este *compromisso*, sempre moral e sempre calculado, o que parece dar vida a isso que chamamos de peronismo.

III. Reclamar

Durante o ano em que acompanhei os dirigentes do MTR em suas gestões por distintas demandas em dependências estatais, não deixou de me chamar a atenção como o governo era um partícipe ativo nesta relação incindível que existe entre a marcha e a reunião. Não parecia teimosia dos funcionários, como sustentava Walter, senão a forma em que o vínculo entre as organizações e o governo havia se constituído historicamente.

Se o conseguido dependia de uma quantidade, então existia e estava aí por e em virtude dessa quantidade. Torna-se difícil, neste sentido, pensar a luta como uma “ressignificação” ou uma adição de “novo significado” a recursos como o plano, como se costuma pretender.

Ainda que este seja um ponto de vista possível, entendo que perde de vista um fato fundamental: mais do que re-significar objetos, a luta os produz. O plano, a cesta básica, a cooperativa, são e estão aí por um esforço investido. Um esforço de caráter coletivo –a quantidade–, que os faz pelo mesmo princípio de associação entre fazer e merecer, bens que pertencem a esse coletivo.

I. De Martino e velho Walter, dirigentes piqueteiros

O velho Walter se afastou da roda de dirigentes quando viu que a maioria concordava em enviar uma segunda linha até a casa de governo.

–Imagina esta quantidade de gente na praça para mendigar uma reunião! Veja só... Com semelhante quantidade, tens que ficar quieto, aqui... Me entendes?

Ao velho Walter sempre dava gosto explicar como tinham que ser as coisas; e como, em geral, víamo-nos nas marchas, falava comigo enquanto caminhávamos; o torso inclinado para frente, as mãos para trás, enlaçadas; o olhar para o chão, que levantava de vez em quando até o horizonte do boné.

A fumaça preta e o cheiro de querosene dos pneus que ardiam a vários metros da gente, chegavam até nós em rajadas por algum vento caprichoso; os tambores da primeira linha da coluna se escutavam enérgicos. Havíamos chegado à Casa de Governo da província de Buenos Aires depois de um percurso pausado em boa parte do centro de La Plata¹. Segundo os cálculos dos dirigentes, a coluna, que se estendia ao longo de 10 ou 12 quadras, somava mais de 12 mil

¹ La Plata, capital da província de Buenos Aires.

pessoas; as organizações que as embandeiravam eram 25, todas elas conhecidas –algumas mais, outras menos– como os “piqueteiros opositores do governo” de Néstor Kirchner².

Martino tampouco estava de acordo em mandar uma “segunda linha” ao governo, mas, à diferença de Walter, e honrando a paciência tucumana que o caracterizava, manteve a calma. Efetivamente, não era isso o que haviam acordado na semana anterior na reunião de dirigentes em que se havia arrematado os detalhes da mobilização: haviam entrado no consenso de convocar uma coluna massiva, deslocar-se pela cidade em um percurso estendido, queimar pneus em esquinas importantes, chegar à sede do governo e permanecer ali um pouco; se do *governo* se aproximassem para pleitear uma reunião com a autoridade pertinente, bem; se não, voltar à casa e dar continuidade ao *plano de luta* na terça-feira seguinte, com uma mobilização semelhante em número e forma.

–Nos disseram que nos atendem Nisingrini e Yalta –disse uma das “segundas linhas” [de dirigentes] ao voltar da porta do governo, localizada a uns 50 metros do início da marcha, onde se encontravam os (mais ou menos 25) dirigentes reunidos.

–Qual era o Yalta, che? –perguntou um deles.

–Te lembras daquele baixinho, assessor de Calderón –respondeu Martino.

–Bem, pessoal: Nisingrini já sabemos que resposta vai nos dar, e Yalta, um simples assessor ministerial, o que pode decidir?

Ainda não identificava a todos, nem todos eles a mim. Tampouco conhecia todas as organizações ali presentes: muitas das siglas, de fato, eram-me absolutamente desconhecidas. Mas o último que havia falado era Gafa, dirigente do Polo Obrero –uma das organizações opositoras ao governo mais numerosas, ligada ao maior partido trotskista do país na atualidade, o Partido Obrero–, e todos haviam concordado. Yalta, um assessor ministerial, não tinha nem incumbência nem hierarquia suficiente para tratar dos assuntos que haviam sido levados a ele. Nisingrini sim: era sub-secretário do Ministério de Desenvolvimento Humano, e interlocutor habitual das organizações em matéria de assistência alimentícia. Porém, registre-se, foi precisamente a reunião com o próprio Nisingrini que havia ocorrido há duas semanas antes, aquilo que havia desencadeado a mobilização na qual nos encontrávamos nesse momento. Essa reu-

² Sobre a distinção entre “piqueteiros aliados” e “piqueteiros opositores” ao governo de Kirchner, ver Introdução. Antecipo ao leitor que, ao longo deste capítulo, encontrará um conjunto de nomes e siglas correspondentes a diversas organizações piqueteiras “opositoras”. Optou-se por conservar os nomes das mesmas – assim como feito com o MTR. No entanto, seguindo o objetivo do capítulo e da tese em seu conjunto, não apresentarei nem definirei cada uma dessas organizações em particular, tampouco descreverei suas distinções ideológicas ou origens históricas. Em função de alguns dados que irei proporcionando ao longo das páginas, o leitor comporá um quadro com a informação que considero pertinente para meu argumento.

nião tinha sido, se não a causa da marcha, ao menos um dos fatos que a justificavam: lá o funcionário havia dito aos dirigentes –que então não eram 25, senão algo mais do que 6– que no depósito de cesta básica “não havia nada”, que só tinha macarrão, que se quisessem “que fossem pegar macarrão”, e que se não quisessem, que “fizessem piquete, que fizessem marcha, que fizessem o que quisessem, mas alimentos não havia mais”³.

Assim o transmitiu Gafa, dirigente do Polo Obrero, a Martino, quando o chamou por telefone para convocar a reunião de organizações a fim de definir alguma “ação conjunta”. Assim o tornaria a expor nessa reunião, à qual assistiram mais de 30 dirigentes e delegados:

–A soberba de Nisingrini –disse Gafa nessa oportunidade– não é casual, é uma decisão política, ou ao menos fala de uma linha política do governo.

Castelli, dirigente do Movimento Sem Trabalho Teresa Vive –organização ligada a um partido também trotskista–, outro dos poucos que eu conhecia, disse que a única saída era buscar uma reunião com níveis ministeriais, e que, a julgar pela jactância com que os havia tratado o sub-secretário, seria algo que provavelmente demandaria mais de uma mobilização. Sua proposta foi aceita por unanimidade: seria requerido um *plano de luta* conjunto que contemplasse uma sucessão de marchas ao longo do mês de junho. O comunicado de imprensa da primeira mobilização anunciaria o *plano*, explicitando que sua continuidade –ou não– dependeria das soluções oferecidas pelas autoridades governamentais.

A “soberba do governo” seria também um dos dados transmitidos na reunião de delegados do MTR em que se anunciou a convocatória à primeira mobilização do *plano de luta*. Aníbal, dirigente do que mais tarde seria o *ramo sindical* do movimento, informou aos quase 20 delegados de cabildo ali presentes que para esse momento o governo provincial devia ao MTR 140 mil quilos de produtos; que o funcionário que na semana anterior havia atendido várias das organizações que estavam em uma situação similar, havia os destrutado, havia lhes falado depreciativamente, e que os dirigentes haviam se levantado e ido embora. No dia seguinte, Seu Nazar transmitiria algo semelhante na reunião do cabildo *Liberdade*, enfatizado o caso do macarrão: que o *governo* havia dito que a única coisa que tinha para entregar era macarrão, que se quisessem, que fossem ao depósito e que pegassem o que quisessem. Para Nazar, isso era uma “falta de respeito”, coisa que todos os seus companheiros devem ter entendido da mesma

³ Como indica Manzano (2007:109), as primeiras ações de protesto em torno do problema do desemprego apelaram para uma forma estandardizada de intervenção do Estado, configurada na década de 80: a distribuição de alimentos. Desde sua constituição até a atualidade, a assistência alimentícia é parte dos recursos administrados por organizações piqueteiras.

maneira: nos últimos meses, praticamente a única comida preparada no refeitório do *Liberdade* tinha sido ensopado de macarrão, ou ensopado de arroz.

No decorrer do ano, os dirigentes de várias das organizações opositoras ao governo de maior conhecimento midiático haviam tido duas reuniões com Nisingrini, sub-secretário do ministério de Desenvolvimento Humano. Na primeira, no início de março, o funcionário havia se comprometido a regularizar o abastecimento de alimentos seco aos refeitórios “no prazo de 20 dias”; na segunda e última –dilatada no tempo porque Nisingrini estava se esquivando–, tinha somente lhes dito que não havia mais produtos. Com estas palavras, o funcionário havia dado sua resposta, e como alguma vez me explicou o velho Walter, fundador do MTR junto com Martino, e agora dirigente da ATV (Associação de Trabalhadores Varelenses) de Florencio Varela:

–Quando um cara diz para você, ‘Faça piquete, faça marcha, faça o que quiser’, está te dizendo, ‘Agüente o que vier’, e as pessoas podem agüentar muita coisa, mas ‘o que vier’, não.

O *diálogo* com Nisingrini tinha terminado: era agora requerido um funcionário de maior hierarquia, e, como bem sabiam todos, em uma conjuntura em que o *diálogo* havia se interrompido, o acesso a esse funcionário dependia não só de *mobilizar*, mas fundamentalmente da *quantidade* mobilizada. Por conta disso é que a marcha ao governo da província havia sido conjunta e massiva: 12 mil pessoas era um número que merecia a atenção de um nível ministerial, um chefe de gabinete, ou de algum equivalente com *decisão política* designado pela máxima autoridade provincial, o governador. Inclusive um número que, do ponto de vista de Walter e de outros, não requereria a aproximação para “pedir” a reunião: para eles, enviar uma delegação à porta do governo nessas condições era –no dizer de Walter– uma burrada política.

Lembro que, naquele dia da marcha, ante à negativa conjunta de se reunir com Nisingrini ou Yalta, um dos dirigentes propôs voltar à casa de governo com uma contra-proposta: solicitar serem atendidos pelo ministro de Desenvolvimento Humano ou pelo Secretário de Governo. Alguns dirigentes concordaram, outros objetaram a proposta terminantemente (Walter entre eles), e outros fizeram suas reservas, como Martino, que, elevando-se entre o burburinho, disse:

–Companheiros, se assim vocês consideram, levem a contra-proposta, mas avisem que não vamos esperar. Ou seja, eu digo a vocês, são quase 4 da tarde. Não podemos ficar com nossa gente aqui esperando até qualquer hora, as pessoas vão começar a ir, e aí vamos ficar esquilidos. Não nos desgastemos. Se quiserem levar uma contra-proposta, façam isso, mas avisando que nós vamos embora às quatro e quinze: se até essa hora nos disserem que nos recebem o

governador ou algum ministro designado por ele, bem, e se não, que peguem nossos telefones, nos liguem, ou nos vemos de novo na semana que vem com outra coluna como esta.

Com efeito, para a maioria dos que estávamos ali, o dia havia começado bem cedo. Pelo menos às 7:30, horário em que a maior parte das organizações do subúrbio havia se concentrado em suas respectivas estações de trem para chegar no horário à concentração geral na estação de La Plata. Recordo que, na capital, a concentração havia começado pelo menos às 7, horário em que eu chegava à Constituição para pegar o “Bosques via Temperley” até Varela, e pude ver dezenas de pessoas no hall, aglutinadas em pequenos grupos, com bandeiras, tambores, e alguns panos do colo.

Já no trem, quando passava pela estação de Ardigó, a névoa se fazia tão espessa que pela janela não se via nada. Então, chegando à estação de Varela, pude avistar alguns panos vermelhos da ATV, alguns celestes do Teresa Rodríguez, o boné inconfundível do velho Walter, e, perto do alambrado, a única bandeira estendida, com Seu Nazar de pé sustentando um dos paus. Devia fazer vários graus a menos do que fazia na capital uma hora antes.

–E te prepara porque La Plata é ainda mais fria –me disse Aurora, que já estava fazendo a chamada em alguns dos cabildos. Para desgosto de Nazar, vários do *Liberdade* chegariam tarde, Sandra Aguirre chegou literalmente correndo, quando já estávamos para tomar o primeiro trem; é que seu bairro, Villa Margarita, e também Las Rosas e adjacências, estavam abarrotados de coletivos e caminhões de polícia: Néstor Kirchner, então presidente da nação, e Felipe Solá, governador da província de Buenos Aires, estavam chegando ao distrito naquela manhã.

–Às 10 parece que chegam, vêm inaugurar as casinhas daí, do fundo, você viu? –me explicou dona Gloria, que também havia se atrasado porque o coletivo que costumava tomar não tinha feito o mesmo percurso. Depois soube por Walter que 50 companheiros da ATV iriam ao ato de entrega das moradias:

–Parece que têm que subir ao palco para receber o papel e cumprimentar. É o que eu te digo: são uns filhos da puta, a moradia ainda não entregaram, mas ao ato os fazem ir –resmungava o velho, enquanto subíamos no primeiro trem com destino a Berazategui, para fazer depois a baldeação a La Plata. Alguns companheiros da organização haviam perguntado sobre o que fazer –o ato da entrega era no mesmo dia da marcha– e ele havia respondido que fossem ao ato naturalmente, porque, como sempre costumava dizer, “na luta não se pode rejeitar o que te dão”.

O velho Walter costumava ter uma máxima apropriada para cada situação. Quando não era de algum personagem célebre –de Che Guevara, de Mao Tse-Tung, de Churchill ou de Péron– era dele mesmo, e creio que ninguém poderia dizer que não eram perspicazes. Levava nas costas 61 anos, 45 de militância, e quase 20 vivendo em Florencio Varela: nascido e criado no Uruguay, militante tupamaro⁴, veio para a Argentina em 74, quando aqui, com a repressão da ditadura, o movimento decidiu “ser enterrado”. Primeiro passou pelo Brasil, depois pela cidade de Buenos Aires, até se instalar no sul do subúrbio. Com a abertura democrática, no início dos 80, retomou a atividade militante no fomentismo⁵, e foi aí, exatamente, que, tempos depois, conheceu Roberto Martino, que provinha de uma trajetória semelhante: com 27 anos, Martino chegou em Buenos Aires em plena ditadura fugindo de Tucumán, sua província natal, onde, depois da morte em combate de Roberto Mario Santucho, comandante do Exército Revolucionário do Povo (ERP) –uma das maiores organizações guerrilheiras marxista do país, e braço armado do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT)⁶, do qual Martino era um ativo militante– as coisas foram endurecendo, seus companheiros foram caindo, e para sobreviver tinha que cair fora. Nessa época, recorda Martino, se em Buenos Aires alguém se desse conta que eras tucumano ou uruguaio, estavas perdido: eras guerrilheiro. Por causa disso é que, como Walter, foi para o subúrbio: em 1977 começou a construir uma casinha em Varela, e conseguiu trabalho como eletricitista, que era seu ofício.

Também como Walter, foi no início dos 80 que Martino voltou à militância, desta vez não enquadrado em um partido, mas no ativismo de bairro. Nos fins de 82 –18 de dezembro de 82, lembrou uma vez–, um vento sudeste poderoso arrasou com a maior parte das casas de Villa Salcedo e outros bairros vizinhos. Então se organizou um grupo de pessoas para ir à prefeitura para pedir chapas⁷, madeiras, e assistência para as crianças. Foi um grupo grande marchando a pé, e no caminho foram se somando mais. Então começou a gerar uma *base*, e a militar ativamente na Sociedade de Fomento de seu bairro, da qual chegou a ser presidente eleito. Já nessa época, o caráter *reivindicativo* do fomentismo era para ele uma limitação para a *construção*

⁴ Movimento Tupamaro, ver capítulo I.

⁵ É conhecido pelo nome de “fomentismo” a modalidade de militância de bairro inspirada na tradição das “Sociedades de Fomento”: instituições de bairro socialmente definidas como orientadas à gestão do “bem comum” do bairro, onde os vizinhos se agrupam geralmente a fim de gerir melhorias de infra-estrutura. Durante os anos de ditadura dos 70 e 80, muitos militantes populares e revolucionários encontraram no fomentismo uma forma, relativamente resguardada da repressão, de seguir vinculados à militância de base.

⁶ PRT, ver capítulo I.

⁷ Chapas, ver nota 23, Introdução.

política. Martino me contou que haviam feito um “bom trabalho de bairro” na Sociedade de Fomento, para onde confluía muita gente com inquietude de *organizar-se* e de *fazer*:

–Imagina só, ano de 83, plena abertura democrática –me contaria uma vez–, inclusive tinha punteros peronistas que eram legais e que trabalhavam junto com a gente. Mas, claro, quando falavas de revolução social, ou de luta armada, todo mundo saía correndo, a questão para eles era resolver os problemas do bairro e ponto.

Em meados dos 90, começaria a pensar nos *desempregados*. Era a época em que o interior do país, a privatização da YPF (Yacimientos Petrolíferos Fiscales), o fechamento massivo de explorações petrolíferas e de linhas ferroviárias, convertia povoados inteiros –como Cutral C6 e Plaza Huincul no sul; Tartagal e General Moscone no norte– em “povoados fantasma”⁸. Foram as estradas nacionais que passavam por essas localidades o cenário dos primeiros levantamentos (*puebladas*) em junho de 1996, e a origem dos primeiros *fogoneros*, aqueles que permaneciam durante as noites fazendo guarda ao lado das fogueiras acesas no meio da estrada, e que, pouco tempo depois, com a recorrência do *piquete* como modo de protesto e demanda ao governo, seriam conhecidos com o nome de *piqueteiros*⁹. Também aí surgiram as primeiras organizações de desempregados, e tiveram lugar práticas trágicas de repressões, aquelas que projetaram nomes emblemáticos, como o de Teresa Rodríguez, assassinada em 1997 em uma mobilização em Cutral C6. Em pouco tempo, esse agrupamento de dezenas de pessoas que Martino e o velho Walter haviam conformado em Varela recentemente, e que haviam resolvido chamar “Movimento Trabalhadores Desempregados”, ou simplesmente MTD, passaria a se chamar “MTD Teresa Rodríguez”.

Walter recorda que, a princípio, eram 5 ou 6 companheiros, que já nesse momento estavam Marcos e Carolina, que eram “uns pivetes”, e que pouco tempo depois se somaria Aníbal. Embora os três fossem novatos na militância *territorial* –Marcos e Carolina, oriundos da capital e da militância sindical no sindicato docente, viviam há alguns anos em Varela; Aníbal, com uma origem completamente distinta, era o que La Chana reconhecia a léguas (e à diferença de Marcos ou de Carolina) como “um pivete de bairro”– o velho Walter costumava dizer que eram “de ferro”:

⁸ Em 1997, por exemplo, a população desempregada de Cutral-C6 alcançou os 25.500 habitantes, isto é, 30% da população economicamente ativa (Favaro *et al* 1997).

⁹ O termo *piquete*, utilizado então em Cutral-C6 para designar o núcleo encarregado de cada bloqueio ao longo da rua, possui uma tradição na história das lutas operárias no país. Piquete de greve ou piquete de fábrica, por exemplo, eram termos utilizados para se referir ao grupo organizado de ativistas encarregados-de (da greve, da interrupção do trabalho na fábrica). Em 1997, o “piquete de rua” tampouco era absolutamente novo: havia tido antecedentes em 1987, 1991 e 1993. O que seria novidade, então, e dali por diante, era a associação com demandas vinculadas ao *trabalho* e ao *desemprego* (ver Manzano 2007:37 e ss).

–Com o primeiro bloqueio da Rota 2, que foi em agosto de 97, conseguimos os primeiros 85 planos e produtos para os refeitórios. O bloqueio durou uma noite, e o seguinte, que foi um mês depois, durou 5 dias, e o seguinte 14 dias. Quatorze dias na estrada. Éramos mais de mil companheiros, e fomos embora quando nos deram os mil planos. Nós obtivemos muitas coisas pela força, menina. Só assim é que se faz valer os direitos dessa gente –me disse o velho naquela tarde em La Plata, apontando a casa do governo com a cabeça.

Apesar de alguns anos depois ter rompido com o MTR, conformando mais tarde uma nova organização –a Associação de Trabalhadores Varelenses (ATV)–, Walter conservaria uma boa relação com Martino, com Marcos, com Carolina; e sempre me pareceu que eles, que constituem o núcleo duro da direção até o dia de hoje, também sentiam por Walter um respeito especial. Às vezes, o MTR e a ATV coordenavam algumas ações conjuntas, principalmente quando se tratava de demandas relativas ao governo municipal de Florencio Varela. Dessa vez, contudo, Martino havia convocado o velho para se somar à mobilização das 25 organizações a La Plata, onde chegaríamos, depois de dois trens, por volta das 10:30h.

A concentração de uma marcha é desses momentos lânguidos em que a coluna se vê amorfa, todavia silenciosa, as bandeiras dobradas ou semi-dobradas, as pessoas sentadas em alguma beira de calçada, ou no próprio asfalto da rua à espera da saída; as mulheres fazendo fila nos banheiros de alguma estação –uma vez em movimento, não há banheiro ao qual ir–, os dirigentes de um lado ao outro arrematando detalhes, fazendo o sorteio da ordem que marchará cada organização, comunicando-se por telefone com os que ainda não chegaram, ou sendo interceptados por algum comissário ou agente de polícia encarregado, que pergunta se já sabem para onde vão, ou que caminho vão tomar.

Naquela manhã, já em La Plata, a concentração tomou mais de duas horas até que todas as organizações finalmente chegassem. O frio fez a espera ser mais árdua do que de costume. Não havia mate que esquentasse o corpo; Sandra e Vero Aguirre decidiram andar comigo para se esquentar e me acompanharam para tirar algumas fotos –não sem antes, claro, de pedir a devida permissão a Seu Nazar para sair da coluna do cabildo *Liberdade*. Na frente, a bandeira do MTR já desdobrada, a coluna de *segurança* com os pneus em mãos; Sandra aproveitou para pedir a Martino que lhe fizesse um certificado para a escola. “Por meio desta –ele escreveu sobre o caderno no ar–, vimos constar que, nesta data, Sandra Aguirre participou da mobilização que o Movimento Tereza Rodríguez realizou junto a outras 19 organizações na cidade de

La Plata, em reclamo de alimentos para os refeitórios populares das organizações. La Plata, 12 de junho de 2007” Assinatura e carimbo do MTR.

Foi por volta de uma da tarde, quando por fim o sol podia se fazer sentir um pouco, que as bandeiras começaram a se arrumar. Por uma lateral, o MTR se adiantou para o lugar que lhe havia designado o sorteio, e quase imediatamente empreendemos movimento, com uma marcha pausada, acompanhada de tambores e cantos, ao longo de um caminho que me era desconhecido e começava pela Avenida 44, contornava a Plaza Italia, seguia pela avenida 74 passando pela catedral, depois se estendia pela central Avenida 51, onde Marcos, Aníbal e companheiros de outras organizações foram colocando fogo em alguns pneus, enquanto alguns olhares curiosos contemplavam a cena, outros atemorizados tomavam distância, alguns comércios se punham a fechar suas portas, e alguns motoristas xingavam ao ver que tinham ficado presos de um lado da avenida. “Vão trabalhar!”, gritou um enquanto acelerava intempestivamente desafiando o bloqueio, sem ver que a coluna continuava adiante, e que ia ter que parar se não quisesse matar ninguém; até que se deteve; e nem bem o tinha feito, vários companheiros da *segurança*, encapuzados e com paus, como era de costume de algumas organizações, se aproximaram devagar e sempre, e o homem mudou de cara.

Eram três da tarde quando chegamos ao governo; durante um tempo a coluna se manteve enérgica, com tambores e cantos –Vamos companheiros, temos que pôr mais gás, estamos juntos novamente, a dignidade o povo não se vende, se defende! Este é o povo do 20 de dezembro, este é o povo de Puente Pueyrredón, este é o povo que luta e se organiza pela única saída que é a revolução! Piqueteiros, porra!–, até que, dali a pouco, a gente foi se sentando e tirando as marmitas para o almoço. Dessa vez, o MTR não havia levado panela: a comida ficou por conta de cada cabildo, ou, dependendo do caso, de cada pessoa. Quando os dirigentes revolviam a possibilidade de levar uma contra-proposta à casa de governo caminhava para as 4 da tarde; faltava ainda voltar para casa, coisa que, entre o retorno a pé e a espera de trens suficientes para carregar toda essa aglomeração de gente, tomaria, para a maioria, pelo menos umas 3 horas.

Esse esforço dispensado em uma jornada de marcha explicava, ao menos em parte, por que muitos dos dirigentes eram partidários de se aproximar do governo para entregar uma petição e pleitear um pedido de reunião. Voltar para casa sem abrir nenhuma porta ao *diálogo* parecia uma dilapidação de tanta energia humana. A proposta de meio-termo de Martino –levar à sede de governo uma contra-proposta, porém levantar a marcha sem esperar a resposta neste momento– pareceu convincente para a maioria. E foi assim que, quando os emissários voltaram pela segunda vez à porta do governo, empreendemos a retirada. O assessor que os atendeu,

recebeu a petição e disse que em 48 horas se comunicaria telefonicamente para agendar uma reunião para a semana seguinte com uma autoridade destacada pelo governador. As pessoas se punham de pé, os tambores e bumbos voltavam a soar, e iniciávamos a marcha de volta à estação, onde os dirigentes se despediam até a terça-feira próxima: seguindo as regras de procedimento, enquanto não se recebesse uma ligação do governo, a marcha prevista para 19 de junho no cronograma do *plano de luta*, seguiria firme.

II. Do poder da quantidade, e da marcha como signo e como forma de se sentar para conversar

Havia sido uma das primeiras mobilizações em que eu marchava fora da bandeira do cabildo *Liberdade* ou de algum outro cabildo. Era uma das primeiras que eu cumpria na frente da coluna, acompanhando de perto os dirigentes, as negociações com a polícia, a tomada de decisões, a apresentação de pedidos e as gestões por audiência ante a dependências governamentais. Minha presença ali adiante havia sido habilitada pelos dirigentes do MTR, depois de um evento no cabildo *Maio* cujos efeitos, naquele momento, desconhecia.

Levava poucos meses de retorno ao campo, no início de 2007, depois de quase um ano de ausência de Varela, quando fui convidada por Martino para “fazer uma conversa” sobre meu livro. Fazia tempo que ele havia lido meu trabalho –o livro primeiro, um artigo mais recente depois– e havíamos conversado e trocado opiniões a respeito em distintas oportunidades. Desta vez, a proposta era “abrir o debate com os companheiros”. A conversa, a se realizar no cabildo *Maio*, contaria também com a presença de Cecilia Ferraudi Curto, socióloga que recentemente havia concluído sua dissertação de mestrado em antropologia sobre alguns aspectos da vida cotidiana em um cabildo da organização (cf. Ferraudi Curto 2006). Essa poderia ser, conforme me disse Martino ao me convocar, uma oportunidade para que os companheiros escutassem como nós, “de fora”, víamos o movimento. Recordo que preparei minha exposição pensando em um público variado e heterogêneo. Imaginava que Seu Nazar, as meninas Aguirre, e outros de meus principais interlocutores de campo até então estariam lá. Porém, quando cheguei ao *Maio*, vi que nossa audiência era formada por um grupo bem mais reduzido: o de dirigentes e militantes mais estabelecidos do movimento, vários dos quais haviam lido meu livro.

Depois de nossas exposições, e em seguida das respostas a várias perguntas feitas, Marcos, dirigente da *mesa política* do movimento, mencionou um incômodo. Apontou que havia perce-

bido em nossos trabalhos algo que vinha advertindo fazia tempo os estudantes e jornalistas, argentinos e estrangeiros, que se aproximavam para conhecer a organização: uma certa “evitação” aos dirigentes, e uma marcada busca pelo contato e diálogo quase que exclusivo com “as bases”, como se as bases fossem o “autêntico movimento”. Nessa mesma direção, Aníbal, dirigente da *mesa executiva*, acrescentou que ele entendia minha desconformidade com isso que eu chamava de “sociologia dos movimentos”, ou com essa redução do “movimento” ao discurso público dos dirigentes: –Porém –disse– a cotidianidade do movimento são muitas cotidianidades, porque, se não, você está tomando de novo um ponto de vista parcial, que é o que você critica. Por que você não segue, então, nossa vida cotidiana? Se você fizesse isso, encontraria outras coisas, e outros movimentos.

A estes comentários, segui outro de Martino, orientado na mesma direção. Entendi que parte do que estas pessoas estavam me questionando e dizendo era ‘o movimento também somos nós’. E certamente tinham razão. Junto a esclarecimentos e explicações que agora não vêm muito ao caso, minha resposta foi que, efetivamente, estava pendente uma “etnografia dos dirigentes”. Naquele momento, não sabia que esses questionamentos, assim como minha resposta, teriam um lugar central na mudança de direção que tomaria, pouco tempo depois, meu trabalho de campo. Certamente, se o doutorado era uma oportunidade para ampliar minha figuração do peronismo, por que não estendê-la, também, para outras instâncias e perspectivas dentro dos movimentos. E embora não levasse a cabo *strictu senso* uma “etnografia dos dirigentes”, começaria, sim, a acompanhar boa parte das rotinas cotidianas de alguns deles, especialmente de Martino e Aníbal, com os quais tinha uma afinidade pessoal, e certa relação de confiança constituída.

Na ocasião oportuna, comentei com Martino sobre os novos rumos de minha pesquisa e as implicações em termos de campo: solicitei que avaliassem com a direção sobre a possibilidade de mudar minha posição nas mobilizações, marchando na frente; e de participar periodicamente das reuniões das quais eles participavam, incluídas aquelas com funcionários de governo. Os dirigentes do MTR me abririam as portas a essas e outras instâncias, como sempre haviam feito até então, mesmo com as diferenças que tínhamos, e apesar de que o que eu escrevia não fosse o que mais eles gostavam de ler, nem se correspondia com o tipo de discurso que os estudantes, universitários e intelectuais que se aproximavam da organização costumavam produzir.

Os deslocamentos de minhas rotinas modificariam, em breve, não sei se meu lugar, mas, ao menos, minhas tarefas na organização: em pouco tempo, e durante quase um ano, passaria a

assumir algumas responsabilidades de imprensa e difusão do MTR; a ocupar-me da redação de comunicados de imprensa e informes, de notas e crônicas sobre as ações de *luta* para a revista mensal, como também me encarregaria do funcionamento da caixa de correio e parte da comunicação via e-mail do MTR e do Bloco Piqueteiro Nacional (BPN), frente de organizações à qual o MTR havia se reincorporado recentemente¹⁰. Os dirigentes das 4 organizações que conformavam então o Bloco foram informados de meu trabalho: Martino me apresentou como uma antropóloga que há algum tempo estava perto do MTR, e eu deu alguns dados da investigação sobre política em Florencio Varela que estava levando a cabo, da história dessa investigação, falei também da natureza e da dinâmica do trabalho de campo e especifiquei que, nesse papel de etnógrafa, acompanharia reuniões, marchas, e outros eventos em que me fosse permitido participar. Na prática, os dirigentes me considerariam uma *companheira* do MTR.

Em ocasiões –reuniões, marchas, plenárias– em que outras organizações, dirigentes e funcionários estavam envolvidos, o registro de quem era eu era heterogêneo e díspar. Esse seria o caso, por exemplo, daquela marcha das 25 organizações ao governo de La Plata, como também das reuniões que depois sucederam a ela, começando pela audiência com o ministro.

O governo da província de Buenos Aires não ligou em 48 horas, senão em 72: a audiência com o ministro de Desenvolvimento Humano, Abel Bartolomé, ficaria agendada para o dia 21. E, assim, a marcha prevista para o 19 no *plano de luta* seria deixada em suspenso. Com um compromisso de reunião assumido, a mobilização entrava em uma trégua: foi proposta para o dia 22, e sua concretização efetiva sujeita aos resultados da audiência do 21. Estava aprendendo alguma das regras básicas que guiam a relação entre as organizações e o Estado ou, melhor, entre os dirigentes e os funcionários do *governo*. Primeiro: a marcha é uma forma de demandar e ter acesso a reuniões com os agentes governamentais, quer dizer, uma via para sentar para *conversar*. Segundo: enquanto há *diálogo*, não há *mobilização*. E diálogo queria dizer sentar para conversar, mas queria dizer também, como veremos, alcançar certos *acordos*.

A marcha ao governo provincial tinha sido, sem dúvida, o que se costuma chamar de uma ação de protesto: uma interpelação às autoridades governamentais e uma operação abaladora da ordem –interrupção do trânsito, queima de pneus, paralisação da cidade, desafio às forças policiais. Mas tinha sido, também, o anúncio de uma demanda: e, diria eu, demanda não tanto dos alimentos em dívida, como de serem atendidos por certos funcionários de *governo*. A

¹⁰ Bloco Piqueteiro Nacional, frente de movimentos de desempregados conformado em 2001, integrado por diversas organizações, em sua maioria de esquerda, com inserção majoritária na Grande Buenos Aires e na cidade de Buenos Aires. O MTR, membro fundador, rompeu com o Bloco em 2003, e se reincorporou em 2007.

mobilização tinha sido a forma de anunciar a ruptura de um *diálogo* –com Nisingrini– e a procura de um novo. Em uma palavra, não só um modo de protesto *contra o governo*, mas uma forma de estabelecer vínculos *com* ele (Sigaud 2004, 2005, Manzano 2007)¹¹.

Como a chamada telefônica, o pedido de audiência, ou o envio de uma nota, a marcha é uma das formas em que as organizações solicitam e conseguem se sentar para conversar com os funcionários. Uma forma à qual se apela em circunstâncias específicas, como quando se considera que o governo não está cumprindo *acordos* já acertados, e que as respostas dos funcionários *técnicos* são insuficientes. Uma situação desse tipo nos havia levado até La Plata; também uma situação análoga nos havia levado, uma semana antes, ao Ministério de Desenvolvimento Social do governo nacional, localizado em pleno centro portenho. Dessa vez, a coluna tinha uma cifra mais modesta, umas 1.300 pessoas; as organizações eram duas, o MTR –que mobilizaria então umas 900 pessoas– e a ATV –as 400 restantes– de Florencio Varela, e a dívida não era com alimentos, mas com o pagamento às cooperativas têxteis de ambas as organizações, pagamento que atingia um atraso de 4 meses: o MTR havia feito a entrega da produção correspondente ao mês de maio, e o Ministério recém liquidava então a fatura correspondente a fevereiro. A situação da Associação de Trabalhadores Varelenses era praticamente a mesma, e o problema não era novo: fazia 4 anos que ambos os movimentos levavam adiante, no âmbito do programa nacional *Mãos à Obra*, cooperativas têxteis que confeccionavam guarda-pós escolares para o Ministério da Educação. A do MTR funcionava no primeiro piso do cabildo *Maio*, e contava com 6 máquinas de costura que trabalhavam em dois turnos de 8 horas; a da ATV funcionava no local central da organização, na localidade varelense de Ceballos, e contava com 35 máquinas.

O maior problema com o atraso dos pagamentos era que comprometia diretamente o desembolso dos salários dos companheiros que cumpriam seu turno de trabalho. As últimas reuniões com Gandolfi, diretor executivo do programa *Mãos à Obra*, haviam derivado em promessas de regularização descumpridas:

–Temos que falar com Forni –disse o velho Walter a Martino depois da última comunicação telefônica que havia tido com o ministério, na qual o haviam passado “de musiquinha em musiquinha”, como era de costume, até que havia conseguido falar com a secretária do sub-

¹¹ Como mostra Sigaud, para o caso das ocupações de terra no Brasil, e depois Manzano para o caso do piquete na Argentina, as ações de protesto não são só ações comunicativas contra o Estado, senão, também, modos históricos e relacionalmente estabelecidos e reconhecidos de expressar reivindicações e demandas ao Estado, como também modos de conseguir a assunção de compromissos por parte do Estado em relação a essas demandas. Além de Manzano, outros autores recuperam esta perspectiva, ver Rosa 2004, Hernández Macedo 2005, Rangel Loera 2006.

secretário, quem lhe disse que não havia novidades da reunião, e, pegando seu número de telefone pela segunda vez, voltou a dizer que, assim que tivessem uma data, se comunicariam com ele. Walter disse ‘boa tarde’ e desligou sabendo o que tinha que fazer. No dia seguinte, estávamos marchando da Plaza Constitución à sede do ministério, localizada no centro portenho, preparados para –no caso de ser necessário, isto é, de não haver respostas positivas– montar o acampamento para passar a noite na rua.

Recordo que avançávamos pela 9 de julho, e que, do lado do carro de polícia que nos escoltava a uma quadra de distância, caminhavam um homem de sobretudo marrom e outro de terno e cachecol cinzas. O primeiro era o comissário que sempre estava a cargo das mobilizações na capital, e que, como era rotina, havia se aproximado de Martino quando nos concentrávamos em Constitución, perguntando-lhe qual era o destino previsto. Chegávamos à altura da avenida Independencia quando, em menos de um segundo, tivemos dois carros e duas motos de polícia cruzados à nossa frente; na rua transversal, vimos alguns blindados azuis estacionados dos quais saíram vários policiais com escudos, dispendo-se em uma fileira em arco. Detivemo-nos a uns metros de distância das motos, e os tambores deixaram de tocar. Martino e Marcos se aproximaram, e o mesmo faria, a partir da direção oposta, o comissário marrom:

–Têm que deixar a caminhonete –disse com um celular e um rádio na mão.

Martino respondeu algo que não cheguei a escutar porque ele estava de costas, e o guarda insistiu:

–O que eles não querem é acampamento, se vocês deixarem a caminhonete, seguem sem problema.

–Não vamos discutir por 4 rodas, parece um capricho –protestou Martino.

–Pessoal –disse o guarda de terno cinza–, eles têm medo do acampamento, deixem a caminhonete e pronto.

–Não. Vamos passar com a caminhonete –insistiu Martino, e os guardas tornaram a se distanciar alguns metros, enquanto o marrom discava seu celular.

–Está bem –disse ao voltar–, temos que inspecionar o veículo, se tiver algum objeto que seja para acampamento, não podem passar.

–Vocês não irão inspecioná-la porque vão encontrar alimentos, e panelas, e um fogão. É absurdo, porque se não puder passar a caminhonete, pegamos tudo e levamos caminhando. Volte a ligar, porque nós vamos passar com a caminhonete –disse Martino já mais impaciente, e o velho Walter começou a desempenhar o seu papel:

–Mas por que merdas vocês vêm foder com a caminhonete, por que não fazem seu trabalho e deixam de foder!

–Senhor, estamos fazendo nosso trabalho e tratando de que se acertem as duas partes –disse o de terno cinza no que pareceu ser um comentário irônico.

–Liga para o Forni e diz a ele que vamos passar –indica Martino.

–Para quem?

–Para Forni, Gustavo Forni, do Ministério de Desenvolvimento. Liga para o Ministério e diga que estamos aqui e vamos passar.

–Como você se chama? –perguntou o comissário.

–Martino.

–Como?

–Martino, fale assim, Martino.

O comissário se afasta, fala alguma coisa, e fica esperando. Em minutos volta com o telefone na mão:

–Forni diz que deixem a caminhonete e eles os atende.

–Falaste diretamente com Forni?

–Sim.

–Estás como ele aí?

–Sim.

–Me passa um minuto.

–Quer falar com o senhor, secretário –disse o guarda ao telefone, e vê-se que recebe o OK porque passa o aparelho para Martino.

–Olá, Forni. Não, não, escuta você a mim. Viemos por três questões: a têxtil, os alimentos frescos, e o botijão social. Queremos que nos atenda para tratar desses pontos. Não, a caminhonete não tem nada que ver... Você me responda se vai nos atender. Estou te dizendo que me responda se vai nos atender: se não, vamos acampar aí, aqui, ou onde quer que seja, com ou sem caminhonete. OK. Mas você nos atende. Certo, estamos indo.

Martino devolveu o celular ao comissário; a caminhonete ficou estacionada nessa mesma quadra, à custódia de dois companheiros, e 15 quadras mais adiante, e mais ou menos meia hora depois, Gustavo Forni, sub-secretário de “Abordagem Territorial” –mais conhecido como “a mão direita da ministra” ou, às vezes, “o homem de Alicia Kirchner”, como alguns meios de comunicação chamaram uma vez–, do “gabinete piqueteiro” –quer dizer, a equipe de funcio-

nários da gestão K encarregada de tratar com as organizações de desempregados–, atendia-nos no oitavo piso do ministério.

–Não tem conversa, esses caras são cabeça-dura, tem que vir todo o povão à rua para que se dêem conta de que têm que dar as coisas –costumava dizer o velho Walter. E em um ponto sempre me pareceu que tinha razão. Mil e duzentas pessoas na rua haviam conseguido o que várias chamadas telefônicas não tinham podido. Durante o ano em que acompanhei os dirigentes do MTR em suas gestões por distintas demandas em dependências estatais, não deixou de me chamar a atenção como o governo era um partícipe ativo nesta relação incindível que existe entre a marcha e a reunião. Não parecia teimosia dos funcionários, como sustentava Walter, senão a forma em que o vínculo entre as organizações e o *governo* havia se constituído historicamente: os agentes estatais parecem acostumados a acumular chamadas e notas, a prorrogar respostas e atendimentos, e então a mobilização irrompia, como uma espécie de aviso de que a corda havia sido estirada por demais, e que era momento de reajustar as coisas. Tudo transcorria como se a marcha fosse um signo: como se ela fosse aquela chamada telefônica que, *sim*, deve ser considerada seriamente.

Foram várias as vezes que pude ver como outras vias de diálogo pareciam destinadas ao fracasso. O cúmulo foi uma oportunidade em que a *Coordenadoria Vareense em Luta* –frente de organizações de Florencio Varela recentemente conformada pelo MTR, a ATV, e outra organização chamada FTC-M29– pretendia entregar na prefeitura uma nota de pedido de audiência dirigida ao prefeito, e solicitar uma reunião com o secretário de governo. Tínhamos ido até o edifício municipal, eu, o velho Walter pela ATV, Aníbal do MTR, e duas companheiras dirigentes da FTC-M29. Lembro-me que me chamou a atenção que, ao passar pela primeira porta do prédio, as duas mulheres que estavam na guarita de segurança nos detiveram: havia atravessado uma infinidade de vezes essa porta, sozinha ou com La Chana, e nunca me haviam parado nem havia visto que paravam alguém. Esta era, não obstante –e então me dava conta–, a primeira vez que a atravessava com os dirigentes, sem que houvesse uma coluna mobilizada esperando-nos na rua.

–Senhores, aonde vão?

–Entregar uma nota –responde Walter.

–Têm audiência?

–Não, vamos entregar a nota de pedido de audiência.

–Esperem aqui um momento que tenho então que avisar.

–Motivo, causa ou razão?

–Que, se não têm reunião, não podem entrar.

–Veja senhora, eu vou lhe explicar, somos cidadãos e vamos entrar na prefeitura, não há motivo para que nos detenha.

–Não senhor, digo que espere.

–Não senhora, não espero nada, a senhora está violando um direito. Por que não para todo mundo então?

A mulher o olhou sem responder. Walter a evitou e avançou desafiante, e a passos lentos, pelo corredor do pátio. Ela, indignada, gritou que não tinha por que falar assim, e ele, que já quase chegava na segunda porta, enquanto nós o seguíamos atrás, respondeu que ela não podia nos impedir a entrada se íamos entregar a nota, e que esse era um “direito de qualquer cidadão”. Aníbal continha o riso que eu não podia conter: como sempre, o velho arranjava motivo para armar alguma confusão.

Detivemo-nos na *Mesa de Entrada*, e entregamos a nota.

–Isto é pedido de audiência, não é aqui, é adiante –nos disse a mulher olhando o papel.

–Sempre entregamos aqui –disse Aníbal.

–Não, aqui não é porque é pedido de audiência –repetiu a mulher.

E então nós fomos “adiante”, à mesa de *Informações*, onde outra mulher, depois de olhar o papel, nos disse que “não era aqui”, que tínhamos que entregar “adiante”.

–Mais *lá* adiante nos disseram que era *aqui* adiante –disse Walter irônico, e a moça olhou com cara ruim:

–Não, de todo modo é no *Cerimonial*, porque é pedido de audiência –disse.

–Está bem, entregaremos no *Cerimonial* então. E, por obséquio, você pode nos anunciar à Secretaria de Governo com Rojas¹²?

–De onde são?

–Coordenadoria Varedense em Luta.

A mulher disca e se vira para falar, como quem evita que seja ouvida.

–Pode subir um andar e entregar a nota ao Governo –disse quando desligou o telefone.

Walter pegou o papel, atravessou a terceira porta e subiu as escadas, enquanto nós nos sentamos nas cadeiras do hall para esperar. Vinte minutos depois o vimos descer com a nota na mão:

–No *Cerimonial* não quiseram recebê-la. Dizem que, por estar dirigida ao prefeito, tem que ser entregue na Mesa de Entrada. Isto está parecendo sacanagem...

¹² Atilio Rojas, secretário de governo de Pereyra.

–E Rojas? –perguntou Aníbal.

–A secretária me atendeu pelo interfone, esse que eles têm, me disse que ia buscar a ata da reunião anterior, e não saiu mais. Toquei a campainha de novo mas não atendeu –enquanto nos relatava o ocorrido, Walter ia se alterando, como quem se dá conta da gravidade de algo:

–Escute-me, senhorita –disse à mulher das *Informações*–, no *Cerimonial* tampouco querem receber a nota, dizem que é aqui embaixo.

–Mas nós não recebemos notas.

–Bom, mas me disseram isso, então veja você como faz.

A funcionária consultou uma companheira e ligou para o *Cerimonial*.

–Estou aqui com o senhor que acabou de subir –disse ao telefone–, nós não recebemos notas, isso é com a Mesa de Entrada. Sim, mas na *Mesa de Entrada* disseram que ali também. Bom, eu os acompanho?

E, desse modo, veio conosco até a *Mesa de Entrada*, onde agora outro funcionário voltou a dizer o mesmo: ali não recebiam essa nota porque era um “pedido de audiência”. A mulher das *Informações* também começava a ficar nervosa:

–Mas no *Cerimonial* tampouco a recebem porque está dirigida ao prefeito.

–Claro, teria que ter outro destinatário –disse o homem, e a moça virou para Walter e repetiu, “Claro, teria que mudar o destinatário”, sem saber que suas palavras seriam a gota d’água para o velho Walter, que começou por tirar o boné:

–Senhorita, de que destinatário me fala? Você está me embromando? Agora já não se pode mais apresentar uma nota! Te dizem que apresentes uma nota, cumpres a formalidade, trouxemos até digitada, e vocês dizem que a nota está ruim! Veja: te digo uma só coisa, nós não vamos trocar nem um “A” da nota porque esta nota não tem nenhum problema. E eu não me mexo daqui até que a recebam e que me dêem a cópia assinada: fale com Rojas, fale com quem tenha que falar, mas a nota vocês me vão recebê-la.

A mulher nos pede que a acompanhemos. Voltamos às *Informações*, ela pega o telefone e faz algumas chamadas. Enquanto isso, Walter protesta em voz alta para que todo o hall o escute:

–Eu não te digo? Esse método não serve para nada. Tem que ir para a rua, diretamente, isto é uma perda de tempo...

A mulher desligou o telefone, o *Cerimonial* disse que receberia a nota e Aníbal iria entregá-la, enquanto nós esperávamos. Foi então que Walter buscou seu celular e ligou para a Secretaria de Governo. Quando o atenderam, apresentou-se como “Walter da Associação de

Trabalhadores Varelenses”, disse que estava na porta do edifício que necessitava falar urgente com Rojas. Para minha surpresa, o Secretário se pôs ao telefone, e Walter, com calma e consciência, disse:

–Tudo bem, Rojas? Estamos aqui embaixo, a Coordenadoria. A teus empregados deverias ensinar como se tratam as pessoas, porque tua secretária me atendeu pelo interfone, me deixou esperando de fora e nunca voltou a aparecer; a da guarita da porta não queria nos deixar passar: diz que não podes passar se não tens reunião, e eu *venho* para pedir reunião. Queixas-te quando nos mobilizamos, mas vês que quando pedimos como tem que se pedir, é à toa? Nesta prefeitura, entregar um pedido de audiência é mais difícil do que ser atendido pelo presidente da Nação. Sim. Não. Pare que eu não terminei: estivemos reunidos com o senhor faz um mês e meio e todavia não nos deram a reunião no Desenvolvimento Social. Já estou cansado de ir, de ligar, e de que me prorroguem. Nós estamos aqui embaixo, se quiseres subimos e resolvemos o assunto, e se não, na segunda-feira estamos aqui com toda a gente.

Atilio Rojas nos atenderia 20 minutos depois, em um encontro ríspido, como já era de costume com ele –na realidade, com praticamente todo funcionário e empregado desse edifício. É que a mulher da guarita detendo-nos o passo, a odisséia para entregar aquele pedido de audiência, a secretária do secretário de governo deixando Walter esperando no interfone –como se nenhum deles estivesse programado para lidar com um grupo de *piqueteiros* fora de situação de marcha–, não eram atitudes que os dirigentes encontravam todos os dias em qualquer dependência de governo. Em muitas outras, eram tratados com cuidado e gentileza. Na realidade, com cada *governo*, municipal, provincial, nacional, com cada ministério e secretaria, a relação tinha sua marca, e a história dessa relação também.

–Sempre que viemos com pano nos param. Desde que ocorreu a tomada, vêem um pano nosso e ficam loucos –me explicou Aníbal naquele dia, depois de Walter ter desafiado a mulher na guarita. Certamente, a história da relação entre essas organizações, esses dirigentes, e o governo municipal, era um história de aberta oposição e enfrentamento. Por um lado, Julio Pereyra havia adotado, desde os primeiros bloqueios de estrada no fim dos anos 90 –e à diferença dos governos de outros municípios, que optaram por atitudes mais inclusivas ou de diálogo–, uma política de indiferença com as organizações e os representantes de bairro. Claro que teve que sentar-se para negociar com eles, mas historicamente o tinha feito só quando a força da mobilização era implacável. Sempre me chamou atenção, por exemplo, que, nas entrevistas comigo, os funcionários municipais de alto escalão –incluído o próprio Pereyra– não mencionassem jamais as organizações de desempregados. Falavam e se vangloriavam que Varela

tinha uma “comunidade organizada”; que, graças às UGL e a essa organização, Varela era um dos poucos distritos do subúrbio que não tinham registrado saques em dezembro de 2001. Claro que seu discurso, frente a mim e ao gravador, era estritamente oficial. Mas havia uma espécie de negação sistemática que me era chamativa, sobretudo tendo em conta que Florencio Varela era conhecido publicamente, junto com o distrito de La Matanza, como cenário dos primeiros piquetes de estrada e origem dos *piqueteiros* da Grande Buenos Aires.

Havia um único momento dessas entrevistas em que meus interlocutores faziam menção às organizações: era quando eu lhes perguntava pelo momento mais difícil que haviam atravessado desde que estavam na gestão pública. Todos recordavam do prédio sitiado, os encapuzados, o medo, a sensação de sufoco, seu lugar de trabalho invadido. Então eu perguntava quem havia feito a tomada, e eles costumavam responder, “umas organizações piqueteiras”. Ninguém dizia “MTR”, embora todos soubessem que tinha sido o MTR, e *o que era o MTR*.

Aquele evento, a tomada do município, traumático para uns, épico para outros, mas vívido para todos até o presente, era outro dos vetores que alimentava uma relação histórica de enfrentamento. As situações ocorridas na manhã da entrega da nota na prefeitura, como a rispidez com que Rojas, secretário de governo, nos atenderia nesse dia, e nos havia atendido em outras oportunidades, eram parte desta história. No entanto, e à luz de outras situações que vivi junto ao velho Walter, a Martino, e a Aníbal, essas situações me apareciam como uma espécie de mostra condensada de uma lógica relacional que –embora de forma mais escondida, menos grotesca– encontraria também em outras dependências de governo: primeiro, de que *essa* –a nota, a ligação, o pedido no balcão– não era a forma que *eles* podiam nem deviam *pedir*. Segundo, de que nem sempre era preciso chegar à marcha para conseguir uma reunião: em certas situações, um ultimato como o que Walter havia dado em Rojas podia ter os mesmos efeitos.

III. Da etiqueta do reclamo: saber mostrar, saber interpretar, saber justificar

O dia 21 de junho, data fixada para a reunião das 25 organizações piqueteiras com o ministro de Desenvolvimento Humano do governo da província de Buenos Aires, havia chegado. Teria que encontrar com Martino às 14 horas na estação de trem de La Plata, tal como havíamos combinado no dia anterior. Quando cheguei, Aurora também estava lá: tinha que apresentar o pedido de *altas* do mês no ministério. Não haviam chegado juntos, ela vinha de Varela, ele

vinha de Ezeiza¹³, aonde tinha ido com uma comitiva de militantes e organizações de direitos humanos para visitar os dirigentes de Quebracho, que já estavam há mais de 75 dias presos¹⁴. Martino me contou que os havia encontrado “bastante bem”; que estavam em um pavilhão especial junto com dois barra brava de Boca¹⁵ –processados por encabeçar violentos enfrentamentos com a torcida de Chacarita– e o único preso do caso “Skanka” –o caso de corrupção que, naquele momento, era um pesadelo para o governo dos Kirchner. Parece que, conversando com os de Quebracho, os barra brava de Boca tinham passado a se chamar de “presos políticos”, e que, no setor da *Popular* da partida de quarta-feira, foi possível se ver uma grande bandeira que dizia “Liberdade aos presos políticos”.

O ministério ficava a umas 15 quadras. No trajeto, a mensagem de Gafa, dirigentes do Polo Obrero, avisava a Martino que primeiro se encontrariam todos no local partidário do MST, para “acordar uma posição conjunta”. O mais fácil, me disse Martino, era se o governo dissesse a tudo que sim ou a tudo que não:

–Em quaisquer casos, fica claro o que se tem que fazer. A questão é se dizem sim a alguma coisa e não a outra, que é o que sempre acontece.

Foram mais ou menos estas palavras que usou, um pouco depois, ante os 28 dirigentes reunidos no local. Foi então que todos acordaram, como também era de costume, que, dependendo do caso, pediriam uma intervalo para deliberar. Quando estávamos nos dispondo para sair, Martino pediu um segundo de atenção e perguntou se eu –uma companheira que os vinha seguindo [a eles do MTR] já fazia uns anos, que estudava no Brasil, e que estava fazendo uma reportagem sobre o plano de luta desse ano– poderia estar na audiência. Dirigindo-se aos demais como quem consulta algo, Castelli, do MST, disse que não via nenhum problema; o mesmo disse Gafa do Polo Obrero, Marco Antonio, do MTR 12 de Abril –um desdobramento do MTR–, e outros que eu não conhecia. El Tano Prieto, dirigente da CCC –Corrente Classista e Combativa, organização ligada ao Partido Comunista Revolucionário, e um dos primeiros e

¹³ Localidade sul da província de Buenos Aires, onde se encontra o Complexo Penitenciário Federal conhecido como cadeia de Ezeiza ou simplesmente *Ezeiza*.

¹⁴ *Quebracho*, nome com que se conhece o Movimento Patriótico Revolucionário Quebracho (MPR Quebracho), agrupamento político que se reivindica como movimento revolucionário argentino. Fundado em 1996 por militantes provenientes de diversas organizações de esquerda e do peronismo revolucionário, Quebracho é publicamente conhecido por suas ações diretas. Neste caso, seus dois máximos dirigentes estavam há mais de dois meses presos, pelos incidentes que haviam encabeçado no local, localizado na Capital Federal, do partido do governador da província de Neuquén, Jorge Sobich, responsável político pelo brutal assassinato do docente e ativista sindical neuquino Carlos Fuentealba, levado a cabo em 4 de abril de 2007 pela polícia provincial em uma operação para impedir o bloqueio de uma estrada encabeçado pelos sindicatos docentes da província.

¹⁵ O Clube Atlético Boca Juniors, conhecido popularmente como *Boca*, um dos mais importantes clubes de futebol da Argentina, fundado no bairro de La Boca, cidade de Buenos Aires, em 1905. As “barras bravas” são as “torcidas organizadas”, e se conhece como barra brava, também, quem integra essas torcidas.

mais numerosos movimentos de desempregados em nível nacional– apontou que “em teoria” entrava “um por organização”, e perguntou para que era a reportagem. Não sabia se Martino queria que explicasse tanto, mas contei então que era antropóloga, que estava fazendo minha investigação de doutorado sobre *política* em Florencio Varela, e que parte desta investigação era acompanhar a luta das organizações. Alguns pareceram se interessar e disseram que não viam problema que entrassem dois pelo MTR. Não sei se El Tano Prieto ficou muito de acordo, mas não disse mais nada, e, daí em diante, nas sucessivas oportunidades que iria encontrar vários deles em outros eventos, alguns recordariam que eu era “a antropóloga”, outros me teriam por *companheira* do MTR, outro por um tipo de assistente do Bloco Piqueteiro Nacional, enquanto outros não me registrariam nunca –ou pelo menos era isso o que eu pensava.

Empreendíamos a marcha ao Ministério do Trabalho, onde ocorreria a audiência, localizado a umas 7 quadras de onde estávamos. Era esse, recordei então, o ministério que o MTR havia mantido ocupado durante 6 horas em um dia de agosto de 2001. O movimento tinha já várias tomadas na sua conta e era esse tipo de ação que havia o tornado conhecido como um dos movimentos piqueteiros *duros* do sul do subúrbio bonaerense. Nesse mesmo ano, o MTR havia protagonizado dezenas de bloqueios de rua, tomado a Câmara de Vereadores de Varela, o edifício municipal, o Banco Provincia, e 4 dias depois, o ministério provincial. Eram tempos em que cada reivindicação requeria uma ação de envergadura: nessa oportunidade, o movimento exigia, além do restabelecimento de mais de 200 planos provinciais aos quais se deu baixa, o direito de organizar as *contraprestações* laborais. Era a época em que a *contraprestação* era cumprida em espaços designados pelos municípios: Sociedades de Fomento, UGLs, clubes de bairro, grupos de recuperação do espaço público, etc. Isso queria dizer que, na prática, como me contaria Aníbal alguma vez, os companheiros eram obrigados a trabalhar “em território inimigo”:

–Eram todos eles lugares manejados pelos punteros. E era uma guerra todos os dias: quando íamos nos mobilizar, nos ameaçavam dizem que iam nos tirar o plano, ameaçavam, chantageavam os companheiros de base, toda hora caíamos na porrada...

E apesar de, pouco tempo depois da tomada do ministério, terem conseguido obter a habilitação para organizar a *contraprestação* de sua lista de beneficiários, e que essa *conquista* fosse, até o dia de hoje, considerada com uma das mais importantes na história do movimento –“poder organizar nossos próprios lugares de trabalho”–, o custo da tomada havia sido realmente alto. A ocupação de uma dependência provincial não era pouca coisa: depois das negociações, centenas de companheiros seriam detidos, e 59 ficariam presos durante mais de um

mês. Os homens em uma delegacia em La Plata, as mulheres em um pavilhão comum na cadeia de Varela. Uma vez, Martino me disse que havia sido uma das épocas mais duras da organização:

–Porque só nós não caímos, caiu gente que não tinha militância no movimento, que ia pelo plano, e isso foi muito duro. Porque as pessoas que vêm por um plano não esperam que algo assim aconteça, e sustentar isso depois... foi um momento muito duro.

Nos 4 anos que eu levava fazendo campo em Varela, muitas repressões me haviam sido narradas e lembradas. Mas a “repressão de La Plata” ou “do ministério” era a mais recorrente, a mais recordada, pelo número, o tempo, e pela extensão de militantes de base que havia afetado. Como costuma ocorrer com as repressões duras, muitos se iam para não mais voltar. Outros se distanciariam um tempo e voltariam depois, agora com uma reputação única: a que é conferida a quem põs o corpo, ficou *em cana*, e *voltou à luta*.

–Esse é Bartolomé –me indicou Martino, apontando com a cabeça o cara barbudo com cara inchada, de uns 50 anos e terno marrom, que saía de um carro com vidros escuros. Havíamos chegado na porta do ministério. Depois do barbudo, saíram outros dois homens de terno e um terceiro sem paletó. “Boa tarde”, “como vai, pessoal” disseram aos dirigentes –a maioria homens da idade dos funcionários, mas vestidos de esporte, que responderam com um tudo bem, enquanto entrávamos todos no hall central do edifício. Um funcionário nos guiou até a sala de reuniões: uma mesa oval que me pareceu enorme, umas 50 cadeiras, garrafas de café, jarras de água e copos.

Os funcionários, conforme disse alguém, estavam esperando o chefe de gabinete; demorariam uns 20 minutos para entrar, durante os quais a grande mesa, as cadeiras que pareciam estreatas, e o serviço de café que todos soubemos aproveitar, foram objetos das zombas mais diversas. Os primeiros a ingressar e tomar assento seriam os de postos mais baixos: um tal de García, a quem Martino e outros saudaram com a mão e por seu nome, e que, segundo soube depois, era diretor de Emprego; um tal Zelaya, outro a quem quase todos pareciam conhecer e que, por sua vez, conhecia a eles, e um que estava vestido com traje esporte, Olivetti, cujo cargo nunca soube qual era, embora depois, a julgar por sua forma de falar e seu desempenho durante a reunião, entendi que devia ser uma espécie de operador político do ministro. Por último, entraram mais 4 funcionários, que saudaram por alto e tomaram assento no centro da mesa junto aos outros, e logo depois, Olivetti elevou a voz sobre o burburinho dando o começo formal à reunião:

–Bom, companheiros, estamos aqui reunidos, com o ministro Bartolomé, o ministro de Trabalho Calderón, o senhor Agüero, chefe de gabinete, os diretores de Gestão de Planos e de Alimentos, creio que isto reflita a importância desta reunião, e, bom, a disposição por nossa parte de encontrar entre todos uma solução aos problemas, assim que os escutarmos.

Alguns dirigentes cruzaram os olhos, e depois de um silêncio breve, Gafa, do Polo Obrero, tomou a palavra:

–Bom, nós entregamos uma petição, em função dessa petição viemos, na realidade, para escutar vocês. Como vocês sabem, nós aqui representamos mais de 100 mil companheiros, e o tema central que apresentamos a vocês é o atraso da entrega dos produtos aos nossos refeitórios, que alimentam 100 mil companheiros nos bairros. Depois da última reunião com o funcionário que o governo designou para nos atender, Nisingrini, uma reunião sem saída, onde se respondeu a nós que não há alimentos, e onde não nos foi dada nenhuma solução ao fato de que 80 por cento dos produtos que nos entregam são macarrão (quer dizer, uma reunião na qual não se oferece nenhuma solução nem ao problema da quantidade, nem da variedade, tampouco ao problema dos fretes, que é um assunto que já apresentamos no ano passado), aqui estamos. Os acordos do ano passado não foram cumpridos.

–Eu quero acrescentar –disse, depois de um silêncio, Castelli, dirigente do MST Teresa Vive– que isto tem uma história. O que estamos pedindo aqui hoje é o que acordamos em agosto de 2006, em uma reunião na qual estava o ministro Bartolomé, o secretário de Alimentos, Olivetti... Devem se lembrar que naquele momento, depois de uma manifestação similar à do 12 da semana passada, chegamos a essa reunião e a um acordo no que diz respeito à quantidade, variedade e preço, tendo em conta as cotas de cada organização desde 2002. Digo isto para refrescar que o ponto central que nos reúne hoje é o mesmo que nos reuniu em 2006: normalizar o abastecimento dos refeitórios que alimentam milhões de companheiros. Naquele momento, chegamos a um acordo, e esse acordo durou quanto?: uns meses. Hoje tem aqui organizações que não recebem o que lhes cabe há 6 meses. Nossa rede de refeitórios corre um grande risco, e ante a essa situação, nós buscamos o caminho do diálogo e não o da mobilização. Quando vimos que o descumprimento dos acordos não era algo conjuntural, senão estrutural, que se repete toda vez, nos reunimos com Nisingrini. Com ele, fizemos um acordo há dois meses, apenas dois meses, e não se cumpriu nenhum ponto. Voltamos a nos reunir e foi então que nos disse que no depósito só havia macarrão e que não nos dariam garantias de entregar outra coisa. Então buscamos uma reunião com o máximo nível ministerial. Nossa intenção não é continuar o plano de luta, mas encontrar uma saída. Queremos escutá-los.

Faz-se um silêncio e Olivetti retoma a palavra:

–Bom, como primeira questão eu quero que vocês entendam que o ministério é uma coisa só. Não são os alimentos para um lado, os planos para outro... O ministério é uma coisa só. Nesta lista que tenho aqui –disse pegando um documento de uma pasta marrom–, estão todas as organizações que retiraram produtos, e são muitas das que estão aqui.

Uma explosão de risos e murmúrios o interrompe, mas ele segue falando como se nada tivesse acontecido:

–O tema alimentício é, como vocês dizem, complicado... A ver, companheiros: aqui somos todos militantes, militantes políticos e sociais. Nós aqui não mentimos, fazemos sempre o que podemos. Há obstáculos e uma situação política particular que obstaculizou o assunto dos alimentos, e que foi a inflação: os comerciantes não nos quiseram entregar produtos que já haviam sido comprados, porque diziam que havia que se atualizar o preço. Se eu lhes disser que posso garantir as cotas históricas que vocês tiveram, garanti-las hoje, amanhã, estaria lhes dizendo uma besteira, porque não há nenhuma possibilidade. Nesta manhã, tivemos uma reunião com o governador, falamos disto, e vimos que, daqui para 20 dias, pode-se começar a resolver o assunto, mas amanhã, já, não... Com respeito aos fretes, nós não temos fretes, temos dois caminhões próprios. Sempre falamos as coisas às claras... estamos aqui dando a cara, mas temos todos que saber que aqui há uma realidade política mais ampla que complica as coisas. Dou-lhes um exemplo: a greve dos transportes. Há pouco, tivemos uma greve que paralisou todas as entregas de produto. Digo-lhes isto porque não é uma atitude caprichosa, não é que tenho os produtos e não os quero dar aos refeitórios de vocês. O que temos que fazer conjuntamente é pensar de novo a política alimentícia, porque isto assim como está, não funciona. Assim como conversamos na outra vez que o tema dos planos está terminado, que não funciona, que há que se buscar outras alternativas, o mesmo teremos que fazer com esta política alimentícia que vemos que funciona mal e está esgotada.

–Vamos ver, Olivetti –disse Martino–, a nós já disseram umas três vezes que em 15 dias resolveriam a dificuldade. E isso não aconteceu. Agora, nos dizes que a resolvem em 20. O que se supõe que tenhamos que fazer com isso?

–Companheiros –interveio, por fim, o ministro Bartolomé–, o orçamento deste ministério é o mesmo há 4 anos. Neste semestre, houve muitíssimas catástrofes pluviais no país, Santa Fe, Corrientes... O governo nacional nos pediu que a província se encarregasse de suas próprias inundações. O que nós mais queremos é que o galpão esteja cheio! A compra é um sistema muito complexo, e agora se soma o tema da inflação: cremos que em 20 dias pode se regulari-

zar o sistema de entrega dos produtos. Agora: nós não podemos cumprir com as cotas históricas de vocês em 2002. A Argentina cresceu, hoje há menos refeitórios, e nós seguimos com os [Planos de Bairros] Bonaerenses, temos 65 mil planos... Não estou lhes passando a fatura, apenas lhes mostro que não tenho nenhum problema com vocês.

–Olhem –disse Olivetti pegando outra folha da pasta–, para que vejam: *Bairros de Pé*, organização teoricamente amiga do governo¹⁶: quanto tinha estipulado? 300 mil quilos. Quanto recebeu? 40 mil. Eu não posso me comprometer a dar ao *Bairros de Pé* 260 mil quilos que é o adequado, e a vocês tampouco, porque seria um papo furado.

–Uma coisinha ministro –disse um dirigente –: antes havia 120 mil planos *Bonaerenses*. Baixaram para a metade. E vocês sabem, porque vocês o sabem, que na Grande Buenos Aires o desemprego no último trimestre cresceu. Não baixou, também não caiu, senão que cresceu.

–Mas a Nação reduz planos adoidado e praticamente tira o *Chefas e Chefes*. Nós mantivemos o *Bairros*, tivemos que defender isso frente à Nação: é uma política que a Província defendeu e que vocês saibam disso. O tema dos alimentos, companheiros, eu concordo, mas não me digam que vocês não negociaram com este ministério. Nós permitimos a vocês as altas e as baixas¹⁷! Ou seja, não é que estejamos cagando para vocês... Entendam que não é culpa nossa, senão que há questões de orçamento e políticas. Mas nós nunca demos as costas às organizações. Nós queremos regularizar a situação com vocês, não por causa da marcha, mas porque sempre tratamos de ter uma relação cordial com vocês, sempre os atendemos, neste ministério sempre puderam ser atendidos por alguém, ou não? Ou têm alguma fatura para me passar?

Fez-se um silêncio e Martino disse que a fatura era a de que no ano passado haviam feito acordo e que os acordos se faziam para serem cumpridos.

–Mas que acordo não cumprimos?! Se nós entregamos! Ou, por acaso, nós alguma vez fizemos discriminação entre piqueteiros oficialistas e não oficialistas?

–Por que não usam os 40 milhões de reais que têm no Banco Central para alimentar o povo? –disse outro dos dirigentes do Polo Obrero, um rapaz jovem que, em geral, acompanhava Gafa, e que era, eu entendi, uma espécie de segunda linha da organização, e então o ministro Bartolomé, que já vinha meio exaltado, se excedeu e soltou um berro, enquanto a jugular inchava tanto que parecia um sapo:

–Mas o que estás me dizendo? Isto é Província, isto não tem nada a ver com a Nação!

¹⁶ *Bairros de Pé*, uma das principais organizações piqueteiras alinhadas com o governo dos Kirchner.

¹⁷ Sobre o procedimento de *altas por baixas*, ver capítulo I.

Gafa, reconhecendo talvez a bola fora de seu companheiro, saiu a pôr panos quentes no assunto:

–Perdão, enfim, nós não viemos aqui para dizer ao ministro o que é que tem a fazer, não é esse nosso lugar nem nosso papel. Tampouco nos pôr a discutir sobre a política nacional ou provincial. O que não entendemos aqui é como uma província com superávit não cumpre com os acordos como, sim, os cumpria estando em crise.

–Mas, pessoal, vocês reclamam a mesma quantidade de alimentos sendo que nós fomos inspecionar e um monte de refeitórios já não existem...

O comentário de Bartolomé desatou o caos; as reprovações correram soltas e se sobrepu-nham umas às outras com a força da indignação: “Daqui, nenhuma organização!”, “Isso é uma mentira!”, “De que movimentos estás falando? Diga!”; até que o ministro, tanto ou mais exal-tado do que o resto, com a voz bem elevada e a cara como que inchando, disse:

–Companheiros: sejam sensatos, Tiraram-lhes 40 mil planos! Eu não lhes tirei nenhum! Vocês têm a maioria dos planos Bonaerenses. Estou reconhecendo que há problemas com os alimentos, e lhes digo que esperem 20 dias que os distribuamos, que a compra está feita.

Já em um clima de menor burburinho, Marco Antonio, do MTR 12 de Abril, disse com voz calma:

–Saiba, ministro, que há dois meses que vimos discutindo isto e sempre é 15 dias depois. Nenhum dos que estamos aqui quer continuar o plano de mobilização, o que queremos é uma solução. Isto não é uma ameaça, é uma realidade. Como o senhor bem sabe, nós temos que ir com uma resposta concreta aos companheiros, isso é o que eles estão esperando.

–Veja, ministro –disse uma dirigente do partido de La Matanza–, eu falo como delegada e como mãe, porque eu tenho 8 filhos. Há meses que não recebo mais do que macarrão do governo. O senhor sabe o que é dar de comer a uma criança macarrão todos os dias? O senhor não sabe tudo o que eu passei para que me dessem o que nos corresponde. E que nunca chegou para nós, porque me enrolavam, me evitam, me fazem ir de um lugar para outro, um dia con-trato o frete e no galpão não queriam me atender, não me atenderam, me disseram que voltasse no dia seguinte, e eu já tinha pagado os 500 pesos do frete! 500 pesos, ministro! Sabe o que é isso para nós?

Fez-se um silêncio, havia falado uma mulher. Seu relato sobre o frete me fazia lembrar de tantos outros, do MTR e outras organizações que ia conhecendo: o dia da retirada para cada organização era fixo. As organizações não tinham seus próprios transportes, o frete tinha que ser pago, e acontecia de chegar o dia, o frete fazer a viagem, e somente no depósito era infor-

mado que nesse dia não haveria distribuição. Que havia atrasado. Que não havia chegado o carregamento, ou que a mercadoria tinha sido levada erroneamente por uma organização tal.

–Em 15 dias, recebemos a mercadoria –disse Bartolomé rompendo o silêncio–, e não se vai cortar até o fim do ano, quando termina nossa gestão. Não se vai cortar, e vamos dar prioridade às organizações porque sabemos que estamos atrasados. O que digo a vocês é que a decisão política existe. Hoje estivemos com o governador, falamos do problema inflacionário, apresentei a ele que, com este orçamento, este ministério não funciona, não fecha. Eu me comprometo a solucionar o problema alimentício em 15 dias. Também proponho que organizemos uma mesa para discutir a política alimentícia para a próxima gestão, não pode ser que o povo não coma um churrasco na Argentina, e, além disso, uma mesa para ver o rol de vocês na questão alimentícia. Uma mesa de discussão, uma forma de pensá-la. De imediato, proponho começar a entregar os produtos em 15 dias e, em um mês, estaremos com tudo completo. Se eu disser outra coisa, estarei os enrolando.

Começavam a circular os murmúrios da deliberação interna entre os dirigentes, e Castelli solicitou então aos funcionários se não poderiam dar uns minutos para discutir as propostas que lhes haviam feito. “Pois não”, disseram, e se retiraram dando a volta pela grande mesa. Os dirigentes se agruparam em uma das cabeceiras da mesa, a mais distante da porta. “Outra vez os 15 dias, não”, disse alguém, e vários assentiram. Gafa acrescentou que tampouco garantiram a cota histórica; Castelli que tampouco haviam dado resposta em relação aos fretes. El Tano Prieto, dirigente da CCC, por seu turno, disse que ele via vontade política de resolver, e Martino concordou com ele. Acrescentou que lhe parecia melhor sair dali com um documento firmado, com os pontos pleiteados por eles, os 15 dias de prazo, a mesa para discutir a política alimentícia, ver o que acontecia, e, em todo caso, mobilizar depois dos 15 dias:

–Pode ser –disse Gafa do Polo Obrero–. Ou seja, nós não temos nenhum problema em mobilizar amanhã, mas é certo que parece haver vontade política.

–Nós tampouco temos problema em mobilizar –esclareceu Martino–, as pessoas já estão cientes.

–Companheiros, o que eu acho é que nos receberam dois ministros, reconhecem a falha deles no assunto alimentício, reconhecem que estão em falta, o que propõe Martino me parece razoável: tomamos as propostas deles, se não assinarem, amanhã mobilizamos, se assinarem, esperamos 15 dias, e, se não cumprirem, mobilizamos em 15 dias. Eu creio que querem resolvê-lo...

–Sim, isso sim, também creio que a vontade de resolver existe, eles não querem que mobilizemos –disse Castelli, e a maioria se manifestou de acordo.

Para aqueles que a haviam formulado, a proposta de assinar um documento e esperar os 15 dias que o ministro se comprometia, corria um risco de apreciação: o de ser lida como um signo de falta de disposição para mobilizar no dia seguinte. Uma suspeita da qual ninguém queria ser objeto, porque, nesse universo, não mobilizar não só é um signo de debilidade da organização, senão também, de candura e timidez política do dirigente. Ao mesmo tempo, era evidente que nenhum dos que estavam ali queria desaproveitar os avanços, ainda que fossem parciais, de uma reunião como essa.

Se fossem julgadas por seu conteúdo concreto, as respostas dadas pelos funcionários não eram *tão* distintas das dadas algumas semanas atrás por Nisingrini: no fim das contas, era certo que, no depósito, não havia mais do que macarrão. Porém, evidentemente, o balanço de uma reunião não só incluía os “sim” ou os “não”. Havia outros gestos a ser contemplados e decifrados: a *vontade política* por exemplo. Quer dizer, não tanto nem só as soluções efetivamente oferecidas, como a *disposição* do interlocutor para outorgá-las. *Quem* nos havia recebido era um dos signos mais importantes dessa disposição: funcionários de nível ministerial, com capacidade de *decisão política*. A envergadura destas figuras falava da importância do encontro, como bem havia ressaltado Olivetti, e, por conseguinte, dos interlocutores com os quais esses funcionários estavam se sentando à mesa: as organizações ali presentes, que haviam mostrado capacidade em mobilizar 12 mil pessoas, e que diziam representar, como havia se encarregado de explicitar Gafa, mais de 100 mil. Essas quantidades deram merecimento a uma reunião com funcionários do poder, porque a quantidade *era* poder.

Como esses funcionários haviam atendido os dirigentes era outro signo a ser contemplado: reconheciam faltas, insistiam que não eram deliberadas mas produto de circunstâncias que lhes eram alheias, mostravam intenção de restabelecer os *acordos*. A solução proposta –esperar outros 15 dias– não era satisfatória, mas a forma de apresentá-la, sim, havia sido. Só com o tempo apreciaria o significado de alguns dos gestos e das palavras proferidas nessa reunião: os funcionários haviam sabido mostrar disposição para a continuidade do *diálogo* e, sobretudo, sabido mostrar que, para eles, esse *diálogo* tinha valor: não eram indiferentes ao fato de que se fizesse piquete ou marcha. Neste ponto é que o comportamento de Bartolomé e de Olivetti havia sido exatamente inverso ao de Nisingrini.

Vontade política, no entanto, não era equivalente a bons modos ou palavras de cortesia. Para estimar estas disposições, para julgar o caráter verdadeiro ou falso das intenções declara-

das, os dirigentes deviam conhecer seus interlocutores. Conhecimento o qual eu carecia por completo, tanto nessa como em outras reuniões. Ainda me lembro, por exemplo, quando saía com Martino, Aníbal, Carolina e o velho Walter da reunião com Gustavo Forni no ministério de Desenvolvimento Social da nação, aquela que o sub-secretário havia concedido com o compromisso de que deixássemos a caminhonete do acampamento no caminho. Saí daquele escritório com a sensação de que a negociação tinha sido frustrada. Mesmo descontando as provocações do velho Walter e o arremate aos gritos entre a sala e o corredor –Walter repreendendo Forni por “seus punteros” terem “afanado” 4 máquinas da cooperativa têxtil; Forni vociferando que “não enchessem mais o saco”–, a performance do sub-secretário, para mim, tinha prepotente, grosseira, e depreciativa; além disso, à exceção de sua intervenção no problema do atraso dos pagamentos às cooperativas têxteis, sua resposta a outras demandas da petição haviam sido, curta e grossa, “não”.

Por isso me surpreenderia depois com a reação dos dirigentes quando saímos: não só levantaram acampamento –um gesto necessário, como sabemos, para preservar os compromissos alcançados–, como, além disso, se viam satisfeitos.

–Forni sempre é assim, é um milico, mas ao que te diz “sim”, o cumpre –me explicaria mais tarde o velho Walter. Carolina também definiria Forni como um cara de palavra:

–É uma besta, mas cumpre. Tem caras como Gandolfi, que são uns doces, que a tudo dizem sim, e quão amáveis somos todos, e depois o que escrevem com a mão é apagado com o cotovelo.

Na reunião, Forni havia tomado a frente no assunto relacionado às cooperativas têxteis do *Mãos à Obra*. Ali, com a mesma aspereza com que falava conosco, havia falado por telefone com um subordinado seu, diretor encarregado das têxteis, havia o interrogado por cada uma das faltas denunciadas pelos dirigentes, havia o admoestado por coisas que “a essa altura não podia acontecer”, havia estabelecido uma reunião entre ele e os dirigentes para o dia seguinte, e havia ordenado identificar “uma por uma” as travas na cadeia de pagamentos –“Você detecte onde estão as travas do circuito, me faça um informe e eu falo com quem tenha que falar para destravá-las, está claro?”, havia dito. Naquele momento, eu não contava com os elementos necessários para estimar o significado dessas palavras: os dirigentes estavam há quatro anos se vinculando com Forni, não só sabiam, pelo posto que ocupava, que era um funcionário com *poder político*, como sabiam também, por experiência própria, qual era seu temperamento e como exercia suas funções; quando Forni se comprometia com algo, *cumpria*. E o tempo diria que essa vez não seria uma exceção à regra.

A reunião com os ministros do governo provincial em La Plata também falava de um conjunto de relações de conhecimento interpessoal que tinha sua própria história: uma história de *mobilizações e reuniões*, de *negociações e acordos*; de diversos recursos demandados, concedidos, distribuídos; de *cesta básica*, de *planos*, de *altas* e de *baixas*, de *cotas históricas* que datavam do ano de 2002. Os dirigentes apelavam para essa história para mostrar que a mobilização da semana anterior não tinha sido arbitrária, senão um intento de fazer valer o acordado. Os funcionários, por sua parte, apelaram a esse passado para registrar uma história marcada pelo *diálogo*: “nunca lhes demos as costas”, “sempre os atendemos”, “não venham nos dizer que não negociaram com este ministério”. E quando Bartolomé falava “deste ministério” ou “este governo” falava, também e tacitamente, dos outros ministérios, e dos outros governos. *Esse* ministério, à diferença e em direção oposta à política do ministério nacional, havia conservado os planos, havia concedido a possibilidade de trocar *altas* por *baixas*. Em um presente onde as soluções a oferecer eram pouco satisfatórias, esse passado e essas comparações eram quicá o recurso mais forte, não só para acreditar na *vontade política*, como também para honrar o que em algum momento havia sido *dado*: uma forma de dizer que *este* ministério estava em dívida, sim, mas que essas organizações também estavam, de alguma forma, em dívida com este ministério, com o qual, historicamente, e à diferença de outros, haviam podido *negociar*.

Não só os funcionários deviam mostrar *vontade política*. Também os dirigentes tinham que fazê-lo. Na reunião, mostraram que a mobilização que os havia levado até essa mesa era justa; que só depois de haver tentado outras vias alternativas, de haver conversado com Nisingrini mais de uma vez, de haver esperado respostas que nunca chegaram, só então haviam recorrido à marcha. A intenção –explicitaram dois dirigentes em distintas oportunidades– não era seguir mobilizando, era atingir soluções. Claro que este esclarecimento trazia uma mensagem –de que, se não as coisas não fossem solucionadas, haveria novamente mobilização–, mas era também um sinal de disposição dos funcionários. Se, como disse, a marcha é uma forma de demandar, reconhecida e aceita pelo próprio *governo*, certo é que nem sempre nem em qualquer momento essa forma é percebida como justificada. Para que assim seja, tem que ter havido, entre outras coisas, prévios intentos de *diálogo*. Na maior parte das reuniões que tive a oportunidade de acompanhar, pude ver os dirigentes se referirem a essas instâncias de diálogo esgotadas: a chamada de telefone, a nota, a presença no balcão, o pedido pessoal de audiência. Ninguém verificava se isso era certo ou não, porque não era o que importava: o ponto era que essas instâncias mostravam, por um lado, boas maneiras e boas intenções; e, por outro, atesta-

vam esforço investido em prol do diálogo, e esse esforço era prova de boas intenções e disposição-a.

O caráter justificado de uma mobilização não só devia ser exposto ante os funcionários; devia sê-lo, também e sobretudo, para aqueles que a protagonizavam. Nas reuniões de delegados do MTR, por exemplo, era corrente que cada mobilização anunciada fosse acompanhada de uma breve síntese da situação da demanda em questão: os canais de diálogo ensaiados e falidos, a atitude dos funcionários de governo em cada caso. Lembro-me o caso da convocatória de um bloqueio¹⁸ da Rota 2 que despertou certa resistência. Aníbal e Pancho, a cargo da reunião de delegados naquela semana, informaram que o pedido de planos PEC ao Ministério do Trabalho da Nação passava já de 4 meses, que o governo os “seguia enrolando”, e que, na última reunião, informou-se, o representante governamental havia dito que não podia dar um prazo concreto para a concessão dos planos solicitados. A proposta era, então, levar a cabo dois grandes bloqueios, um em um acesso da zona sul da capital, e outro na zona oeste, junto às organizações do Bloco Piqueteiro Nacional. Surpreendeu-me que na roda de opiniões que se fez então, mais da metade dos delegados estivessem contra, ou manifestassem suas reservas:

–A mim, parece que primeiro há que se ir ao Ministério do Trabalho reclamar, antes de fazer o bloqueio, digo, e se não acontecer nada, aí sim bloqueamos –disse Estela de Calzada.

–Claro, eu não entendo a quem estaremos exigindo ao bloquear a estrada. Levaremos alguma petição? Porque se não, nos vão xingar no bloqueio... Saímos à rua, mas quem sabe o que é que nós queremos, o que é que reclamamos? –disse López, delegado do cabildo de Lanús.

–A mim, parece melhor fazer uma petição e levá-la ao Ministério do Trabalho, por exemplo, e, se não nos responderem, aí então fazemos mobilização. Se não, o bloqueio não tem valor... –disse a delegada de Santo Tomé.

–Mas isso já o fizemos. Já levamos petição, já falamos. Por isso estamos cogitando de bloquear –disse Carolina, e Gutiérrez, encarregado do depósito de mercadorias, insistiu que, para ele, tinham que ir ao ministério, e somente se não houvesse resposta, aí sim bloquear, e acrescentou:

–O bloqueio tem sentido se somos muitos, porque se não, daremos pena, e ainda por cima prejudicaremos as pessoas que têm trabalho, e aí somos os vagabundos que fecham as pontes e tudo o que já sabemos...

¹⁸ Sobre a diferença do *bloqueio* ou *piquete*, e da *marcha*, ver nota 20, Introdução.

–Estou de acordo em levar uma petição bem redigida e com palavras que têm que ser, exigindo, além dos novos planos, o aumento dos planos em geral, porque assim, com 150 pesos, não podemos viver. Se não houver resposta, temos que fazer um acampamento, o tempo que for necessário... porque quem se lembra dos desempregados? –disse Olga do cabildo *Maio*.

–Bloqueando, nós só fazemos inimigos –acrescentou alguém–. ‘Esses já começaram a foder de novo, não nos deixam ir trabalhar...’ Por sua vez, ir ao ministério e fazer acampamento, aí fica claro com quem estamos falando e por quê.

Aurora, que falava pela *Administração*, disse que, para ela, tinha que se bloquear, porque ao ministério já haviam ido não sei quantas vezes. Pancho, da *mesa executiva*, disse que, para ele, havia que se fazer bloqueio porque era a única forma de “visibilizar os desempregados”.

–E se a imprensa não for, como aconteceu na última vez? Quem vai se inteirar, quem nos vê? –disse Gutiérrez.

–E se formos poucos? Quanta gente vai mover o Bloco Piqueteiro?

Fez-se um silêncio prolongado, até que interveio Aníbal.

–Companheiros –disse– quando alguém luta, sempre está prejudicando alguém, isso não há como evitar. A questão é que temos que ver a situação política: hoje, com a inflação, esses caras vêm nos tirando tudo. Esses caras nunca vão nos dar algo caso nós o peçamos. Tudo o que temos é porque o arrancamos. Se nós, hoje, vamos ao ministério, ninguém fica sabendo. A ponte traz temor, isso é certo, mas temos que ter em conta que nada com esses caras se consegue pedindo. Isto é um movimento de luta. Eu os entendo, entendo tudo o que dizem, mas creio que temos que seguir pensando.

Lutar ou *pedir*. Desta vez, o objeto de demanda não era uma reunião; não era ser atendidos por um funcionário *político*; tampouco fazer valer os acordos estabelecidos. Era estabelecer esse novo acordo que o *diálogo* não podia estabelecer: se requeria uma demonstração de força para forçar a liberação desses planos. A proposta que *baixava* da direção era apelar para uma ação dura: o bloqueio de estradas e pontes de acesso à capital. Dura porque um bloqueio nos acessos é uma ação mais abaladora do que uma marcha pela cidade; e dura porque, ao não ser levada a cabo na porta de nenhum organismo, é uma medida menos permeável ao *diálogo* imediato. Os delegados propunham esgotar *antes* outras instâncias: a petição em que intervém a palavra, a marcha ao ministério em que o interlocutor da demanda está ali, ao lado da coluna mobilizada. Porém, nestas contrapropostas, não era tanto o juízo do *governo* o que estava em jogo, mas o que *a gente* pudesse pensar sobre eles. E isso a que os delegados chamavam *gente* era esse anônimo que em outros âmbitos costuma se chamar de “opinião pública”, mas era, tam-

bém, o cara que passava ao lado do bloqueio e olhava com cara ruim, o motorista que insultava do seu carro, o grito de “vão trabalhar”. A preocupação dos companheiros do MTR relativa à presença da mídia, à divulgação e o conhecimento público das razões –justas– de seus reclamos, era a preocupação pela imagem social do *piqueteiro*, esse que uma vez havia sido símbolo do *povo* que reclama por um direito que lhe cabe, o *trabalho*, e depois havia se transformado no *vagabundo* que não *quer* nem *deixa trabalhar*, esse que *vive do Estado*, que *vive dos planos*, esse que *vai* pelo plano.

Enquanto performances públicas, bloquear, marchar, acampar, são atos de exposição frente aos outros, e atos sujeitos ao olhar e ao juízo dos outros. Embora não fosse a primeira vez em que eu via os companheiros do MTR –e de outros movimentos– preocupados com este olhar, as intervenções nessa reunião de delegados devem ser inscritas em sua conjuntura histórica. “Quem se lembra dos desocupados?”, havia dito Olga. “Antes éramos mais, muito mais”, me havia dito Nazar preocupado algum tempo atrás. “Companheiros, sejamos sensatos, tiraram-lhes 40 mil planos!”, havia explicitado o ministro Bartolomé em suas negociações com os dirigentes. Também havia dito que a Argentina havia crescido, que o desemprego havia baixado, que muitos refeitórios haviam fechado. A saída da *crise*, a *recuperação* desse país devastado que foi o pós 2001, quando o índice de pobreza alcançava os 53% e o de desemprego os 21,5%, era uma mensagem política fundamental à qual apelariam esses e outros funcionários nessa e em outras negociações. E ainda que as novas cifras do ‘novo país’ publicizadas pela gestão K fossem objetos de escândalo público e político¹⁹ –e os próprios dirigentes, como tantos outros, as impugnavam–, a diminuição da *quantidade* nas filas das organizações piqueteiras era, no contexto de situação da reunião, se não a evidência dessa recuperação, ao menos a perda de poder de negociação dos dirigentes.

Assim como para Seu Nazar, a muitos delegados e companheiros do MTR a *quantidade* não lhes era indiferente. Se essa era outra das variáveis a ser contempladas para avaliar se correspondia bloquear ou não, é porque a quantidade era, ante aos outros, ante ao governo, uma das provas do caráter justificado do reclamo. Nessa oportunidade, os delegados preferiam

¹⁹ Em janeiro de 2007, o governo de Néstor Kirchner interveio no Instituto Nacional de Estatísticas e Censos, organismo público a cargo de todas as atividades estatísticas oficiais da república. A partir da tal intervenção, as metodologias para estimar o índice de preços ao consumidor (IPC) e outros indicadores, foram modificadas, alterando, como consequência, a medição do índice de inflação e do índice de pobreza. Desde então, a “questão do INDEC” tornou-se um dos principais questionamentos políticos, midiáticos e sociais ao governo dos Kirchner: as cifras oficiais publicadas pelo organismo não só são objeto de suspeita por parte da oposição e dos grandes meios de comunicação, senão que são continuamente cotejadas com as medições consideradas “reais” das consultoras privadas.

esgotar outras instâncias antes de ir para a estrada. Talvez porque sentiam que, nesse momento, se era demonstração de força o que se estava tratando, a estrada se tornava grande.

*

A deliberação interna duraria uns 20 minutos. Uma vez que os ministros e diretores voltaram a tomar seus assentos, Gafa procedeu a leitura dos 5 pontos do documento:

1. Regularização, em um prazo não superior a 15 dias, da entrega de alimentos secos, tendo 8 produtos como base de variedade.
2. Reconhecimento das cotas históricas correspondentes a cada organização.
3. Reconhecimento da dívida, cumprindo os acordos de agosto de 2006, entregando 10% das cotas mensais.
4. Distribuição de alimentos frescos para os refeitórios.
5. Os ministros do atual gabinete se comprometem a gerir a continuidade dos acordos vigentes com a próxima administração.

Fez-se um silêncio prolongado. Os funcionários cruzaram alguns olhares, e, com certa cautela, Bartolomé foi o primeiro a falar:

–Bom, mas aí vocês estão introduzindo um tema novo que não conversamos, que são os frescos.

–Ministro, o senhor falou de uma nova política alimentícia na qual não haja somente macarrão e arroz –disse um dirigente.

–Sim, tudo bem, mas incluir os frescos é uma questão de orçamento, o qual tenho que ver, que tenho pelo menos que falar com o ministro da economia...

–E no que diz respeito à dívida –acrescentou Olivetti–, companheiros, nós não podemos tomar um compromisso de saldar toda a dívida, porque isso não seria real. Nós não queremos enganá-los: a dívida existe, mas não podemos dizer que a vamos saldar porque é mentir para vocês.

–Ei, Olivetti –interrompeu El Tano Prieto, da CCC–, me parece que entendeste mal. O ponto não diz “saldar a dívida”, senão reconhecê-la segundo o acordo de agosto de 2006.

Martino relê o ponto em voz alta, e o ministro de trabalho diz que está claro, que se refere ao pagamento da dívida conforme os 10% da cota de cada organização, tal como havia sido acordado em agosto de 2006.

–Ministro, e em relação aos frescos, por que não implementamos algum tipo de subsídio?

–Bom, o que eu proponho é uma reunião com Olivetti para que vocês vejam com ele os números mensais, e eu vejo na Economia. Mas eu volto a lhes dizer, isso assim eu não posso assinar porque estaria assinando algo sobre o qual não decido.

–Então se pode pôr um ponto que diga algo como “reconhecimento do governo da necessidade de frescos para os refeitórios”, e que também conste o “compromisso de buscar os mecanismos para provê-lo”.

–Sim, mas eu não posso me comprometer. Não me façam assinar algo pelo qual não posso me comprometer, não posso assinar a ata assim.

–Mas ministro –disse Martino–, estamos falando do reconhecimento da necessidade, nós temos que levar uma resposta a nossos companheiros em relação aos frescos...

–Mas não me façam assinar uma coisa que por aqui não posso cumprir! –exaltou-se Bartolomé, e o rosto como que se inchava de novo –Pessoal, nós em 4 meses estamos indo embora. O dos secos vai, o dos frescos, discutimos para deixá-lo programado. Tenho que falar com o ministro de economia, porque é orçamento. Agora, com o assunto da inflação, a mim não dão a conta, antes me davam a conta e eu depois entregava a ordem de pagamento... entendem?

–Como assim, não dizem que neste país não há inflação?! –lançou um dirigente, e uma gargalhada coletiva, que arrastou inclusive os próprios funcionários, estourou na sala como um raio; enquanto o rosto de Bartolomé fazia esforços para conter o riso.

–Não viu as cifras de seu governo, ministro? –perguntou outro, irônico.

Eram quase 7 da tarde. Um dos diretores saiu para passar a ata à máquina, acompanhado de dois dos dirigentes. Do lado de fora, não ficou nenhum empregado, e o computador do hall estava desligado. Na sala, a reunião se dispersava: muitos se levantavam, alguns se aproximavam para falar pessoalmente com Bartolomé, outros com o ministro do trabalho, outros com os diretores, vários com Olivetti.

–Você, sim, Olivetti, que come churrasco aqui no ministério –disse um.

–Mas não fui só eu quem engordei, viram o ministro como engordou também? –respondeu Olivetti.

Martino aproveitava para consultar com um dos diretores alguma questão da cooperativa têxtil; Gafa para falar com García por uma companheira que não recebia, ao que parecia por um documento idêntico de alguém do Chaco que constava como beneficiária; García indicava que tinha que pedir a modificação do CUIL²⁰: “Com um cuil distinto”, explicou, “não vai ter mais problema”. Castelli cortou o burburinho das conversas dispersas quando disse em voz alta:

–Companheiros, temos que ver sobre a circular de Bairros Bonaerenses.

–Ah, sim –disse Martino, como quem lembra de alguma coisa–. Queríamos te perguntar, García, que circular é essa que chegou?

–A história da circular –disse García elevando a voz para que todos o ouvissem– é simplesmente que nós queremos atualizar os dados dos beneficiários. Porque eu tenho que jubilar gente, como me aconteceu agora, e eu não posso porque os dados não estão bons. Me consta um número para jubilar e não é a realidade. O que queremos é atualizar os dados dos beneficiários e os das contraprestações, para ter tudo claro.

–Mas por que 4 meses sem poder dar altas nem baixas? –perguntou outro dirigente.

–Porque já sabemos que, se não, não chegamos. Eu quero que tenham tempo para fazer a atualização da lista, e, nesse tempo, claro, não podem dar altas por baixas porque senão é uma bagunça. Mas isso não atenta contra a lista nem a cota que já tem cada organização.

–Quatro meses é muito, García...

–Bom, pessoal, eu quero pegar bem os dados, ainda mais agora que vêm as eleições, que o povo fica exposto a pressões e essas coisas...

–Pressões do partido de vocês! –disse Martino do fundo, e estouraram de novo os risos. García chegou a soltar um sorrisinho moderado, uma menção apenas, porque em seguida recobrou a feição séria, dizendo que a coisa corria “para todos por igual”. Depois, a dirigente de La Matanza iria me contar que García sempre era assim, sempre ia ficando com raiva e falando sozinho.

–Porque vocês sabem muito bem o que acontece com os planos na época de eleições –seguiu dizendo García–, e não quero que as pessoas sejam pressionadas para votar em não sei quem, ou para receber 20 pesos, ou para se mobilizar não sei onde...

–Por isso, García, diga abertamente: tens que suspender as altas e baixas dos punteros de vocês, mas está bem, nós bancamos...

²⁰ CUIL: versão argentina do CPF.

Nem bem chegou a ata, procederam as assinaturas em ordem de hierarquia; o ministro foi saudando os dirigentes com um aperto de mão, até chegar à porta e dizer que esperava voltar a vê-los, mas em alguma outra ocasião:

–Em um churrasco, ministro!

–Isso –disse–, quando eu sair, vou convidá-los para um churrasco.

IV. Das reuniões políticas às reuniões técnicas: Aníbal, dirigente do MTR

Terminava uma das reuniões mais fascinantes que teria oportunidade de presenciar ao longo do ano em que acompanhei os dirigentes do MTR. Fascinantes para mim, claro, em parte por poder estar e presenciar uma instância que me parecia reservada, e em parte porque se tratava de pessoas e relação que eram, para mim, históricas, e que faziam a história da política da Grande Buenos Aires. Ao mesmo tempo, creio que essa reunião tinha certo grau de extraordinariedade para os que a protagonizavam: não era todo dia que havia uma marcha de 12 mil pessoas; não era todo dia que os ministros se reuniam com um bloco de 25 organizações; nem os dirigentes com funcionários de nível ministerial; e não era todo dia que as reuniões entre uns e outros implicavam em decisões e acordos políticos, lavrados em atas e avalizados com assinaturas.

Em geral, ao contrário, as reuniões que os dirigentes tinham, cotidianamente, com diversos empregados e funcionários estatais eram menos espetaculares, menos emocionantes, e também mais difíceis de seguir, não só para um espectador e um leitor, mas também para seus próprios protagonistas. Eram aquelas reuniões em que os acordos *políticos* eram operacionalizados, executados na prática concreta, e nas quais todas as travas e contradições burocráticas da máquina estatal –essas que são responsabilidade de muitos e de ninguém ao mesmo tempo– emergiam. Destes encontros periódicos dependia, enfim, o funcionamento das coisas, e como haveria de aprender em breve, a vida de um dirigente consiste, basicamente, em ir de reunião em reunião.

Ao mesmo tempo, eram as reuniões *políticas* as que possibilitavam a realização dessas outras, de caráter *técnico* ou *operativo*. Neste sentido, a mobilização era uma forma de se sentar para conversar, não uma vez, mas várias. Precisamente nisso consistia o *diálogo*: da reunião com o ministro Bartolomé os dirigentes não só haviam saído com uma ata assinada. Haviam saído, além disso, com o compromisso tácito de que, dali por diante, Nisingrini, ou o secretár-

io, sub-secretário, diretor, ou sub-diretor que fosse designado, teria a obrigação de atendê-los e de se ocupar em efetivar as responsabilidades assumidas por *seu* ministro –reciprocamente, o ministro Bartolomé havia saído com o compromisso tácito, por parte dos dirigentes, de que não haveria mobilização.

E assim foi como, um mês e meio depois daquela audiência, um novo atraso na entrega dos produtos voltaria a levar os dirigentes aos escritórios ministeriais. Desta vez, uma chamada telefônica bastaria para que Nisingrini agendasse uma reunião naquela mesma semana, e que Mario Zelaya, diretor de Alimentos –que havia participado da audiência com o ministro–, nos atendesse em seu escritório. Zelaya era um funcionário de menor hierarquia que Nisingrini; ainda assim, como me explicou Martino, eles preferiam que fosse ele quem os atendesse: depois do último encontro, a relação com Nisingrini não havia ficado em termos muito cordiais. Talvez por isso, o funcionário não havia tomado parte da comitiva que acompanhou o ministro na audiência com as 25 organizações. Talvez não o houvesse feito porque a própria relação com seus superiores de *governo* tinha sido prejudicada: como pude ver em distintas oportunidades, uma das responsabilidades do funcionário a cargo da interlocução diária com as organizações é evitar a mobilização; dependendo das circunstâncias, a mobilização concretizada pode ser lida como sua incapacidade para manter o diálogo.

Assim como Zelaya, funcionário *técnico* e da terceira ou quarta linha na hierarquia ministerial, assumia o posto nas negociações e gestões que seguiam a um acordo *político*, selado por funcionários *políticos*, algumas organizações também seriam representadas, agora, por segundas linhas de direção. Na representação do MTR, por exemplo, não iria Martino nem Marcos, dirigentes da *mesa política*, mas Aníbal, dirigente da *mesa executiva* da organização, e encarregado, junto com Pancho e com Carolina, do seguimento dessas reuniões de ordem *reivindicativa e operativa*.

Eram duas da tarde e Aníbal chegava pontualmente à Plaza Italia de La Plata, onde ficamos de nos encontrar. Ele vinha de uma reunião com um legislador provincial, pela ordem de despejo que o cabildo *Maio* havia recebido duas semanas atrás. A coisa estava difícil, segundo me explicou, porque o tempo do pedido de expropriação não correspondia com os prazos judiciais do despejo que, ao que parecia, seria iminente. Não era a primeira vez que o *Maio* estava nessa situação. A última ordem chegou quase a se consumir, fazia menos de um ano, quando o batalhão policial e o oficial de justiça chegaram à porta, e a multidão entrincheirada dentro do cabildo pôde evitar o procedimento.

Entre os vizinhos de Villa Margarita, o cabildo *Maio* era conhecido como a ex-fábrica de pregos. A rigor, era a área abandonada do que alguma vez tinha sido uma fábrica que Martino, Marcos, Carolina, e outros, haviam ocupado no ano de 98, para constituir a primeira sede do MTR. A Aníbal, parecia mentira que esse lugar, semi-destruído como estava, fosse, 10 anos depois, o espaço onde funcionava a administração do movimento, a biblioteca, a cooperativa têxtil, a padaria, além de ser casa de duas famílias do movimento e de Martino, e alojamento temporário de eventuais hóspedes, como visitantes estrangeiros –estudantes, militantes, missões de ONGs–, ou companheiros do MTR do interior ou de alguma outra organização amiga.

Não só o *Maio*, como boa parte dos cabildos do movimento, tinha reservada alguma parte para moradia. Sobretudo porque, por serem lugares cedidos ou tomados, deviam contar com algum tipo de ocupação permanente. Em geral, eram companheiros e dirigentes quem os habitavam, às vezes sós, outras com suas famílias. Carolina e Pancho, por exemplo, viviam no cabildo de La Colorada. E, desde que o companheiro que fazia turno na guarda noturna teve que deixar o posto por um inconveniente pessoal, Aníbal havia por fim se instalado definitivamente no cabildo de Villa Salcedo, mudando com as poucas coisas que ficavam na casa de sua ex-mulher: uma cama, duas cadeiras, e os troféus dos campeonatos de futebol das crianças, esses que ia ver religiosamente todos os domingos.

Tinha recém feito um mês que havia conseguido terminar o banheiro contíguo à peça: havia demorado um pouco por falta de tempo, e outro pouco porque não tinha dinheiro. Aníbal dizia que a vida no movimento implicava renunciar a muitas coisas materiais como essas; fazia vários anos, desde que havia se separado, que não tinha nem gás, nem ventilador, nem comprava roupas, ou coisas menores, como xampu ou desodorante. Essas coisas que antes eram parte de todos os dias, haviam se convertido nos presentes que sua família aproveitava para dar-lhe no aniversário ou no dia dos pais. Ainda assim, dizia não mudar dessa vida por nada:

–O que vou fazer? –me disse uma vez– Vou voltar para o frigorífico para ter um salário, e deixar o cabildo, as cooperativas, a segurança do movimento? Não, isso é pagar muito por um xampu.

Quando o conheci, no início de 2005, Aníbal integrava a *Segurança* do MTR; tempos depois assumiria o posto de *responsável* de área, mais tarde a coordenação das cooperativas de moradia e água do programa nacional *Mãos à Obra*, e fazia pouco tempo, a direção da *mesa executiva* –o que depois seria o *ramo sindical*. Já disse que Aníbal era o que La Chana chamaria com todas as letras um “pivete de bairro”. Ele também se pensava assim: nascido e criado no subúrbio, no seio de uma família que alguma vez me disse “muito pobre”, terminou a escola

primária e começou a trabalhar aos 11 anos. Primeiro, havia sido vendedor ambulante: ia às fábricas da região, comprava por atacado –produtos de limpeza, papel higiênico, o que fosse– e depois vendia pelos bairros com sua bicicleta, em um percurso de clientes que ia se criando com o tempo. Levado por um tio, aos 17 anos, quando se casou, entrou em sua primeira obra, onde aprendeu o ofício de pedreiro, depois de encanador. Mais tarde, entraria para o mundo do frigorífico, integrando os grupos de carga e descarga que transportam os cortes de 30 quilos da câmara fria até o caminhão de exportação. Aníbal rodou por muitos frigoríficos. Um pouco porque a modalidade de trabalho da categoria é flexível –a maioria dos empregados não tem contrato, mas ingressa na qualidade de sócio de uma cooperativa, uma forma de trabalho informal encoberto –e outro pouco por seu caráter: ou o mandavam embora ou ele saía. Havia um companheiro santiaguenho com o qual havia cruzado coincidentemente em distintos frigoríficos, que, com seu sotaque característico, sempre lhe dizia, “Anda logo Ramírez, toma teu chá”. Era a frase que um capataz havia lhe repetido todos os dias durante alguns anos, porque Aníbal ao meio-dia parava de trabalhar para o almoço, tal como estava previsto no regulamento:

–Haviam me mandado embora duas vezes, mas eu havia dito para mim mesmo, nunca mais trabalho sem comer; à hora em que me cabe comer, é para comer, porque é um direito. Então eu, ao meio dia, ia embora, e todos ficavam, 40 minutos, uma hora mais, o que fosse, para não dar confusão.

O mesmo acontecia com os atrasos no pagamento quinzenal, ou com as horas regulamentares de exposição ao frio: na câmara de descarga faziam 30 ou 40 graus abaixo de zero, e, pelo regulamento laboral, a cada 45 minutos os empregados tinham que sair. Havia frigoríficos que respeitavam, mas outros, como quem não quer nada, iam te deixando, 50 minutos, uma hora, uma hora e dez. Ele se impunha e saía aos 45. Era esse tipo de coisa que lhe valiam suspensão, ou alguma porrada que dava no capataz ou no patrão. Se sempre voltavam a chamá-lo era pura e exclusivamente porque trabalhava bem: o ofício, que era duro, ele o havia aprendido como poucos.

Alguma vez Aníbal me disse que, depois de passar pelo movimento, se dava conta de que ele pelejava pelo que era justo, pelo que eram os direitos dos trabalhadores, mas que, naquele momento, não o pensava nesses termos, nem punha nessas palavras. No movimento, aprendeu a pôr nome a coisas que sempre havia vivido: “discriminação”, “injustiça”, “exploração”; as injustiças do pai que bebia, dos moleques do bairro que desde criança aprendem que têm que humilhar o do lado para se sentir um pouco melhor; do professor de escola, que não te dá a mínima e não sabe que na noite anterior não comeste; da polícia que te persegue por ser um

negro; do patrão que te desconta do salário se chegas tarde, mas que pode te pagar tarde sem que ninguém desconte nada dele.

Nesse momento, Aníbal falava com o corpo: desde criança havia aprendido que, na vida, as coisas se conseguem pelejando e pela força. Havia aprendido que pela força obtinhas as coisas que necessitava –uma folha na escola quando tua velha havia te mandado sem materiais porque não tinha um tostão–, e que, usando a força, se defendia da vergonha pelo que não tinhas e o que não eras. E hoje crê que algo disso foi o que o levou a ficar no movimento, porque quando foi a essa primeira reunião na estação de Varela, do resto simplesmente não entendia nada. Tinha caído nessa reunião porque sua mãe havia lhe dito que era uma gente que estava dando trabalho. Ele tinha trabalho nessa época, mas, como seus empregos, em frigorífico ou em obra, eram sempre temporários, estava acostumado a buscar trabalho o tempo todo. Dessa forma, se assegurava que de algum lado sempre o chamariam, e assim era. Embora começasse o inverno de 97, e as coisas fossem ficando duras –no frigorífico já se havia mandado gente embora–, ele não tinha idéia de que havia algo como “os desempregados”. Foi naquele encontro na estação que escutou essa palavra pela primeira vez:

–Falavam de coisas que eu não entendia. “Planos sociais”, coisas desse tipo, eu não sabia nem o que eram. Havia uma discussão entre dois grupos, que eu tampouco entendia muito, mas algo do que diziam me enganchou: eu via que era gente que havia conseguido o que tinha pelejando, enfrentando as autoridades, a polícia... Qualquer pivete normal nos bairros odeia a polícia, e eu a odiava. Se falava de pelear e de conseguir as coisas sem pedi-las. E, a mim, isso me pegou, porque nunca me havia parecido muito digno andar pedindo...

Nessa reunião, conheceu Martino e o velho Walter. Em 10 dias estavam todos no primeiro bloqueio de estrada. Aníbal tinha 30 anos. Um dia, Marcos se aproximou dele e lhe falou sobre começar a conversar de *política*. Naquele momento ele seguia no frigorífico, e o único dia que tinha livre era o domingo. Marcos lhe propôs de passar por sua casa no domingo às 8 da manhã, coisa que ele aceitou pensando que nunca ocorreria. Mas ocorreu: Marcos tocou a campanha, e Aníbal, que algumas horas antes tinha terminado de tomar a última cerveja com seus amigos do bairro, abriu-se a ele como pôde. Marcos se sentou e lhe falou. Falou-lhe como o faria durante vários domingos, com essas palavras que a Aníbal eram, em um primeiro momento, feito grego: “proletariado”, “capitalismo”, “burguesia”, “exploração”.

À diferença do resto dos dirigentes do MTR, Aníbal não provinha de nenhuma militância. Tampouco sua família. Uma vez, zombou de si mesmo contando-me que sua primeira ação

militante havia sido ir ver Lúder –candidato a presidente pelo peronismo em 1983– no estádio do Velez:

–Ou seja, não fui, me subiram num caminhão e eu não sabia nem a quem ia ver. Eu ia ao estádio com meus amigos, todos os fins de semana. Lá havia gente que tinha relação com os políticos, te conseguiam entradas para o jogo e para isso te diziam para ir a um ato. E a pessoa ia, era assim, te davam garrafão de vinho, e você ia a qualquer lugar.

Apesar de o vocabulário de Marcos lhe ser estrambótico, em algum lugar de sua experiência, essas palavras faziam sentido. Mas se algo o atraía para esse grupo de gente era, como me disse uma vez, o fato de que o que se dizia com a boca se sustentava com o corpo. Começando pelos próprios dirigentes. Martino, Walter, Marcos, falavam diferente dele. Havia terminado a escola. Havia lido. Mas se vestiam como ele, comiam o que ele comia, e quando propunham coisas, eram os primeiros a fazê-las. Eram os que falavam, mas eram também os primeiros a *pôr o corpo*. Sempre me pareceu que Aníbal tinha, de fato, uma relação especialmente corporal com o movimento e com a luta. A luta era *pelejar* na vida, era conseguir as coisas sem *pedir*, e era também *pôr o corpo*. Não por causalidade, desde o início integrou a *Segurança* do movimento, da qual chegou a ser *responsável*; e a isso somou, depois, a coordenação do trabalho das cooperativas, uma labuta dura onde também tinha que pôr e saber pôr o corpo.

Aníbal sentia que, com esse mesmo corpo e essa mesma energia que antes usava para destruir, ou para cair na porrada com a gangue do bairro vizinho, ou com o patrão, o movimento lhe havia ensinado a construir. E, como me disse uma vez, a construir algo para si. Talvez por isso dizia também que, ao trabalho, não voltaria nunca mais. Que preferia trabalhar de graça no movimento, ainda que carecendo dessas coisas que a outros eram vitais. Vital para ele era outra coisa, e por isso estava orgulhoso de que os três, dos seus sete filhos, mais velhos –esses que a princípio tanta resistência tinham com o movimento, porque não entendiam por que em um sábado seu pai não podia ir a um aniversário, porque não entendiam por que passava dias em uma estrada sem voltar para casa– estavam, agora, à frente da *juventude* do Teresa Rodríguez.

*

Quando chegamos ao ministério, faltavam uns 15 minutos para o horário da reunião com Zelaya. Com Aníbal, aproveitamos para passar pelo primeiro piso para retirar uns *balanços* para Aurora. O hall de entrada estava quase deserto:

–Devem estar em greve –disse Aníbal. E assim era, conforme soube nos dizer Isabel, delegada da ATV e mão direita do velho Walter, quando a encontramos nas escadas. Isabel tinha ido averiguar se já estava confirmado o dia para a segunda entrega dos secos –no cronograma, a ATV havia correspondido fazia dois dias–, mas não havia encontrado empregado que a atendesse.

–Andrani²¹ ligou nesta manhã –disse.

–Sim, Walter me mandou uma mensagem, você sabe o que é? –perguntou Aníbal.

–Soube apenas que nos convocou a todos para a semana que vem. Parece que faltam alguns dados nos projetos que entregamos, mas pergunte a Walter por via das dúvidas.

O segundo piso do ministério, onde ficava a oficina de Zelaya, estava mais concorrido. Já havia uns 6 dirigentes esperando, entre eles o rapaz jovem do Polo Obrero, Marco Antonio do MTR 12 de Abril, El Tano Prieto da CCC, Claudio do FTC, Mari do MBL –e em breve chegariam uns 4 ou 5 mais. Tocaram a sineta da porta correspondente, e saiu uma secretária que, ao que parece, vários conheciam, assim como ela os conhecia:

–Boa tarde –disse–, aguardem um minuto que já os anuncio.

Então duas mulheres chegaram no andar, meio desorientadas, procurando que porta tocar. Eram, conforme se anunciaram para a secretária quando saiu, do Conselho Escolar de San Antonio de Areco, vinham pelos refeitórios e tinham uma reunião com um tal de Argelino. Enquanto esperavam, não sei como se puseram a conversar com Aníbal, contando a ele que estavam ali porque a Provincia lhes dava 18 centavos por criança para servir o desjejum e o almoço.

–Imagina o que se pode fazer com 18 centavos... –disse uma.

–Ensopado de macarrão, vê-se que é um problema de todos –respondeu Aníbal.

–Vocês também são de algum Conselho Escolar?

A secretária nos indicava o caminho do escritório de Zelaya, uma sala pequenina e bastante desleixada, que tinha duas mesas abarrotadas de papéis, algumas estantes com caixas e com mais papéis, e uma janela que dava para uma pequena abertura, com a persiana pela metade, meio torta, como se alguma vez tivesse ficado aí travada sem se mover mais. Éramos umas 12 pessoas, e nos amontoamos nas cadeiras que estavam ao redor das mesas, mais algumas que nos alcançou a secretária. Passei o olho nos papéis que havia sobre uma das mesas, um deles parecia uma lista que especificava quilos de produtos por organização.

²¹ Diretor de Desenvolvimento Laboral da prefeitura de Florencio Varela, com quem as organizações haviam se reunido depois da mobilização ao município.

–A cada dia que passa, administramos mais coisas no lugar do Estado, isso nunca deveríamos ter aceitado –disse Marco Antonio olhando o papel, como quem se lamenta de algo feito que já não tem retorno. Nisso entrou Zelaya, um homem de uns 40 anos, dando um “boa tarde” e um aperto de mãos a cada um. Tomou assento e começou pelo mais fácil: o subsídio para os frescos seria saldado em 20 dias; depois seguiu para o mais difícil: o atraso na entrega dos secos. Era certo, reconheceu, que a ordem de datas que havia confeccionado depois da reunião com o ministro havia começado com 5 dias de demora. Mas a isso se havia somado um imprevisto: a greves de dois sindicatos de trabalhadores do governo provincial, que resultou no depósito fechado por vários dias, desajustando todo o cronograma, e, no caso de certas organizações –como apontaram os dirigentes–, faltando 30% da mercadoria que lhes correspondia.

–Pessoal, a greve não é nossa, é provincial –disse Zelaya.

–Bom, mas então façamos um compromisso de que na próxima entrega seja dado o que nos faltou –disse Aníbal.

–É que tenho um problema operativo com o depósito: o depósito tem capacidade para entregar 100 mil quilos por dia; com esses 100 mil, tenho que responder a todas as organizações, mais os municípios. Eu quero que vocês saibam que o universo das organizações, que são 300, implica em 1 milhão e 700 mil quilos de mercadoria. A isso se acrescenta os municípios, e dá 2 milhões e 600 mil. 2 milhões e 600 mil quilos são 26 dias úteis. O mês tem 20. Essa é a questão. Para que se tenha uma idéia, vocês, as 25 organizações, somam 350 mil quilos. E somente a vocês, do Bloco Piqueteiro Nacional, correspondem 40 mil quilos por dia. Isso demora 10 dias para se entregar...

–Nós não estamos mais no Bloco –esclareceu o rapaz jovem do Polo Obrero, e Zelaya, que conhecia a todos por seu nome e manejava as siglas de cada organização com uma destreza surpreendente, respondeu que já sabia, e que se referia “ao novo bloco, o Bloco sem PO”.

–Agora –disse Claudio, dirigente da FTC–, veja que tudo o que nos estás dizendo são problemas de vocês. Resolvam vocês, Zelaya, não nos explique, porque é sempre o mesmo, por uma coisa ou por outra não entregam o que acordamos.

–Eu não sei para que servem os acordos se vocês não os respeitam –disse alguém.

–Sim, isso é verdade, não se respeitam –disse Zelaya–, mas não quer dizer que não sirvam. Quero que entendam que...

–Não, não tem nada o que entender, isso acontece por uma coisa ou outra, têm que resolver vocês –insistiu o garoto da FTC, e Marco Antonio, velho dirigente, interveio com um tom propositivo:

–A ver, mas façamos uma coisa, que assim que se termine este ciclo, iniciemos o novo ciclo. Porque, se esperamos, aí sim que nos comem os 30 por cento. Se terminamos e começamos o novo imediatamente, aí pode andar. Eu entendo tudo o que disseste da greve e da capacidade operativa, Zelaya, não somos burros, isso o entendemos, mas não vamos aceitar mais dívida: aos municípios não creio que vocês não dêem a mínima desse jeito, aos municípios entregam o tempo todo, porque, se não, se arruma mais confusão.

–Marco Antonio –disse Zelaya–, eu não defendo os municípios, me parece um desastre o que fazem os municípios. Estou desse lado, mas sou o primeiro a reconhecer que as coisas estão mal...

–Sim, mas sempre o ajuste é para o nosso lado –disse Aníbal.

–Não, eu lhes digo que vocês têm um lugar especial. Vocês têm um trato muito diferente, sobretudo depois daquela mobilização e da reunião com o ministro, vocês sabem disso.

–Sim, foi muito linda a reunião com o ministro –ironizou Aníbal, e acrescentou–. Olha só, na última vez em que fui ao galpão, havia um monte de fraldas, de tênis, e de bicicletas. Me diz quando é que nós recebemos algo assim: nem uma bicicleta que seja para rifar no dia da criança...

–Sim, mas disso havia muito pouco, e como havia muito pouco o critério que se usou foi dar aos municípios. Mas eu não concordo que se dê assim aos municípios. Vejam, assim como há organizações que trabalham, há organizações de fachada, organizações bolsoneiras que o único que fazem é mobilizar à gente para distribuir cestas básicas –“porque vocês sabem disso”, esclareceu Zelaya, em uma mescla de cumplicidade e advertência–. E assim também acontece com os municípios, que são máquinas de rosquear²² e as coisas não chegam à gente, isso nós sabemos. Quando Solá assumiu o governo, disse, ‘A província vai ter menos poder, e vamos transferir poder aos municípios’, e isso não funcionou. E eu com isso estou de acordo com vocês, os prefeitos são um desastre.

–OK, como quiseres: a questão é que o ajuste sempre é para o nosso lado.

–Não, para que tenham uma idéia, hoje mobilizou o *Movimento Evita* pela questão dos alimentos. *Bairros de Pé* está aos xingamentos²³. Não pensem que outras organizações são privilegiadas. O problema é com todos, não temos só com vocês, temos com todos. Ou seja, eu quero que entendam que tivemos uma reunião com o ministro, consta em ata o compromisso

²² “Rosquear” (gíria), termo comum no mundo da política que se refere a acordos e relações feitos pelas costas, traindo, se necessário, as pessoas ou princípios que, em público, se diz apoiar ou representar. Intrigar, tramar, maquinar.

²³ *Movimento Evita* e *Bairros de Pé*, ambas as organizações são alinhadas com o governo Kirchner.

que assumiu conosco, e que a responsabilidade de um ministro não termina por causa de uma greve. O compromisso e a decisão política continuam.

Como na reunião com o ministro, e como em tantas das reuniões que presenciaria, a *negociação* se edificava, também, buscando afinidades pessoais que esmaecia o papel que a cada um cabia desempenhar. “Companheiros”, havia usado o ministro Bartolomé quando falava aos dirigentes; também Olivetti, que havia dito que, no mais, “aqui somos todos militantes”. Zelaya, enquanto isso, esclarecia que, apesar de estar “do outro lado”, não pensava tão diferente deles. Reiteradas foram as vezes em que escutei os funcionários dizerem que estavam então “desse lado” do balcão, mas que alguma vez já haviam estado “do outro”. Lembro-me da ocasião em que um empresário, sentado em uma mesa de negociação com 15 dirigentes, disse em algum momento:

–Sei que a coisa está mau, não sou um insensível. Para vocês, sou um grande burguês, mas nem sempre fui assim, ainda que não acreditem.

–Antes era fraco –disse Aníbal.

–Não te preocupes –disse outro dirigente entre risos–, que socialistas arrependidos como você conhecemos muitos, um a cada dia pelo menos. Não se encane com isso.

Em suas reuniões, dirigentes e funcionários e empresários apelavam também às comparações: entre aqueles que dão –como pudemos ver na reunião com Bartolomé–, e entre aqueles que recebem: os *municípios*, as *organizações*, os *piqueteiros oficialistas*, os *piqueteiros não oficialistas*, os *punteros*, os *prefeitos*. Comparações com as quais uns e outros medem equivalências para questionar o agir alheio ou justificar o próprio: o ministro Bartolomé, e mais tarde Zelaya, buscariam mostrar que a dívida de alimentos não era só com as organizações “opositoras”, era também com aquelas pretensamente “amigas” do governo. García procuraria mostrar que a suspensão de altas por baixas atingia a “todos por igual”, enquanto os dirigentes aproveitavam para atacar os *punteros*, esses que *pressionam o povo* para que “vá a um ato” ou “a votar”.

A comparação era uma ferramenta de negociação para ambas as partes: para os dirigentes, uma forma de pressionar ou endurecer alguma demanda –“aos municípios dão”, “o ajuste é para o nosso lado” –; para os funcionários, uma forma de provar *vontade política* –“com todos temos os mesmos problemas”, “vocês têm um lugar especial”–, ou ainda de se mostrar sobrecarregado pelas demandas de uma e outra parte. Como veremos no próximo capítulo, os *referentes de bairro* do PJ também recebem este tipo de explicações que, através da comparação, justificam o que os funcionários dão ou deixam de dar.

Em negociações com o setor privado, desses *outros* também lançavam mão uma e outra parte. Recordo de uma das reuniões entre representantes da câmara de supermercados e dirigentes piqueteiros. A concessão de alimentos secos tinha sido acordada; o ponto em discussão eram os frescos. O presidente da câmara alegou, primeiro, razões operativas: era impossível para eles se responsabilizarem pela manutenção da conservação requerida pelos frescos. Os dirigentes propuseram implementar um ticket para ser trocado nos supermercados, e o presidente ficou de consultar os representantes de cada firma. Na reunião seguinte, disse que tinha que “ser franco”, e que a idéia do ticket era “realmente impossível”:

–Não podemos, pessoal, os municípios vão vir nos apertar, se dermos a vocês, os prefeitos vão ficar doidos e vamos ter que dar a eles também. Vocês sabem como é. Não podemos.

Não importa tanto se essa justificação era verdadeira ou falsa, certo é que era aceitável. “Os municípios” costumam operar, no discurso de funcionários e empresários, como uma espécie de iceberg implacável, que ninguém queria, ninguém elegia, simplesmente estava aí. “Os municípios” era o peronismo bonaerense, eram “os prefeitos do subúrbio”, esses que, como Julio Pereyra em Florencio Varela, passavam décadas no poder. E não havia secretaria nem ministério nem câmara empresária que pudesse com os “apertos” de estruturas como essas.

Em cada uma destas comparações, se reatualizava a concorrência entre municípios e organizações no que diz respeito à obtenção e gestão de recursos. Essa concorrência que se revigorava, também, com cada lançamento de um novo programa ou política social: historicamente haviam sido os *planos* –no caso do subúrbio bonaerense, por exemplo, os primeiros bloqueios de rua e as primeiras organizações de desempregados demandavam a concessão dos *programas de emprego provisório* que os governos provincial e nacional distribuía através de entidades municipais e aparatos partidários –; logo seriam os *micro-empresendimentos*, os *projetos produtivos*, as *cooperativas*. Mais recentemente, em Florencio Varela, o *ticket*, um programa de assistência alimentícia do governo nacional também implementado via *municípios*. Durante todo o ano de 2007, ser incluídas na inscrição ao programa seria uma das principais batalhas das organizações piqueteiras “opositoras” à gestão de Pereyra. Mais próximo no tempo e na escala nacional, os *piqueteiros* voltariam a irromper com força na cena pública demandando ser incluídos na inscrição do plano de cooperativas *Argentina Trabalha*, lançado pelo governo em meados de 2009 e executado, mais uma vez, pelos *municípios*. Marchas, bloqueios e acampamentos se sucederam ao longo dos meses; em um dos cartazes expostos à imprensa podia se ler: “Cooperativas sem punteros”, “Trabalho sem clientelismo”.

Zelaya, no entanto, não jogaria só com a comparação entre organizações piqueteiras e municípios. Dentro do universo das organizações, outras comparações eram pertinentes: aquela que separa as “oficialistas” das “não oficialistas”; e aquela que separa as organizações “de fachada” das “organizações que trabalham”. Nessa mesma reunião, conversando sobre um dos pontos da ata assinada pelo ministro Bartolomé na audiência com “as 25” –o da conformação de uma mesa de diálogo para gerir a continuidade dos *acordos* com a próxima gestão, que assumiria em três meses–, Zelaya adiantou aos dirigentes que a administração vindoura ia “revalorizar as organizações sociais”:

– Aí sim –esclareceu–, as que levam adiante refeitórios e projetos de trabalho vão receber um apoio integral. Isso eu sei porque é o que me consta. Mas não vai acontecer o mesmo com as organizações bolsoneiras: as organizações que se dedicam a repartir bolsas [de comida] vão ter que repensar seu expediente, ou vão desaparecer.

Por caminhos distintos, funcionários de governo e dirigentes do MTR –como também de outras organizações–, chegavam a lugares próximos. Viu-se que os dirigentes buscam tomar distância disso que, como Zelaya, chama de organizações *bolsoneiras* –ou às vezes, organizações *punteris*, ou ainda, *economicistas*. Tomavam distância através da *política*, e da definição do MTR como *organização política* que luta por algo *mais* do que uma cesta e um plano. Mas o faziam, também, através de algo que, para Zelaya, como para boa parte dos funcionários estatais, legitimava uma organização e a tornava merecedora-de atenção por parte do Estado: o *trabalho*. Assim como Seu Nazar publicizava com orgulho a quantidade de *projetos* que funcionavam em seu cabildo, o MTR, dentro do universo das organizações, e também nas arenas públicas, se vangloriava de ser um movimento que tinha e promovia seus *espaços de trabalho*: os *projetos*, as *cooperativas*, os *empreendimentos*. Era esse *trabalho* aquilo que a organização exibia para fora: aos meios de comunicação, aos jornalistas, aos investigadores “da universidade”, aos empregados e assistentes “do ministério” que iam fazer suas “inspeções”, aos gringos do reality tour que aterrissavam no subúrbio.

O valor moral e o sentido do *fazer* em si mesmo do qual falei no capítulo I; a preocupação dos companheiros do MTR pela conversão das horas de *contraprestação* em *trabalho voluntário*; a preocupação de Seu Nazar pela continuidade dos *projetos* do *Liberdade*; os exercícios cotidianos de comparação entre os cabildos em relação ao número de *projetos* funcionando, ao número de gente trabalhando; são fatos que não podem se desvincular da exigência experta, política, e moral, à qual organizações como o MTR estão sujeitas. A *contraprestação* exigida pelos *planos sociais* a seus beneficiários; a extensão da linguagem do *projeto produtivo*, da

participação; se inscrevem no imperativo, construído a partir dos organismos internacionais de crédito e da expertise do Estado, de promover políticas *ativas* de emprego, fortalecer a *sociedade civil*, e propiciar seu *empoderamento*²⁴. É no *trabalho* que os próprios técnicos e agentes governamentais –também submetidos à avaliação-de– encontram o ideal da *política social*. Uma política orientada à *inclusão social*: o *trabalho* dispensado faz daqueles que recebem o recurso, destinatários *ativos* a caminho dessa inclusão –por oposição aos beneficiários passivos do *assistencialismo* e do *clientelismo* (cf. Vommaro 2009a). É por isso que é o trabalho uma das bases sobre as quais se produz o reconhecimento social e governamental dessas organizações que, *fazendo fazer* aos outros, fazem *por e para* o bem comum; em suma, o *trabalho* é outra das fontes que confere e justifica ordens de mérito frente aos funcionários do *governo*.

Apesar de a reunião ter se concluído com o compromisso, por parte de Zelaya, de reiniciar o ciclo de entrega dos produtos imediatamente, quer dizer, de priorizar na rodada seguinte as 25 organizações sobre outras e sobre os municípios, o problema parecia estrutural. Antes havia sido uma questão de estoque –por causa da inflação, alegavam os funcionários, os comerciantes não entregaram mercadoria que já havia sido comprada com antecipação –; agora era a capacidade operativa do depósito, que, se já era apertada, via-se seriamente comprometida pela greve. Como era de se esperar, as paralisações seguiriam, e no mês seguinte chegariam a comprometer até dois dias úteis por semana o funcionamento do depósito. Foi assim que os dirigentes voltaram a se reunir com Zelaya.

Com o tempo, entendi que essa resposta que o funcionário havia dado na primeira reunião –certo é que os acordos não são respeitados, mas não é certo que eles não sirvam– era sensata: os acordos nunca podiam se cumprir, eram como vetores cuja realização dependia da intervenção constante das mesmas pessoas, e das mesmas ações, e de cada uma dessas reuniões nas quais se reajustava o que sempre parecia se desajustar e que voltaria a desajustar²⁵. Ao longo dos meses que acompanhei os dirigentes, pude ver que a repetição de procedimentos –revisar as datas, identificar a trava, refazer o cronograma, refazer a listagem, reunir-se de novo– era,

²⁴ Uma cuidadosa análise e reconstrução histórica da “participação” e do “empowerment” da “sociedade civil” como valores e práticas envolvidas nas normativas da “nova política social” de “luta contra a pobreza”, pode ser encontrada em Vommaro 2009a. O autor reconstrói o discurso das agências internacionais de crédito desde os anos 80 em diante, e o lugar das relações da expertise estatal argentina com essas agências no processo de implementação local de algumas dessas políticas.

²⁵ Nessas reuniões, e através das atribuições de responsabilidade a um impessoal– o “sistema”, a “capacidade operativa”, a “inflação”–, os funcionários produziam, como indica Herzfeld (1992b), o “Estado” como coisa.

simplesmente, a forma como as coisas funcionavam. O Estado a mim aparecia como o reino da repetição.

Da segunda reunião com Zelaya, sairia um novo cronograma de datas, com duas entregas com 20 por cento da mercadoria adicional concedida a cada organização, como compensação pelas perdas ocorridas nos atrasos daqueles três meses:

–Bom –disse Zelaya–, então resolvamos agora as datas da próxima semana. Além do MTR, a quem ficou pendente a segunda volta?

–A nós –disse um dos dirigentes.

–Bem, quem mais? –disse Zelaya anotando, e os dirigentes se olharam entre si.

–Não tens a listagem aí? –perguntou Marino.

–Não, registraram-na de uma forma que só acesso os que retiraram. O sistema não me mostra os que faltam retirar. Não têm a ordem aqui?

Os dirigentes não tinham. Tinha que ser reconstruído, e a operação teria durado uma questão de segundos –cada qual sabia perfeitamente quando era sua retirada, depois e de qual organização ela vinha–, caso estivessem as 25 organizações, e não apenas as 12 que estavam presentes nesse dia. Por conta disso, os dirigentes disseram a Zelaya que levariam o papel em uns minutos, e foram a um bar na quadra do ministério para confeccionar a listagem. Entre a memória de alguns e uma série de chamadas telefônicas, a questão se pôde resolver, mas não o mal-estar dos que estavam ali com aqueles que não estavam e deveriam estar. Martino –que desta vez tinha ido junto com Aníbal –disse aos presentes que já na reunião anterior com Zelaya havia faltado mais da metade, e que o MTR queria revisar a metodologia com a qual estavam trabalhando:

–Nós ficamos por último na lista para a entrega. Não temos problema com isso, mas se depois as outras organizações não vierem quando tiverem que pelejá-las, então a coisa tem que mudar. Ou seja, a luta é pôr a gente na rua mas também é vir aqui para pelejar pelo que acordamos, este é o método e o sabemos. Então digo isso para deixá-lo esboçado e para que vejamos como vamos funcionar daqui para frente.

–Eu concordo plenamente –disse Marco Antonio, do MTR 12 de Abril–, porque, além disso, é algo sabido: o que luta, tem. Sempre manejamos assim –e El Tano Prieto da CCC e Gafa do Polo Obrero disseram estar de acordo, e alguém sugeriu que, ainda assim, era prudente não fazer trocas na ordem nesse momento, porque poderia soar como represália: no próximo encontro, iriam comunicá-lo aos companheiros.

V. Fazer e ter: da luta como forma de produção

De modo que o princípio dessa associação entre fazer e merecer não só regia as relações dentro do MTR: regia, também, as relações entre as organizações e as ordens de mérito das lutas conjuntas. Agora, enfim, o que era *fazer* nesse caso? Evidentemente era, como havia dito Martino, mobilizar. Fazia uns poucos dias que o dirigente do MTD Aníbal Verón havia se comunicado telefonicamente com Castelli, do MST Teresa Vive, para lhe dizer que sua organização queria se incorporar ao plano de luta que “as 25” haviam iniciado; Castelli o apresentou ao resto dos dirigentes, e todos responderam que não tinha problema que o MTD se incorporasse, desde que, claro, estivesse disposto a mobilizar suas forças:

–Sim, porque já nos aconteceu uma vez de se colar em nós e, na hora de mobilizar, vazou... –acusou alguém por ali.

“Colar nos outros” sem mobilizar era obter os frutos do trabalho alheio, e, portanto, apropriar-se do que não lhe correspondia. A associação fazer-merecer como princípio de direito estava ancorada na premissa moral (o que deve ser) de que o esforço incorporado na coisa torna a coisa própria; e também, na premissa de ordem prática (o que é) que tinha como protagonista um terceiro: o *governo*, esse governo que *atende*, que *dá*, que *responde*, só quando há gente na rua e em virtude da *quantidade* de gente que há na rua.

Sempre me chamou a atenção que os dirigentes, uma vez sentados em uma mesa de reunião, calculavam a magnitude de suas demandas em relação à quantidade mobilizada. No dia em que a *Coordenadoria Varedense em Luta* se reunia, por fim, para tratar da concessão do *ticket* alimentício às organizações, esperávamos no hall do edifício para sermos chamados, quando o velho Walter e Aníbal se puseram a calcular números. Cada organização integrante da Coordenadoria –MTR, FTC-M29, ATV– deveria estimar um número de tickets, de modo a somá-los em um total a ser concedido na reunião. Como um tom de quem esclarece uma obviedade só por via das dúvidas, o velho Walter disse:

–Do mobilizado, pessoal.

Cada dirigente sabia que, para estimar seu número, devia se ater, estritamente, ao mobilizado naquela marcha à sede do governo municipal, que havia ocorrido dois meses antes, na qual se havia pleiteado junto a Rojas, secretário de governo, a demanda por serem incluídos na inscrição ao *ticket* alimentício. Alguma vez perguntei a Walter por que não se pedia pelo total do que se conhece como a “lista” total das organizações:

–Não –me respondeu ele–, depois vai ampliando, mas eles te dão em função da gente que vem e que move a organização. Sempre te dão menos, mas se guiam pela gente que está na rua.

Por ocasião de uma das reuniões do Bloco Piqueteiro Nacional e outras 10 organizações com os representantes de uma câmara de supermercados, os dirigentes se reuniram previamente para definir números. Martino disse claramente:

–Companheiros, o que estamos pedindo é que não inflem os números. Assim como eles sabem quanto mobilizamos no total, cada um de nós sabe quanta gente mobiliza, então, por favor, que ninguém venha com coisas sem pé nem cabeça. O cálculo é sobre a gente mobilizada.

Cada dirigente devia determinar um número em função do mobilizado às portas desses supermercados. Esse critério seria utilizado, logo, para distribuir, proporcionalmente, os recursos obtidos, que, por regra geral, eram sempre menos do que os solicitados. Assim como a quantidade mobilizada definia se seriam atendidos ou não, se seriam atendidos por um assessor ou por um ministro, definia, também, a possibilidade e a quantidade de recursos a ser solicitados e outorgados. Disse, mais acima, que os funcionários estavam habituados a retardar a atenção dos dirigentes até a chegada da mobilização. Penso agora que o faziam, também, porque a mobilização operava como uma evidência de quanta gente, efetivamente, estava em jogo no reclamo e, portanto, que grau de atenção esse reclamo merecia. É curioso, por exemplo, que, no caso de demandas a organismos públicos ou privados onde não havia nem acordos nem vínculos prévios, os dirigentes não recorriam primeiro à chamada, nem à nota, nem ao pedido de reunião: a forma mais efetiva que tinham para apresentar e mostrar, claramente, quem eram, era a coluna mobilizada na rua. A marcha era, nesses casos, a prova mais irrefutável de *a quem* esses dirigentes representavam, em nome *de quantos* falavam, e, assim, o que e quanto mereciam.

Se o conseguido dependia de uma *quantidade*, então existia e estava aí *por e em virtude* dessa quantidade. Torna-se difícil, neste sentido, pensar a *luta* como uma “ressignificação” ou uma adição de “novo significado” a recursos como o *plano*, como se costuma pretender²⁶. Esta visão supõe que, ao longo de um percurso de circulação, um mesmo objeto é carregado de diversos sentidos segundo os agentes que os trocam, distribuem, demandam, conseguem. E ainda que este seja um ponto de vista possível, entendo que perde de vista um fato fundamental: mais do que re-significar objetos, a luta os produz. O *plano*, a *cesta básica*, a *cooperativa*,

²⁶ A idéia de “ressignificação” dos planos– de objetos *dados* pelo Estado a objetos *ganhados* com a *luta*– introduzida por Svampa e Pereyra (2004), tornou-se moeda corrente na sociologia dos movimentos.

são e *estão* aí por um esforço investido. Um esforço de caráter coletivo –a *quantidade*–, que os faz, pelo mesmo princípio de associação entre fazer e merecer, bens que pertencem a esse coletivo.

Quem participou com seu esforço individual nesse esforço, quem contribuiu com seu corpo ao número, tem direitos sobre esses bens. Porém, se voltarmos à dinâmica cotidiana do MTR (capítulo I), vemos que não se trata de direitos de propriedade adquiridos de uma vez por todas: são, se preferido for, direitos de posse, cuja continuidade depende da continuidade na *luta*. O caso do *plano* é um bom exemplo: uma concessão individual do ponto de vista do *governo* –o plano está em nome de um indivíduo e, uma vez concedido, pertence a esse indivíduo–, é, do ponto de vista das organizações, um bem que pertence ao coletivo que o *conseguiu* ou *arrancou*, como se diz entre os movimentos –o plano é produto não da *luta* advinda *desse* indivíduo, senão da de muitos. Esse indivíduo tem, uma vez obtido *seu* plano, o dever moral de contribuir, com seu corpo, à *luta* pelo plano dos outros, dos que faltam, dos que ainda não têm e que, fazendo número, em um momento lutaram por ele. Por fim, a atribuição de *dar baixas* –que, como vimos, as organizações piqueteiras tinham em relação a alguns e não a todos os planos sociais, e que dependia das negociações alcançadas com cada ministério– se inscreve neste princípio de direito: um mecanismo que vela pela propriedade coletiva do que se obteve coletivamente. Vimos que, no MTR, 10 marchas com ausência justificam uma *baixa*, cota que é convertida em *alta* do companheiro que, sim, está *lutando*. Com o mesmo princípio, ainda que nem sempre publicamente quantificado, operavam, como pude ver, muitas organizações. E como é de se imaginar, sua legitimidade dependeria de quem e em que contexto o estava julgando. Para a pessoa que abandona a organização, a *baixa* do plano pode ser sentida como uma expropriação daquilo que lhe pertence; de maneira simétrica e inversa, para a pessoa que fica na organização, esse plano é do coletivo, e é ao coletivo que deve retornar.

De forma análoga ao que sucedia no interior de uma organização, a associação entre fazer e merecer era objeto de medições e cálculos entre as organizações. A quantidade mobilizada era um deles. O esclarecimento de Martino naquela reunião de dirigentes onde se definiam números de produtos –“que ninguém venha com coisas sem pé nem cabeça, o cálculo é sobre a gente mobilizada”–, era uma advertência para alguns dos que estavam ali: esse tipo de inconveniente costumava se apresentar com algumas organizações novas e pequenas, e com dirigentes que, de alguma forma, careciam do manejo de algumas regras fundamentais da etiqueta do reclamo. No entanto, entre organizações com afinidade política e uma história comum de militância, também se podia apresentar tensões em relação à quantidade. Em uma reunião de dele-

gados do MTR em que Aníbal deu o informe das atividades do Bloco Piqueteiro Nacional daquela semana, explicou que, na última *reunião reivindicativa* do Bloco, havia se acordado que as *conquistas* se distribuiriam em porcentagens segundo a força mobilizada. De um total de 5 organizações, as 3 menores receberiam 50%, e o outro 50% seria dividido entre as duas organizações maiores, a FTC-M29 e o MTR.

–Agora com os tês que vieram do ministério fizemos isso –explicou o dirigente, enquanto todos anotavam em seus cadernos.

–E como se reparte esses 50% entre nós e a FTC? –perguntou Seu Nazar.

–30% para eles e 20 para nós –respondeu Carolina.

–Mas nós somos menores do que a FTC?? –perguntou Estela como horrorizada, e ouviram-se vários risos. Carolina disse que não sabiam, que, na realidade, isso estava em discussão.

–Eles dizem que são maioria –acrescentou Aníbal–. Nós cremos que não, que mobilizam como nós. O que apresentamos na última reunião é buscar uma maneira em que houvesse um controle da força mobilizada. Então vamos fechar uma comissão para contar o que cada um mobiliza, porque se os bestas aqui não fazem, ninguém vai querer contar porque não lhes convém... Enfim, supõe-se que estejamos pelejando juntos, mas vêm com essas besteiras e, em vez de pelejar juntos, pelejamos entre nós...

–Eu não acho que a FTC seja maior que nós, pois eu vi as bandeiras da coluna deles... –protestou Olga do *Maio*.

–A mim também parece que são menos –disse Gutiérrez.

Também em função da quantidade, o Bloco havia acordado sobre a divisão das responsabilidades. Assim, por exemplo, nas marchas de comissões, quer dizer, as marchas em que cada organização envia uma pequena comissão em representação da totalidade –é o caso, por exemplo, das marchas em que se participa aderindo ao reclamo ou causas de outros–, acordava-se que cada organização do Bloco devia levar 10 por cento da força mobilizada, quer dizer, os 10 por cento do que dizia mobilizar nas marchas comuns. Também os gastos administrativos e operativos se sustentariam em função da força mobilizada: o MTR e a FTC-M29, as duas organizações de maior número, deviam contribuir juntas com 50% dos gastos do BPN, com a correspondente divisão 30-20 ditada, mais uma vez, pela força mobilizada. Assim como no interior do MTR, as relações *entre* organizações eram reguladas, e cada gesto medido, em função da *luta* como critério de merecimento.

Lutar era mobilizar, era ir à rua, mas era também levar adiante todo esse conjunto de ações, menos públicas e menos visíveis, que se requeria depois de cada mobilização. Esse era, afinal de contas, o *fazer* distintivo do dirigente e, como havia dito Martino aos dirigentes depois daquela última reunião com Zelaya, parte fundamental da *luta*. Era também esse *fazer* o que produzia –planos, cesta básica, projetos, empreendimentos. A queixa de Martino ante a ausência de quase metade dos dirigentes nessa reunião falava de um problema constante entre os movimentos. Ninguém iria faltar a uma audiência com o ministro do governo provincial, mas quantos poderiam, depois, acompanhar cada uma das chamadas, encontros e gestões necessários para os que *acordos políticos* se cumprissem? Muito poucos.

Aníbal tinha uma explicação plausível para este abandono, que atacava diretamente as hierarquias de valor “dos cabeções”, como ele costumava chamar as primeiras linhas das organizações:

–Você viu como são, a grande política os encanta. Agora: quando tem que se sentar para fazer a política pequeninha, todos caem fora...

E certamente havia algo disso. Com o correr do tempo, no entanto, ao conhecer vários dos dirigentes e parte de seus movimentos, fui entendendo que essas ausências tinham que ver, também, com o tamanho e a estrutura de cada organização. Nem todos contavam com a energia humana que requeria a *luta*. Começando pela disponibilidade de cada dirigente em relação à sua organização: um dia de Martino ou de Aníbal podia incluir três reuniões em distintos pontos do subúrbio, com as horas de trem que isso requeria. Não respeitava horários de comida nem de descanso, e quando se tratava de reuniões internas, nem fins de semana nem feriados. Somente no que se referia à dinâmica cotidiana da organização, por exemplo, Aníbal contava com 5 ou 6 reuniões semanais de base: reunião da direção, da mesa executiva, reunião de delegados, reunião de administração, e, por último, as reuniões de coordenação do trabalho das cooperativas de água e moradia que estavam a seu encargo. A isto, somavam-se as responsabilidades assumidas em cada nova *frente de luta*: cada frente –os alimentos (da nação, da província, do município, das câmaras de supermercados), os planos sociais (da nação, da província), o botijão social e a tarifa social de luz (com o Estado, com as empresas privadas)– era um universo próprio de gestões e reuniões. A propriedade destas negociações dependia de estar aí, de chamar, de ir. Durante o tempo em que acompanhei os dirigentes, vi como várias gestões ficavam paradas quando não havia ninguém correndo atrás.

Poder estar aí não era somente ir à reunião; era, também, poder cumprir a série de atividades e requisitos que cada reunião deixava como saldo. Não recordo de uma reunião sequer

–com representantes do governo nacional, provincial, municipal, de empresas privadas e câmaras empresariais– da qual tenhamos saído sem a tarefa de redigir ou confeccionar –e entregar, em geral “o quanto antes”– alguma *nota*, algum *pedido de subsídio*, *projeto*, *formulário*, ou *lista*. Depois de uma marcha e várias reuniões de negociação, a Repsol-YPF aceitava, por fim, distribuir o *botijão social* para os desempregados, a ser distribuídos em pontos de entrega indicados pelas organizações²⁷. A empresa solicitava, para isso, que as organizações definissem e entregassem uma lista com os pontos geográficos de distribuição. Aníbal e Pancho, da *mesa executiva*, se reuniram com todos os delegados do movimento para definir os pontos de maior concentração de *companheiros* em cada região. Em seguida, com os dirigentes do BPN, para cruzar esses pontos com aqueles selecionados por cada uma das demais organizações, e então entrar em um consenso sobre pontos comuns, já que a Repsol havia destinado uma quantidade limite de lugares de distribuição. Um mês depois, os representantes da Secretaria de Energia do governo nacional se negaram a autorizar esses pontos de entrega: cada um envolvia, conforme disseram, uma quantidade demasiado grande de botijões, e não cumpriam com os requisitos de segurança estipulados pela normativa vigente. As organizações teriam que desconcentrá-los em mini-pontos de entrega, quer dizer, fazer o trabalho inverso ao realizado um mês atrás.

O Ministério da Educação entregaria um lote de tênis e guarda-pós, sim, porém não bastava enviar o número de crianças; tinha que se entregar uma lista onde constassem nome, idade, DNI, nome completo do pai, nome completo da mãe, número do calçado, tamanho do guarda-pó, escola (número e endereço), grau que cursava. A entrega tinha um prazo, cada delegado de cabildo do MTR devia recolher esses dados de cada um de seus *companheiros*, em seguida entregar à mesa executiva, para Aníbal e Pancho unificarem as listas –que somavam 2.500 crianças– e corrigir eventuais erros, tarefas que levaram a cabo a mão, na madrugada anterior à reunião com Giraudo, o funcionário do ministério a cargo da concessão do lote.

À exceção de algumas dependências de governo onde já havia uma relação azeitada, cada reunião com funcionários ou representantes empresariais era concluída com a tarefa de entregar uma *lista de famílias*, de *refeitórios*, de *aspirantes-a*, de *beneficiários*. Claro que a maior parte das organizações já contava com este trabalho feito, mas sempre havia de se fazer algum ajuste, atualizar os dados, agregar algum que faltava ou que alguém solicitava. Por uma coisa ou por outra, o BPN sempre se atrasava nessas entregas, que tinham que ser conjuntas, precisamente porque as demandas se apresentavam como Bloco, até que uma vez eu fechei uma planilha única de Excel e pudemos agilizar as coisas por um tempo.

²⁷ Ver também capítulo I.

Sempre que entregávamos esses punhados de folhas me perguntava o que faziam os funcionários com elas. Por acaso controlariam algo? Lembrei-me de quando, inesperadamente, as “assistentes sociais da Nação” se apresentaram na casa dos Aguirre, pela lista para receber móveis na qual Vero se havia anotado mais de um ano antes. Pensei que ao menos algumas vezes essas listagens eram lidas, ou usadas, ou contempladas. Só uma etnografia sobre a cotidianidade dessas dependências de *governo* e seus protagonistas –universo que ficou fora de meu recorte nesta tese–, poderia iluminar esta e outras interrogações que o trabalho de campo junto com os dirigentes lança. Neste momento, interessa-me dizer que, independentemente de serem lidos ou não, usados ou não, essas listagens escritas, sempre solicitadas e sempre entregues, eram a *evidência* da existência das pessoas –futuros destinatários-de– aos quais os dirigentes diziam representar. Na rua ou nos papéis, os dirigentes deviam demonstrar provas empíricas dessa quantidade que definia quem eram eles e o que mereciam.

O processo de produção dessa prova requeria energia humana. Cada papel implicava um tempo –tempo para fazer o levantamento, tempo para contar, tempo para escrever –; um domínio de tecnologias –fazer um quadro, ter boa letra, manejar um processador de textos e caixas de e-mail –; recursos econômicos para equipamentos, ligações, fotocópias, impressões. Cada papel requeria gente, quantidade de gente, e um *know how* específico²⁸.

Este era, em suma, o enorme trabalho demandado pelo *reivindicativo* que fazia Martino se sentir preso ao *curto prazo*, em detrimento da *construção política* de *longo prazo*. Para outros era diferente. Para Aníbal, esse era o trabalho que não trocava por nada, esse “trabalho de graça” que não tinha salário em contrapartida, que tinha seu lado tedioso e monótono, como qualquer outro, mas que, como me disse alguma vez, havia lhe dado uma sensação de liberdade que nunca imaginou que algum trabalho podia lhe dar.

²⁸ Como mostram outros trabalhos (Manzano 2007, Colabella 2008, Borges 2004), o vínculo cotidiano com o *governo* requer o manejo de papéis e documentações, o desenvolvimento de habilidades aprendidas a respeito dos mecanismos de funcionamento cotidiano das dependências estatais. E, no caso das organizações, de uma especialização técnica. Aqui se viu como os responsáveis da Administração, como Aurora, são depositários desse *know how*, como também o são delegados e dirigentes.

IV. Pedir

Ao contrário do que nosso senso comum acostumou a pensar sobre a figura do puntero –aquele que tudo consegue por seus contatos políticos, aquele que deve ostentar seu caráter militante–, no trabalho de La Chana, a política ficava, no mais das vezes, excluída da linguagem e da forma apropriada de pedir.

Era este esforço investido ao longo do tempo, aquilo que fazia que cada recurso conseguido fosse vivido como próprio, ou, ao menos, que La Chana pudesse se atribuir direitos sobre a concessão daquilo que estava aí graças a seu trabalho. Por intermédio do trabalho, o trajeto que ia desde o pedido institucional à concessão política desses planos, não era exatamente um ato de contaminação ou ingerência espúria do político no institucional: era, melhor, uma genuína conversão do institucional em político.

Os estados de ânimo de La Chana se moviam com o vaivém de sua militância. Assim como uma conquista era capaz de dar a volta por cima em um mau dia, de rever a angústia de uma peleja com Luis ou algum problema familiar, uma decepção como a que havia tido era capaz de abatê-la. La Chana era afetada pelo trabalho político, para o bem e para o mal, talvez precisamente porque sua relação com o trabalho político era também afetiva.

I. De La Chana, presidenta de uma instituição de bairro

–Faz muito que chegaste? –perguntou quando entrou, esfregando as mãos por causa do frio.

–Às 9 –respondi.

La Chana estava com um casacão de lã; eu, de tão empacotada que estava, quase não tinha mobilidade; além de um par de pulôveres, um casaco de lã e uma capa, usava cachecol, luvas e gorro. O hall da oficina de Desenvolvimento Laboral parecia uma câmara de frio: não havia estufa e, pela porta lateral, entrava um filete de vento importante.

–Viste que gelo? Me perdoe pelo atraso, é que veio um vizinho, eu tinha me esquecido que havia lhe dito para passar em casa esta manhã, e ele me pegou justo quando saía...

La Chana interrompeu quando viu que a empregada –essa mesma que fazia uma hora havia aparecido por detrás da divisória me perguntando em que poderia me ajudar –surgiu e deu um “bom dia”

–Olá, Mirta –respondeu Chana fazendo uma saudação com a mão.

–Como você vai?

–Bem, e você?

–Bem. Queres falar com Andrani?

–Sim, está?

–Sim, espere um momento que te anuncio. De Las Rosas, né?

–Sim, Patricia Chana da UGL de Las Rosas.

–Espere um minuto.

–Dizia a você –seguiu Chana– que tinha falado para ele que viesse hoje porque tenho que fazer umas averiguações aqui na Fiscalização, e, bem, o homem veio, me trouxe todos os papéis, até me explicar tudo eu perdi o linha 1, fiquei esperando o seguinte por uns 15 minutos até que tomei um taxi.

–Fiscalização é aqui? –perguntei.

–Não, aqui ao lado, na Câmara Municipaol.

–E aqui viemos para quê?

–Para falar com Andrani por um vizinho que perdeu o plano.

Originariamente, a Direção de Desenvolvimento Laboral funcionava na sede da prefeitura de Florencio Varela. Foi com o lançamento do Plano Chefas e Chefes de Lar Desempregados que a infra-estrutura do prédio não foi suficiente, e o crescimento extraordinário de papéis e de pessoal obrigou a dependência a se mudar, em meados de 2002, para um edifício próprio. Desde então, a Direção funciona em um conjunto de prédios situados na região conhecida como *Cruce Varela*, localizada a uns 15 minutos de ônibus do centro do distrito. Embora não fosse a primeira vez em que eu estava nesse escritório –dois anos antes havia vindo para pedir informação sobre planos de emprego e havia sido atendida pelo próprio Andrani, já então diretor–, era a primeira vez que acompanhava La Chana para ver um funcionário.

Chana se sentou no banquinho de madeira, e, quando viu o *Varela al Día* que eu estava lendo quando chegou, cuja manchete anunciava “Castigo à pobreza: o pão subiu para \$3,20”, disse que “todavia não podia crer”:

–E o pior –acrescentou– é que é verdade, porque até no bairro, onde sempre tudo é mais barato, até no bairro está esse preço, no máximo podes conseguir a três pesos, mas menos do que três nem pensar. Você já leu tudo?

–Alguma coisa.

Abriu por inteiro e folheou algumas páginas até que se deteve em uma e leu em voz alta: “Um boliviano acusado de violentar uma criança em El Rocío”.

–Que bárbaro –eu disse–, e se fosse argentino, como seria?

–Como?

–Não colocariam “um argentino acusado de violentar uma criança”.

–Claro, não. Isto é discriminação, não? Você sabe que eu sempre digo aos meus filhos, que não têm que se sentir menos do que outra pessoa, que nunca sintam isso, porque o povo boliviano é gente muito trabalhadora e muito lutadora, e agora, com Evo, que alguém de baixo chegou tão longe, é uma mostra disso. Você viu aí na Comissão da feira que estou organizando?

–A de São Tomé?

–Sim, bom, acontece que há muitos bolivianos na feira, que têm bancas de conserto de calçado e de verdura, os da comissão os criticam, no outro dia falaram de tudo, que isto, que aquilo dos bolivianos, e eu caladinha porque estava recém entrando, mas assim que eu estiver bem posicionada, e comentar com eles que meus pais são bolivianos e meu marido também, vão querer morrer de vergonha por todas as coisas que disseram...

De uma das portas do outro lado do balcão, saiu um homem de uns 40 e tantos anos, que, quando viu La Chana, deu a volta e se aproximou para nos saudar com um beijo.

–Como estás, Pelado? Te apresento a Julieta, é uma escritora, está fazendo um livro sobre o bairro.

–Ah, veja, que lindo... Estás esperando Andrani?

–Sim.

–Te anunciaram?

–Sim, obrigada. Você, como anda?

–Bem, bem.

–E tua mãe, como está?

–Aí, igual. E você?

–Bem, vim por uns vizinhos. Ah, já que estás aqui, posso te fazer uma consultinha? É por um vizinho que há dois meses não recebe.

–Sim. Tens os dados?

La Chana diz a Pelado o nome completo. Ele anota em um dos papezinhos que estão sobre o balcão, vai ao escritório do qual havia saído, onde agora, com a porta aberta, podem ser vistas duas mesas com dois computadores de outra época. Demora uns instantes, e La Chana, impaciente, estica o pescoço por cima do balcão, como se assim pudesse ver algo mais.

–Não está?

–Por este nome, não me consta. Não tens o DNI¹?

–Ai, não, não o trouxe... Que pena... Ah não, a ver, só um pouco, tenho aqui a listagem dos balanços, espera aí.

Da bolsinha de nylon que levava na mão tirou um tanto de papéis que apoiou sobre a mesa. Encontrou a listagem correspondente, e com o dedo foi buscando o nome, que ditou a Pelado em voz alta, junto com o número de DNI, enquanto ele digitava na mesinha.

–Alvarado Indalecio Oscar –disse ele levantando a cabeça.

–Sim, esse mesmo.

–É um problema com o cartão, está vencido. Traga-me a fotocópia do DNI e o CUIL, que daqui levamos à Nação e lá habilitam de novo.

–Quer dizer então que, quando tiver o cartão, vai receber esses dois meses?

–Não entendi.

–Ou seja, o dinheiro está no banco?

–Bom, supõe-se que sim –respondeu Pelado voltando ao balcão.

–E quando posso te trazer os papéis?

–No correr desta semana, porque a Nação fecha no dia 10, ou seja, amanhã ou segunda bem cedo.

–Ótimo, muito obrigada, Pelado.

–Algo mais?

–Não, era só isso. Bah, uma coisinha mais, tem como tirar umas fotocópias aqui?

–Não, aqui não temos fotocopiadora.

–Ah, bem, não te preocupes... Obrigada assim mesmo.

–Che, e estás organizando o festival do dia das crianças? –perguntou Pelado mudando de assunto.

–Sim. Na realidade vou fazer dois, um com Estelita em Las Rosas e outro no bairro Santo Tomé, porque agora também estou trabalhando lá.

–Ah é? Em alguma instituição?

–Não, na feira, estamos organizando a comissão da feira para que seja reconhecida como feira social.

–Você se mete em cada uma Chana... Você não se cansa?

–Não, pois se é isso o que eu mais gosto de fazer. O de Santo Tomé é um lindo espaço para trabalhar politicamente, não tem nenhum referente lá, tem só uma menina, com quem estamos

¹ DNI : carteira de identidade

organizando a comissão, ela era de um movimento e saiu, é uma menina muito lutadora, estamos trabalhando muito bem.

Havia mais ou menos dois meses que La Chana havia se envolvido em cheio com a comissão da feira de Santo Tomé, feira da qual participava há quase dois anos como feirante, nos dias de sábado, com uma banca de roupa usada. Era Luis, seu marido, quem a levava de carro com a mercadoria –Santo Tomé é um bairro relativamente longe, de ônibus fica em torno de 20 minutos do sul de Las Rosas–, e, ao final da tarde, passava para buscá-la. Tinha sido Zoila, vizinha e feirante, quem teve a primeira iniciativa de constituir uma “comissão organizadora” para garantir a “segurança” dos feirantes. Lembro-me que, a princípio, não entendi muito o que isso significava, mas quando fui à feira e conheci Zoila, me dei conta de que era, entre outras coisas, cuidar para que não houvesse venda de mercadoria “ilegal” –CDs piratas, por exemplo– ou velar para que cada feirante tivesse a mercadoria devidamente exposta sobre uma mesa –Zoila morava a uma quadra da feira, e, no fundo de sua casa, guardava as mesas dobráveis de madeira que ela mesma alugava todo sábado a boa parte das bancas. Tempos depois, La Chana –que, segundo me contou, desde o início teve “energia boa” com Zoila– somou-se à *comissão* e apresentou a Zoila a iniciativa de conseguir a regularização da feira e seu reconhecimento municipal como *Feira Social*, quer dizer, um tipo de feira em que, pelo valor monetário da mercadoria oferecida –produtos artesanais e usados–, o feirante esteja isento de pagar qualquer imposto ou gravame. A idéia foi mais do que bem-vinda; La Chana seria eleita, por Zoila e três vizinhas de Zoila, também feirantes, *Secretária* do que então se passou a chamar de “Comissão Micro-Empreendedores de Santo Tomé”, e iniciaria pessoalmente, nesse papel, suas gestões ante a prefeitura para fazer da feira uma *feira social*.

Pelado voltou a dar a volta no balcão para se despedir. Disse que nos deixava porque tinha que fazer algumas coisas. Quando fechou a porta do escritório, La Chana me contou que era um *companheiro* que também *trabalhava com* La Jose, e que, fazia mais ou menos um ano, *tinham lhe dado* o emprego na Direção Laboral:

–É um cara que merece, um militante de toda a vida –me explicou².

Pela porta de entrada da Direção, entraram uma mulher de uns 60 anos e uma moça de uns 20, grávida; saudaram com um ‘bom dia’ e ficaram em pé em frente do balcão, até que a empregada surgiu por detrás do biombo e, ao vê-las, saiu.

² O leitor pode localizar os *companheiros, referentes, e dirigentes* da Chana que aparecem neste capítulo no quadro do capítulo II.

–Pois não, bom dia –disse.

–Olá, venho por causa dos planos, para me anotar em algum deles –disse a moça exibindo um papelzinho que trazia escrito a mão “B.bonaerenses, Chefas e Chefes, Pec”.

–Sim, mas aqui não estamos inscrevendo, já não se inscreve mais. Veja, este aqui –disse a empregada indicando o “chefes e chefas”–, desde 2002 que encerrou a inscrição.

–E os outros tampouco?

–Não, já faz tempo que não inscrevemos.

–Mas, então, não há nenhum plano agora?

–Não, por agora não, mas mesmo assim te deixo um telefone para que chames caso abra alguma inscrição.

A empregada anotou uns números em um dos papezinhos recortados que estavam sobre a mesa e os entregou à moça. A mulher mais velha, que havia se sentado no banquinho, se pôs de pé e se dirigiu à porta. Quando foram embora, La Chana me explicou que todos os planos estavam tendendo a acabar, e que o Chefas e Chefes que, no ano anterior, havia mudado para “Seguro de Capacitação e Emprego”, terminaria em dois anos³. Lembro que perguntei como foi esse *passe*, e me explicou que havia sido “opcional”, e que a prefeitura havia indicado para eles que explicassem aos vizinhos sobre a possibilidade de efetuar a mudança:

–A questão é que o Seguro é mais dinheiro por mês, 225 pesos em vez de 150, mas dura dois anos e depois termina, já não podes receber mais.

–E você, no caso, o que fez?

–Não, eu fiquei no Chefes. Porque prefiro receber menos mas que não termine. E, dos meus beneficiários, a metade passou para o Seguro.

–Entra, Patricia –disse outra das empregadas, surgindo com a cabeça pela lateral da divisória. Conforme me explicou La Chana depois, essa era Elena, a secretária de Andrani. Caminhamos pela parte de trás do balcão, atravessamos a salinha onde estavam as mesas da secretária e de outras duas empregadas, e logo depois estava a porta de despacho de Andrani, um homem de uns quarenta e tantos anos, vestido com roupa esportiva, que, quando nos viu entrar, levantou para nos saldar.

–Como andas, Patrícia? Quanto tempo –disse.

–Sim, viu só, faz muito tempo que não venho, isso é para que o senhor saiba que sabemos esperar e que não pedimos tanto.

³ Segundo dados do governo municipal, no distrito de Florencio Varela, entre 2004 e 2009, a quantidade de PJJHD (Plano de Chefes e Chefas de Lar Desempregados) caiu 33% (baixas efetivas), e a do Plan Barrios Bonaerenses, 23%.

Andrani sorriu e depois de me saudar nos convidou para sentarmos.

–O senhor, como anda?

–Bem, tudo bem. Conte-me.

–Venho por duas coisinhas –disse La Chana e, interrompendo-se, como quem de repente se lembra de algo importante, abriu sua bolsinha de nylon, enfiou a mão e tirou meu livro.

–Antes queria lhe mostrar isto, ela é escritora, o senhor já a conheceu porque ela veio uma vez, fez este livro e agora está fazendo um trabalho sobre a militância no bairro Las Rosas.

Lembro-me que a atitude de La Chana me pegou totalmente de surpresa. Só com o tempo me acostumaria com apresentações como essa, e entenderia que, para ela, em certas ocasiões, era importante que uma “escritora que está fazendo um livro sobre a militância de bairro” –como costumava me promover, e, apesar de eu explicar que o que ia escrever era um trabalho para a universidade que, eventualmente, se tudo corresse bem, podia chegar a virar livro, ela nunca deu o braço a torcer– estivesse a acompanhando. Andrani folheou o livro e então pareceu me situar: era “a que estava no Brasil”; perguntou onde podia conseguir o livro e disse que levaria um exemplar, coisa que, vergonhosamente, lhe devo.

–Bom, a primeira coisa que queria lhe perguntar é sobre os beneficiários do Seguro de Capacitação. Eu falei no escritório da UGL da prefeitura, né, e a coordenadora me disse que falássemos com o senhor para organizar para que o trabalho dos beneficiários pudesse ser feito no bairro, pode ser assim?

–Bom, do Seguro, na realidade, é a Nação que nos estipula as atividades. Por exemplo, a Nação combina com o sindicato de tal coisa, ou com uma empresa, e nos pede gente em função do destino de trabalho que se arrumou. Mas isso fica bastante travado, porque os sindicatos não simpatizam muito com a questão, então me faz uma coisa, traga-me a listagem das pessoas e eu vejo aqui qual é a situação delas, confirmo se estão no Seguro, e vemos se é possível organizar um grupo, de uns 20 seria o ideal, para fazer um projeto ou uma cooperativa de trabalho que seja no bairro.

–Bom, posso trazer por esses dias?

–Sim, quando quiseres.

–Organizar um grupo de 20 então.

–Sim.

–A outra coisinha que queria lhe pedir é que o representante dos beneficiários do Chefas e Chefes da UGL não recebe mais o plano, ele e sua mulher. É uma família muito necessitada, eu trouxe a documentação dele, para ver se, pelo menos, o plano dele podemos reabilitar.

La Chana remexe de novo dentro de sua bolsinha, aproximando a cabeça para achar a fotocópia do documento correspondente. “Aqui está”, disse, e Andrani olha e copia os dados na máquina à esquerda de sua mesa.

–O senhor acha que poderemos reabilitá-lo?

–Vamos ver, não te prometo nada.

–Bom, outra coisinha que eu queria lhe pedir não é institucional, mas pessoal, um favor pessoal, porque eu estou agora trabalhando no bairro de Santo Tomé, na questão das feiras sociais. Fizemos uma comissão de feirantes, e comecei a trabalhar com a gente de lá. Uma família que estava no movimento se somou a nós, e por isso lhes deram baixa no movimento. É uma família com 8 filhos, deram baixa para todos, ao casal e a vários filhos, ou seja, eles estão em uma situação de muita necessidade, e eu queria ver pelo menos o que se poderia fazer com o plano do pai.

–Trouxeste os papéis? –pergunta Andrani, e La Chana volta à sua bolsinha, mas desta vez demora em encontrar, e tem que tirar todos os papéis, e vai olhando um por um enquanto Andrani espera.

–Ai, não me diga que o esqueci...

–Como anda Las Rosas? –pergunta Andrani.

–Bem, bem –diz ela enquanto segue buscando entre os papéis, e alguns caem no chão, e meio nervosa os busca, até que pega o indicado e exclama com alívio– Ah, aqui está, que sorte, eu sabia que o tinha guardado.

Andrani pega o papel e olha.

–Veja só, Carlos Romero –diz, lendo a fotocópia do documento.

–Sim, conhece?

–Creio que sim, de Santo Tomé, trabalhava com alguém de lá, não me lembro com quem.

Digita no computador e La Chana, agora sim, conta a ele as novidades de Las Rosas e os problemas com as ruas para asfaltar, que os vizinhos não se põem de acordo, que no mês anterior roubaram as ferramentas da empresa que estava fazendo o recapeamento, e essas coisas, até que se interrompe e diz:

–Ah, Enrique, eu tenho uma baixa do [Plano Bairros] Bonaerenses. Não podemos usar essa vaga para Romero? Para mim é muito importante que entre este homem.

–Não, com Bonaerenses não se pode fazer nada, porque já fechou e até novembro não se vai poder fazer nenhum passe.

–Ah, não? Mas os movimentos podem, não?

–Agora eles tampouco, fica tudo congelado porque na Província vão fazer uma repadronização.

–E quando fechou?

–Na semana passada.

–Que pena... E como vamos fazer?

–Vamos ter que ir pela Nação⁴, vamos ver como fazemos... Que mais?

–Bem, isto que lhe pedi é um favor pessoal que eu quero fazer para esta família, que, como estou dizendo, está em uma situação de muita necessidade. Agora, como instituição, eu e minha companheira Estelita, que trabalhamos em Las Rosas, temos dois ou três vizinhos que não estão no plano, mas queríamos saber se existe a possibilidade de ingressá-los. Ao senhor parece possível?

–Tens os documentos?

–Agora não os trouxe porque teríamos que definir, com minha companheira, para ver quem priorizamos, mas queria perguntar ao senhor se pode ser.

–Bom, traga-o e veremos.

–Podem ser dois?

–A princípio sim.

–Bem, quem diz dois, diz três... –diz La Chana aproveitando a deixa.

–Não, traga-me dois –reponde Andrani rindo.

–Bom, quando eu os trago?

–Terça-feira, terça cedo porque a Nação fecha.

–Venho a esta hora?

–Sim.

–Está bem, muitíssimo obrigada, Enrique.

Ia se levantar da cadeira para irmos, quando se lembrou da “última coisinha”:

–Sim, diga-me.

–O senhor ainda fala com Arturo Cosé?

–Às vezes, por quê?

–Não pude ligar para ele daqui, pode me fazer esse favor? É porque, há alguns meses, ele me deu umas entregas de mercadoria para a merenda da Sociedade de Fomento, e depois não me mandou mais. Eu liguei um monte de vezes mas ele não me atende, e, faz pouco, quando o

⁴ Refere-se ao Ministério do Trabalho do governo nacional.

vi em um ato, me disse que sim, que voltaria a nos dar. Então, quando der, o senhor liga e o recorda disso...

–Está bem, eu ligo e diga a ele que vais ligar.

–Bom, ou o senhor o lembra... Não é a mesma coisa La Chana ligar e Enrique Andrani ligar.

Andrani soltou uma gargalhada, a intrepidez de La Chana era realmente simpática; sua insistência sempre pícara. “Ai, Chana, Chana...”, disse ele pegando seu celular e buscando na agenda.

–Como anda seu irmão?

–Bem, trabalhando fora agora. Ninguém responde, tens o telefone do escritório.

–Sim, aqui tenho. A mim, não atendem no escritório, mas ao senhor vão atender.

Andrani testou algumas vezes, mas tampouco teve sorte. Voltou a tentar no celular, enquanto La Chana falava sobre as eleições municipais de outubro, que faltavam só 4 meses, que eles já haviam começado a trabalhar nos bairros, e então Andrani lhe perguntou:

–E você? Teu trabalho?

–Estou aí, esperando...

–Você segue com La Jose, não?

–Sim.

–E você se dá bem com a baixinha?

–Sim.

–Então insiste, enche o saco dela, liga, porque senão, não vai sair. Se você ligar a cada dois meses, aí é fácil te enrolar, mas se você ligar a cada 10 dias, bem, alguma resposta ela vai ter que te dar.

–Sim... havia me dito que antes de outubro.

–É, sim, se não, esquece. Este é o momento de pedir. Depois de outubro, começa outra história: a dos cargos. Aí vêm os problemas para nós.

II. Do saber dar e saber pedir: o acompanhamento e a necessidade, o político e o institucional

Arturo Cosé, ex-diretor de Desenvolvimento Laboral de Florencio Varela, e então funcionário do Ministério de Desenvolvimento Social da província de Buenos Aires, não respondeu

nem no celular, nem em seu escritório em La Plata. Despedimo-nos de Andrani, depois das secretárias que estavam na sala contígua, atravessamos o balcão, e saímos à rua.

–Você viu que incrível que ele é?

La Chana tinha um sorriso de orelha a orelha. Ainda que o sol estivesse um pouco mais forte, o frio parecia não dar trégua; contornamos a parte de trás do prédio em direção ao edifício contíguo, onde funcionava a Câmara de Vereadores.

–Agora tenho que definir com Estelita quem priorizamos.

–Para quê? –perguntei, sem entender.

–Para as vagas que Andrani aceitou. Uma é dela e outra é minha.

–Ah, e você está pensando em alguém?

–Tenho uma idéia, mas vou consultar com Estelita.

Eu respondi com um “ã-hã”, e ela, depois de um silêncio, como se se adiantasse à pergunta que eu tinha em mente mas não ia formular, explicou-me: “Você tem que dar a alguém que sabes que necessita, ou porque te acompanhou politicamente”.

La Chana sabia que essas duas coisas não eram o mesmo, e que, inclusive, em certos casos podiam ser excludentes. A *necessidade* era esse critério de merecimento e distribuição formalmente sancionado pelo *governo*; o *acompanhamento político* era parte dos critérios postos em jogo por parte daqueles que, na prática, distribuía os recursos em questão. Seria inapropriado, no entanto, pensar esta diferença em termos daquela que separa ou opõe o oficial –a *necessidade*– ao oficioso –o *acompanhamento político*–, ou o ideal ao comportamento real. A *necessidade* é também um critério moral com que La Chana pensa e dá sentido a seu *trabalho político*: seria insustentável para ela –tanto moral e socialmente objetável, quanto politicamente perigoso– dar a quem (*se sabe* que) não *necessita*. Para La Chana, *necessidade* não é só um princípio imposto de fora, senão aquele que guia esse trabalho fundado no *trabalho social*, aquele que se faz *por* e *para ajudar à gente*.

E, assim como o delegado de cabildo do MTR, é precisamente o referente de bairro, *vizinho do vizinho*, quem *conhece* as pessoas e *sabe* quem *necessita*. La Chana apelava a esse saber para questionar o que considerava um tratamento diferencial, por parte do *governo*, em relação aos movimentos piqueteiros:

–Nós também teríamos que poder dar altas por baixas, porque nós sabemos da necessidade das pessoas, sabemos quem necessita e quem não, quem necessita mais, quem conseguiu trabalho, e todas essas coisas.

No conhecimento interpessoal da gente, o referente encontra uma garantia (da validade) da forma com que *dá*, e uma prova de crítica ou impugnação da forma com que os outros *dão* –dar, por exemplo, ao que *não necessita*. Claro que as definições sobre a *necessidade* constituem um problema de resolução prática, que põe em jogo, em cada contexto de situação, o que os referentes dizem *saber* sobre seus vizinhos, ou a capacidade destes para se apresentar pessoal ou publicamente como necessitados. O ponto é que o *trabalho político* de La Chana está sujeito a uma observação por parte dos outros, a uma vigilância que visa que a *necessidade* como critério de concessão seja respeitado. Era corrente, por exemplo, que qualquer melhora ou ascensão econômica, própria ou de algum parente, fossem usadas e postas a circular como evidência de um benefício pessoal que se obtinha em detrimento da *ajuda* ao vizinho que *necessitava* mais. Rumores deste tipo me chegaram por alguns de meus interlocutores em Las Rosas quando La Chana começou a construir a garagem de sua casa; ou também sobre a padaria que Estelita havia montado em frente à sua, em caráter de *micro-empresa*, com um subsídio de 12 mil pesos que havia conseguido no âmbito do programa *Mãos à Obra* –“Me diz, como você acha que conseguiu esse subsídio”, diziam alguns por aí.

Mas não só a *necessidade* é um critério moralmente sancionado. O *acompanhamento político* é critério igualmente ancorado em um princípio de justiça que, de forma análoga à *luta* no universo dos movimentos, podia se sintetizar em: merece quem faz. Porém, se não se deve dar àquele que não necessita, isso não quer dizer, que fique claro, que aquele que acompanha seja quem necessite, ou que aquele que acompanha *e* necessita seja, com efeito, *o que mais necessita*. Quer dizer, ainda que, supondo um caso em que *necessidade* e *acompanhamento* vão juntos, é difícil pensar que ambas as ordens de mérito vão coincidir. Como conciliar, então, esse imperativo formal e moral de *dar* àquele que *necessita*, com este outro, mais informal porém não menos moral, de *dar* àquele que *acompanha*?

Entendo que La Chana e Estelita conseguiam fazê-lo, mediante duas operações. A primeira era fazer do acompanhamento uma prova-de (*necessidade*): acompanhar é dispensar energia, e quem está disposto a dispensar energia-em é porque *realmente* necessita. Quer dizer, *acompanhar* é signo de *necessidade*, e aquele plus que permitia, ante a condições de *necessidade* semelhantes, definir um desempate, imprimir uma diferença. O necessitado se torna duplamente merecedor se é, além disso –e à diferença do *vagabundo*, do que “fica sentado em casa”, do que espera que “alguém lhe dê”, ou do *esperto*, o que “quer as coisas fácil”–, um cara *sacrificado*, que *peleja*, que “sai para lutar pelas coisas”, como escutaria tantas vezes La Chana dizer de alguns –e não de outros– de seus vizinhos.

Outra operação através da qual *necessidade* e *acompanhamento* eram conciliados como princípios de direito-sobre, era a apelação a um princípio de fato análogo ao que era lançado mão pelos movimentos piqueteiros: assim e somente assim –*lutando*, em um caso, *acompanhando*, em outro– se conseguem as coisas:

–À gente, há que se falar de frente –costumava dizer La Chana–. Quando não posso, lhes digo, ‘Veja, nisto eu não posso te ajudar...’. Tem gente que fica com raiva, ou que me diz, ‘É, mas a tal você deu’, e eu digo diretamente que eu priorizo os que me acompanham porque não posso ajudar a todos, não posso ajudar se depois não conto com a pessoa, porque, a mim, muitas dessas coisas me são dadas politicamente e depois eu tenho que responder politicamente...

O referente *consegue* as coisas *politicamente*, quer dizer, para tal, acompanha seus referentes de hierarquia mais alta ou seus dirigentes. Por conseguinte, quem se *soma* a esse acompanhamento tem, em última instância, algum direito sobre a coisa ganhada. Ao apelar para esse princípio prático –“a mim, as coisas me são dadas politicamente”–, La Chana se justificava a si mesma e frente aos outros: expunha uma regra de jogo que não era eleita –voluntária–, mas imposta por outros, pelos de cima –obrigatória–, e sugeria com isto que, se essa regra não existisse, ela estaria em condições de dar a todos por igual.

Entretanto, não foram nem o *acompanhamento* nem a *política* termos que apareceram na forma com que La Chana havia solicitado a Andrani as vagas de planos sociais que tinha ido pleitear no escritório de Desenvolvimento Laboral. Se voltarmos àquela reunião, iremos ver que La Chana formulou e se encarregou de distinguir dois tipos de *pedidos*: um, foram os que qualificou de *institucionais*, quer dizer, aqueles que efetuava em caráter das atribuições e responsabilidades que lhe cabem como presidenta de duas *instituições de bairro*: a Sociedade de Fomento e a UGL de Las Rosas. Nesta classe de pedido entravam, por exemplo, suas averiguações sobre a organização de cooperativas de trabalho para os beneficiários do Seguro de Capacitação e Emprego, ou a solicitação de restituir o plano JJDH de um beneficiário da UGL. Também foi em caráter *institucional* que La Chana pediu as duas vagas para seus vizinhos e os de sua *companheira* Estelita –quem, diga-se de passagem, também estava à frente de uma instituição, *sua* instituição, como costumava se dizer entre os referentes, a Liga de Mulheres do bairro Las Rosas.

Distinto foi o pedido do plano de Romero, que La Chana insistiu em qualificar como *pessoal*, e entendo que em um duplo sentido: porque se tratava de um plano em que ela daria a título de *favor pessoal* para essa família que tanto necessitava; e porque era, também, um plano que solicitava a Andrani como *favor pessoal* para ela –sabendo que, por não se tratar de um

assunto nem *institucional* nem *de bairro*, ele não tinha por que responder a esse pedido. Assim como no caso de alguns dos pedidos *institucionais*, também aqui La Chana apelou para a *necessidade* dos destinatários para justificar sua solicitação e a ela creditar merecimento: explicou que se tratava da família Romero, que estava em uma situação delicada, com 8 filhos, cujos planos levaram baixa por um movimento piqueteiro –conforme deu a entender, como represália pelo fato de integrarem a *comissão* da *Feira Social*. O pedido de La Chana, e a intervenção de Andrani, viriam para velar pelo cumprimento da *necessidade* rompida pela inge-
rência arbitrária e injusta da *política*.

Era precisamente a *política* aquilo que ficava de fora da forma de *pedir*. Porém, como bem sabia La Chana, e eu, e provavelmente o próprio Andrani, não necessariamente da forma de *dar*. Para La Chana, esse plano para Romero tinha particular importância porque significava afiançar sua relação com aquela família e, deste modo, “posicionar-se”, como dizia ela, na comissão da feira. Pouco tempo antes, os Romero haviam lhe dito que estavam dispostos a *acompanhá-la politicamente*; se ela não os havia convocado a nenhuma mobilização até então era porque não queria *se comprometer* –como me explicou uma vez– sem antes ter alguma segurança de que poderia *responder-lhes*.

Em relação às duas vagas solicitadas para o bairro Las Rosas em caráter *institucional*, quando, nesse dia, depois de ver Andrani e concluir outras gestões na prefeitura, fomos para a casa de Estelita para contar as novidades, La Chana me disse que pensava propor Raúl, um homem que vinha a *acompanhando* fazia um tempo e a quem queria *responder*. Para Estelita, o acompanhamento político também pareceu ser definidor no momento de propor *seu* beneficiário:

–Sabes em quem eu pensei? –disse a La Chana enquanto preparava o mate–. Estava pensando nessa menina que esteve me acompanhado, te lembrás?

–Sim, a magrinha?

–Sim, essa. Eu disse a ela, esclareci de início, ‘Veja que isto é político. Depois tens que me acompanhar, vir aos atos e essas coisas’. E ela me disse que não tinha nenhum problema. Porque depois –esclareceu Estelita explicando para mim– acontece de eles se esquecerem de tudo, se fazem de bobos e não vêm a nada. Ela –disse, afirmando com a cabeça para La Chana– tem paciência, e me diz ‘Espere, que já vai vir’. Mas eu não, não tenho essa paciência.

Chana também considerava que Estelita não tinha paciência. Era, inclusive, algo do que costumava se distanciar, esclarecendo-me, como o fez mais de uma vez, que ela e Estelita militavam em conjunto, eram *companheiras* do espaço de La Jose, mas que cada uma tinha seu ter-

ritório –do ponto de vista de La Chana, Estelita militava “no fundo” e ela “na frente” de Las Rosas, e, do ponto de vista de Estelita, o território de La Chana era o “do fundo” e o seu, o “da frente”–, e, sobretudo, trabalhavam com “modalidades distintas”. Para La Chana, Estelita era demasiado impositiva com as pessoas; um trato que, do seu ponto de vista, corria o risco de prejudicar essa voluntariedade que, para ela, por sua vez, era um bem a preservar. Em alguma ocasião, me disse que, às vezes, tratava as pessoas “como um patrão”, e que, para patrão, já bastavam os patrões. Isso, para La Chana, não era “fazer política”.

Enrique Andrani sabia que La Chana e Estelita *trabalhavam politicamente*; sabiam com quem trabalhavam e em que consistia esse trabalho. Provavelmente, sabia também do caráter *político* daquilo que em seu escritório era apresentado como demanda *institucional*. A princípio pensei que fora minha própria presença aquilo que inibiu a explicitação da *política*; e poderia sê-lo, embora essa razão não me parecia de todo suficiente se levasse em conta que Estelita e La Chana abertamente exporiam a *política* frente a mim em outro contexto de situação; ou que o próprio Andrani o faria em uma entrevista que tive oportunidade de fazer com ele tempos depois –em que então me comentava que, para tratar com os referentes de bairro, tinha que se “ter olho”, e que com o tempo ele havia aprendido a distinguir os que “trabalhavam para o bairro” dos que só se dedicavam “a rosquear com os planos”⁵.

Conjecturo que a omissão da *política* naquela reunião se explica menos por minha presença e mais pela natureza da relação entre La Chana e Andrani, e pelas formas apropriadas de *pedir* em que se deve estabelecer essa relação. “A mim, sempre dá gosto de me reunir com Andrani, porque é dessas pessoas que te fala claro. Não só te responde, como também não te enrola, se te diz sim é sim, e se é não é o que te diz e pronto”, me havia dito La Chana quando saímos do Desenvolvimento Laboral naquela vez. E o comentário me ficou na cabeça por um longo tempo: por que ou em razão de que Andrani *respondia* para La Chana? Andrani não era seu *referente político*, tampouco *trabalhava com* La Jose; e mais, Andrani não *trabalha politicamente*: não se considerava nem era considerado um funcionário *político*. Dentro das classificações do universo estatal, Andrani era um funcionário *técnico*, quer dizer, aquele cujo ingresso à administração pública não se deu através e em virtude de uma trajetória militante, mas em caráter –como costuma se dizer nos corredores estatais– *profissional*.

Arquiteto de formação, entrou na prefeitura no ano de 86, por um contato que seu pai, jornalista, tinha com o diretor de imprensa do município. Tempos depois deixou seu posto, buscando a sorte na atividade privada; em algum momento, retomou o contato com Daniel Bergel,

⁵ “Rosquear”, ver capítulo III, nota 22.

também arquiteto, antigo companheiro do Escritório de Terras e Moradias, onde ambos haviam se iniciado como “empregados municipais”, e então Secretário de Obras Públicas. Através de Bergel, reincorporou-se como *técnico*, desta vez no Escritório de Planejamento primeiro, e logo depois, na Direção de Desenvolvimento Laboral.

Corria o ano de 2000 e, recorda Andrani, “não havia nada, nem programas nem obra pública”, só 4.000 planos *Bairros Bonaerenses*. Dois anos depois, com o surgimento do PJJDH, a Direção era enorme; ficou acéfala em meados de 2002, quando seu diretor, Arturo Cosé, foi convocado a ocupar um posto mais importante no governo provincial. Durante 20 dias, Andrani ficou encarregado do escritório, mas sem saber qual seria seu destino. Um dia ligam para ele da Secretaria Privada para lhe informar de uma audiência com o prefeito. A reunião teve lugar dias depois: Pereyra perguntou-lhe sobre o funcionamento da Direção, indagou sua opinião sobre o que fazia falta e o que mudaria, perguntou se *trabalhava politicamente* e Andrani respondeu que não. “Não militas para nenhum agrupamento?”, insistiu o prefeito, e Andrani voltou a responder que não. Nessa tarde o nomeou diretor.

Andrani recorda que, no início, levou sacudidas de todos os lados, porque as pessoas “não sabiam quem era nem para que lado jogava”. E ainda que tenha uma relação pessoal com Daniel Bergel, talvez inclusive *política* –além de Secretário de Obras Públicas, Bergel é um *dirigente político* que, como La Jose, encabeça sua própria *linha política* e conta com sua própria rede de militantes–, Andrani não forma parte orgânica em nenhuma linha nem estrutura partidária.

Como diretor de Desenvolvimento Laboral, era esperado que Andrani recebesse os representantes de *instituições de bairro* e atendesse suas demandas. De fato, foi nesse caráter –como *presidenta da UGL* do bairro, e não como *militante* ou *referente*– que La Chana havia se apresentado e havia sido anunciada nesse escritório. Essa apresentação não era casual. No universo estatal de Varela, a UGL é “a” *instituição* das *instituições*, síntese e representação do bem comum –o *bairro*–, acima e além de qualquer interesse, preferência, ou inclinação particular, setorial, ou *política*. Bem comum encarnado em uma figura moralmente equânime, a do *vizinho*, portador de nenhum interesse particular, e, portanto, do interesse de todos, o do a-interesse de todos⁶. Mais de uma vez escutei o prefeito Julio Pereyra, e seus militantes e predicadores, dizer que as UGL eram espaços onde “a política devia ficar de fora”; mais de um

⁶ Este uso a-político e moralmente positivado do *vizinho* aparece em outros universos, como mostra a análise etnográfica de Sabina Frederic (2004): ali a autora explora os usos e implicações da oposição entre o *mau político* e o *bom vizinho*, no âmbito de um conjunto de transformações na trama social e política do município de Lomas de Zamora.

referente político de La Chana me falou, durante entrevistas comigo, da “sabedoria” e da “inteligência política” do prefeito ao insistir em “tirar a política das UGL”. E, efetivamente, uma das imputações mais utilizadas, dentro e fora do bairro, para desacreditar a figura das UGL ou o proceder de alguma UGL em particular era denunciar seu conteúdo *político*: “Na UGL é tudo política”, “São os punteros do bairro”, “É a velha unidade básica com outro nome”, escutei se dizer tantas vezes entre meus interlocutores.

La Chana costumava distinguir suas atividades e responsabilidades *institucionais* –aquelas que lhe cabiam como presidenta da Sociedade de Fomento e da UGL– daquelas políticas ou militantes –aquelas que lhe cabiam como referente barrial. Separação que guardava sintonia com aquela que distingue o *trabalho social* do *trabalho político*: nos corredores municipais, o *institucional* era oposto ao *político*, e parecia ser uma espécie de realização estatal, formalizada, do *social*, essa atividade orientada ao bem comum do *bairro* e às *necessidades* do *bairro*. Assim apresentado –e à luz das evidências proporcionadas por outros trabalhos etnográficos (Masson 2004, Frederic 2004, Pantaleón 2004, Vommaro 2009a)–, o programa de gestão participativa das UGL parecia formar parte dessa operação de des-politização que deveriam sofrer os universos, como o subúrbio bonaerense, em que a *política* fosse publicamente estigmatizada e reduzida à antítese de seu *dever-ser*: quer dizer, como sinônimo de “clientelismo”, “lucro com a pobreza”, “manipulação”⁷.

Nas dezenas de vezes em que acompanhei La Chana nos escritórios municipais, nunca a escutei apresentar-se como militante, nem como referente política, e contados e específicos foram –como veremos– os contextos de situação nos quais se referiu a seu *trabalho político*. Anunciava-se, em vez disso, como “da UGL de Las Rosas”, ou “da Sociedade de Fomentos de Las Rosas”, ou “da merenda de Las Rosas”, quer dizer, como representante de *instituições*. Era precisamente esse apolitismo do *institucional*, o fato de ser alguém que vem “pelo vizinho”, que solicita o que “as pessoas necessitam”, aquilo que a habilitava a ser recebida-por, e o que, em grande medida, obrigava os funcionários a dar algum tipo de *resposta*. Em seu encontro com Andrani, tanto ela como ele, funcionário e presidenta de UGL, devia velar pela devida separação entre o *institucional* e o *político*. Ali, por exemplo, onde o extra-institucional adquiriu o caráter de *pessoal*: a relação pessoal de La Chana com a família Romero, a relação pessoal de La Chana com Andrani. Ao contrário do que nosso senso comum leigo e sociológico acostুমou a pensar sobre a figura do *puntero* –aquele que tudo consegue por seus *contatos*

⁷ Sobre outras formas que adotam a oposição entre o político e o institucional no contexto estatal –como aquela que opõe a *política* da *gestão*–, ver Pantaleón 2004, Schavelzon 2007.

políticos, aquele que deve ostentar seu caráter militante—, no trabalho de La Chana, a política ficava, no mais das vezes, excluída da linguagem e da forma apropriada de *pedir*. Inclusive, em alguns casos, a menção à *política* podia ser absolutamente contraproducente: se se estivesse em uma dependência estatal que fosse território de outra linha ou espaço do seu; ou se se estivesse tratando com um tipo de funcionário que La Chana costuma chamar de “legalistas”. Em qualquer um dos casos, a menção à política podia conduzir a um fracasso estrepitoso das gestões.

Só com o tempo entenderia esse poder incomparável do *institucional* para se mover dentro da administração pública; esse poder explicava por que, para Chana, a presidência da UGL era uma investidura tão importante, se não seu recurso (político) mais apreciado. Explicava, também, essa gigantesca proliferação de *instituições* nos bairros, e que todo referente ansiava ter, e geria, o *reconhecimento* de sua instituição, bem como o acesso a um bem valioso como poucos nesse universo: o da *personalidade jurídica* —essa que certificava, formalmente, que ‘isto é uma associação civil’ ou ‘isto é uma entidade de bem público’.

As próprias gestões de La Chana em relação à feira de Santo Tomé iriam começar por uma personalidade jurídica. Para encaminhar o pedido de reconhecimento da feira como “feira social”, era primeiro a própria *comissão* solicitante que devia ser *reconhecida* pela prefeitura como “entidade de bem público” representante-de os feirantes de Santo Tomé. Todavia, recordo o ataque de Zolia no dia em que apareceu na casa de La Chana para lhe avisar que “parecia que se havia formado uma comissão paralela”. No dia seguinte, estávamos as três sentadas na mesa de Rubén, referente político direto de La Chana, mão direita de La Jose, e Diretor de Entidades de Bem Público da Secretaria de Relações com a Comunidade:

—Porque você imagina só, faz um ano que vimos trabalhando nesta comissão, e agora vem um qualquer e diz que formaram outra e nos tiram a Feira! —dizia Zoila com voz aguda.

—Mas vocês sabem quantas vezes que vão encontrar gente que arroga para si a representação de algo? Milhões... vocês tem que seguir com seu trabalho —disse Rubén despreocupado, acendendo um cigarro.

—Sim, mas parece que eles já têm a personalidade jurídica —insistiu Zoila.

—Vocês a viram?

—Não.

—Bom, então esqueçam disso. Vocês pensam que uma personalidade se obtém de um dia para o outro? Não. Esta é a Secretaria que diz ‘isto é uma instituição de bem público’, e aqui esta gente que vocês me falaram não veio, então se tem, não sei que personalidade será essa.

–Eu imaginei isso –disse La Chana–, mas queria comentar com você que é gente de Otonello a que preparou a comissão, quem sabe não têm algum contato em La Plata por aí...

O comentário de La Chana não era ingênuo: Otonello era um dirigente do radicalismo⁸ de peso no distrito, opositor a Pereyra, e contava com sua própria rede territorial em diversos bairros, entre eles, Santo Tomé. Ao mencionar a possibilidade de que a comissão “paralela” fosse de “gente dele”, La Chana não só estava informando algo a Rubén, estava, também, dizendo que a *personalidade* não iria demorar muito mais. E ele, entendendo a mensagem, disse:

–Vejam, a personalidade de vocês vai sair, é uma decisão política que está tomada, então não se preocupem.

A *política* era, assim, uma das vias de acesso a esse bem *institucional* que é a *personalidade*. E, uma vez criado o selo institucional, essa origem política ficaria instantaneamente eclipsada. Neste sentido, talvez que estivesse em jogo não era tanto o uso da *política* como meio para obter bens institucionais, mas a própria *conversão* do *político* –a relação entre La Chana e Rubén– em um bem *institucional*. Como veremos, boa parte do trabalho cotidiano de La Chana consiste, precisamente, em reconverter bens institucionais em bens políticos e vice-versa; se preferido for, também, capital institucional em capital político e vice-versa. Se frente a Andrani e a outros funcionários, La Chana não podia nem devia explicitar estas conversões, não sucedia o mesmo frente a outros funcionários, seus *referentes* e *dirigentes*, para os quais e ante aos quais devia atestar e publicizar seu *trabalho político*. Nesses contextos, a *política* voltava a adquirir uma valência positiva; não tanto em termos morais de entrega desinteressada ou atividade pelo bem comum, senão, melhor, em termo de capacidade de agência, de poder fazer.

III. Do trabalho político e do trabalho institucional, e de como La Chana lida com suas controvérsias e conversões

Naquela manhã de frio em que saímos do escritório de Andrani, contornamos o edifício de Desenvolvimento Laboral até o prédio contíguo em que funcionava a Câmara de Vereadores, e, no primeiro piso, o escritório de Fiscalização onde La Chana tinha que fazer a averiguação que nesse mesmo dia, bem cedo, havia lhe encarregado o verdureiro de sua quadra –a quem havia chegado a segunda notificação de vencimento da habilitação de seu local. Esperamos um pouco no balcão até sermos atendidas, e depois de não sei quantas perguntas e respostas, fomos

⁸ Conhece-se com o nome de “radicalismo” a corrente política representada pela Unión Cívica Radical, segundo partido político majoritário do país depois do Justicialismo.

com um punhado de papéis que, conforme nos indicou o empregado, o “interessado” devia preencher a mão e entregar ali mesmo “pessoalmente”. La Chana explicou que o interessado era uma pessoa de idade, e perguntou se não podia entregá-los assinados por ela; o empregado ficou em dúvidas por um instante, e com um tom de concessão deu um “tá bom”, e acrescentou que, por via das dúvidas, trouxesse uma autorização com sua DNI.

Descemos as escadas, saímos à rua, e, avançando uns 20 metros à direita, chegamos a um pequeno prédio onde funcionava o Depósito de mercadoria; La Chana tinha que entregar a fatura da merenda da Sociedade de Fomento e retirar a mercadoria que todos os meses era concedida pelo Desenvolvimento Social. Estava preocupada porque, fazia alguns meses, a merenda não estava funcionando –o forno que sua mãe havia doado uns anos antes tinha estragado e desta vez não tinha conserto– e Justina lhe pedia respostas; era por isso que necessitava tanto encontrar Arturo Cosé:

–A última vez em que o vi, em um ato, me disse que ia me dar o forno.

–E você, como o conhecia?

–Daqui do Desenvolvimento Laboral. Quando se foi para ocupar um posto em Alimentos na província, aí me deram a mercadoria. E agora perdi o rastro dele, não sei o que passa...

–Próximo –disse a mulher atrás do balcão. La Chana entrou o papelzinho para a entrega de 50 quilos de farinha, 10 litros de azeite, 3 pacotes de leite em pó, 10 quilos de arroz, 10 quilos de açúcar, 7 marmeladas, 20 latas de atum, e 2 latas de doce de leite. Havia combinado com Gregorio, marido de Odi, para que passasse para buscar tudo com sua caminhonete e deixasse em sua casa; uma das crianças estaria esperando em sua casa para receber os produtos. Após contarmos as coisas e as guardarmos em um lugar escondido, com a ajuda de um dos garotos do Depósito, fomos ao telefone público que estava a alguns metros dali; La Chana confirmou que Gregorio estava a caminho, e aproveitou para voltar a tentar a sorte com Arturo Cosé.

–O que não entendo é por que não responde, se é um escritório público. Este é o prefixo de La Plata, estou discando certo?

–Sim, não tens um celular?

–Sim, mas tampouco me responde... A ver... Ó, parece que vão me atender.

E depois de umas musiquinhas, Arturo Cosé por fim a atendeu do outro lado. Ela se apresentou com Patricia Chana, do bairro Las Rosas de Florencio Varela:

–Desculpe o incomodar –disse– mas estive ligando, não sei se recebeu minhas mensagens... Sim, da merenda. Não sei se se lembra que a última vez que me chegou a mercadoria foi em março, depois nos vimos no ato de Berazategui e comentei sobre o forno. ã-hã, sim, então,

bem, na quinta-feira está bom? Neste mesmo telefone? Porque o de La Plata ninguém responde. Muitíssimo obrigada, Arturo, até quinta.

La Chana abriu um sorriso. Cosé havia lhe dito que até quinta teria uma solução, e que não havia podido se ocupar antes porque teve que priorizar a mercadoria dos movimentos:

–Viu?, no final é sempre assim, os movimentos têm porque fazem birra e nós, que fazemos as coisas como têm que se fazer, que pedimos como tem que pedir, ficamos em segundo lugar... Che, que horas são?

–11 e meia.

–11 e meia? –disse num grito.

Fazia já um tempo que Estelita a estaria esperando no escritório da UGL da prefeitura.

O ponto de ônibus estava a algumas quadras que caminhamos voando. Por sorte, o 1 chegou imediatamente: La Chana estava nervosa porque sabia que Estelita estaria soltando fumaça, coisa que costumava ocorrer porque eram raras as vezes em que La Chana cumpria os horários acordados. No coletivo, justificava-se comigo, um pouco buscando aprovação, outro pouco praticando o roteiro que apresentaria a Estelita, “É, bom, você viu, primeiro Andrani, o tempo que demorou para nos atender, depois na Fiscalização, o que posso fazer...”.

O velhinho que acenou do primeiro assento do coletivo era um vizinho que vivia a umas 5 quadras de sua casa, e que, conforme disse quando La Chana se aproximou para saudá-lo, tinha ido a *Cruce* porque havia lhe chegado uma dívida do Tributos.

–Mas o senhor está recebendo sua aposentaria, não? –perguntou La Chana.

–Sim –respondeu o homem.

–E o terreno está em seu nome?

–Sim, está no meu nome.

–Então o senhor não tem que pagar a dívida, o que tem que fazer é um pedido de isenção, e tudo está certo.

–E onde isso?

–Direto na prefeitura. Por que o senhor foi a *Cruce*?

–Não sei, pensei que Tributos fosse em *Cruce*, mas agora me mandaram à prefeitura.

–O senhor tem aqui o comprovante da aposentadoria?

–Não, esse eu não trouxe.

–Bom, faça uma coisa, amanhã passe em minha casa e me traga com o resto dos papéis, aí vou ao Tributos e faço o trâmite de isenção.

O velhinho lhe agradeceu, projetou o tronco para a frente e assim ficou, olhando o vendedor ambulante que subia com um aparelho de som em uma mão e uma pilha enorme de CDs em outra: enquanto o som que deixava no chão começava a tocar um reguetón a todo volume, o garoto pedia “um minuto de sua amável atenção” e começava a passar cada CD de uma mão a outra, anunciando em alta voz, e com uma velocidade notável, o nome de cada grupo musical; não sei quantos haveria passado de mão em mão, uns 40 pelo menos, até dizer, por fim, “podem olhar sem compromisso, muito obrigada, e que deus os abençoe a todos”.

Como todas as quartas-feiras, dia de entrega de números para a inscrição ao plano de moradias, o hall da prefeitura estava repleto de gente. Eram quase 12, e ainda que, na prática, a fila começasse a se formar por volta das 4 da manhã, só às 8 se entregavam os números, e uma hora depois se iniciava o chamado, de grupos de 10 pessoas, que eram guiadas por um empregado da segurança do Escritório de Terras, a um lugar onde tinha que se fazer uma segunda fila até ser atendido, ou que se preencher os formulários correspondentes à solicitação, ou que se consultar sobre o andamento do expediente já ingressado. Há coisa de dois meses que, de um total de 1.500 moradias concedidas no bairro de Villa Margarita, se tinha feito o ato de entrega das primeiras 400 –aquele que foi regido pelo presidente Kirchner e pelo governador Solá, e ao qual vários companheiros da ATV (Associação de Trabalhadores Varelenses) tinham ido no dia da marcha a La Plata. Tratava-se de um complexo– “as casinhas”, como diziam os Aguirre –cuja inscrição havia ocorrido em 2004, e a outorga formal em 2005. No ato de entrega, me contariam mais tarde os filhos de La Polaca, o presidente havia anunciado a assinatura da concessão de 6 milhões de pesos a mais para a construção de moradias no distrito. Isto significava, conforme me explicaria um funcionário da prefeitura alguma vez, que, de um déficit habitacional total de 15 mil moradias, Florencio Varela havia assegurado a construção de 10 mil nos próximos cinco anos.

–Próximo? –perguntou a empregada do balcão de *Informes* da prefeitura.

–Sim, para anotar minha filha na bolsa de trabalho –disse a mulher que estava à nossa frente na fila.

–A bolsa de emprego é na Direção Laboral, senhora, mas se trouxer currículo, pode deixá-lo aqui também no Escritório de Pessoal. Vou lhe dar dois números, um é para o primeiro piso, e outro tem que ir à Direção Laboral que está em Cruce [Varela].

–Bom dia, à UGL –disse La Chana à outra empregada que havia nos dado sinal para que nos aproximássemos do balcão. Entregou-nos em mãos o número correspondente que saiu da

impressora, atravessamos a porta lateral, e subimos as escadas até o segundo piso, onde se situava o escritório da UGL, dependência que coordena o trabalho das 73 UGL de toda a Florencio Varela e que, desde sua criação, está a cargo de Herminia, dirigente do espaço político de La Jose e, assim como Rubén, referente política direta de La Chana.

–Patricia, você não escuta o telefone? –reclamou Estelita quando nos viu entrar, sentada em uma das cadeiras do hall do escritório.

–Para qual estás ligando, agora estou usando o que termina em 09.

–Como é que eu sei, Patricia? Me deixas louca com esses chips seus. Por que não ficas com um número e deixa de sacanagem?

–Calma, Estelita, venho de Andrani, que também fui por você, e tenho novidades, então fica fria.

–Sim, mas você sabe que entro na creche cedo, não posso chegar tão tarde.

–Herminia está?

–Sim.

–Você se anunciou?

–Sim, vai terminar uma reunião e nos atende. Como foi?

–Bom, assim que sairmos, te conto.

Herminia, uma mulher de uns 55 anos a quem eu havia conhecido em alguns eventos através de La Chana, saiu pouco depois de seu escritório. “Entrem, meninas”, disse-nos, e entramos no cubículo e nos apertamos as três nas cadeiras que estavam dispostas em frente à sua mesa, rodeado por outras duas com um computador e algumas pilhas de pastas.

–Viram que linda está nossa chapa [eleitoral]? –disse com um sorriso.

–Sim, é uma linda chapa, todos militantes, velhos militantes –disse La Chana, e, olhando para mim, explicou-me que nem sempre podia se conseguir isso, e que, Lili “por exemplo”, que era uma velha militante e *companheira*, estava como terceira candidata a vereadora.

–Você viu, Hermi, que Carpinetti está com o PRO⁹? –perguntou Estelita.

⁹ Julio Carpinetti, presidente de Florencio Varela pelo Justicialismo entre 1983 e 1986 –ano em que é destituído pelo Conselho Deliberativo por conta de um escândalo por manejo irregular de fundos públicos. Um ano depois, regressa à prefeitura, e é reeleito em 1991. Em 1992, no entanto, abandona posto para ocupar um cargo na província de Buenos Aires, por designação do então governador justicialista Eduardo Duhalde. Julio Pereyra assume como prefeito interino, e, nas eleições de 1994, apresenta-se como candidato à prefeitura –uma atitude conhecida como “a traição de Pereyra a Carpinetti”– e sai vitorioso. Desde então, Carpinetti é dirigente de uma das principais *linhas* opositoras a Pereyra dentro do peronismo local. Nas eleições de 2007, integrou-se à principal força opositora do peronismo kirchnerista em nível municipal e provincial: a coalizão Unión PRO (Proposta Republicana). Seu lema de campanha podia ser visto nas ruas varelenses: “Para liberar Varela: Carpinetti volta”.

–Sim, mas Carpinetti já não tem força política no distrito. Além do mais, pensem que eles vão começar a trabalhar agora, e nós vimos trabalhando desde abril.

Faltavam três meses para as eleições de outubro de 2007 nas quais Julio Pereyra seria eleito prefeito pela quinta vez consecutiva, acompanhando a chapa presidencial –também vitoriosa– de Cristina Fernández de Kirchner, esposa do então presidente Néstor Kirchner. Apesar de, em Varela, a campanha ser lançada no mês de setembro, para os dirigentes e militantes das atividades políticas, havia começado muito antes: desde abril que Herminia não tinha final de semana; acompanhava Julio Pereyra –seu condutor fazia 26 anos– a cada ato, inauguração, e “rodada” nos bairros.

–Os anos eleitorais são assim, você não para. Todas as nossas intervenções são políticas, desde uma mateada com 10 vizinhos até um ato massivo, tudo é política –me explicou àquela vez na UGL. *Rodar no bairro* era a atividade que a Herminia dava mais gosto: assim havia “aprendido a trabalhar”, como me disse, com seu primeiro condutor, Julio Carpinetti, prefeito eleito pelo peronismo depois da abertura democrática, em 1983. Herminia recorda que então percorriam todos os bairros:

–Não havia um canto de Varela que nós não percorrêssemos, e, com ele, sempre com ele... Bom, meninas –disse, mudando de assunto– digam vocês.

–Hermi, queríamos saber das ruas pedidas pela UGL –responde La Chana.

–Sim, o que acontece?

–Queríamos confirmar se tudo vai bem.

Herminia abre uma pasta de cartolina azul que tem em cima da mesa, e diz crer que, na próxima semana rodada de asfalto, sairiam duas.

–E não pode sair ao menos uma a mais, que é a que Pereyra se comprometeu no ano passado quando rodou no bairro?

–Deixe-me ver, qual era? –pergunta, anotando em um caderno.

–A 232.

–Foi pedida por nota?

–Sim, mas não como prioridade, mas Pereyra a visitou e disse que faria.

–OK, vou ver, mas, para que tenham uma idéia, nesta etapa há 200 ruas estabelecidas para toda Varela, estamos falando de 117 bairros, calculem, quando muito, 2 ruas por bairro. Las Rosas está pedindo 7, isso deixaria outros bairros sem rua.

–E quais dessas 7 estão para ser feitas primeiro?

–Segundo o que tenho aqui é a 335 e a 428.

–Ah, está bom então –disse La Chana olhando para Estelita.

–Sim, está bom –assente Estelita, e acrescenta, como quem vai esclarecer alguma coisa–. O que acontece é que não queremos que venham agora mudar a ordem de prioridade. Não sei se você sabe, mas Lucía começou a vir nas reuniões de UGL, e já começou a questionar por que essas ruas, e está pedindo as notas do ano passado para ver quais se havia pedido.

–Bom, mostre-as as notas.

–Ela que venha buscar –disse Estelita.

–Meninas, vocês têm que ser mais espertas, não se preocupem com Lucía.

–Bom, mas estão dizendo agora que vai fazer seu próprio festival do dia da criança.

–É? E daí? Que faça, mas aqui os fundos que saem são somente para os festivais organizados pelas UGL. Deixa que faça o festival que quiser. Ela nos convidou, eu não irei, mas Lili sim. Eu disse a ela que fosse, mas que saiba que, sendo na praça, ela organizando o festival aí no fundo, a intenção é mostrar as ruas...

–Por isso te dizemos, já estamos vendo como está entrando no assunto das ruas. Nós necessitamos do respaldo de vocês –disse Estelita.

–E o têm, nós aqui sabemos quem labuta e como labuta cada um. Vocês têm que ser mais astutas, é o que eu digo.

–Você pode aparecer na reunião da UGL sábado? –perguntou La Chana.

–Não te prometo nada porque vou com Julio [Pereyra] aonde ele for, mas, se não houver nada, vou.

A preocupação de Chana e Estelita relativas às movimentações de Lucía corriam já há um tempo. Lucía havia voltado à atividade de bairro, às reuniões da UGL, e a trabalhar com Pereyra; não estava na linha de La Jose, mas o simples fato de haver *convidado* Lili e Hermínia, duas das referentes mais importantes desse espaço político, a *seu* festival, era signos de uma aproximação que La Chana e Estelita vinham suspeitando. Duas semanas antes, explicitaram esta preocupação –e, de certo modo, esta advertência– a Lili, empregada de Relações com a Comunidade, e forte candidata a vereadora nas eleições que se avizinhavam. Naquela oportunidade, em um corredor da prefeitura, expuseram-lhe que Lucía havia voltado à roda, e que “necessitavam contenção” por parte “deles”; lembro-me que Lili as escutava, até que em um momento disse:

–Como dizia o General, nestes momentos até a bosta serve. Depois de outubro [mês das eleições], é outra história. Entendem? Vocês têm que ter claro o seguinte, vocês são quadros políticos, e como quadros políticos têm que atuar politicamente, usando ferramentas políticas.

Isso quer dizer que, muitas vezes, têm que pôr uns óculos e fazer vista grossa, seguir adiante, e ser mais esperta. O trabalho de vocês é muito bem conceituado e é reconhecido, vocês têm que ser mais espertas, nada mais...

Estelita ia dizer algo, mas Lili a interrompeu e continuou:

–Espera aí, lembram-se que no último ato vocês me disseram que não queriam ir no ônibus com Evaristo? Bom, o que teriam que ter feito? Teriam que ter me dito, ‘Lili, está bem, vamos no ônibus com Evaristo, mas o ônibus vem à porta de minha casa, e diga a Evaristo que, se quiser, que venha com sua gente’. Aí o que eu faço?, quando falo com Evaristo, digo-lhe, ‘Che, La Chana e Estelita levam um ônibus, você se soma?’. E ele me diz não, e eu o quê digo?, ‘Ah, que pena, então busca um ônibus de outra forma’. Entendem? Porque Lucía é uma filha da mãe, porém, minhas queridas, está sendo mais política do que vocês...

La Chana e Estelita escutavam atentas, e creio que com certo desencanto, a estas palavras que de “contenção” pareciam ter quase nada. Minha sensação é que isso aconteceu de novo com a resposta que lhes deu Herminia naquele dia no escritório da UGL. Elas esperavam algum tipo de intervenção de seus dirigentes, mas estas só fizeram chamar sua atenção, e dizer-lhes o que *elas* tinham que fazer e ser. Mais espertas, mais astutas, mais *políticas*.

–O que mais, meninas? –disse aquele dia Herminia olhando o relógio.

–Eu queria te fazer uma consulta pessoal.

–Diga-me.

–Paola, minha filha mais velha, está se separando do marido. Fez uma denúncia por maus-tratos, deram a ele 48 horas para sair de casa, mas como a casa é no fundo do terreno da mãe dele, minha filha quer ir embora. Ela havia se anotado nas moradias, faz dois anos, mas eu queria saber o que podemos fazer.

–Quantos filhos ela tem?

–Três.

–Qual a idade dela?

–25.

–Sim, isso você fala direto com Lili, que tem contato com María Teresa da [Direção de] Terras. Fala com ela e pergunta se não pode te conseguir uma audiência para que María Teresa veja o caso.

La Chana perguntou como estavam as atividades da semana que vem, e Herminia, abrindo um caderno vermelho e pondo os óculos, disse:

–Vamos ver, no institucional saíram algumas coisas, a inauguração de um CIC [centro de integração comunitária], mas aí já tenho gente... Ah, sim, amanhã vai ser feito um ato igual ao da licitação pelas ruas do outro dia, esse que vocês esteve, Chana, mas pela licitação da iluminação. Às 9, aqui no salão branco. Vocês podem vir com alguns vizinhos?

–Sim, nenhum problema –disse Chana.

–Eu tenho que estar no jardim, mas vou ver se ajeito para entrar depois –esclarece Estelita.

–Traga um cartaz como os que havia no outro dia.

–E o que escrevo? –pergunta Chana.

–Essas coisas, ‘Obrigado pela iluminação, prefeito Julio Pereyra, UGL Las Rosas’, ou algo assim. Faz grandinho.

–Tem ônibus?

–Não, mas posso dar passagens.

Herminia busca em sua gaveta mas não encontra. Vai ao escritório ao lado e volta com um bloquinho. Conta 20 passagens.

–Te dou para 10, ida e volta, está bem?

–Perfeito.

–Às 9 então. Seja pontual –fez uma pausa e continuou– Bom, no institucional por enquanto é isso. No político, várias coisas: primeiro, amanhã às duas da tarde, teremos reunião política com Jose, é uma reunião para dirigentes e referentes. Depois... Ah, sim, tivemos uma reunião com Julio [Pereyra] na segunda e vamos mudar de modalidade. Sabe essas reuniões pequenas que vínhamos tendo quando Julio rodava no bairro? Bom, isso não vamos fazer mais, vamos fazer reuniões na semana, mas nós é que vamos rodar, os predicadores, Lili, Rubén, eu. Quer dizer, quando vocês quiserem fazer uma reunião em suas casas, com sua gente, nos dizem quem querem convidar de nós e vamos. Nos fins de semana, vamos fazer atos de 1.000 pessoas mais ou menos. Dois atos por dia é a idéia.

–E a Las Rosas, quando viriam?

–Em outubro se fará algo para a região de vocês.

–E Jose não pode rodar no bairro para uma reunião com vizinhos? –pergunta Chana.

–Claro que sim, mas isso vocês podem falar com ela, eu não tenho que intermediar nesse tipo de questões. Amanhã, não reunião, pode dizer a ela.

–Bom, vamos então? –disse Estelita, que desde o início estava apressada porque chegaria tarde em seu trabalho.

–Só mais um minutinho, Estelita, que também tenho uma consulta de algo particular, pode ser, Hermi?

–Sim, diga-me.

–Você sabe que estou trabalhando no bairro Santo Tomé...

–Ah, sim, agora ela tem outro bairro, sabia? –interrompe Estelita e as três riem.

–Bem, estou tratando de conseguir a personalidade jurídica da comissão para regularizar a feira, Rubén me disse que falaria com você sobre esse tema.

–Sim, o primeiro passo é falar com a Dra. Aluzuchi, você a conhece?

–A do jurídico?

–Sim, hoje ligo para ela e digo que você vai vê-la. Depois, tem que fazer um pedido por escrito a Rojas, pedindo o reconhecimento do espaço público da feira.

–Não podemos conseguir uma reunião com Rojas?

–Sim, mas primeiro faz o pedido por escrito, formalmente, e depois fazemos a reunião.

–Bom, e outra coisinha que queria te perguntar é sobre o festival do dia da criança. A UGL de Santo Tomé não vai fazer festival, então eu propus que faça a feira, ou seja, nós da comissão. Todos gostaram da proposta, e, bem, eu falei que estava indo atrás da regularização, e que ia ver se podia conseguir apoio para o festival, para fazer a chocolatada e as rosquinhas. Expliquei à gente da comissão que eu conseguia tudo isso politicamente, e eles me disseram que não tinham nenhum problema em acompanhar, que em qualquer mobilização eles me acompanhavam. Então é isso, queria saber daqui se posso contar com apoio para fazer o festival.

–Sim, traga-me a nota por escrito como fazemos com todos os bairros. Também vamos liberar jogos e uma bicicleta por bairro, havia comentado isso com vocês?

A Herminia, *companheira e referente política*, La Chana podia –e até devia– explicitar o acompanhamento *político* que a família de Santo Tomé estava disposta a dar. Dessa explicitação, de fato, dependia boa parte das *respostas* que obtinha de sua referente. No entanto, é difícil pensar a relação entre ambas como exclusivamente marcada pelo âmbito do *político*. A julgar por esse e outros encontros que tive oportunidade de acompanhar, diria que, de seu posto como diretora de UGL, Herminia leva a cabo essas conversões entre o político e o institucional do mesmo modo que, em outro nível, o faz La Chana entre o político e o social, como *militante e presidenta* da UGL em seu bairro.

O escritório de Herminia parece ser um desses espaços onde duas operações se realizam. Por um lado, espaço onde o político adquire forma institucional: La Chana perguntou pelas

gestões da feira de Santo Tomé; Herminia disse que tinha que se reunir com Rojas, secretário de governo, e indicou que enviasse uma nota por escrito, pelos canais *formais*, como fazem todos. Sabia que, na prática, essa reunião seria conseguida por canais *políticos*, mas a nota tinha que constar, era prova de que La Chana havia seguido os passos institucionais que lhe cabem como representante de uma instituição. Algo similar ocorria com a mercadoria para o festival do dia da criança: ainda que Herminia concedesse a La Chana politicamente, necessitava que esta entregasse uma nota formal, como faziam todos os bairros.

Por outro lado, espaço onde o político opera e transforma a matéria-prima do institucional: as ruas para asfaltar já estavam pedidas, e pelos meios formais correspondentes –as *notas* que semanalmente cada UGL envia à prefeitura–, mas Herminia podia inspecionar o andamento do pedido do bairro Las Rosas, segui-lo de perto, eventualmente agilizá-lo, e também otimizá-lo, incluindo uma rua a mais, aquela que não tinha sido solicitada por um canal institucional, porém fora prometida pelo prefeito em uma de suas *rodadas no bairro*. A filha de Estelita estava *anotada* no programa de moradias, havia o feito há dois anos antes e estava esperando, como todo mundo em sua situação, entrar na instância de pré-aprovação; mas agora Estelita podia, através de Herminia e de Lili, agilizar o curso do trâmite, ou ao menos conseguir uma entrevista com María Teresa, diretora do escritório de Terras e executora do programa de moradias em questão. Essa entrevista não resolvia –nem resolveria, de fato– as coisas, porém ao menos abria a possibilidade de imprimir uma diferença.

Com efeito, à luz destas e de outras gestões de La Chana que tive oportunidade de acompanhar, diria que a *política* parecia fazer e ser esse *trabalho* que, através de uma série de relações, era capaz de introduzir *diferença* em uma massa contínua de formulários que, do ponto de vista institucional, eram idênticos entre si; capaz de particularizar a *necessidade* universal em casos, pessoas, e situações singulares. Talvez por esta capacidade é que La Chana costumava pensar o *trabalho político* como absolutamente funcional e imprescindível para o *trabalho social*.

Se, como vimos, em certos contextos de situação a *política* aparece como contrapartida moralmente negativa do *institucional* e do *social*, em outras valências se invertem: a política adquire o valor positivo do poder fazer; é aquilo que permite, abre, libera, os caminhos tortuosos, muitas vezes irracionais, do institucional. É aquela exceção à regra que não aparece como desvio, senão como agência; é também a relação pessoal e cara a cara, que pode lidar com o maquinário impessoal e rude da burocracia.

La Chana transitava cotidianamente por esses caminhos tortuosos. Foi o caso, por exemplo, de alguns dos passos *formais* seguidos para o reconhecimento da feira de Santo Tomé como “feira social”. As gestões para a personalidade jurídica da *comissão* foram iniciadas na Secretaria de Relações com a Comunidade; também as gestões para a obtenção da autorização do espaço público, na Secretaria de Governo. Faltava iniciar o expediente correspondente no Escritório de Regularização; esse era, com efeito, o lugar do qual saía a resolução e o certificado que faria da feira de Santo Tomé uma *feira social*. O escritório de Regularização estava a cargo de uma tal Alcira Pando, funcionária com quem La Chana havia tido o azar de se reunir algumas vezes por outros assuntos. Segundo La Chana, Alcira Pando não só era dessas funcionárias que ela chama de “legalistas”, como também falava “palavras difíceis”, coisa que La Chana se incomodava, porque, como me disse uma vez, não tem por que falar difícil à “gente do bairro” como ela.

Em um ato partidário que aconteceu em setembro de 2007, La Chana cruzou com o subsecretário de governo do município, e comentando com ele sobre seu trabalho na feira de Santo Tomé, aproveitou para lhe pedir “se não poderia fazer um meio de campo com Alcira”. Os atos e as vésperas dos atos sempre eram boas oportunidades para conseguir coisas, sobretudo fazer relações e usar relações para fazer outras novas. Neste caso, La Chana havia apelado ao subsecretário com a esperança de que, indo ao escritório de regularização “de parte de Emilio Kosac”, Alcira teria com ela algum tipo de trato diferencial –quem sabe, ao menos um pouco menos legalista.

O dia da reunião chegou, e La Chana me pediu especialmente que eu a acompanhasse. Lembro-me que ante à secretária que nos atendeu no escritório, anunciou-se dizendo: “Tenho audiência com Alzira, venho da parte do sub-secretário Kosac, sou Patricia Chana, do bairro Las Rosas”. Enquanto que, uma vez passado o recado, quando nos sentamos na mesa frente a Alzira, La Chana não mencionou o sub-secretário; só voltou a dizer que era “da UGL do bairro Las Rosas” –e se encarregou de me apresentar, claro, mencionando, além de meu trabalho como “escritora e antropóloga”, meu pertencimento à “universidade de Buenos Aires e à universidade do Brasil”.

Alcira Pando era uma mulher de uns 45 anos, efetivamente falava com palavras difíceis, e não só era “legalista” –a cada pergunta de La Chana respondia com algum artigo de regulamento ou invocando a “normativa municipal vigente”–, como também era desse tipo de funcionário cuja linguagem envolta em tecnicismo atenta contra qualquer eficiência administrativa. Mais de uma vez tive que lhe pedir que repetisse o que havia dito porque não

era possível segui-la. Em algum momento, La Chana me pediu que anotasse em meu caderno, e assim fiz, porque cada requisito que Alcira ia acrescentando parecia mais irrealizável. Para dar um exemplo: para dar início à requisição naquele escritório, La Chana tinha que conseguir, dentre outros papéis, a autorização do uso do espaço público na Secretaria de Governo. Quando Chana disse a Alcira que já havia pedido audiência com Rojas, Alcira acrescentou que devia incluir, além dessa autorização, um “atestado de segurança” do espaço público em questão. O que era isso: um certificado, expedido pelos Bombeiros da Polícia Bonaerense, onde constasse que o espaço era seguro contra incêndios.

–Mas é um espaço ao ar livre –disse La Chana.

–É, bom, mas isso não importa, tem que ter o atestado.

–Mas, como faço? Vou aos bombeiros?

–Isso vocês decidem, teriam que ir ao quartel e pedir uma inspeção técnica ao lugar, e depois contratar uma seguradora contra incêndios.

La Chana ia ficando vermelha, eu tratava de conter o riso que me provocava a caricatura de Alcira, e o fato de imaginar um grupo de bombeiros inspecionando um terreno vazio e ao ar livre, ou a comissão de uma feira que pretendia ser *social* contratando uma companhia de seguros. O cúmulo foi quando Alcira informou que, para entrar em curso a requisição, devia juntar também um censo de todos os feirantes, com dados “fidedignos e atualizados, a ser corroborados pelos inspetores”.

–E esse censo, quando podem vir fazer os inspetores? –perguntou La Chana.

–Não, o censo vocês o trazem feito, uma vez que a requisição entrar em curso, os inspetores vão corroborar os dados consignados.

–Mas como nós vamos fazer um censo? São centenas de feirantes, que, ainda por cima, vão variando, e nem sequer sei se me responderiam seus dados...

La Chana havia mudado o tom de voz, desse que se imposta para dizer “isto é um disparate”, e Alcira, para não ficar atrás, impôs à sua um leve tom de professora:

–Veja bem –disse–, a única coisa que eu gostaria é que tudo seja bem feito. Porque esse é o meu trabalho, cumprir com a normativa vigente e garantir a segurança do povo.

Então La Chana se sentiu tocada, e, nervosa, disse:

–Eu também trabalho para o povo, e por isso estou aqui. Trabalho socialmente e trabalho também para este governo; não sei se deveria dizê-lo, mas não me importa, eu trabalho politicamente, não só sou presidenta da Sociedade de Fomento e da UGL, mas também acompanho

politicamente o prefeito Julio Pereyra, e tornar esta feira social é algo que para o povo é muito importante.

Lembro-me que me surpreendeu que La Chana invocasse sua condição de militante. Inclusive creio que foi então que percebi com clareza a regra de que nunca o fizesse. Embora explicitando “não sei se deveria dizê-lo”, La Chana trouxe a *política*, e entendo que o fez como uma espécie de desplante, uma forma de dizer a Alcira que “isto não vai ficar assim”, de comunicar que não estava sozinha, que contava com outros respaldos, que outros interviriam no caso, e também, quem sabe, que outros se inteirariam dos detalhes dessa reunião. Alcira se mostrou indiferente ao comentário, e disse que também era importante para o povo que o governo garantisse sua segurança, e que bla bla bla (junto com “marco legal”, diga-se de passagem, a palavra “segurança” deve ter sido a mais repetida por Alcira nos 45 minutos que estivemos em seu escritório). La Chana olhou para mim como que para irmos embora, fui juntando os papéis, e, tratando de recuperar algo da etiqueta, disse a Alcira que preencheria os formulários e que voltaríamos em algumas semanas.

Claro que nunca preencheríamos esses formulários, tampouco voltaríamos. La Chana buscava outros canais mais viáveis, começando por Rubén, a quem fomos ver no dia seguinte ao da reunião com Alcira. Cuidadosamente, La Chana comentou que “havia saído preocupada” do escritório de Regularização porque havia requisitos do trâmite impossíveis de cumprir. Em primeiro lugar, a autorização do uso do espaço público.

–Isso é com Rojas –disse Rubén acendendo um cigarro.

–Sim, eu já pedi reunião com Rojas, mandei a nota como havia me dito Hermi, te lembrás?
Faz três meses isso.

–Você mandou a nota?

–Sim.

–OK, deixa comigo que vou arrumar uma audiência.

–E você pode estar na audiência?

–Sim, claro. O que mais?

–Que Alcira me disse que a autorização tem que ir com a habilitação dos bombeiros e com seguro contra incêndio que nós teríamos que contratar.

–Isso é absurdo.

–E que tenho que fazer um censo de todos os feirantes, com os dados atualizados.

–Mas isso é uma loucura...

–É o que estou te falando...

–Mas, Chana, isso você tinha que dizer diretamente a Alcira: uma pessoa representando o Estado está te exigindo coisas que o Estado é que tem que te dar. Se ela exige de você como Estado, ela tem que te dar isso que exige.

–Bom, eu questioneei sobre como iria fazer esse censo, mas por isso que queria falar com você, porque eu vejo que a coisa da feira está se esticando, faz meses que venho com isto, pelejando, você sabe... E na feira vai muita gente, são muitos os que nos acompanham politicamente. Eu entrei ali com a idéia de fazer trabalho político, e quero que isso fique claro aqui, porque tem muita gente disposta a acompanhar, e eu necessito que vocês me apoiem.

–Sim, sim, isso está claro, e Alcira não entende nem tem por que entender. Mas você não se preocupe, ou seja, o reconhecimento municipal você vai ter. Agora vamos resolvendo um coisa por vez, me liga amanhã e te dou novidades da reunião com Rojas. Do censo, esqueça.

IV. Do trabalho de produção do político

Nem sempre, no entanto, o *político* tinha força sobre as travas do *institucional*. Chegava a primavera, e chegava, por fim, as datas dos festivais do dia da criança. Não só *os peronistas* organizavam estes festivais. Também igrejas, refeitórios comunitários, clubes sociais, e movimentos piqueteiros tinham, cada um, *seu* próprio festiva. Assim, entre agosto e setembro fui convidada a quatro festejos do dia da criança, dois de movimentos piqueteiros, e outros dois organizados por La Chana: um junto com Estelita, na praça do bairro Las Rosas, e outro com Zoila, na feira de Santo Tomé.

Foi no dia anterior ao festival de Las Rosas, e, a uma semana do de Santo Tomé, que La Chana me ligou para que eu chegasse à primeira hora do dia seguinte para ir à Secretaria de Desenvolvimento Social. Conforme havia me dito por telefone no dia anterior, tínhamos que “ajeitar um probleminha com a mercadoria do festival de Santo Tomé”. Àquela altura, eu havia aprendido que, quando La Chana usava a palavra “probleminha”, era porque algo grave estava acontecendo. Para minha surpresa, cheguei à porta da Secretaria, situada a duas quadras do edifício da prefeitura, e vi que La Chana já estava lá. Colocava moeda atrás de moeda no telefone público da esquina, que lhe devolvia uma atrás da outra, e ela xingava enquanto me dizia olá e me explicava que tinha que se comunicar urgente com Andrani.

–O que aconteceu? –perguntei.

–É que ontem não pude ligar e a secretária havia me dito que ligasse ontem –explicou.

Por regra geral, nunca podia se deixar passar um prazo, ou um horário, ou um encontro, ou uma ligação indicada por um funcionário. Era certo que Andrani *respondia*, mas também era certo que a prosperidade dessas respostas dependia, na maioria se não em todos os casos, do *trabalho* de La Chana, quer dizer, de seguir cotidianamente o andamento de cada pedido, efetuar as ligações e as visitas pessoais correspondentes, ainda que só fosse para estar a par da instância burocrática em que cada coisa se encontrava, ou para que os empregados vissem sua cara. Era este esforço investido ao longo do tempo, aquilo que fazia que cada recurso *conseguido* fosse vivido como próprio, ou, ao menos, que La Chana pudesse se atribuir direitos sobre a concessão daquilo que estava aí graças a seu *trabalho*. Em relação aos planos de emprego, por exemplo, várias vezes escutei La Chana ou Estelita distinguir *planos políticos* de *planos* institucionais. Inicialmente eu havia feito esta equação: os *planos políticos* eram aqueles que eram outorgados por seus referentes, em retribuição ou resposta ao acompanhamento político –e cuja concessão entre a população podia se efetuar, em consequência e com pleno direito, em função dos mesmos critérios *políticos*–; enquanto que os *planos institucionais* eram aqueles concedidos *institucional ou formalmente*, quer dizer, concedidos à UGL do bairro. E isto era mais ou menos assim, embora só com o tempo pudesse entender que os *planos políticos* eram algo mais do que os concedidos *politicamente*; eram, também, todos aqueles nos quais La Chana havia investido um *trabalho* que considerava pessoal e extra-institucional.

Assim, por exemplo, para efetivar os planos solicitados a Andrani em caráter de “pedido institucional”, La Chana havia desdobrado um trabalho específico, que havia começado na primeira reunião com o funcionário, onde ela havia posto em prática um *saber pedir*, onde devia conhecer e manejar corretamente a etiqueta do pedido, recriar e alimentar sua relação pessoal com esse funcionário que considerava um cara bacana, e que também tinha consideração por ela, como pude saber alguma vez, “uma das referentes mais simpáticas que conhecia”. Esse trabalho havia continuado no dia seguinte, quando La Chana voltou com Estelita ao escritório de Desenvolvimento Laboral para deixar os papéis dos candidatos que haviam entrado em consenso para as duas vagas concedidas. Nessa oportunidade, Andrani não estava, então deixaram os papéis correspondentes com a secretária, e juntaram uma nota com quatro nomes, na qual indicavam a Andrani quais eram os “prioritários” e lhe diziam, além disso, que “se tivesse muita sensibilidade e coração, que por favor acrescentasse os outros dois”:

–Juro –me contou La Chana, dias depois, às gargalhadas–, nós escrevemos desse jeito.

Depois dessa visita, viria o andamento de cada plano, ligando uns 10 dias depois, e então uma vez a cada quinze dias. Não solicitava falar direto com Andrani, para não o incomodar, mas como a secretária; o importante era “estar em cima”. Por isso também iria pessoalmente, um gesto de suma importância, são só porque, ao apresentar-se cara a cara a “enrolação” se torna mais difícil, como também porque, como bem sabia La Chana, ir pessoalmente aos escritórios era dispensar esforço ante aos outros, e dispensar esforço antes aos outros era, por um lado, demonstrar a importância que esse recurso tinha para a pessoa, como também, mostrar *trabalho* (*social* ou *político*, dependendo do caso), e, com ele, merecimento.

O tempo que transcorre entre a formulação do pedido e o momento de o plano –ou a personalidade jurídica, ou o reconhecimento da feira social– efetivamente sair, é, assim, tempo de trabalho incorporado e, portanto, tempo que transforma algo impessoal em pessoal, algo que era de ninguém em algo que é próprio. La Chana sentia ter direitos sobre os critérios em função dos quais concederia esses planos: sentia-se no direito de concedê-los, ou pela *necessidade*, ou *politicamente*, porque esses recursos tinham sido obtidos por meio de seu *trabalho*. Por intermédio do *trabalho*, o trajeto que ia desde o pedido *institucional* à concessão *política* desses planos, não era exatamente um ato de contaminação ou ingerência espúria do *político* no *institucional*: era, melhor, uma genuína conversão do *institucional* em *político*.

A chuva desabava, mas La Chana não queria se mover do telefone público até conseguirmos falar com Andrani. O aparelho seguia comendo as moedas, até que experimentamos com uma de um peso, e aí chamou, e a atenderam:

–Olá, Elena? Sim, Patricia Chana quem fala, do bairro Las Rosas. Sim, bem, bem. Ah, sim? Que bom. Sim, espero –com um sorriso de orelha a orelha, La Chana tapou o telefone com a mão e me disse que a secretária de Andrani havia lhe dito que havia novidades de dois planos, e que estava indo conferir. Pela transformação da cara de La Chana quando a mulher voltou ao telefone, entendi que as notícias não eram boas.

–Mas, e Barragán e Romero? –perguntou La Chana– Não? Mas que estranho, se foram os primeiros que pedi. Tem certeza, Elena? Não, bom, não sei, pergunto porque de repente sabem alguma coisa por aí... Sim, sim, espero.

–O que aconteceu? –perguntei.

–Vai conferir, disse que não estão nem Barragán nem Romero. Os que saíram foram os que levei com Estelita... Sim, estou ouvindo. ã-hã, sim, mas não entendo o que pode ter acontecido, porque são os que Enrique registrou quando fui da primeira vez, registrou diante de mim, e eram os mais importantes, foram os primeiros que levei... Sim, eles se misturaram por aí, mas

estou dizendo que me parece estranho porque eu os vi sendo registrados no computador... Quando posso falar com Enrique? Está bem, e você pode avisá-lo do assunto? Eu estou agora no Desenvolvimento Social, quando terminar aqui, vou direto para aí. Bom, obrigada, Elena.

La Chana pôs o telefone no gancho com raiva. Ainda por cima não devolveu os 50 centavos que sobravam do segundo peso que me havia feito sinal para acrescentar no meio da conversa; pegou o telefone de novo e o agitou algumas vezes o lugar das moedas, para ver se caíam, mas não.

–Ladrões! –gritou ao aparelho. E me fez sinal para que entrássemos no edifício. Anunciou-se na mesa de entradas, “Para a [Direção de] Refeitórios”, disse, e subimos as escadas a passos lentos:

–Não entendo como não figuram nem Barragán nem Romero... Não consigo entender! Se esqueceu! Eu disse que eram os mais importantes, não te lembras que foram os primeiros que pedi? Nunca me aconteceu isto com Andrani, não posso acreditar...

Poucas vezes havia a visto tão transtornada. Evidentemente para ela esses planos era importantes: o de Romero, como sabemos, era politicamente importante para consolidar seu lugar na feira e somar o acompanhamento de Zoila e sua família; e o de Barragán –representante dos beneficiários na UGL– também era politicamente importante, mas em outro sentido. Barragán não acompanhava La Chana, nem ela esperava seu acompanhamento. Era, simplesmente, uma pessoa que estava passando muita dificuldade, porque havia perdido os dois planos, o próprio e o de sua mulher, ao mesmo tempo. O ponto era que, depois da reunião com Andrani, La Chana *já havia dito* a Barragán que o havia posto em primeira ordem de prioridade.

–Putá merda, agora com que cara eu digo que não saiu? –maldizia nas escadas do Desenvolvimento Social. Dei-me conta que parte dessa bronca era, também, consigo mesma: La Chana sabia que se inteirar 4 meses depois do pedido que os primeiros em ordem de prioridade eram outros que não os que ela havia pensado, era, ao menos em parte, responsabilidade sua. Tocou à porta da Direção de Refeitórios e nos sentamos para espera no banco do corredor. Pouco depois, Viviana –a quem eu conhecia pelas vezes que havíamos ido nesse escritório para buscar as faturas da merenda– abriu a porta e, amável como sempre, convidou-nos para entrar.

–Pode falar, Chana –disse, quando nos sentamos.

–Sim, venho por duas consultinhas, bah, por dois favores na realidade. O primeiro é pelo festival do dia da criança. Você sabe que, além do festival em Las Rosas, que faço amanhã,

estou organizando o dia da criança em Santo Tomé, como integrante da comissão da feira social que estamos organizando aí.

–Ah, não sabia. Sim...

–Bom, em Santo Tomé, a UGL não faz dia da criança, quem faz é a comissão da Feira, e a UGL apóia. E aconteceu que eu tinha que entregar a nota do pedido de mercadoria, e me atrasei com a entrega porque tive um inconveniente pessoal. Fui falar com Herminia, e ela me disse que lá na UGL já não podiam aceitar a nota, que tentasse falar com você, que é onde mandam a mercadoria para organizar.

–Mas aqui não é isso, porque nós não recebemos as notas, as notas quem recebem são eles e nós distribuimos a mercadoria conforme as notas que chegarem. Herminia deve ter se confundido.

–Não, não é que se confundiu, ela me disse que já não poderia mais recebê-las, o que aconteceu foi que eu tive uma série de problemas familiares e perdi a nota, e agora...

–Chana, aqui não é lugar para isso, não entendo por que Herminia te disse que viesse aqui, não sei, se quiseres, fale com Herminia e confirme. A ver, espere que vou ligar para ela.

Viviana pegou seu Nextel e ligou para a UGL. Para sorte de La Chana, Herminia estava em reunião. Então ligou para a Relações com a Comunidade e pediu para passar para o ramal de Rubén:

–Olá, Rubén, é Viviana, do *Refeitórios*. Olha só, estou aqui com Chana, do bairro Las Rosas, ela veio aqui porque não apresentou a nota para o dia da criança pelo bairro Santo Tomé, me disse que foi falar com Herminia e Herminia disse que ela não podia receber mais notas, que viesse falar aqui para ver se sobrava mercadoria. Agora: esta não é a forma que havíamos combinado de trabalhar, isso não era o que havíamos organizado... Sim, está aqui comigo. OK, está bem, vou dizer.

Viviana desligou, fez um breve silêncio e passou parte do que Rubén havia dito: que não havia mais mercadoria, que a Província havia mandado até menos do que haviam pedido por cada nota, e que La Chana fosse falar com ele em seu escritório.

–Bom... Mas Viviana, você disse a ele que Herminia me mandou, e eu não te disse isso, agora vão me matar. Eu te disse que Herminia me disse que não a poderia receber, e eu perguntei a ela, ‘Bom, o que faço, vou ao Refeitórios?’. E ela me disse que tentasse, para confirmar.

Viviana nem a respondeu.

–Querias fazer alguma outra consulta? –perguntou.

–Não, está vem. Estou indo, já.

La Chana estava a ponto de explodir. Sabia que agora, na prefeitura, ia ter problemas. A ligação de Viviana tinha sido uma espécie de denúncia: um aviso de que uma militante deles havia interferido –ou tentado interferir– no *institucional* com o *político*. Como se não fosse pouco, nessa interferência Herminia havia ficado envolvida: ela teria enviado La Chana para falar com Viviana, e isto era, evidentemente, o mais grave do assunto.

Descemos as escadas e saímos até o orelhão, de onde tentou se comunicar com Rubén, que não estava. “Ainda por cima o de Andrani”, disse, quando pôs o fone no gancho, com um tom desesperançoso de quem se lembra de algo ruim que por um momento havia conseguido esquecer. Aquela sexta não era seu dia. Além da gafe com Viviana, não havia conseguido o plano de Barragán, tampouco o de Romero, tampouco a mercadoria que havia se comprometido com a *comissão* para o festival do dia da criança organizado em Santo Tomé. Alegar inconvenientes institucionais não tinha sentido: ninguém os entenderia, e seria uma mostra de falta de capacidade para dar *respostas*. O que estava em jogo não era só sua posição na comissão da feira, era a palavra dada, era, afinal de contas, seu nome, sua pessoa frente a Zolia, a Romero, à gente da comissão.

Pôs mais moedas e discou um telefone longo. Arturo Cosé. Depois daquela vez que o havia encontrado e havia ficado de ligar na semana seguinte, Cosé voltou a desaparecer. Porém, uma vez mais, no escritório de Cosé ninguém atendia. Restava somente dirigir-se a seus *referentes*, e foi assim que partimos para a prefeitura, e a ida ao escritório de Desenvolvimento Laboral para resolver o assunto dos planos ficaria para segunda-feira.

No grande hall do segundo piso do edifício municipal, esperávamos Rubén, que não havia retornado a seu escritório ainda, e La Chana aproveitava para fazer algumas de suas ligações pendentes. Trocou duas vezes o chip até que, na terceira, encontrou o que tinha crédito. Primeiro falou com Estelita, e avisou que “podia avisar a sua beneficiária que começaria a receber no mês seguinte”. Do outro lado, Estelita escutou contente; perguntou se havia saído o dela, e La Chana respondeu que sim, e que ia ligar para Raúl nesse momento. Antes de desligar, lembrou-se de outro assunto importante:

–Uma coisinha, Estelita, para amanhã, então, o que falta?

–Deixe-me pensar... é, faltou comprar os números para as rifas, os globos, as bolsinhas, os alfajores, e acho que mais nada –escutou-se responder a inconfundível voz de Estelita do outro lado.

–E de brincadeiras, quanto temos?

–Da prefeitura, temos a bicicleta, as bolas, que são 3, e o triciclo. E das doações temos mais 4 jogos.

–Então compramos umas três coisinhas, para completar, o que acha?

–Isso, pode ser... Mas me diz uma coisa, Chana, tudo isto quem vai pagar?

–Ai, Estelita, quem você acha...

–Mas sempre o mesmo, Chana, eu não tenho um tostão... Alguma coisa nós fazemos mal. Não agarramos uma! –La Chana afastou o celular porque podia se escutar a voz estridente de Estelita à distância.

–Me escuta, Estelita –interrompeu La Chana, mas Estelita não parava:

–Não pode ser que tenhamos que bancar tudo, porque...

–Me escuta, Estelita –gritou La Chana aproximando o aparelho e afastando-o imediatamente, pois não seria Estelita se obedecesse–. Você quer fazer um lindo festival do dia da criança para Las Rosas?

–Sim, claro que quero.

–Então, deixa de se queixar e faça o que tem que fazer.

Deu um tchau e desligou. Não era a primeira vez que eu presenciava este tipo de discussão entre elas. Tampouco a primeira que La Chana e Estelita tinham que bancar de seu bolso os gastos de seu trabalho político, ou trabalho social, qualquer que fosse o lugar onde festival do dia da criança se enquadrava. Para dizer a verdade, a mercadoria para a merenda a ser oferecida no festival estava garantida –a nota de Las Rosas havia, sim, sido entregue a tempo. O que faltavam eram esses detalhes que, do ponto de vista de La Chana, fariam um “lindo festival”.

Discou o telefone de Raúl, que atendeu imediatamente. Embora a comunicação tenha caído na metade porque La Chana ficou sem crédito, chegou a escutar a reação do homem quando lhe disse que “o plano havia saído”:

–Você não sabe como ele ficou –me disse La Chana com um sorriso quando desligou–, se emocionou e me agradeceu. Bem, por fim uma coisa boa neste dia de merda... eu sei que Raúl é alguém que necessitava muito...

La Chana deu um sorrisinho de cortesia e abanou a mão respondendo ao cumprimento do homem e da mulher que desciam a escada na outra ponta do andar. O cara de terno, conforme então cochichou comigo, era Leandro Ortiz, trabalhava no Desenvolvimento Social, e tinha sido promovido há umas semanas atrás para o posto de Diretor de Deficiências; segundo La Chana, um cara “muito legal e muito jovem” para ocupar um posto tão importante. A mulher, conforme me disse, era Claudia Martínez, antes coordenadora do Plano Vida e agora ascendida

a Diretora de Promoção Comunitária, ou algo assim. Ela também era jovem para ser diretora, e nisso La Chana dizia tirar o chapéu, porque Adriana Alonso, secretária de Desenvolvimento Social, sempre dava lugar a “gente jovem e com ousadia”.

Vimos Rubén de longe, andando a passos rápidos para seu escritório; assim que nos viu, desviou o rumo e veio direto até nós. Praticamente não nos saudou, com uma cara de raiva meio burlesca, perguntou a La Chana “o que estava acontecendo”, e ela, como se tivessem ligado o *On* de um gravador, foi direto ao ponto:

–Viviana te falou qualquer coisa, porque Herminia, para mim, não disse o que Viviana falou. Eu conversei com Herminia porque tive um problema para entregar a nota, e Herminia me disse que ela não podia recebê-la fora do prazo, que eu tentasse no Refeitórios para ver se sobrou alguma mercadoria, e isso foi o que disse a Vivian, que depois disse a você outra coisa, porque eu apenas disse a ela que queria ver se havia algo que sobrou. Eu sei que passou o prazo da nota, mas realmente estive com uns problemas familiares, nesse sentindo eu assumo que é minha responsabilidade, mas...

–Chana –interrompeu-a Rubén–, há meses que vimos falando sobre a nota, que se tinha que impreterivelmente entregar a nota, que assim foi designado de cima.

–Isso eu entendo, eu queria apenas ver se podíamos ver uma forma...

–Não tenho mercadoria. Da Província, me entregaram menos do que pedimos, isso contando as notas, ou seja, não tenho nem para os que cumpriram e me entregaram a nota quando tinha que ser... Formalmente, você não fez as coisas como tinha que fazê-las, é o que eu sempre digo, porque eles [disse Rubén se dirigindo a mim] concentram tudo, né, em vez de trabalhar em equipe, concentram tudo em uma pessoa, então o que acontece, acontece qualquer coisa e, se eles não vêm entregar a nota, não vem ninguém. Já te disse mil vezes, Chana, tens que delegar, ter gente para delegar.

–Bom, está bem, mas isso é outro assunto. Agora, com o da mercadoria: com quem tenho que falar?

–Não, isso é comigo, comigo.

–Eu já sei como são as coisas formalmente, mas agora estou aqui, vim falar pessoalmente para ver o que podemos fazer, mas enfim, se não há nada que se possa fazer de lado nenhum, vou conseguir, não te preocupes.

–E ainda por cima depois fica como se eu não respondesse politicamente, e não é assim. Quero que entendas que não posso tirar a merenda de um festival que me mandou a nota faz um mês.

–Está bem, Rubén, já entendi. Vou me virar, não te preocupes. Na feira também está a gente de Otonello trabalhando, alguém havia dito que pedíssemos a ele e eu disse que não fazia falta, mas, enfim, evidentemente fará falta...

Apesar de a pessoa encarregada de receber e dar entrada nas notas de pedido de mercadorias ser Herminia, referente política direta de La Chana; apesar de o encarregado da distribuição efetiva dessa mercadoria ser Rubén, também referente direto de La Chana; neste caso, ao que parecia, a *política* não podia dobrar nem destravar os ditames *institucionais*. Assim havia sido “designado de cima”, alegou Rubén, com raiva não só pelo erro formal de La Chana, mas também porque, agora, ao apresentar-se pessoalmente, e tentar “dar um jeito”, e dizer “não, não posso”, o lugar da falta se reverteu: era ele quem ficava em posição de quem não *respondia*.

Lembro-me que me surpreendeu que La Chana não seguisse insistindo, nem dissesse “vamos, me faça esse favor”, como tantas vezes havia a escutado dizer para seus referentes, dirigentes, e também para funcionários. Ao contrário, seu comentário ante a Rubén foi desafiador, e buscou mostrar certa independência em relação a ele: uma vez mais, fazer referência à “gente de Otonello” não era um comentário ingênuo; La Chana expôs, assim, que havia *outros* a quem ela e a comissão da feira podiam *pedir*, que havia *outros* que podiam *dar*, e Rubén, sabendo que La Chana estava na feira fazendo *trabalho político*, tiraria suas próprias conclusões do prejuízo que uma falta de *resposta* poderia implicar.

Descemos as escadas, achava eu que para irmos embora, embora tenha preferido não perguntar porque o ar do ambiente estava tenso. Cruzamos com Víctor, um *companheiro* de Obras Públicas que disse a La Chana que Lili estava a procurando.

–Ela sabe que eu estou aqui? –perguntou.

–Sim, me disse que te avisasse para passar em seu escritório.

La Chana armou a cara que fazia quando cometia alguma cagada ou estava em falta. Evidentemente, as más notícias dessa sexta-feira não haviam terminado.

–Deve querer saber das planilhas –me explicou.

–Que planilhas?

–As planilhas de companheiros, não as entreguei.

–O que são? –voltei a perguntar, e ela, meio impaciente (não era momento para perguntas, mas enfim), me disse que cada referente tinha que entregar sua planilha com os dados das pessoas com quem “realmente contava”:

–Ou seja, com os que realmente te acompanham. Sempre pedem antes das eleições, fazem para medir forças.

O cubículo de Lili estava situado entre um dos tantos da Secretaria de Relações com a Comunidade, próximo ao de Rubén. Faltava pouco tempo para que Lili –uma mulher da idade de Herminia, uns 55 anos, calculo– deixasse esse escritório, depois que a chapa de Pereyra saísse vencedora e ela entrasse como vereadora no *Honorável Câmara Municipal* de Florencio Varela. Quando chegamos ao cubículo, a então candidata estava sentada em sua mesa, do outro lado dois homens, ao que parecia, do bairro Los Tronquitos, último bairro rural do distrito, no extremo sul, depois do qual a Grande Buenos Aires chegava ao fim.

–A única coisa que me falta é o leite –explicava um deles, enquanto Lili pegava o rádio, e dizendo-nos “olá, meninas, já estou com vocês”, discava um número.

–Tudo bem, Alberto? –disse, quando a atenderam– Necessito de 4 caixas de leite, podes separá-las para mim?

Do outro lado, escutava-se a voz distorcida e alta do rádio:

–Não há nada, Lili.

–Nada?

–Não, está tudo empenhado, e falta para os que entregaram pedidos.

–OK, vejo de outro jeito. Obrigada, querido.

Desligou e buscou em sua bolsa um celular, que, com os que tinha sobre a mesa, somavam um total de quatro, e discou outro número.

–Como vai você, Toni? É Lili. Bem, bem. Quero te fazer uma pergunta, tens 4 caixas de leite? Podes deixá-las em minha casa hoje? Perfeito. Sim, passa à noite, depois das 8.

Lili disse ao homem de Los Tronquitos que passasse no dia seguinte cedo em sua casa. O homem agradeceu e entregou um papel, “Te trouxe a planilha”, disse. E então Lili olhou para La Chana, e, apontando para o papel, disse que “por isso te chamei”:

–Sim, vim explicar para você –se adiantou La Chana, enquanto os dois homens se levantavam e se despediam, e nos pediam licença para poder sair pela porta–. Perdi a pasta que tinha com vários papéis, por isso venho te pedir outra e amanhã te trago completa, também perdi junto aí a nota da mercadoria para o Festival de Santo Tomé, você acredita...

–E não pudeste entregar outra?

–Não, estou fora da data. Poderíamos conseguir de outro jeito?

–É... você viu que não há nada, acabo de ligar e não me deram. Para este homem que estava aqui, que entregou a nota a tempo e tudo, mas por um erro não lhe chegou, tive que ligar para um contato que tenho em um refeitório...

Uma mulher apareceu na porta, e Lili se levantou para falar do lado de fora. “Aqui tens a planilha, Chanita, traga-me amanhã”, disse, enquanto saía para o corredor. La Chana aproveitou para dar uma olhada em alguns papéis que estavam expostas na mesa, entre eles as planilhas entregues por outros, por Estelita, por Pelado, por Lucía. Vi que contou rapidamente a quantidade de pessoas listadas por cada um, e quando fomos embora me disse que ficava tranquila porque “os outros” haviam posto um monte de parentes, e ela, em sua planilha, não teria nenhum parente, “somente vizinhos”.

“Fazem isso para medir forças”, havia me dito, referindo-se ao pedido das planilhas. Naquele momento, dei somente um sentido a essa explicação: medir as forças militantes de Julio Pereyra. Só depois –e por isso a importância da planilha para cada elo da estrutura partidária– entendi que era, também, uma medição da força relativa de cada linha política dentro do partido, de cada dirigente e referente político dentro de uma linha, de cada militante. Uma medição da relação de forças, definida pela quantidade com que cada pessoa conta. Não sei por que La Chana não havia entregado sua planilha, mas imagino que ter primeiro a possibilidade de saber e comparar o que era o que os outros haviam entregado era algo chave para ela. As planilhas eram –como o ônibus que cada um leva a um ato, como o número mobilizado em uma marcha de piqueteiros, como as listagens dos refeitórios e os companheiros que os dirigentes levavam– prova da quantidade, instância de comparação, e, portanto, de constituição de ordens de mérito em cada nível da estrutura. Eram, portanto, instância de construção do capital político de cada dirigente, de cada referente, de cada militante. Ainda que o único critério contemplado fosse, à primeira vista, o da quantidade, La Chana bem sabia que também contava a qualidade desses acompanhantes: não podiam ser simplesmente conhecidos –os dados eram depois controlados telefonicamente e tinha havido casos, segundo me contou, de gente a quem se havia ligado e não tinha nem idéia de que constava nessa planilha, tampouco considerava acompanhar esse referente–; e também não era bom que fossem excessivamente próximos como o parente. Esse ótimo de acompanhamento estava representado na figura do *vizinho*, e era com *vizinhos* que La Chana procuraria preencher o formulário.

V. Do interesse e da gratuidade, do sentido do justo, e do militante que se apaixonou

Herminia era, provavelmente, a última carta do baralho que La Chana tinha em relação à mercadoria para o festival de Santo André. Não podia *pedir-lhe*, porque já o havia feito no

momento devido, quando levou a nota fora de prazo, e teve uma resposta negativa. Porém, sim, podia, ao menos, como quem não quer nada, pô-la a par da situação, e, eventualmente, quem sabe, conseguir algo. Tudo dependia, claro, de que Viviana não houvesse ligado para Herminia nesse lapso de tempo, coisa que, a julgar pela amabilidade com que Herminia nos recebeu ao chegarmos, e para sorte de La Chana, parecia não haver sucedido.

–Como andam, meninas? –disse, quando nos sentamos à sua mesa.

–Bem, muito bem, vim cumprimentá-la e ver o que temos para semana que vem.

Herminia informou sobre algumas atividades, inauguração de obra pública, visita da ministra de Desenvolvimento Social da Nação, e o mais importante, ato de lançamento da candidatura de Pereyra; ocorreria em La Patriótica e, para ela e Estelita, estava destinado um ônibus:

–Um está bom? –consultou Herminia.

–Sim, perfeito.

Fez-se um silêncio e La Chana buscou assunto para conversar.

–Che, Hermi, soubeste que amanhã vêm os do CQC¹⁰?

–A Las Rosas?

–Não, a Villa Salcedo.

–Ah, sim, de Salcedo já nos haviam dito. Pensei que iam a Las Rosas também e, aí sim, já seria o cúmulo.

–Parece que vão por causa da água, que a água de Salcedo está contaminada por causa das fossas... Eu vou ver o que vão filmar.

–Sim, dá uma volta. Também vamos ter alguns companheiros, eu estou de saco cheio, no outro dia estiveram em Hudson.

–Sim, vi o programa...

–E por que foram lá? –perguntei.

–Pela contaminação ambiental. Pareceu que tem chumbo no ar dessa região –me explicou Chana.

–Mas o que ninguém diz –esclareceu Herminia com um tom grave– é que essas fábricas existiam antes de as pessoas se instalarem. Isso era uma zona fabril, e depois se instalaram as pessoas, então o problema aí é dos que lotearam. Olha só, entregamos agora 3.000 moradias, e digo a vocês que outra vez há gente instalada ao lado dos córregos. Por que vão viver nos cór-

¹⁰ “CQC”, abreviatura de “Caiga quien caiga”, programa argentino sobre política e atualidade, com formato humorístico e de denúncia social. Foi vendido para diversos países, entre eles o Brasil, onde adotou o nome de “Custe o que custar”.

egos? E não entregamos 200 moradias, entregamos 3.000! Não precisa ir longe, veja no meu bairro, a uma quadra de minha casa tem a fábrica abandonada, te lembras Chana, vivem umas 100 famílias, que foram viver lá sem se importar com nada. Não importa se está cheio de ácidos ou coisas químicas debaixo do solo, não importam, agora entregaram moradas para alguns, e o que fizeram foi vender a outros da fábrica. O que você acha disso? Venderam um lugar que nem lhes pertence!

–Sim, um estudo de umas assistentes sociais mostra que muitas vezes a moradia é concedida e as pessoas a vendem e voltam à anterior. Isso acontece muito... –acrescentou La Chana, buscando concordar com Herminia, mesmo sabendo que não o faria comigo, mas nesse momento, claro, não era importante concordar comigo, mas com Herminia, que era, diga-se de passagem, desses funcionários que tudo explicam por culpa da vítima, e que dizem coisas como “os pobres de antes” batalhavam para seguir em frente, “pelejavam”, à diferença dos “de agora”, que a única coisa que faziam era “esperar um subsídio do Estado”. E ainda que La Chana tivesse entendido rapidamente que eu era mais receptiva a outro tipo de explicações –e era assim que, quando estávamos juntas, aproveitava para pensar em outros termos–, nem o escritório de Herminia, nem a conjuntura daquele dia, eram lugar ou momento para vir com idéias loucas.

–Hermi, uma perguntinha. Posso usar o telefone daqui para ligar para La Plata? –perguntou.

–Sim, para quê?

–Para falar com Arturo Cosé, para ver se pode me mandar mercadoria para o festival.

–Não resolveste com Viviana?

–Não, parece que não têm nada. Por isso queria testar com Arturo Cosé, lembra que ele me mandava em uma época.

–Sim, mas não creio que o encontres.

–Por quê?

–Não te inteiraste do que aconteceu?

–O do leite?

–Sim, menina, se não apresentou a renúncia, a esta altura já devem tê-lo feito apresentar... imagina...

La Chana ficou em silêncio um momento. Herminia não disse nada, e entendi então que o assunto da mercadoria não teria solução. Soube mais tarde que a notícia –“Venda ilegal de leite dos planos sociais”– havia circulado por algumas semanas em certos noticiários e jornais da

província. O circuito da mercadoria saía de um depósito da Província de Buenos Aires, seguia pelo litoral argentino e chegava até o Paraguai, onde era vendida. Lembro-me que perguntei a Herminia se, nessas situações, inevitavelmente o encarregado da área –nesse caso, Arturo Cosé– tinha que apresentar a renúncia, e ela me disse “claro que sim”:

–Imagina, como funcionário, você mais ou menos tem que ver, visitar os lugares, olhar o que se faz com as coisas... Por exemplo, se tens um refeitório para 100 garotos e, quando fores olhar um dia, haver 30, tens que se dar conta de que algo não vai bem. Isso é o que acontece com a maior parte da venda de mercadoria, mas você tem que estar atento para o que faz tua gente... isso é tua responsabilidade.

Alguns meses depois, em razão do episódio, o novo ministro de Desenvolvimento Social –que provinha do ministério nacional e era, no âmbito estatal, considerado um típico funcionário *técnico*– anunciaria o lançamento de um novo sistema de distribuição da assistência alimentícia baseado em um cartão familiar. “Com este novo sistema –indicou o ministro em uma entrevista–, buscamos tornar transparente a ajuda social e evitar o clientelismo”. Lembro-me que, alguma vez, Zelaya, diretor de Alimentos do governo da província e interlocutor das organizações piqueteiras depois da altercação com o sub-secretário Nisingrini, disse-me que, se o novo ministro pretendia manejar a província como se fosse a Nação, estaria “perdido”: “Para governar a província de Buenos Aires”, me disse, “não basta um título universitário”.

Despedimo-nos de Herminia até o ato de lançamento que seria algumas semanas depois. Eu já ultrapassava a porta, e La Chana, atrás de mim, retrocedeu no ímpeto, e, como quem se lembra de alguma coisa, disse:

–Ah, Hermi, da possibilidade do trabalho para mim não há novidades?

–Isso é direto com La Jose. Não falaste com ela na reunião de referentes?

–Não, é que não houve um momento em que estivesse sozinha...

–Bom, na próxima vez, chegue perto para recordá-la. Ela também já sabe, havia te dito para depois da metade do ano, não?

Há cerca de um ano e meio, La Chana havia ingressado nesse lapso de espera em que a obtenção de um emprego na prefeitura passa a ser, de uma possibilidade remota, um fato realizável. Tinha sido depois de uma reunião em que Lili e Rubén haviam convocado ela e Estelita para comunicar-lhes que havia saído “um posto para o espaço de La Jose” e que era “para o bairro Las Rosas”. Também foi aí que lhes disseram que nem eles nem Jose podiam decidir por uma das duas –quer dizer, por Chana ou por Estelita–; não só porque ambas tinham o mesmo tempo de militância –fazia 14 anos que haviam se iniciado juntas no *trabalho social*, como

manzanas, e cerca de 12 que *trabalhavam politicamente*—, como porque, além disso, trabalhavam em conjunto. A decisão de quem iria pegar o emprego, então, teria de ser tomada por elas mesmas¹¹.

“Pegue-o você”, haveria dito La Chana a Estelita quando saíram da reunião em um dos escritórios de Relações com a Comunidade. “Nós estamos trabalhando sempre, se já chegou uma oportunidade, vai chegar outra para mim”. Nesse momento, La Chana considerou que, para Estelita, entrar na prefeitura era algo realmente importante: Estelita era mais velha do que ela —uns 10 anos, eu calculo—, andava com problemas de saúde e necessitava ter plano de saúde; além disso, desde que seu marido havia ficado impossibilitado de trabalhar em seu ofício por um acidente em uma mão, sempre estava preocupada por sua estabilidade econômica. De alguma forma, ainda que La Chana não tenha me formulado nestes termos, poderíamos dizer que Estelita tinha, comparado a ela, se não mais mérito *político*, ao menos, sim, mais *necessidade*.

Por outro lado, o posto que havia sido disponibilizado não era de todo atraente para La Chana: um posto de serviços gerais em uma creche municipal, um emprego que pouco tinha a ver com a atividade à qual ela queria dar continuidade, a militância:

—Eu disse a Jose quando conversamos no ano passado —me contava uma vez—, é que a mim daria gosto um trabalho que tenha a ver com o bairro, em Relações com a Comunidade, por exemplo, ou em Desenvolvimento Social, não em escritório, mas que seja trabalho de bairro, que é o que eu sei fazer e o que a mim dá gosto... entende? Porque eu vejo que muitos depois relaxam, deixam de militar e tchau... Claro que depois que você chega à prefeitura, não importa o que te dêem, porque os postos aparecem, o importante é entrar e depois você vê, mas a realidade é que, para mim, esse trabalho que nos ofereceram não me convencia porque é difícil para conciliar com a militância. Você mesma viu, há muitas coisas que Estelita não pode fazer porque tem que cumprir um horário...

Justamente porque o importante é *entrar* e porque, uma vez que *entras* é muito difícil te tirar, era que os dirigentes se certificavam muito bem, segunda La Chana, “a quem eles davam” um emprego. Entre outras coisas, pela própria natureza da normativa do emprego público, a remoção de um empregado nomeado depende de canais institucionais e jurídicos que dificilmente se correspondem com a fluidez das obrigações e contra-obrigações morais implicadas

¹¹ Sobre a militância como forma de acesso a um emprego assalariado e as imbricações entre política e trabalho, ver a noção de “emprego na política” analisada por Borges (2004) e a de “trabalho político”, por Gaztañaga (2009).

em relações interpessoais como a militância. Em certo sentido, uma vez dado, o posto municipal é um bem inalienável. Assim, se o acesso a um posto municipal

É uma das maiores retribuições e reconhecimentos ao qual pode aspirar um militante –retribuição que se espera merecer e alcançar ao cabo de certa quantidade de trabalho investido–, e é, neste sentido, uma doação que envolve uma dívida em certo sentido incancelável, é ao mesmo tempo, e do ponto de vista dos que estão “acima” ou dos que *dão*, uma das que mais podem tornar o militante independente de sua obrigação –não necessariamente moral, mas sim de fato– para com seus dirigentes. O posto municipal é uma doação que traz em si, sempre, a possibilidade de que a relação de militância chegue a seu termo, quer dizer, que o militante, agora empregado, abandone o *trabalho político*.

É por isso que na avaliação de “a quem dar” não só se contempla o tempo de militância, mas também, o *como* dessa militância. Entre os dirigentes e referentes de La Chana, o militante “de verdade” costumava ser oposto ao militante “que só espera que lhe dêem o posto”, “que milita para ver o que lhe dão em troca”. Mais de uma vez, Herminia me falou da diferença entre a militância de hoje e a militância de antes:

–Para teres uma idéia, hoje faz 26 anos que milito com Julio Pereyra, e 25 anos que trabalho como empregada municipal. E em 26 anos, não deixei de vir um dia, nem deixei de militar um dia em meu bairro. Militância é acompanhar sem esperar nada em troca, é vir para trabalhar todos os dias, isso é militância. Agora, tem cada um vai só na onda, esperando que alguma coisa saia...

Rubén, referente de La Chana, mão direita de La Jose, me disse em uma oportunidade que, hoje, à militância de base faltava “dinamismo”, que antes os militantes de bairro se juntavam para fazer as coisas, para terminar a calçada, fazer o ponto do ônibus, juntar dinheiro ou recursos para pôr uma lâmpada. Recorda que, há 20 anos, quando ele começou a trabalhar politicamente, a militância estava inspirada no fomentismo, e que o problema começou quando a militância passou a ter uma “percepção assalariada”:

–Que é quando você vê que o cara milita porque necessita trabalhar na prefeitura, entende? Agora parece até que a finalidade de fazer política é ser empregado municipal. Na minha época não era assim. E muito menos antes: era militar pela convicção. Hoje tem uma coisa de eu milito para ver se posso obter isso, para ver o que me dão.

O desinteresse e a gratuidade da atividade fazem a essência da verdadeira militância. O *acompanhar* um condutor sem esperar nada em troca; o *trabalhar* desinteressadamente pelo bem do bairro; o fazer por *convicção*. São estes os atributos da vocação militante, aquela em

que *fazer* tem valor e sentido por si mesmo. Talvez por isto, ainda que La Chana estivesse esperando sair seu posto; ainda que Herminia tivesse lhe dito que falasse pessoalmente com Jose; ainda que Andrani houvesse lhe dito “tens que insistir” e que La Chana soubesse que, efetivamente, o tempo pré-eleitoral era o momento de *pedir*, porque logo as questões a ser dirimidas seriam outras; tratava-se de expectativas difíceis de serem postas em palavras, ou, ao menos, de serem postas em palavras mais de uma vez, pois esse dizer repetido podia implicar a explicitação de um interesse não autorizado para o verdadeiro militante.

Na última vez em que falaram pessoalmente, La Jose havia dito que calculava “para a metade do ano”. A metade do ano chegou e passou, e várias vezes pude ver La Chana tensa porque se aproximava algum evento onde encontraria La Jose, e não sabia se falava ou não, e se falasse, como fazê-lo. Mais de uma vez, me disse que a havia visto mas não tinha encontrado o momento porque sempre estava rodeada de gente. Era, com efeito, difícil de encontrar um momento para falar aquilo que existe para não ser falado. Enquanto isso, os de fora, sim, perguntavam, curiosos, alguns ansiosos, outros cínicos, por “seu trabalho”, o trabalho de La Chana: funcionários como o próprio Andrani; gente do bairro como Quique, que dizia esperar que algum dia ela fosse reconhecida por tantos anos de trabalho –“Segues trabalhando para Pereyra, Chana?”, havia perguntado–; seu marido, talvez a pressão mais forte para La Chana: da ótica de Luis, a gratuidade do trabalho político não só era uma espécie de abuso –exploração, se preferido for–, como também atropelava o funcionamento de sua casa, a criação dos filhos, e a disponibilidade de La Chana para ajudá-lo na atividade da qual, no fim, todos viviam, a oficina de conserto de calçados.

Poucos meses depois das eleições de outubro de 2007, La Chana cruzou com La Jose em um corredor da prefeitura. Incrivelmente estava sozinha, e foi então que, antes de encerrar a breve conversa que tiveram, La Chana se animou para mencionar o assunto:

–Jose, eu só queria saber se a senhora se lembra de meu trabalho –haveria lhe dito. E La Jose haveria lhe respondido que o tinha presente, e que o primeiro que saísse, seria para ela, e ela então esclareceu:

–Eu queria dizer sobre o trabalho, que não estou esperando por necessidade, não o necessito por uma questão econômica, porque graças a deus meu marido tem trabalho e, com isso, mais meu plano, nos ajeitamos. Eu pedi o trabalho porque isto é o que a mim dá gosto fazer, e se eu tiver meu salário em minha casa, vou poder manejar tudo melhor, vou ter mais tempo para poder me dedicar mais ao trabalho de bairro, entende?

As festas passaram, o verão passou, e La Chana me ligou em um dia caloroso de fevereiro –já 2008– para que fôssemos pedir uma audiência com La Jose. A rigor, duas audiências: uma para ela, por seu trabalho, e outra para mim, pelo meu. Assim o fizemos na secretaria de Relações com a Comunidade. E foi 4 meses depois que recebeu uma ligação de um *companheiro*, informando-me que “havia algo para ela”. Naquela ocasião, já havia dado o término formal a meu trabalho de campo, ainda que continuasse tendo contato assíduo com La Chana; algumas vezes eu ligava para saber como andava, ou para saber sua opinião frente a algum fato político que me interessava; outras, ela me ligava com alguma novidade que lhe parecia relevante; outras, convocava-me para alguma coisa pontual e eu a acompanhava:

–Não é exatamente um emprego municipal –me explicou em uma dessas ligações–. É um lugar em uma cooperativa de um programa da Nação. Este *companheiro* me explicou que La Jose mandou dizer que, nesse momento, não havia lugar para um posto, e que os *companheiros* que estavam esperando podiam entrar, enquanto isso, em uma cooperativa... Ou seja, é uma cooperativa para *companheiros*. Não me convence muito, mas vamos ver, amanhã tenho que ir falar com Rubén.

E assim o fez. Rubén a pôs a par da modalidade de trabalho; ela lhe perguntou pela audiência com La Jose que seguia pendente, e ele respondeu que, no momento, não havia novidades. Alguns dias depois, começaria a atuar como auxiliar de serviços gerais em uma creche municipal, trabalho que tinha sido designado como o de “sócia” de cooperativa, e pelo qual tinha uma remuneração de 500 pesos mensais. Em 10 dias, apresentou sua renúncia. Disse a Rubén que deixava seu lugar para outro *companheiro*, e que quando La Jose pudesse lhe dar uma audiência, que por favor a avisassem. Lembro-me que Estelita ficou irritada com a decisão, disse a La Chana que era uma “pretensiosa”, que “queria tudo”, e que, no fim das contas, eram 500 pesos mensais, que não poderia depreciar um salário assim.

Tardei um tempo para me dar conta de que La Chana havia renunciado não só porque o trabalho não lhe convencia, nem lhe interessava, nem era um posto “de verdade”; mas também por algo que a havia perturbado desde o início: Jose não a havia comunicado da situação pessoalmente, não havia tomado seu tempo para lhe dar a audiência, recebê-la e explicar que, no momento, era isso o que tinha para lhe oferecer, tampouco havia contemplado aquilo que La Chana havia lhe dito há mais de um ano e meio antes, quando se reuniram pela primeira vez sozinhas: que ela queria um lugar para seguir militando.

Foi depois de sua renúncia que desapareceu por um tempo, sem responder minhas chamadas nem mensagens. Nessa época, eu já havia aprendido que seus desaparecimentos –que antes

tanto me alarmavam, sempre com a dúvida se eu teria cometido algum erro ou se alguma coisa a havia ofendido— tinham a ver menos comigo e mais com as desavenças com seu trabalho político. Sobretudo, fui aprendendo que os silêncios de La Chana ocorriam toda vez que considerava que a equivalência da relação com seus referentes e dirigentes, ou com a *política* se preferido for, via-se vulnerada de alguma forma. O vínculo com seus dirigentes era, assim como o vínculo com seus vizinhos, permanentemente construído e negociado em função desses cálculos morais entre o dado e o recebido. Nessa avaliação transcorria, em última instância, a definição do quantum de trabalho que, ela considerava, era justo investir na *política*. La Chana o punha em termos concretos: se tinha *respuestas* ou não, se estavam *respondendo* bem ou mal.

Não ter *respuesta* era, por exemplo, não ser recebida pessoalmente em audiência por La Jose; era, também, não ser respaldada naquilo que necessitava para reproduzir sua própria condição de *referente de barrio*, quer dizer, aquele que pode dar *respuestas* aos vizinhos. Esse foi o caso, por exemplo, o temporal ocorrido em outubro de 2007. Nessa ocasião, eu estava em pleno trabalho de campo, e quando desatou o temporal, encontrava-me no centro de Varela, ia a caminho da Secretaria de Desenvolvimento Social, onde ocorreria uma reunião entre a secretária e os dirigentes da Coordenadoria Varelense em Luta —reunião que já tinha sido postergada uma vez, e seria postergada de novo por causa da emergência do temporal. Foi então que liguei para La Chana em todos os seus celulares, e em nenhum tive resposta; mais tarde, fui a sua casa e não encontrei ninguém; nos dias subseqüentes, tampouco pude encontrá-la, apesar das mensagens, recados, e mais ligações. Pensava que estaria transbordando de trabalho, assistindo aos afetados pelo temporal, distribuindo as chapas e os colchões que —os empregados da Defesa Civil e do Desenvolvimento Social diziam à gente— estavam sendo distribuídos nos bairros. Foi nessa semana que o então presidente Néstor Kirchner inaugurava o Hospital Regional de Cruce Varela, ato ao qual estávamos convidadas, e ao qual La Chana havia se comprometido a levar gente. No dia do ato, tampouco apareceu.

O temporal passou, a semana seguinte passou, e também as duas seguintes. Pensava que minha relação com La Chana havia se arruinado sem saber o porquê, até que, inesperadamente, recebi sua mensagem no celular: “Juli, perdoe-me por desaparecer do planeta, mas às vezes é bom tomar um pequeno descanso para recarregar as pilhas. Amanhã às 8 e meia arranco, vens?”.

Oito e meia estava na porta de sua casa. Vi que me recebia como se nada tivesse acontecido, e assim me comportei por um tempo, enquanto tomamos uns mates, terminamos de arrumar a sala, e partimos para pegar o ônibus para o Conselho do Partido, onde os companheiros

concentravam para sair aos bairros para fazer “piquete político” ou “piquete eleitoral”. Foi no caminho que La Chana me pediu desculpas por “haver desaparecido assim”:

–É que estava com muita raiva, tinha que esperar que passasse.

–O que aconteceu, Chana? Diga-me.

–É que na prefeitura fizeram tudo errado. Me deu tanta irritação que não quis ir para lado nenhum. Estelita ficou brava comigo, mas o que quer que faça, se ficam te falando da importância das UGL, da gestão participativa, mas no final, quando tem que resolver os problemas concretos, acontece que a UGL não existe. Olha só: no primeiro dia do temporal, dei voltas por todos os lados. Você viu como chovia, Luis me deu uma mão na roda, me levou ao Desenvolvimento, dali à Defesa Civil, dali ao EFA, onde davam chapas a qualquer pessoa. Dali fui à salineta da saúde, e o assistente não estava, me disseram que não ia chegar. Fui à prefeitura e não me atenderam. À minha casa, vinham as pessoas perguntar pelas chapas, todo o dia, e eu não sabia o que dizer. Se a mim jogaram de um lado para o outro, imagine as pessoas...

À medida em que avançava em seu relato, a irritação de La Chana parecia se tornar vívida de novo.

–Quando finalmente pude encontrar Rubén, disse, ‘Mas estão fazendo as coisas errado, estão dando chapas a gente que tem loja e depois as vende! Por que não usam as UGL para definir as prioridades?’. Mas não, quando eles necessitam, as UGL são bárbaras, quando as pessoas necessitam, nada. No dia seguinte, já não anotavam, diziam que os que não se anotaram nos primeiros dias, não poderiam receber. E nós sabemos muito bem que quem está afetado pelo temporal, no primeiro dia não está se anotando na prefeitura, está vendo como resolver a confusão, onde levar as crianças, como salvar as coisas, os móveis, a roupa... Voltei ao Desenvolvimento na quarta-feira, as pessoas chegavam e diziam a elas, ‘Ai, mas por que não te anotaste nos primeiros dias se estás nessa situação’, imagina o que não é para uma pessoa escutar essa resposta...

–Por isso é que tampouco foste ao ato...

–Claro, como eu iria?, não tinha gana... Além do mais, eu tenho que ir a essas atividades como militante, por lealdade, para acompanhar, mas não porque eu tenha um compromisso pessoal com eles, porque não tenho, eu não tenho a obrigação de ir.

Quando La Chana sentia que não tinha respostas, exercia seu direito –e seu poder de negociação– de não acompanhar. Neste caso particular, não se tratava somente de falta de *respostas*; La Chana se sentia usada por seus dirigentes: sentia que usavam seu *trabalho político* quando eles e para o que eles necessitavam. Ao não recorrer às UGL para canalizar a assistência do

temporal, La Chana considerava que não só “havam cagado” para a *necessidade das pessoas*; “havam cagado” para ela como *referente*, expondo-a, frente a todos seus vizinhos, como alguém incapaz de resolver em uma situação de emergência como essa. Nem todos os referentes podiam exercer sua capacidade de negociação do *acompanhamento* com igual liberdade. Chana não tinha “obrigação” de ir ao ato, me disse, mas Estelita, por exemplo, sim.

–Por quê? –perguntei então.

–Por seu trabalho. Ou seja, o que é municipal, tem que acompanhar sim ou sim, porque ao que é municipal, já lhe responderam. Não somente tem que acompanhar, às vezes tem que fechar a boca... Quem não é, pode dizer, pode dar sua opinião, pode ficar com raiva, pode falar a partir deste outro lugar... entende?

Se, como vimos, do ponto de vista dos dirigentes, conceder um posto municipal é aquela doação sempre perigosa, que pode implicar a independência do militante de suas obrigações, e, em última instância, o término da relação de militância, para o militante de base, ao contrário, passar a *ser municipal* pode significar um compromisso ainda maior para com seus dirigentes, e uma perda de autonomia: ante uma dívida incancelável, o militante fica a tal ponto moralmente comprometido que, se quiser dar continuidade à relação, deve sempre *acompanhar*. Uma vez, indo no ônibus a um ato do PJ na Capital, Paquito, um homem companheiro de La Chana que havia se sentado a meu lado e que, conforme me disse, havia começado a militar antes de eu ter nascido, me explicou que ele era “militante e não municipal, e que não se devia confundir essas coisas”:

–Por exemplo –explicou–, eu estou aqui como militante. Eu não sou municipal e tampouco quero ser municipal, por quê, porque quando você é municipal, não pode pedir. Por exemplo, eu agora tenho um vizinho que a casa incendiou; então eu falo com Hugo [Pereyra, irmão do prefeito] diretamente, e ele me soluciona. Quando você é municipal, não tem a mesma resposta.

–E por quê?

–É... como posso te dizer, porque eles já te deram, então agora não te dão a mesma bola.

Tempos depois, conversando sobre esta conversa, La Chana me disse que Paquito tinha razão, que, sendo militante, você podia pedir o que fosse, “porque eles sabem que você está trabalhando, que está dedicando seu tempo porque é o que você gosta”. La Chana me disse que os que estavam acima sempre iam dar os pontos, porém, sendo militante, e com um pouco de habilidade, os pontos você é que poderia dar.

De alguma forma, as distâncias e desaparecimentos de La Chana eram um pouco isso, dar os pontos, restaurar uma equivalência abalada para começar do zero. Isso havia acontecido depois do temporal, e isso aconteceria um ano mais tarde, depois de renunciar ao posto na cooperativa de trabalho e dizer que ligassem para ela quando La Jose lhe desse a audiência. A partir de então, sua participação na política seria meticulosamente medida e parcial. Corria o ano de 2008, um ano de intensa efervescência e mobilização política do país: do mês de março em diante, depois de anunciar uma nova modalidade de imposto à exportação de soja, o governo de Cristina Fernández de Kirchner protagonizaria um dos maiores conflitos sociais e políticos de sua gestão, conflito que dividiu o país em duas partes: “o campo” –grandes setores agropecuários e pequenos afetados pela medida tributária e apoiados por amplos setores das classes média e alta urbanas, partidos políticos de centro-direita opositores ao kirchnerismo– versus “o governo” –o peronismo kirchnerista, sindicatos oficialistas, setores sociais e políticos *progresistas*, intelectuais, movimentos sociais, e setores da classe média ligados ou simpatizantes ao kirchnerismo. O enfrentamento adquiriria dimensões públicas inesperadas ao se lançar, basicamente, para as ruas: primeiro com os piquetes de estrada “do campo”, levados a cabo no interior do país, com tratores e caminhões, pelos produtores agropecuários e as empresas de soja, manifestando-se contra a nova medida tributária; logo depois com manifestações massivas, de uma e outra parte, nas grandes cidades e capitais, principalmente em Buenos Aires, cenário privilegiado de uma luta agonística não qual cada setor devia publicizar a quantidade mobilizada, e dobrar a aposta.

Entre março e agosto desse ano, sucederam-se quase uma dezena de atos massivos de uma ou outra facção; em algumas ocasiões, a luta agonística se deu em simultâneo: em datas pátrias, por exemplo –25 de maio, 20 de junho, 9 de julho–, cada setor organizou *seu* ato, cada um entoou o hino nacional, e proclamou, “Se este não é o povo, o povo onde está”, enquanto que no dia seguinte os jornais confrontavam versões do dado que importava: quem havia mobilizado mais. A terça-feira, 15 de julho, foi, talvez, o momento culminante desse duelo: à mesma hora, na mesma cidade, uns na Plaza Congreso, outros frente ao Monumento de los Españoles, o *governo* e o *campo* convocaram suas forças. Lembro-me que, por essa época, Martino me disse que, na Argentina, não podias fazer política sem um movimento de massas, porque a política se definia nas ruas. Perguntei-lhe se, em última instância, isso não era assim em todos os lugares, e ele me disse que provavelmente sim, mas que aqui não era em última instância, que aqui a rua era, precisamente, a *primeira* instância.

A concorrência não era só por quantidade; mais uma vez, aquilo que estava em jogo era definir *quem* eram os que protagonizavam essas manifestações, e *como* e *por que* essas pessoas estavam ali. O lance era, então, demonstrar, além disso, qual dos dois grupos representava o autêntico *povo*, convocado *espontaneamente*, por *convicção*, por própria *vontade*. Os principais meios de comunicação –posicionados a favor do *campo*– foram o cenário onde estas disputas se travavam. Assim, por exemplo, enquanto nas mobilizações do *governo* costumava se assistir a *militantes* –de um *aparelho* partidário–, nas manifestações do *campo* se assistia *pe-soas* –independentes de qualquer estrutura partidária. *Clientelismo* era um termo corrente nas reportagens jornalísticas sobre os atos oficialistas; “Ninguém me trouxe”, esclarecia frente a um repórter televisivo um manifestante de uma das marchas do campo. No dia seguinte a um dos atos oficialistas mais massivos, na Plaza de Mayo, um dos principais jornais opositores ao *governo* informava:

“Quatro jovens chegaram de Santa Fe nem bem Cristina havia terminado de falar. ‘Os do campo nos pararam na estrada e chegamos tarde’, ria uma das meninas. ‘Pertencem a algum agrupamento?’, perguntou La Nación. A jovem olhou a bandeira para poder responder. Não tinha nem idéia. Contou que pagaram a ela a viagem e a comida” (La Nación, 19 de junho de 2008).

“Polêmica na morte do jovem tucumano na Plaza: “Haviam lhe prometido emprego *em troca* de vir ao ato?”, publica o jornal Clarín um dia depois, em referência ao escândalo público que resultou na morte de um participante do ato organizado pelo governo nacional. A notícia acrescenta: “A família ratificou que Carlos Marriera havia viajado pela promessa de um trabalho e o pagamento de 200 pesos, enquanto a dirigente tucumana reconheceu que foram pagas as ‘passagens’, mas subestimou a presença da vítima por *motivos econômicos*. Enquanto isso, o bloco de deputados da Coalizão Cívica apresentou ontem um pedido de informes para que o Governo ‘responda se o Estado pagou a cidadãos para que participasse do ato’” (Clarín, 20 de junho de 2008, meus destaques).

Quase um mês depois, Página 12, jornal aliado ao *governo*, publicaria em referência a uma nova mobilização:

““Ninguém me trouxe’, esclareciam homens e mulheres que havia ido por sua conta à Plaza del Congreso, à manifestação convocada pelo Partido” (Página 12, 16 de julho de 2008).

Florencio Varela seria um dos principais distritos do subúrbio bonaerense em mobilizar “todas as suas forças em apoio à presidenta Cristina”. Assim anunciaria Julio Pereyra ante meios de comunicação nas vésperas de um dos primeiros atos, ao qual o Partido Justicialista

varelense convocou todos os seus militantes. Surpreendeu-me que La Chana não me ligasse para convidar, como costumava fazer em eventos considerados importantes. Surpreendi-me ainda mais quando soube que não havia assistido ao ato. Quando falamos por telefone, explicou-me que não havia podido por conta de seu horário de trabalho –era na época em que já trabalhava na capital cuidando de um velhinho em uma casa de família–, e que tampouco havia convidado porque não estava de acordo, porque a presidenta estava equivocada, estava sendo demasiado confrontativa, e que os preços seguiam subindo, e que ela não daria as caras para sair convidando para respaldar alguém que não estava dando respostas. “As pessoas estão com muita raiva”, concluiu, e depois acrescentou que Estelita havia ido, mas porque –como já havia dito em outras oportunidades– Estelita tinha a obrigação de ir.

Algumas semanas depois, quando nos encontramos na Relações com a Comunidade para falar com Rubén sobre o andamento das gestões da feira de Santo Tomé, soube que essa desconformidade tinha um caráter mais próximo do que “o aumento dos preços”, e que a raiva “das pessoas” era também, além disso, ou melhor, a raiva de La Chana. Explicou-me que havia se distanciado do *trabalho político* porque não gostava como lhe respondiam, que no bairro havia muita gente que se aproximava perguntando pelos planos ou por alguma *ajuda*, e ela não podia dar-lhes soluções; inclusive às vezes os mandava ao de Rosa, do *Movimento Evita*, porque ela sim conseguia planos e muitos conseguiram receber com ela. Na semana anterior, todos os representantes de UGL tinham sido convocados para uma reunião com alguns funcionários do governo, entre eles o secretário de Obras Públicas e La Jose; ali, La Chana e Estelita pleitearam que necessitavam de “apoio político”, porque sem o respaldo deles não tinham como responder à gente. Lucía, que também havia assistido a reunião, haveria se “colado” no pleito. Foi, de fato, nessa oportunidade que La Chana confirmou uma suspeita que a deixava perturbada, e que era, talvez, uma das principais razões não declaradas de sua distância com a política: Lucía havia começado a *trabalhar com* La Jose.

No ato K seguinte, um mês depois, encontrá-la-ia em outra conjuntura. La Chana me ligou de uma telefônica para me convidar, e disse que ia mobilizar alguns vizinhos:

–Não estou de acordo como Cristina [Kirchner] está administrando –me explicou–, mas tenho que ir porque já os comprometi a me darem respostas. Falei ontem com Rubén, me disse do ato e o comprometi a encerrar o assunto da regularização da feira na semana que vem, então está bom, vens?

–Sim, a que horas na sua casa?

–Venha às 10. À gente indiquei diretamente o Conselho do Partido, porque os ônibus saem de lá.

–Quem você está convidando desta vez? –perguntei.

–Convidei Zoila e a gente de Zoila, porque ontem Zoila veio comigo, para ver Rubén, então a comprometi a me acompanhar no ato. Na realidade, tive uma conversa com ela, mas enfim, isso te conto melhor amanhã.

E foi assim que, no dia seguinte, enquanto preparávamos a térmica do mate para partir, contou-me que havia falado com Zoila, porque necessitava saber “qual era o compromisso dela”:

–Porque tudo da feira eu estou conseguindo politicamente, então necessitava saber que apoio tinha da parte dela.

–Mas ela já não havia te dito que acompanhava? –perguntei sem entender.

–Sim, inclusive preencheu algumas das planilhas com gente que ela contava. Mas a questão é que ela sempre me disse que acompanhava, que acompanhava o prefeito, o município, mas eu necessitava saber se iria respaldar a mim, porque todas as coisas que eu estava conseguindo para a feira me eram dadas politicamente.

–E o que ela te disse?

–Que sim, que entendia perfeitamente, e que acompanhava a mim.

A preocupação de La Chana não só falava dessa conjuntura delicada na qual se encontrava naquele momento a relação com seus dirigentes. Expressava, em termos gerais, que, nesse universo, para existir e subsistir politicamente, o acompanhamento é, por definição e como se viu (cf. capítulo II), de caráter pessoal. Um acompanhamento genérico –ao *governo*, ao *prefeito*– não é acompanhamento; um *compromisso* com o partido ou com o município, não é, para La Chana, um *compromisso*. A questão não era se Zoila apoiava ou não o prefeito; a questão era se contava ou não com sua lealdade pessoal, quer dizer, se Zoila formava ou não parte de *sua* gente, essa que a acompanha no sentido mais cabal do termo: movendo-se com seus movimentos, mobilizando quando ela mobiliza, e para quem ela mobiliza, além e independentemente de qual seja a figura política para a qual, em última instância, se está fazendo quantidade.

Por outro lado, pergunto-me se La Chana pôde exigir de Zoila uma definição clara sobre seu acompanhamento precisamente porque, a essa altura, havia mostrado dar *respostas*: não só as gestões da feira prosperavam, como também havia conseguido, por fim, o plano de Romero. Agora sim La Chana estava em condições de comprometer.

Naquele dia do ato, no entanto, não mobilizaria nem Zoila, nem sua gente, nem nenhum vizinho. Na noite anterior, Herminia havia ligado para avisá-la que “eles” –quer dizer, a linha de La Jose– não tinha que mobilizar: “Vamos só os companheiros”, disse. Perguntei a La Chana por que, e me disse que não sabia. Algumas horas mais tarde, na porta do conselho do Partido, onde quase uma centena de militantes, dirigentes e empregados municipais esperavam os ônibus ausentes para partir à capital, inteirei-me que não só a linha de La Jose não mobilizava, como tampouco os espaços de outros dirigentes.

–E por quê? –perguntei a Paquito, militante do irmão de Pereyra e encarregado de organizar a distribuição das pessoas nos ônibus que chegariam.

–Menina, imagina só que estamos desde março, uma movida atrás da outra, isso é muita grana, sabes o que é mobilizar tanta gente? Pereyra apóia, mas o partido já não pode mais.

–O partido banca tudo?

–É, quase tudo. O pingüim¹² pega algo dos intendentés, mas não pense que é muito, os atos é cada distrito que banca, isso é, acompanhar, entendes?

–E quantas pessoas Varela mobiliza hoje?

–Cinco mil pessoas, 150 ônibus.

–E no ato passado?

–Oito mil, 200 ônibus. E no anterior, 10 mil. Mas os outros foram na Plaza de Mayo, hoje vai ser na Plaza Congreso, é muito menor.

–E quanta gente Moyano¹³ leva, por exemplo?

–Domingo, quando gente Moyano leva hoje?

–Caminhoneiros¹⁴ leva 14 mil, e a UOCRA¹⁵, outros 14 mil –respondeu Domingo olhando a planilha que tinha na mão, enquanto fazia sinal a um dos ônibus para que desse a volta e entrasse pela rua lateral.

–¿Y cuánta gente lleva Moyano por ejemplo?

–Domingo, ¿cuánta gente lleva Moyano hoy?

–Parece que Barrionuevo¹⁶ leva 13 mil ao ato do campo –disse outro homem que estava ao nosso lado.

¹² Apelido do então ex-presidente Kirchner.

¹³ Hugo Moyano, desde o ano de 2004, Secretário Geral da Confederação Geral do Trabalho (CGT), a maior central sindical da história do país, e uma das sustentações políticas mais importantes do governo dos Kirchner.

¹⁴ Refere-se ao sindicato que agrupa os trabalhadores caminhoneiros e empregados do transporte automotivo.

¹⁵ Unión Obrera de la Construcción de la República Argentina (UOCRA), sindicato que agrupa os operários da indústria da construção.

¹⁶ Luis Barrionuevo, dirigente sindical e principal opositor de Hugo Moyano na CGT.

–Não creio que leve tanto, esse ato vai ser uma cagada –arrematou Paquito com total segurança.

Pouco a pouco, a relação de La Chana com seu *trabalho político* parecia se recompor. Depois desse ato e durante algum tempo, só chegaram boas notícias. As gestões da feira social marchavam como nunca. Hermínia havia tido a reunião com Rojas e conseguido a assinatura da habilitação do espaço público; Rubén havia se reunido com Alcira Pando e o expediente para a regularização havia entrado em curso, “completinho, com tudo o que tinha que ter”. A personalidade jurídica da *comissão* “Micro-empresendedores de Santo Tomé” havia saído. O reconhecimento municipal da *Feira Social* era questão de semanas. No início de setembro, La Chana me ligaria para me convidar a outro ato:

–É só para companheiros, mas sempre há lugar para uma a mais –me disse com risinhos.

–O que é? –perguntei.

–Cristina vem anunciar obra pública.

Naquele momento disse “sim”, mas, no dia seguinte, quando soube que o ato havia passado da manhã para o fim da tarde, escrevi explicando não poderia. “Vá se danar”, me respondeu com raiva, e ainda por cima acrescentou que tinha um só convite e o tinha guardado para mim.

Soube pela mídia que a presidenta da Nação havia anunciado a assinatura de um convênio por 85 milhões de pesos para a pavimentação de 570 quadras em todos o distrito; senti-me com culpa porque vi que o ato tinha sido em um lugar muito pequeno, provavelmente os convites tinham sido restritos e La Chana havia desperdiçado o meu. Esperei que passassem alguns dias e decidi escrever a ela perguntando como estava a presidenta. Temi que não aparecesse –desta vez por raiva de mim–, mas, para minha surpresa, respondeu:

–Não fui porque me pegou uma dor de estômago muito forte, e tampouco pude ir trabalhar. A Lucía deram um trabalho na prefeitura.

A esta mensagem seguiram semanas de silêncio, talvez o sumiço mais prolongado de La Chana. Ligações, nunca atendeu nem me fez, e se respondeu alguma mensagem o fez telegraficamente. Sem o pôr em palavras, entendi o que me dizia, ‘estou, mas não tenho gana de falar’. Sabia que La Chana vinha em desacordo com a demora de seu emprego municipal; com o fato de que La Jose não a houvesse dado a audiência para lhe explicar pessoalmente o porquê dessa demora, e o porquê do trabalho como supervisora no jardim, e todas essas coisas. Porém, que outra militante, do seu ponto de vista colocada abaixo na ordem de mérito, recebesse um posto

antes dela; e, não fosse pouco, ainda que essa militante fosse ninguém mais, ninguém menos do que Lucía, era um gesto difícil de engolir. No fim das contas, o que era esse posto se não um reconhecimento dentro de seu próprio espaço político, um signo do lugar que ela, como militante, tinha para seus dirigentes. Toda resposta ao militante se reduz, em última instância, a esse caráter sígnico: fala do valor do militante enquanto tal. Desde os recursos que lhe são proporcionados, a informação que lhe é transmitida, os eventos aos quais é convidado –ser convidado para um ato restrito ou não, ser convocado para uma comitiva com o prefeito à Casa Rosada–, a qualidade e o tamanho do ônibus a ele destinado –ter reservado um ônibus próprio para um ato, ser anexado ao ônibus de outro companheiro, ter ônibus grande ou ônibus pequeno. Através desses gestos, expostos à vista de todos, precisamente porque todos se encarregam de observar, comparar, medir e comentar quem tem o que, cada pessoa –militante, referente, dirigente, político– define seu lugar nesse universo que é o peronismo. Lugares que, como em qualquer universo social, são relacionais: o ingresso de Lucía a um posto municipal era o não ingresso de La Chana.

Era, também, a desobediência ao princípio de correspondência entre fazer e merecer: fazia tão pouco que Lucía havia se incorporado ao espaço político de La Jose; era alguém a quem tantas vezes seus dirigentes –Lili, Herminia, Rubén– haviam manifestado desconfiança e receio; fazia tão pouco tempo que La Jose havia dito pessoalmente a La Chana, naquele corredor, que “o primeiro que saísse seria para ela”. A tal ponto a concessão do posto a Lucía era injusta e injustificável, que, tempos depois, quando Rubén teve que dar explicações a La Chana, pode somente invocar aquele outro critério de merecimento, extra-político mas moralmente inobjektável, o da *necessidade*:

–Te asseguro, Chana –disse– que se você escutasse tudo o que está acontecendo com Lucía e escutasse tudo o que eu escutei, te asseguro que lhe davas o trabalho. Teria feito isso com você e com qualquer militante que estivesse nessa situação.

Mas pouco importava, no fim das contas, de que critério de merecimento havia se lançado mão. O ingresso de Lucía –e o não ingresso de La Chana– era um desses gestos expostos à vista de todos, em um universo em que as doações e retribuições, os lugares ocupados e deslocados, as ascensões e os descensos, são as informações mais apreciadas e de maior circulação: se a tal deram o trabalho, se a fulano transferiram de área, se promoveram o diretor, se convidaram a tal ou tal ato.

La Chana só reapareceria dois meses depois; foi nos primeiros dias de dezembro, e com uma boa notícia: convidava-me ao ato de entrega do reconhecimento municipal da Feira Social de Santo Tomé, evento que contaria com a presença do prefeito e que, como pode se imaginar, tinha um significado importante para ela: havia sido quase dois anos *pelejando-a*, como me disse essa vez. Foi nessa conversa que soube que, durante o tempo que havia passado, havia se dedicado exclusivamente ao *trabalho institucional*, que havia mantido seu trabalho com o velhinho da capital, e que, em relação à *política*, havia se “declarado em rebeldia” até o momento em que La Jose lhe desse a audiência. Não participava da agenda política, não havia mobilizado em uma porção de atos de inauguração de obras aos quais a haviam convidado; nem sequer havia ido à reunião para referentes convocada por La Jose uma semana antes, nem iria a nenhum evento com essas características sem que antes seu dirigente se dignasse a atendê-la pessoalmente. Recordo que perguntei diretamente:

–Mas como fazes, sumir não é pior?

–Eu sigo com o trabalho institucional, e isso é o mais importante. De resto, eles sabem que eu estou esperando. Sabem que sou referente do bairro, que se necessitam de gente, eu mobilizo porque muita gente me acompanha. E também sabem que mobilizo se me respaldam... O que posso fazer?, a mim o trabalho político é o que me dá gosto, você sabe, mas nestas condições não posso seguir.

Eu sabia, como também sabia ler seu tom de voz. A situação a amargava profundamente. De alguma forma, seus referentes haviam esticado demais a corda e não haviam lhe deixado outra que não retirar-se. Os estados de ânimo de La Chana se moviam com o vaivém de sua militância. Assim como uma conquista era capaz de dar a volta por cima em um mau dia, de rever a angústia de uma peleja com Luis ou algum problema familiar, uma decepção como a que havia tido era capaz de abatê-la. La Chana era afetada pelo *trabalho político*, para o bem e para o mal, talvez precisamente porque sua relação com o *trabalho político* era também afetiva. Alguma vez havia me dito que “em política não podes te mover pelo afeto”, que *afeto* e *política* eram coisas que não deviam “se mesclar”. Não deviam, mas a vida as mesclava.

Vimos que a figura do mau militante está representada por esse que poderíamos chamar de “interesseiro” –aquele que só busca obter algo em troca ou está sempre de olho no que podem dar, como costumava dizer Herminia, Rubén, Lili. Ao militante “interesseiro”, os referentes de La Chana costumavam opor o militante que poderíamos chamar de “altruísta”, que milita por *convicção*, pelo bem do *bairro*, porque *acompanha* incondicionalmente e com lealdade um condutor. Creio que La Chana opunha a esse militante “interesseiro” outra figura; uma que

tinha não só mais valor, como também mais sentido em relação à sua própria experiência: ao interesse, La Chana não opunha tanto a *convicção* ou a *lealdade*; opunha sobretudo a *paixão*, o *militante com paixão*, como ela dizia, esse para quem o *trabalho político* vale a pena por si, pelo único fato de fazê-lo, esse que se compromete porque militar é o que gosta de fazer, o que o faz se sentir bem. Sempre me pareceu que esse gosto era parte do que explicava o fato de que, em cada ato partidária, La Chana estivesse disposta a empurrar a multidão até chegar à primeira fila, e ficasse ali, colada ao palco, seguindo os detalhes até o último minuto; ou que houvesse aberto as portas ao meu trabalho e à minha presença cotidiana; ou que somasse a feira de Santo Tomé a seu trabalho em Las Rosas, e que andasse com dois ou três chips de celular para poder administrar suas ligações frente a Luis; ou que fizesse malabarismos para pôr de seu bolso para que o festival do dia da criança saísse como ela esperava. Isso que ela chamava *paixão* –e que talvez me permitiu pôr em palavras o que eu via no fazer de Seu Nazar, de Aníbal, de Martino, de Vero Aguirre, de Gutiérrez encarregado do depósito, e de tantos outros–, a distanciava de alguns de seus companheiros –como a própria Estelita, ainda que La Chana não o formulasse em palavras– e a aproximava de outros, como Paquito, a quem admirava porque “punha adrenalina” nas coisas. Lembro-me que, em umas eleições, lamentou quando soube que a haviam transferido de escola e que não compartilharia da jornada eleitoral com Paquito. Em seu lugar, haviam destinado uma militante que La Chana considerava “de madeira”:

–Você viu, faz as coisas sem gana... Se hoje estivéssemos com Paquito, se o visses, o verias histérico, nervoso, porque se compromete, se apaixona pelo que faz, a mim dá gosto trabalhar com gente assim.

Talvez era esta mesma paixão aquilo que mais a aproximava –e que mais sentia falta– de Lucía, essa inimiga que doía porque alguma vez tinha sido grande *companheira* de uma saudosa época de militância. Mais de uma vez, La Chana me falou sobre aqueles anos em que acompanharam Pájaro Ríos: para ela, Pájaro era um cara muito inteligente porque havia sabido se rodear de um grupo de *militantes com paixão*, esses que vivem cada eleição como se o que estivesse em jogo fosse sua própria pele –entendes?, me dizia–. Era esse, segundo La Chana, o verdadeiro militante.

Nunca soube o que avaliaram seus dirigentes em relação a seu afastamento da política, mas certo é que, um ano depois do pedido de audiência com La Jose, quer dizer, em fevereiro de 2009, La Chana receberia, por fim, a ligação da Secretaria de Relações com a Comunidade.

Escreveu-me uma pequena mensagem me contando a notícia: a audiência seria na semana seguinte. Quando falamos por telefone, contou-me parte dessa conversa:

–Eu disse, ‘Bom, como você me disse na primeira vez em que falamos, faz dois anos, é fazendo que se cria a oportunidade. E, enfim, eu creio que passou um tempo, e eu fiz bastante, deu para ver como eu como eu trabalho, assim eu penso, a senhora é quem irá julgar’. E ela me disse que eles sabiam como trabalho, que sempre haviam estado de acordo, e que havia um lugar para mim. Me perguntou também se tinha alguma preferência, e eu disse que sim, que, como havia lhe comentado na outra vez, eu não tinha necessidade econômica, meu marido tinha trabalho e eu agora também... Disse que eu queria um lugar onde poderia seguir trabalhando politicamente, nos bairros, nas instituições, que é o que eu gosto e o que sei fazer.

Nesse *gosto*, ao qual havia apelado na conversa com sua dirigente, La Chana construía, para si e para os outros, não só o caráter desinteressado de sua militância, como também o interesse desinteressado de seu posto municipal. Contrariamente, era esse gosto aquilo que não podia nem devia expor a seu marido; La Chana costumava dizer que ela sabia que Luis era um pouco chapeado à antiga; e assim era, e assim o queria, mas não via a hora de deixar de se sentir em falta com sua casa (porque não havia chegado a tempo, ou porque a comida não estava feita, ou porque Luis havia tido, no fim, que se ocupar das coisas dos filhos). Levando um salário, Luis não teria como reclamar de sua ausência: no âmbito doméstico, era precisamente a remuneração aquilo que tornava o *trabalho político* uma atividade justificada.

Se, como antropóloga, dissesse que La Chana tinha “interesse” em seu posto municipal, provavelmente isso estaria certo. Agora, enfim, o que seria esse “interesse”? Interesse em um salário seguro e em possibilidades de ascensão econômica, certamente; interesse em resolver as tensões em sua casa com Luis e poder justificar economicamente suas ausências, não o duvido; como tampouco tenho dúvidas que seria, também, interesse em poder dizer a Quique que agora “era municipal”, que havia sido devidamente retribuída e reconhecida, que não era uma idiota à qual manipulavam e usavam; interesse em restituir, para si e para os outros, a equivalência de sua relação com seus dirigentes, fazendo valer a associação entre fazer e merecer; interesse em ter aquilo que era signo de seu valor como militante; em suma, interesse em dar continuidade à sua militância, porque agora sim podia dizer que seus dirigentes haviam lhe *respondido*, e, então, interesse em seguir fazendo aquilo que *gostava* de fazer.

Assim, do meu ponto de vista como observadora, esse “interesse” podia ser substituído por outras palavras: *necessidade*, *compromisso*, *gosto*, *paixão*, *afeto*; as intenções separadas por todos em palavras, fundiam-se e confundiam-se em atos. E com isto, não quero dizer que

meus interlocutores viviam uma realidade ilusória, ou quebravam as regras que diziam professar. Na verdade, quero dizer que essas atribuições de intenção, suas distinções, oposições e usos pragmáticos, formam parte de nosso objeto, e que, portanto, antes de replicá-las na explicação sociológica, são parte do que tem que ser explicado; e também, que nosso material empírico está feito não só do que nossos interlocutores dizem e fazem com palavras, como também do que dizem e fazem com gestos, com silêncios e com atos.

Poucos dias depois da audiência com La Jose, La Chana voltaria a receber uma ligação da Secretaria, solicitando que levasse cópia de seus documentos e de seu título secundário de Técnica em Administração. Então assinaria os papéis para seu ingresso na Direção de Desportos da Secretaria de Relações com a Comunidade, e, uma semana depois, começaria a trabalhar, todas as manhãs, no Clube Social do bairro Villa Margarita. Alguns meses depois, quando falamos, me disse que estava “se ajustando” ao trabalho, que os outros empregados eram “muito gente boa”, e que seu chefe também. O “único probleminha”, disse, era que o cara não era *companheiro* –quer dizer, não tinha um posto *político*–, por isso estava vendo como fazer para que, nessa sexta, dia em que Pereyra *rodava* no bairro, dessem permissão a ela para ir mais cedo e, então, poder *sair para convidar*.

Final

Iniciei esta tese apresentando duas imagens morais da política, a da *resistência* e a do *clientelismo*, às quais meus interlocutores de campo costumam ser associados por diversos atores –políticos, jornalísticos, governamentais, especializados, acadêmicos e intelectuais– que produzem sentidos sobre a *política* que tem como protagonistas as chamadas *camadas populares*. Se me remontei a *dezembro de 2001*¹ para apresentar essas imagens, é porque esse foi um dos momentos históricos em que elas se cristalizaram –e foram operadas nas arenas públicas– como formas alternativas e contrapostas de explicar um mesmo conjunto de fatos, e de responder a uma mesma pergunta: por que as pessoas estão ali –nas ruas se manifestando, nos comércios saqueando. Ao longo das páginas, o leitor terá percebido que essa pergunta, bem como algumas das respostas contidas no uso de termos como *resistência* –‘convicção’, ‘compromisso’– ou *clientelismo* –‘interesse’, ‘manipulação’–, não pertencem ao passado, mas fazem parte do presente cotidiano daqueles que dão vida a esta etnografia. Como mencionei algumas páginas atrás –cf. capítulo IV–, um conflito político que recentemente dividiu o país em duas posições –o *governo* vs. o *campo*–, definiu-se, dentre outras coisas, pela *quantidade* de pessoas que cada setor demonstrou representar nas ruas, e também na capacidade de cada um para impor uma certa imagem sobre *quem* eram as pessoas que compunham essas quantidades, *como* e *por que* se mobilizavam: quem ia aos atos espontaneamente e por conta própria, quem era levado por outros; quem ia por pertencimentos “políticos”, quem por “motivos econômicos”; quem ia com consciência, quem sem saber aonde ou ao quê.

O leitor terá percebido, além disso, que não são só os “de fora” aqueles que apelam para estas controvérsias: também o fazem meus interlocutores de campo em suas relações, experiências, e interações de todos os dias. ‘Por que vêm’ –e por que vão– é uma pergunta leiga, é uma pergunta sociológica, e é também uma pergunta nativa. Nesta etnografia, expus diferentes situações em que as pessoas –dirigentes, referentes, vizinhos, companheiros, funcionários– colocam, para si e para os outros, esta interrogação, e ensaiam respostas através das quais criam realidades: explicam e julgam o agir próprio e o dos outros, estabelecem ou dirimem

¹ Ver Introdução, nota 7.

conflitos, fazem e desfazem acordos, tecem e destecem relações. Essas respostas envolvem atribuições de intenção e motivação do comportamento próprio e alheio, e costumam adotar valor positivo ou negativo segundo o contexto de situação em que são operadas: ir –ou vir– por *vontade* ou por *obrigação*; por *necessidade* ou por *compromisso*; *em troca* de alguma coisa ou por *compromisso*; com consciência ou sem saber; por si próprio ou pelos outros (o *vizinho*, o *morador*, a *gente*, os *companheiros*, o *bairro*). Em alguns contextos, por exemplo, para Martino, dirigente do MTR, a possibilidade de as pessoas “irem por necessidade” ou “pelo plano” é controvertida, não só porque se distancia do ideal de organização *política* que ele quer construir, mas também porque se aproxima daquilo que ele procura manter longe de si: o *clientelismo*, ou o que às vezes ele chama de *economicismo*. Enquanto que, em outros contextos, ante um funcionário do *governo* por exemplo, a capacidade de mostrar “a necessidade das pessoas” é aquilo que justifica e valida um reclamo ou uma medida de força como uma mobilização. Também em um outro contexto, enquanto Martino e outros dirigentes se preocupam em como ir “para além do plano”, Seu Nazar se preocupa, ao contrário, com a exigência de que os companheiros discutam “política”, quando –presume ele– eles “vão por necessidade”. Como Seu Nazar, La Chana tampouco acha problema no fato de as pessoas *acompanharem* “por necessidade” –inclusive a *necessidade* das pessoas é uma das justificativas do *trabalho político*, fundado na vocação de serviço do *trabalho social*–, mas sim na possibilidade de esta “necessidade” virar acompanhamento interessado –“só por necessidade”, à espera de alguma coisa “em troca”. Do mesmo modo, seus dirigentes políticos se preocupam em diferenciar o militante por “convicção” do militante que está ali “para ver o que recebe”, e é por isso que La Chana, dentre outras coisas, esclarece que ela “não precisa” desse emprego municipal que tanto espera.

Não só a valência, mas também a polissemia dos termos se revela em ato e em situação: se o *compromisso* é positivamente valorado por todas estas pessoas, vimos que nem todos eles dizem ou esperam o mesmo ao pronunciar essa palavra. Seu Nazar espera um *compromisso* que é estar no cabildo; Martino, um *compromisso* que é entrega ao movimento “para além da necessidade”; La Chana, um *compromisso* pessoal com ela: estar quando ela *necessita*, “para além da política”. Mas há uma coisa que todos eles parecem compartilhar: através de umas e/ou de outras palavras e sentidos, constroem o caráter justo do seu agir, em virtude de um dever-ser da política como atividade voluntária, gratuita, desinteressada, orientada para um bem coletivo ou de outros –o *vizinho*, os *trabalhadores*, o *bairro*, os *companheiros*, os *pobres*. Em uma palavra, Martino, Seu Nazar, La Chana, compartilham este imperativo, e assim como esperam

que as pessoas *vão* de certa forma –desinteressada, voluntária, gratuita–, também é esperado que eles façam política com estas intenções. Ao longo destas páginas, vimos dirigentes e referentes, piqueteiros e peronistas, disputarem não só o controle de certos recursos social e economicamente significativos, tampouco somente a adesão e a mobilização das pessoas que os recebem; os vimos disputar, também, o reconhecimento social de quem está fazendo verdadeira *política*, algo *bom* para os outros.

Nenhum deles está isento da suspeita e da crítica de *fazer política* no mau sentido do termo, essa atividade desonrada como domínio da ação interessada, por e para um bem pessoal, que, no caso de um universo socialmente definido pela *pobreza*, adota a forma de “uso da necessidade das pessoas”, “uso político da ajuda social”, “lucro com a pobreza”. Imputações que circulam em jornais; no programa de TV que *mostra* os bairros de Florencio Varela; no inspetor e na assistente social do *governo* que visitam os refeitórios comunitários para *ver* o que e como as pessoas *estão fazendo*; nos funcionários de *governo*; no *vizinho* que denuncia “Aqui tudo é política” ou “Aqui a gente não arranja nada se não está na política”; em Chana quando acusa os dirigentes piqueteiros de “obrigar (as pessoas) a” e de “fazê-las ir” reclamar; nos dirigentes quando acusam os *punteros* de “apertar” as pessoas e de “fazê-las ir” aos atos.

Ao longo desta tese, acompanhei estas controvérsias não só porque são parte do modo com que meus interlocutores “significam” ou “pensam” o que fazem, mas porque são parte do que fazem, e, enfim, parte dessa dimensão vivida da política que propus restituir. Seguindo meus interlocutores em suas justificativas e críticas, busquei tomar distância de duas práticas de conhecimento correntes no estudo de fenômenos políticos associados às “camadas populares” ou aos “pobres” –seja desde a *resistência* ou desde o *clientelismo*. Uma delas consiste em desviar e excluir da investigação o debate social e a vigilância moral –midiática, acadêmica, política– dos quais esses universos são objeto. Tanto as versões santificadas como as versões demonizadas da *política popular* convergem nesta exclusão, e acabam sendo, neste sentido, assépticas: tudo transcorre como se as pessoas não tivessem conhecimento nem registro do olhar social do qual são objeto, ou dos debates que animam; e como se essa percepção não dissesse respeito a suas vidas, relações, interações, nem ocupasse lugar nenhum na imagem que fazem de nós, os pesquisadores, e, portanto, na forma em que estabelecem vínculos conosco. Creio que acompanhar a pragmática das explicações nativas –no meu caso, sobretudo, a pergunta e as respostas a ‘por que estão ali’– é um caminho fértil para restituir isso que alguns gostam de chamar de “reflexividade” dos “atores” –e que prefiro chamar de condição de pessoa das pessoas com quem trabalhamos. Também, um caminho para repensar aquilo que costumamos invocar e

reconstruir como “contexto” de nossos universos de investigação: O que contextualizamos ou consideramos tem que ser “contextualizado”, e como? Ao apresentar alguns elementos da controvérsia *resistência/clientelismo*, ao restituir o modo como diversos ‘outros’ percebem e enquadram meus interlocutores, e o modo como meus interlocutores percebem e lidam com essas classificações e imagens, tentei reconstruir um contexto que é etnográfico porque é vivido, e assim chamar a atenção para o fato de que o contexto não tem por que estar fora-de –ou acima, ou além–, mas sim *na* experiência das pessoas, isto é: *no campo*.

Uma segunda prática de conhecimento da qual tentei me afastar etnografando a pragmática das explicações, justificativas, e críticas nativas, é aquela que, seguindo Guillermo Quirós (1998), poderíamos chamar de “mimetismo”. No meu caso, busquei evitar o mimetismo de reproduzir, no plano da descrição e da explicação socio-antropológicas, os termos, posições e oposições que meus interlocutores professam. Se iniciei esta tese com as imagens da *resistência* e do *clientelismo*, é porque elas são também nativas e porque, de uma perspectiva antropológica, não são opções a se tomar partido, representações a se desmoronar ou se fortalecer por intermédio da linguagem conceitual; sua própria controvérsia é parte do que deve ser etnografado.

Como indiquei na introdução a este trabalho, o campo intelectual, ao cindir as experiências *políticas* das *camadas populares* em duas “variantes” diferenciadas, e em geral contrapostas (a política “contenciosa” ou “beligerante” dos movimentos sociais, o protesto social e a ação coletiva, e a política “partidária” do peronismo e de suas redes “clientelares”), foi um partícipe ativo na construção das imagens morais do *clientelismo* e da *resistência*. Dentre outras coisas, cada uma destas variantes da política supõe –em geral mais implícita do que explicitamente– naturezas diferenciais dos vínculos em jogo, como também motivações diferenciais do agir dos sujeitos envolvidos:

como assinalei no capítulo I, uma forma privilegiada que a academia combateu a “visão espasmódica” que reduz o protesto social a razões e motivações de ordem “material”, foi contrapor –e atribuir ao ‘ator coletivo’ e aos ‘atores individuais’– razões e motivações associadas a valores morais, considerados não-instrumentais –*mudança social, transformação social, dignificação, visibilidade* ou *reconhecimento social*, dentre outros.

no capítulo II, assinalei que uma distinção análoga entre a ordem do instrumental e a ordem do moral predomina em algumas das perspectivas mais correntes e estabelecidas com que se abordam fenômenos que, como o peronismo, são associados à política “partidária” ou, mais especificamente, “clientelar”. Só que aqui, e de maneira inversa ao tratamento da política

“beligerante”, o que os analistas entendem por dimensão moral dos vínculos –expressada em termos como *favor, ajuda, compromisso, agradecimento*–, costuma ser reduzida à forma de crença, representação nativa, e, em geral, segunda verdade subordinada ao instrumentalismo (da troca calculada e interessada) que se supõe mais real “em última instância”. Assim é que a dimensão “moral” do clientelismo acaba sendo uma espécie de “falsa moral”.

Tacitamente, “política beligerante” e “política clientelar” opõem –e guardam uma simetria inversa entre– duas formas de descrição e explicação: uma que chamo de “moralismo”, privilegia vínculos e motivos de ação de natureza eminentemente moral; outra que chamo de “economicismo”, privilegia –em primeira ou em última instância– vínculos e motivos de ação de natureza instrumental (cf. Quirós 2009b):

	Razão verdadeira	Razão aparente
Política beligerante	Político-moral (<i>compromisso</i>) +	Econômico-instrumental (<i>interesse e/ou necessidade</i>) -
Política partidária	Econômico-instrumental (<i>troca, interesse</i>) -	Afetivo-moral (<i>compromisso, favor, ajuda</i>) +

E digo ‘tacitamente’ porque moralismo e economicismo não são hábitos cognoscitivos proclamados, mas parte dos “não-ditos” com que, a meu ver, as ciências sociais costumam formular suas perguntas, respostas, e debates sobre a *política* em contextos (social e sociologicamente predefinidos como) de *pobreza*. Suponho –e estas são, no caso, hipóteses de pesquisa– que o lugar deste ‘não-dito’ está associado a uma série de práticas epistemológicas de ordem mais geral: em primeiro lugar, a extensão de certo tipo de modalidade de pesquisa –sociológica sobretudo, mas também etnográfica– que privilegia como dado a palavra produzida em situação de entrevista, e deixa em um lugar subordinado –quando não inexistente– a observação do *fazer* da vida social. Junto com isso, a ausência de qualquer tipo de consideração sobre o contexto de situação em que a “evidência” lingüística é produzida contribuiu para ancorar a produção acadêmica à semântica oficial (nativa) do *compromisso* e da *necessidade* –ou às vezes do *compromisso* vs. o *interesse*. Se voltarmos ao quadro de cima, veremos que moralismo e economicismo constituem uma espécie de versão acadêmica das explicações do envolvimento político implicadas na *resistência* e no *clientelismo*, como também de algumas das atribuições de intenção através das quais meus interlocutores de campo, como vimos,

explicam –e debatem– por que eles e outros estão ali –ou não. Em segundo lugar, imagino que pode estar em jogo uma certa superestimação –social e sociológica como indiquei no capítulo III, seguindo F. Weber (1989, 1991)– do lugar da “necessidade” –seja ela qualificada como “material” ou como “simbólica”– nas motivações de sujeitos enquadrados nas *camadas populares*. Olhados deste ponto de vista, economicismo e moralismo aparecem, de fato, como duas variantes de explicação de tipo teleológico: ambas compartilham a presunção de que a origem e continuidade dos vínculos e/ou ações em jogo residiriam em *alguma coisa* –material, econômica, moral, política– que as pessoas buscariam e/ou obteriam (recursos de subsistência, reconhecimento, capital social, político, simbólico, reputação, pertencimento, empoderamento, resistência, identidade, poder, etc). Por último, entendo que os estudos sobre *política popular* não estão isentos –e por que haveriam de estar– de um hábito intelectual que parece mais generalizado: o esquecimento da potencialidade explicativa dos motivos “irracionais” da ação social para os quais Max Weber nos chamara a atenção.

Na introdução a esta tese, mencionei que, nos últimos 5 anos, os resultados de uma série de investigações que recuperam o método e a perspectiva etnográfica levaram a questionar muitas das classificações e rupturas conceituais e normativas envolvidas na cisão entre política beligerante/política partidária². Penso, no entanto, que é uma tarefa ainda pendente refletir sobre o enraizamento, ainda hoje, de alguns dos “não-ditos” dessa cisão em nossas práticas de conhecimento. O movimento pendular entre economicismo e moralismo é um deles, e na medida em que configura as condições de possibilidade do que pode ser dito e do que não, também dizem respeito àqueles que, como nós antropólogos, discutem-com ou prescindem-da “beligerância”, da “ação coletiva”, ou do “clientelismo” como ferramentas conceituais.

Minha impressão é que pela etnografia, inclusive, tivemos dificuldade para oferecer alternativas a esse movimento pendular. No capítulo I, mencionando o meu próprio percurso (Quiros 2006), referi-me à situação em que nós, antropólogos, nos atribuímos, por exemplo, a tarefa de fugir dos reducionismos reconciliando os termos que outros opõem, e buscamos mostrar que “são as duas coisas”: é razão econômico-material (o *plano*, a *necessidade*) e é razão político-moral (esse *além do plano*: o *compromisso*); há “troca” (*interesse*, *necessidade*) e há “moralidade” (*compromisso*, *ajuda*, *favor*). O problema desta operação de soma não é só o de que perdemos o que esses termos e distinções têm de mais interessante: a possibilidade de indagarmos sua ação –e sua própria oposição– no mundo social estudado³. É também o de que, quando dizemos ‘são as duas coisas’, estamos reconciliando os pólos de um debate pré-consti-

² Ver nota 19, Introdução.

tuído e bloqueando a possibilidade de explorar quais *outras* coisas há além dessas duas coisas. Do meu ponto de vista, esse foi um dos maiores problemas do pêndulo entre moralismo e economicismo: ele nos bloqueou a possibilidade de incorporar em nossa análise algumas das dimensões mais ricas da experiência que a etnografia, como modo de conhecimento, pode desdobrar. Sobretudo, a possibilidade de restituir a complexidade de resposta que merece uma pergunta que tem atravessado esta tese e que, queiramos ou não, concerne nossas pesquisas: Por que as pessoas estão ali? Mesmo quando a fórmula ‘por que’ não seja o tipo de pergunta que guie nossas investigações, o fato é que sempre fornecemos algum tipo de resposta a essa interrogação –com efeito, costuma ser nesses termos que boa parte de nossos leitores, colegas e/ou leigos, interpreta o que escrevemos.

Assim, refletir sobre os tipos de explicações que estamos produzindo é refletir também sobre quais estão ficando de fora de nosso horizonte de possíveis. Esta tese foi concebida como parte dessa reflexão. Seu ponto de partida foi propor explorar a política em seu fazer e “fazer-se” (Thompson 1968) cotidianos. Nesse caminho, convidei o leitor a dispensar momentaneamente alguns dos verbos com os quais universos como o de *peronistas* e *piqueteiros* costumam ser pensados: mediar, intermediar, dar, receber, distribuir, gerir, trocar, negociar, demandar. Disse que, olhando meus interlocutores fazerem, outros verbos tão vívidos como esses iriam aparecer: *fazer é lutar, acompanhar, reclamar, pedir*, e cada uma destas palavras revelou, por sua vez, guardar muitas e diversas ações e dimensões (afetivas, estéticas, éticas, materiais, corporais) de experiência.

Seguindo o *fazer* em seu transcorrer, vimos que as pessoas não só transitam por espaços diferenciados –o *movimento*, a *UGL*, a *merenda*, o *bairro*, a *linha* de La Jose, o *governo*–: também os produzem; do mesmo modo que produzem suas relações, os princípios de direito que as regulam, e produzem os objetos socialmente significativos que vão e vêm através delas –um plano, um emprego na prefeitura, um *posto de luta* numa marcha, um convite a um ato, uma cesta básica, uma rua asfaltada. Este foi, em suma, um dos principais deslocamentos analíticos e conceituais que meus interlocutores de campo me levaram (no seu fazer e no seu viver o fazer), e é por esse deslocamento que tentei levar o leitor nesta tese: demover nosso olhar da

³ Menciono mais uma vez, neste sentido, o trabalho de Zelizer (2005): a autora discute a reprodução sociológica da visão de “mundos hostis” (economia/intimidade, cálculo/afeto, interesse/desinteresse) e chama, no seu lugar, para explorar a pragmática de suas separações e imbricações nos universos que estudamos. Ver também o trabalho de Neiburg (2003) sobre as relações entre intimidade e vida pública, em uma análise sobre separações e imbricações entre vínculos familiares e política nacional numa província argentina.

circulação para a produção –também por isso se explica o caráter lento da descrição etnográfica proposta.

Tomemos o caso de um objeto polêmico por excelência: *o plano*. Em geral, pressupomos que o plano é um bem com uma fonte de origem: “o Estado”, “o Banco Mundial”, “as agências internacionais de crédito”. Que no caminho de “distribuição” e “gestão” desses bens criados em e por essas entidades, intervêm outras agências que introduzem critérios, regras, e significados que, dependendo do caso, distorcem mais ou menos os critérios, regras, e significados com que esses objetos foram originalmente concebidos. Como indiquei no capítulo III, este é um ponto de vista possível. Um outro ponto de vista, também possível, para o qual tentei chamar a atenção, é que *esse* plano que está nas listagens do Ministério de Trabalho, e *esse* que o MTR “gere” (ou esse que Juan Aguirre ganhou ao *anotar-se* num movimento, ou *esse* que la Chana *arranjou* para seu vizinho), não é simplesmente um objeto contemplado ou significado desde distintas perspectivas: são objetos distintos. No caminho que vai das listagens do Ministério ao plano *anotado* nas listagens do MTR (ou ao plano atribuído a Juan Aguirre, ou àquele que la Chana pôde atribuir a um vizinho), houve *trabalho* incorporado: trabalho que, se não produziu o bem inteiramente, pelo menos, sim, o transformou, e fez com que parte dele seja de outros, dos que puseram *alguma coisa* de si nele: o movimento, Juan Aguirre, La Chana, o vizinho. Por esse princípio, Juan Aguirre, La Chana, o vizinho, o MTR, o dirigente político de Chana, inclusive e provavelmente o funcionário do ministério, sentem direitos sobre esse objeto –direitos que incluem, dentre outras coisas, o próprio direito de definir os critérios com base nos quais será transferido a outros.

Por esse mesmo princípio, também, as desavenças ante expectativas descumpridas, bem como os desacordos no que diz respeito à associação entre fazer-merecer, expressam-se quase sempre em sentimentos de injustiça como exploração, expropriação, ou uso de si. E não é por acaso que negar o trabalho alheio –e exaltar o próprio– seja outra das formas com que meus interlocutores de campo disputam quem faz verdadeira *política*. Os *companheiros* do MTR criticando “os da UGL” que ganham o plano “sem fazer nada”, que “não querem lutar”, e que “desse jeito é com qualquer um”. Outros criticando os *piqueteiros* que obtêm um plano “fazendo bagunça”, e que “assim é muito fácil”. Dirigentes e referentes se acusando reciprocamente de “facilismo”, exaltando, cada um, seu próprio proceder como aquele no qual *realmente* se investe trabalho: La Chana reclama porque ela pede “como tem que pedir” e, no final, os outros, “pondo gente na rua”, têm tudo o que querem; os dirigentes argumentam que as *prefeituras* e os *punteros* do PJ são os que têm porque tudo lhes é dado, enquanto eles nada rece-

bem de ninguém, pois nada se *ganha* sem *luta*. Um e outro reivindicam o *pedir* e o *reclamar* como sendo a ação que exige mais esforço, e, portanto, a que deveria ser digna de maior merecimento.

Se *lutar* e *acompanhar* são ações que habilitam um *direito* sobre bens tangíveis e intangíveis, e fazem de seu acesso um ato *merecido*, é porque são formas de produzir esses bens. Sem *luta* (e sem reclamo), sem *acompanhamento* (e sem pedido), simplesmente esses objetos não estão ali. Podem estar em outro lugar, mas não ali (ali no MTR, ali com La Chana, ali frente ao governo, ali com La Jose). Em Florencio Varela, o trabalho o qual meus interlocutores costumam chamar de “conseguir as coisas”, é o trabalho de produzi-las, e é esta condição aquilo que tenho tentado frisar ao longo desta tese. Se é verdade, como enfatizei em outra oportunidade (Quirós 2006, 2007), que as pessoas codificam suas relações em palavras como *dar*, *receber*, *retribuir*, também é certo que o fazem não só nesses termos – e me pergunto se um dos mais acionados ao longo desta etnografia não terá sido, precisamente, *trabalho: trabalhar com* – os peronistas, os piqueiteiros, La Jose, Pereyra–, *trabalhar para*, *trabalhar socialmente*, *trabalhar politicamente*, *fazer trabalho social*, *trabalho político*, *trabalho de bairro*.

Agora, quando digo que a *luta* e o *acompanhamento* são formas de produção, não estou procurando exercer um ato de moralização desse universo julgado e acusado-de –uso político da necessidade, uso político da pobreza, politização da *ajuda social*, mercantilização da política, etc. Tampouco estou pretendendo um ato de relativismo caridoso: onde o jornal *Clarín* “vê” *clientelismo*, meus interlocutores “vêm” troca justa; onde a opinião pública “vê” *vadiagem*, meus interlocutores “vêm” *trabalho*. Pelo contrário, estou tentando chamar a atenção para um princípio –a criação de valor e de direitos através do *trabalho*– que regula as relações e experiências de meu universo etnográfico, e do qual tão pouco se tem falado, talvez precisamente porque não é *trabalho* o que esperamos encontrar em um mundo que pré-definimos, social e sociologicamente, pela “falta de”, pelo “desemprego”, pela “pobreza”, e também –como eu mesma me referi de maneira impressionista em outras oportunidades, e ao início desta tese– pela dependência a recursos “estatais” para a reprodução material da vida. Como iria haver *produção* –e criação de valor e de direito através do *trabalho*– nesse mundo?⁴

⁴ Em sintonia com a expansão da noção de *trabalho* que meus interlocutores nos convidam a adotar, menciono a inspiração de uma série de estudos precursores que apontam, de distintas perspectivas, para se analisar as concepções, classificações, e percepções nativas do trabalho e dos distintos tipos e formas de trabalho que se definem relacional e contextualmente, como os de Sigaud (1977), Leite Lopes (1978), Weber (1989), e do próprio Thompson (1989).

Creio que, desde as ciências sociais, temos contribuído para essa invisibilização não só por pressupor *uma* certa concepção de (do que é) *trabalho*, e conseqüentemente, da idéia de que estamos tratando de universos relacionais mais marcados ou determinados pela *circulação* do que pela *produção*. Acredito que também o fazemos ao circunscrever nosso olhar a *uma parte* específica dos vínculos envolvidos: refiro-me aos vínculos (entre *vizinhos* e *punteiros*, *brokers* e *clientes*, *vizinhos* e *movimentos piqueteiros*) que se estabelecem nessa unidade territorial onde costumamos centrar nossos trabalhos de campo: o *bairro*. Mesmo traçando uma unidade de caráter relacional –a figuração, por exemplo–, em algum momento cortamos a rede, e esse limite costuma coincidir com fronteiras espaciais –ver, por exemplo, Quirós 2006. Claro que não há como fugir ao recorte nem à sua arbitrariedade. Nesta tese, eu abri a trama às relações que alguns de meus interlocutores estabelecem com funcionários de governo fora do *bairro*, mas a perspectiva e o *fazer* desses funcionários ficaram praticamente fora da investigação –sem dúvida, em um futuro, essa inclusão reformularia meu olhar. No entanto, entendo que, junto com a proposta de uma etnografia que busca restituir o *fazer* em experiência (isto é: como as pessoas vivem, percebem, significam e são afetadas-por seu fazer), a extensão da figuração para relações com o *governo* permitiu-me redimensionar, dentre outras coisas, a condição de produção –de objetos, de relações– para a qual estou chamando a atenção. Acompanhando La Chana pelos escritórios da prefeitura, vimos que as formas de *conseguir* recursos são modos de criá-los, como também modos em que La Chana produz sua própria condição de *referente*. Nos escritórios do governo, La Chana deve seguir uma série de rotinas, operar certas linguagens, saber mostrar e provar certas quantidades –de pessoas em um ato, de companheiros, de vizinhos–, saber operar os modos apropriados de *pedir*: uma arte do *pedido* que envolve algumas vezes realçar a *política*, outras vezes colocá-la entre parênteses, outras, negociar o *acompanhamento*, outras, eventualmente suspendê-lo. De forma análoga, junto aos dirigentes, seguimos o trabalho socialmente necessário para criar objetos e relações com o *governo* –e, enfim, também, o trabalho de criação do *governo*–: é através de uma certa etiqueta do *reclamo*, que guarda um vínculo inseparável com o *diálogo*, o modo com que esses vínculos são produzidos. Fazer, mostrar, e publicizar quantidades –nas ruas, nas listagens–; saber justificar demandas e demonstrar disposições e intenções de *diálogo*; estar nos escritórios estatais, tarefa que demanda energia humana e um saber fazer no mundo estatal.

Considero, por outra parte, que etnografar essas instâncias cotidianas de produção de relações com o *governo*, permite-nos, em ambos os casos, escapar de duas imagens leigas –e também sociológicas– do *puntero* e do *piqueteiro*, nas quais o *trabalho* volta a ser invisibili-

zado: por um lado, a representação do *puntero* –às vezes “broker” ou “mediador”– como aquela peça de uma engrenagem que se alimenta de seus “patrões” de forma mecânica; por outro, a imagem também mecanicista de “ação coletiva” que supõe uma relação unívoca e imediata entre “protesto” –do movimento– e “resposta” –do Estado. A visão do protesto como ação “contra” o Estado não só invisibiliza um vínculo de interdependência, como, também, um trabalho cotidiano investido por uns e por outros na produção desse vínculo, nessa íntima associação que guardam, como vimos, a marcha e a reunião, a mobilização e o diálogo⁵.

*

O *fazer* dos protagonistas desta etnografia não só produz objetos, relações, e princípios de direito; tampouco somente faz merecer. Disse, no capítulo I, que, ao se entregar ao cabildo *Liberdade*, Seu Nazar o tornava próprio, como tornava próprio sua bandeira; e que talvez isso não significasse apenas (ou tanto) que o cabildo e a bandeira fossem de Seu Nazar, mas que *ele* fosse esse cabildo e essa bandeira. Neste sentido, o *fazer* foi, também, uma porta ao fazer e ao fazer-se das pessoas: ao como as pessoas se produzem a si mesmas.

Talvez uma primeira forma de interpretar esta afirmação seja a de que, nesse universo social, como vimos, fazer é valer. As pessoas se produzem porque, no fazer, produzem suas reputações e suas imagens perante os outros: vimos que “fazer coisas” repele acusações em um universo socialmente estigmatizado pela *vadiagem*, e faz com que “o que a gente tem” seja sentido e reconhecido pelos outros como merecido; também vimos que aquilo que você tem direito, o que e quanto merece, não só depende de *lutar* e de *acompanhar*, mas também de que classe de companheiro, de vizinho, de referente, de dirigente, de pessoa, você é.

E isto é, de fato, *parte* do que tentei transmitir ao leitor. O ponto é que a condição de pessoa –como disse na introdução à tese, seguindo Mauss–, é mais do que essa dimensão “moral” a qual tem sido dada tanta importância na análise do “social”. Ao longo destas páginas, quis sublinhar, precisamente, que o *fazer* produz mais do que reputações e estimas sociais. Seu Nazar tinha o pé machucado e continuava marchando, dentre outras coisas porque Nazar simplesmente *gostava* de marchar (era *feliz* quando estava na rua, reclamava Irma, sua mulher); também gostava de se ocupar no cabildo, e no entanto não gostava de freqüentar as *reuniões de*

⁵ Como indiquei no capítulo IV, este argumento segue a perspectiva colocada pelos trabalhos precursores de Sigaud (2004, 2005), e, nessa linha, os de Manzano (2007), Hernández (2005) e Rosa (2004).

formação. A Aníbal, *alguma coisa* do que se disse naquela primeira reunião do MTR tinha o *enganchado*; não entendia o que era, mas tinha a ver com aquilo que o constituía desde criança: *brigar, pôr o corpo*. Chana distinguia o militante interesseiro do militante que *se apaixonou*: esse que faz seu *trabalho político* com *vontade*, e quem fica com os nervos à flor da pele em um dia eleitoral, porque alguma coisa de si está em jogo ali. E, como disse, mesmo quando sabia que a política não devia se mesclar com os afetos, La Chana não podia evitar de se deixar afetar pela política. Seu *compromisso*, como o de Seu Nazar, ou o de Aníbal e muitos outros, abrangia outras dimensões para além da “moral”: era compromisso que *comprometia* o corpo, as sensações, os estados de ânimo, os sentimentos.

Fazendo *política*, as pessoas se fazem a si mesmas porque são afetadas por seu *fazer*, e porque têm uma relação afetiva com esse *fazer*. No início da etnografia, contei que, ao retornar ao campo, Sandra Aguirre me disse que “agora estava diferente” no MTR; que tinha “se enganchado”. Mencionei que foi nessa conversa que dei um lugar a esse verbo, mesmo o tendo ouvido tantas outras vezes. Se ele não tinha me interpelado até então, foi porque não cabia em meu horizonte de possíveis traçado pelo economicismo e moralismo. Só seguindo Sandra no seu fazer de todos os dias, pude entender o que era esse “diferente”, e que o *enganche* de Sandra tinha a ver não tanto com o fato de ela participar mais do movimento, quanto com o fato de o movimento participar mais *dela* como pessoa. Foram meus próprios interlocutores, no que dizem, no que fazem, e na forma em que vivem o que fazem, que me mostraram que existem mais motivações da ação do que aquelas orientadas a fins e a valores, e que há forças constitutivas do envolvimento político que transbordam a “economia” e a “moral”. Falei mais acima de uma “semântica oficial” nativa, centrada na oposição entre *necessidade* e *compromisso*, ou, às vezes, entre *interesse* e *compromisso*. Mas há outros termos e oposições, outras atribuições de intenção que as pessoas agenciam, e que não estamos habituados a considerar como parte dessa semântica, talvez precisamente porque escapam de *nossa* semântica, e com ela, do que consideramos pertinente para construir o “dado” socio-antropológico. Nesta tese, busquei dar um lugar para essas atribuições de intenção e motivação: ir, vir, e fazer, por e com *gosto* ou desgosto, com ou sem *vontade*, com indiferença ou com *paixão*. Também estas são explicações nativas ao ‘por que’ e ao ‘como’ uns e outros vão ou vêm, e também têm, cada uma e em cada contexto, um efeito sobre as interações e relações em jogo.

Se o espanto que me produziu o *engancharse* deu origem às perguntas que guiaram esta tese, é porque essa expressão não podia ser abrangida-por nem reduzida-a o “econômico” ou ao “moral”: o *engancharse* envolve outras dimensões da experiência que a etnografia está em

condições de capturar precisamente porque, ao seguir o *fazer* e o *viver* das pessoas, pode dar conta do “sabor”, da “dor” (Wacquant 2009), e – acrescentaria, seguindo Florence Weber –, do “prazer” da ação social. Busquei dar a essas dimensões da ação o lugar que, entendo, merecem na análise da origem e da dinâmica dos vínculos e experiências que estudamos, e com isso, contribuir com novas direções conceituais para pensar uma abordagem etnográfica do engajamento político. No entanto –e isto me parece fundamental–, não se trata de fazer do “gosto”, do “sabor”, da “dor”, do “prazer de fazer”, uma nova “variável” que vem revelar alguma coisa mais “verdadeira” do que o economicismo e o moralismo⁶. Tampouco estou propondo uma operação de adição de “motivações”. Se chamei a atenção para o *engancha-se*, é porque o sentido da palavra sintetiza um outro caminho epistemológico pelo qual busquei transitar nesta tese. Esse caminho guarda sintonia com uma leitura do *Ensaio sobre a dádiva* que recupera as noções de *híbrido* e de *fato social total* para as quais Mauss chamara a atenção. A forma *dom* é híbrida porque o caráter obrigatório e interessado da retribuição não anula, necessariamente, seu caráter voluntário e desinteressado. O *dom* transborda nosso quadro classificatório e é por isso, como nos diz Mauss no final de seu *Ensaio* (2003b: 303), que nosso vocabulário e nossas classificações são aquilo que deve ser repensado: “Os próprios termos que empregamos –presente, regalo, dádiva– não são inteiramente exatos. Não encontramos outros, só isso. Os conceitos de direito e de economia que costumamos opor –liberdade e obrigação; liberalidade, generosidade, luxo e poupança, interesse, utilidade–, seria conveniente reelaborá-los”.

Esta leitura do *Ensaio* pela qual me inclino (ver Parry 1986, Graeber 2001, Karsenti 2009) tem a ver com os próprios desafios impostos pela etnografia como modo de conhecimento. Em primeiro lugar, ao restituir o mesmo estatuto de realidade das dimensões que Mauss encontra imbricadas no *dom* –o interesse e o desinteresse, a obrigação e a voluntariedade–, evitamos admitir uma assimetria de princípio entre as explicações formuladas por nós, cientistas sociais, e as explicações formuladas pelas pessoas que estudamos. Os hábitos de explicação que chamei de economicismo e moralismo se fundam numa desigualdade ontológica que os analistas agenciam sejam quais forem os fenômenos estudados (quando de política *beligerante* se trata, a ordem do desinteresse aparece como o mais “verdadeiro”; quando de política *clientelar* se

⁶ Na academia norte-americana contemporânea dos estudos sobre ação coletiva –e mais recentemente na nossa academia–, uma operação deste tipo parece haver operado em relação às “emoções”, o novo componente que os analistas propõem incorporar ao estudo dos movimentos sociais (ver, entre outros, Jasper 1998; Goodwin *et al* 2001; Goodwin e Jasper 2004). Estas propostas têm o mérito de questionar uma tradição intelectual que fez dos protagonistas das ações coletivas criaturas planas e unidimensionais; no entanto, é curioso que tudo transcorra como se as “emoções” –que em alguns casos são até enumeradas– viessem a se incorporar como uma “variável” empiricamente delimitada e delimitável, ao campo conceitual específico –de “oportunidades políticas”, “mobilização de estruturas”, “recursos”, “marcos”, “redes”, “identidades coletivas”– dos movimentos sociais.

trata, o interesse e a obrigatoriedade passam a ocupar a primeira ordem de realidade), e isso significa, em cada caso, um trato assimétrico das explicações nativas: Por que deveríamos interpretar a forma “desinteressada” com que alguns de nossos interlocutores de campo entendem suas relações –o *favor*, a *ajuda*, o *compromisso*, por exemplo –como uma realidade de segunda ordem? E por que não como uma força que, com a mesma realidade que o interesse e o cálculo, está constituindo essas relações como tal? Do mesmo modo, por que, em outros casos, haveríamos de subordinar o “interesse” –*Venho pelo plano*– àquelas razões “desinteressadas” que nossa audiência acha mais aceitáveis e explicativas quando falamos em política da *resistência*?

Em segundo lugar –e agora na direção inversa–, esta leitura do *Ensaio* à qual me refiro é uma outra via para evitar o mimetismo com as explicações nativas. Com o moralismo e o economicismo, os pesquisadores procederam como nativos do mundo social que estudam em um ponto chave: para uns e outros, a transgressão do tabu é contaminação, e contaminação é anulação: do mesmo modo que a economia anula a política, o interesse anula o desinteresse, a assimetria anula a simetria, o obrigatório anula o voluntário, e o instrumental, o moral. E assim se fez explicação daquilo que, para um antropólogo ao menos, deve ser explicado (cf. Bailey 1971, 1980).

Junto com a passagem da circulação à produção, este foi outro dos deslocamentos analíticos e conceituais que meus interlocutores me levaram: foram eles que me mostraram que, para compreender –e descrever– como se *engancham*, não bastava somar velhos termos (“são as duas coisas”), nem adicionar novos (“são mais do que duas coisas”: economia e moral e afeto e prazer de fazer). Era preciso indagar que dinâmica apareceria se eu estivesse disposta a prescindir analiticamente da própria oposição e exclusão entre interesse/desinteresse, necessidade/compromisso, instrumental/moral, cálculo/liberalidade, individual/coletivo, economia/política, obrigação/vontade. Uma coisa é considerar seriamente estas oposições na medida em que nossos interlocutores as professam, e outra é fazer com que nossa descrição e explicação se limite a reproduzi-las na linguagem sociológica.

Ao longo da tese, tentei mostrar parte da hibridez do mundo social que a experiência de meus interlocutores me desafiou considerar seriamente. A militância de Seu Nazar, essa que borra as fronteiras entre *necessidade* e *compromisso*; as diversas situações vividas nas sedes do MTR, essas em que o *obrigatório* e o *voluntário* se fundem, e nas quais todo cálculo é moral e toda moralidade é calculada; as satisfações e desavenças de Chana com seu *trabalho político*, e esse “interesse” no emprego municipal que é também e ao mesmo tempo tantas outras coisas

que o próprio termo “interesse” perde sentido descritivo. Assim, a potencialidade de acompanhar etnograficamente o *enganchar-se* tem para mim uma segunda dimensão: levou-me a tentar *enganchar* coisas que nossos hábitos epistemológicos têm des-enganchado. Deste modo, a abordagem etnográfica –a teoria etnográfica talvez– do envolvimento político sobre a qual estou apontando, supõe resgatar do esquecimento sociológico aqueles motivos da ação que Max Weber classificara no quadro da “irracionalidade”, mas também considerar seriamente aquilo que Lygia Sigaud, recuperando o próprio Weber, insistiu tantas vezes, para mim e para muitos outros: no mundo social, tudo o que separamos, aparece indissolivelmente misturado. Essa impureza faz a política vivida que busquei desdobrar nestas páginas.

Bibliografía citada

- ACUÑA, Carlos; KESSLER, Gabriel e REPETTO, Fabián. 2002. *Evolución de la política social argentina en la década de los noventa: Cambios en su lógica, intencionalidad y en el proceso de hacer la política social*. Informe para o Projeto Self-Sustaining Community Development in Comparative Perspective, Center for Latin American Social Policy, CLACSO, The University of Texas at Austin.
- ALENCAR CHAVES, Christine. 1996. “Eleicoes em Buritis: a pessoa política”. Em: Palmeira, Moacir e Goldman, Marcio (orgs) *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contracapa.
- ALMEYRA, Guillermo. 2004. *La protesta social en la Argentina (1990 – 2004)*. Buenos Aires: Peña Lillo, Ediciones Continente.
- ANDRENACCI, Luciano. (org.). 2002. *Cuestión social y política social en el Gran Buenos Aires*. Buenos Aires: Ed. Al Margen e Universidad de General Sarmiento.
- _____. e NEUFELD, María Rosa, e RAGGIO, Liliana. 2000. *Elementos para un análisis de programas sociales desde la perspectiva de los receptores*. Buenos Aires: Universidad Nacional de General Sarmiento.
- ARISTAZÁBAL, Zulema. e IZAGUIRRE, Inés. 1988. *Las tomas de tierra en la zona sur del Gran Buenos Aires. Un ejercicio de formación del poder en el campo popular*. Buenos Aires: CEAL.
- AUSTIN, John Langshaw. 1962. *How to Do Things with Words*. London: Oxford University Press.
- AUYERO, Javier (comp.). 1997. *¿Favores por votos? Estudios sobre clientelismo político contemporáneo*. Buenos Aires: Losada.
- _____. 2001. *La política de los pobres. Las prácticas clientelistas del peronismo*. Buenos Aires: Prometeo.
- _____. 2002a. “Clientelismo político en Argentina: doble vida y negación colectiva”. *Perfiles Latinoamericanos*. Junho N° 020: 35-52
- _____. 2002b. *La protesta. Retratos de la Beligerancia popular en la Argentina democrática*. Buenos Aires: Libros del Rojas.
- _____. 2002c. “La vida en un piquete. Biografía y protesta en el sur argentino”. *Revista Apuntes-CECyp*, N° 18. Disponível em <http://www.apuntes-cecyp-org/N8-Auyero.htm>. Consultado 20 de Julho de 2005.
- _____. 2004. *Vidas Beligerantes: dos mujeres argentinas, dos protestas y la búsqueda de reconocimiento*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes.
- _____. 2007. *La zona gris. Violencia colectiva y política partidaria en la Argentina contemporánea*. Buenos Aires: Siglo XXI.
- BAILEY, Frederic. 1993. *The Kingdom of individuals. An Essay of self-respect and social obligation*. London: Cornell University Press.

- _____. 1980. *Stratagems and Spoils: a social anthropology of politics*. London: Basil Blackwell.
- _____. 1971. *Gifts and Poison. The Politics of Reputation*. Oxford Basil Blackwell.
- BALBI, Fernando. 2007. *De leales, desleales y traidores. Valor moral y concepción de política en el peronismo*. Buenos Aires: Antropofagia.
- BATTISTINI, Osvaldo (comp.). 2002. *La atmósfera incandescente. Escritos sobre la Argentina movilizada*. Buenos Aires: ASET.
- BEAUD, Stephane e PIALOUX, Michel. 1999. *Retour à la Condition Ouvrière*. Paris: Fayard.
- BEZERRA, Marcos Otávio. 1999. *Em nomes das 'bases'. Política, Favor e Dependência Pessoal*. Rio de Janeiro: Relume-Dumara.
- BIELSA, Rafael et al. 2002. *Qué son las asambleas populares*. Buenos Aires: Peña Lillo/Ediciones Continente.
- BOISSEVAIN, Jeremy. 1966. "Patronage in Sicily". *Man* I, 8-33.
- BOLTANSKI, Luc e THÉVENOT Laurent. 2006. *On justification. Economies of Worth*. Princeton: Princeton University Press.
- _____. 2000. "The reality of moral expectations. A sociology of situated judgement". *Philosophical Explorations*, Vol III N° 3:208-231.
- BORGES, Antonadia. 2004. *Tempo de Brasília: etnografando lugares-eventos da política*. Rio de Janeiro: Relume Dumará
- BOURDIEU, Pierre. 1977. *Algérie 60. Structures économiques et structures temporelles*. Paris: Minuit.
- _____. 1991. *El sentido práctico*. Madrid: Taurus
- _____. 2000. "Los usos del 'pueblo' ". Em: *Cosas dichas*. Barcelona: Gedisa.
- BOURGOIS, Philippe. 1995. *In search of respect: selling crack in El Barrio*. New York: Cambridge University Press.
- _____. "The Violence of Moral Binaries: Response to Leigh Binford". *Ethnography* vol 3(2):221-231.
- BRUBAKER, Rogers e COOPER, Frederik. 2000. "Beyond 'identity' ". *Theory and Society* 29: 1-47
- CAFASSI, Emilio (2002): *Olla a Presión. Cacerolazos, Piquetes y Asambleas sobre Fuego Argentino*. Buenos Aires: Libros del Rojas-UBA.
- CASTEL, Robert. 1995. *Les Métamorphoses de la question sociale; une chronique du salariat*. Paris: Fayard.
- COLABELLA, Laura. 2009. 'Fazer política' ou 'lutar pelo social': uma etnografia das formas de redistribuição na Grande Buenos Aires. Tese de doutorado PPGAS/MN/UFRJ.
- COLECTIVO SITUACIONES. 2003. *Hipótesis 891. Más allá de los piquetes*. Buenos Aires: Ediciones de Mano en Mano.

- COMERFORD, John. 1999. *Fazendo a luta. Sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- CRAVINO, María Cristina. 1998. “Los asentamientos del Gran Buenos Aires. Reivindicaciones y contradicciones”. Em: VV.AA. *Antropología Social y Política. Hegemonía y Poder: el mundo en movimiento*. Buenos Aires: EUDEBA.
- CROSS, Cecilia e CATÓ, Juan. 2002. “Crisis de representación e identidades colectivas en los sectores populares. Acerca de las experiencias de las organizaciones piqueteras”. Em: Battistini, Osvaldo (coord) *Op. Cit*
- DELAMATA, Gabriela. 2004. *Los barrios desbordados. Las organizaciones de desocupados del Gran Buenos Aires*. Buenos Aires: Libros del Rojas, Eudeba.
- DINATALE, Martín. 2004. El festival de la pobreza. El uso político de planes sociales en la Argentina. Buenos Aires: La Crujía.
- ELIAS, Norbert. 1991. *Qu'est-ce que la sociologie?* Paris: Editions de L'Aube.
- _____. 2001. *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- ERNÁNDEZ Macedo, Marcelo. 2005. “Entre a violência e a espontaneidade: reflexões sobre os processos de mobilização para ocupações de terra no Rio de Janeiro”. *Mana. Estudos de Antropologia Social*, 11 (2):473-497.
- FARA, L. 1985. “Luchas reivindicativas en un contexto autoritario. Los asentamientos de San Francisco Solano”. Em: Jelín, Elizabeth (comp). *Los nuevos movimientos sociales*. Buenos Aires: CEAL.
- FAVARO, Orietta; ARIAS BUCCIARELLI, Mario; IUORNO, Graciela. 1997. “La conflictividad social en Neuquén. El movimiento cutralquense y los nuevos sujetos sociales”. *Revista Realidad Económica* 148, maio/junho-97.
- FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, María Inés. 2006. *De la supervivencia a la dignidad. Una etnografía de los procesos de recuperación de fábricas en la ciudad de Buenos Aires*. Tese de Doutorado: Universidad de Buenos Aires-Ecole de Hautes Etudes en Sciences Sociales.
- FERRAUDI CURTO, Cecilia. 2006a. *Mientras tanto: política y modo de vida en una organización piquetera*. Dissertação de Mestrado, IDES-UNSAM.
- _____. 2006b. “Lucha y papeles en una organización piquetera del sur de Buenos Aires”. Em: Míguez, Daniel e Semán, Pablo (eds). *Entre santos, cumbias y piquetes. Las culturas populares en la Argentina reciente*. Buenos Aires: Prometeo.
- _____. 2009. “Hoy a las 2, cabildo: etnografía en una organización piquetera”. Em: Grimson *et al* (comps) *Op. Cit*.
- FREDERIC, Sabina. 2003. “De la Plaza al Barrio. Los científicos sociales y la identidad de los sectores populares en la transición democrática (1982-1987)”. Em: Rosato, Ana e Balbi, Fernando (eds) *Representaciones sociales y procesos políticos. Estudios desde la antropología social*. Buenos Aires: Antropofagia.
- _____. 2004. *Buenos vecinos, malos políticos: moralidad y política en el Gran Buenos Aires*. Buenos Aires: Prometeo.

- _____. 2009. "Trabajo barrial, reconocimiento y desigualdad en Lomas de Zamora, 1990-2005". Em: Grimson *et al* (Op. Cit)
- _____. e MASSON, Laura. 2007. "Hacer política en la provincia de Buenos Aires": cualidades sociales, políticas públicas, y profesión política en los 90". *Anuario de Estudios en Antropología Social 2006*. CAS-IDES. 129-138.
- GAZTAÑAGA, Julieta. 2009. *El trabajo político y el problema de los límites de la política: un análisis comparativo de tres casos etnográficos*. Tese de doutorado, Facultad de Filosofía y Letras, UBA.
- GELLNER, Ernest. 1977. "Patrons and Clients". Em: Gellner, Ernest e Waterbury, John (eds). *Patron and Clients in Mediterranean Societies*. London: Duckworth.
- GIARRACA, Norma (ed). 2001. *La protesta social en la Argentina: transformaciones económicas y crisis social en el interior del país*. Buenos Aires: Alianza Editorial.
- GOLDMAN, Marcio. 2006. *Como funciona a democracia. Uma teoria etnográfica da política*. Rio de Janeiro: 7Letras.
- GOODWIN, Jeff e JASPER James (eds). 2004. *Rethinking social movements. Structure, meaning and emotion*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield.
- _____. JASPER, James, e POLLETA, Francesca (comps). 2001. *Passionate Politics. Emotions and Social Movements*. Chicago-Londres: The University of Chicago Press.
- GRAEBER, David. 2001. *Toward an Anthropological Theory of Value. The False Coin of Our Own Dreams*. New York: Palgrave.
- GRASSI, Estela, HINTZE, Susana, e NEUFELD, María Rosa. 1994. *Políticas Sociales, Crisis y Ajuste Estructural. Un análisis del Sistema Educativo, de Obras Sociales y de las Políticas Alimentarias*. Buenos Aires: Espacio Editorial
- GRIMBERG, Mabel; SCHAVELZON, Salvador; BARNA, Agustín; PELUSO, Maximiliano; e GONZÁLEZ MARTÍN, Miranda. 2004. "Identificaciones y disputas de sentido en asambleas barriales. Análisis de la construcción política de la categoría vecino". *Intersecciones en Antropología*, N° 5: 167-175.
- GRIMSON, Alejandro. *et al*. 2003. *La vida organizacional en zonas populares de Buenos Aires*. Disponible em <http://www.prc.utexas.edu/urbancenter/documents/wp0315e.pdf>
- _____. 2004. "Piquetes en la ciénaga. Los bloqueos políticos de los cortes de ruta". *El Rodaballo. Revista de política y Cultura*. Año X, N° 15: 9-13.
- _____.; FERRAUDI CURTO, Cecilia; SEGURA, Ramiro. 2009 (comps). *La vida política en los barrios populares de Buenos Aires*. Buenos Aires: Prometeo.
- _____. 2009. "Introducción". Em: GRIMSON *et al*. *Op. Cit*.
- GUBER, Rosana e SOPRANO, Germán. 2003. "Tramos perdidos. Patronazgo y clientelismo político desde la antropología social argentina de los años '60". *Relaciones de la Sociedad Argentina de Antropología* N° XXVIII: 221-226.
- GUGLIELMUCCI Ana. 2007. *Memorias Desveladas. Prácticas y representaciones colectivas del encierro por razones políticas*, Buenos Aires: Tientos Editora.

- HEREDIA, Beatriz. 1996. "Política, família e comunidade". Em: Palmeira, Moacir e Goldman, Marcio (orgs) *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contracapa
- HERZFELD, Michael. 1981. "Meaning and morality: A semiotic approach to evil eyes accusations in a Greek village". *American Ethnologist*, 8: 560-574.
- _____. 1992a. "The Etymology of Excuses: Aspects of Rhetorical Performance in Greece". *American Ethnologist*, 9, 4, 644-663.
- _____. 1992b. *The Social Production of Indifference. Exploring the Symbolic Roots of Western Bureaucracy*. Chicago and London: The University of Chicago Press.
- _____. 2003. "The unspeakable in pursuit of the ineffable: representations of untranslatability in ethnographic discourse". Em: Rubel, Paula E. e Rosman, Abraham (eds) *Translating Cultures. Perspectives on Translation and Anthropology*. Oxford e New York: Berg.
- JASPER, James. 1998. "The emotions of protest: affective and reactive emotions in and around social movements". *Sociological Forum*, Vol. 13, Nº 3: 397-424
- KARSENTI, Bruno. 2009. *Marcel Mauss. El hecho social como totalidad*. Serie Sociedades Contemporáneas, Buenos Aires: Antropofagia
- ISMAN, Raúl. 2004. *Los piquetes de la Matanza. De la aparición del movimiento social a la construcción de la unidad popular*. Buenos Aires: Nuevos Tiempos
- LANDÉ, Carl H. 1977. "Introduction: The diadyc basis of clientelism". Em: Schmidt, Steffen W., Guasti, Laura, Landé, Carl H. e Scott, James C. *Friends, Followers and Factions. A reader in political clientelism*. Berkeley: University of California Press.
- LATOUR, Bruno. 2005. *Reassembling the Social. An introduction to Actor-Network-Theory*. Oxford: Oxford University Press
- LAZZARI, Axel. 1993. "Panoramas de la antropología política del clientelismo". *Cuadernos de Antropología Social*, Nº 7: 9-34
- LEITE LOPES, José Sérgio. 1978. *O vapor do diabo. O trabalho dos operários do açúcar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LENGUITA, Paula. 2002. "El poder del desempleo. Reflexiones críticas sobre la relevancia política del movimiento piquetero". Em: Battistini, Osvaldo (coord.). *La atmósfera incandescente. Escritos sobre la Argentina movilizada*. Buenos Aires: Asociación Trabajo y Sociedad.
- L'ESTOILE, Benoit de; NEIBURG, Federico, e SIGAUD, Lygia. 2002. "Antropologia, Impérios e Estados Nacionais: uma abordagem comparativa". Em: de L'Etoile, Benoit; Neiburg, Federico e Sigaud, Lygia (orgs.). *Antropologia, Impérios e Estados Nacionais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará-FAPERJ.
- LEVITSKY, Steven. 2005. *La transformación del justicialismo. Del partido sindical al partido clientelista. 1983-1999*. Buenos Aires: Siglo XXI
- LOBATO, Mirta. 2002. "Lo nuevo y lo viejo en la protesta social". *Entrepasados*, Año XI, 22: 164-169.

- e SURIANO, Juan. 2003. *La protesta social en la Argentina*. Buenos Aires: FCE.
- MANZANO, Virginia. 2004. “Tradiciones asociativas, políticas estatales y modalidades de acción colectiva: análisis de una organización piquetera”. *Intersecciones en Antropología*, 5: 153-166. Facultad de Ciencias Sociales, UNCPBA.
- . 2007. *De La Matanza Obrera a Capital Nacional del Piquete: etnografía de procesos políticos y cotidianos en contextos de transformación social*. Tesis de Doctorado, FFYL/UB.
- . 2009. “Un barrio, diferentes grupos: acerca de las dinámicas políticas locales en el distrito de La Matanza”. Em: Grimson *et al* (Op. Cit)
- MALINOWSKI, Bronislaw. 1935. *Coral gardens and their magic. A study of the methods of tilling the soil and of agricultural rites in the Trobriand Islands*. London: George Allen & Unwin Ltd
- . 1930. “The problem of meaning in primitive languages”. Em: Ogden, C. K. e Richards, I. A. *The meaning of meaning: a study of the influence of language upon thought and of the science of symbolism*. Kegan Paul, Trench, Trubner & Co. Ltd, London.
- MARQUES, Ana Claudia D. R. 1999. “Algumas faces de outros eus. Honra e patronagem na antropologia do Mediterrâneo”. *Mana.*, vol.5, n.1: 131-147.
- MASSETI, Astor. 2004. *Piqueteros: protesta social e identidad colectiva*. Coedición Ed. de las ciencias-FLACSO.
- MASSON, Laura. 2002. “La villa como aldea”. *Relaciones de la Sociedad Argentina de Antropología*, N° XXVII: 71-78.
- . 2004. *La política en femenino. Género y Poder en la Provincia de Buenos Aires*. Buenos Aires: Ed. Antropofagia e Centro de Antropología Social del IDES, Colección Serie Etnográfica.
- MAUSS, Marcel. 2003a. “Relações reais e práticas entre a psicologia e a antropologia”. Em: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify
- . 2003b “Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas”. Em: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify
- MELUCCI, Alberto. 1995. “The process of collective identity”. Em: Jonson, H. and Kalndermans, B. (eds) *Social movements and Culture*. University of Minnesota Press.
- . 1994. "Asumir un compromiso: identidad y movilización en los movimientos sociales" *Zona Abierta*, N° 69: 153-180.
- MERKLEN, Denis. 2005. *Pobres ciudadanos. Las clases populares en la era democrática (Argentina 1983-2003)*. Buenos Aires: Gorla.
- . 1991. *Asentamientos en la Matanza. La terquedad de lo nuestro*. Buenos Aires: Catálogos.
- MÍGUEZ, Daniel e SEMÁN, Pablo (eds). 2006. *Entre santos, cumbias y piquetes. Las culturas populares en la argentina reciente*. Buenos Aires: Biblos.
- MORANO, Camila; LORENZETTI Andrea e PARRA Andrea. 2002. “El Conurbano Bonaerense en la década de los 90”. Em: Andrenacci, Luciano (org) *Cuestión social y política social en el Gran Buenos Aires*. Buenos Aires: Ed. Al Margen e Universidad de General Sarmiento.

- NEIBURG, Federico. 2003. "Intimacy and the public sphere. Politics and culture in the Argentinian national space" 1946-55". *Social Anthropology* 11, 1, 63-78.
- NEUFELD, María Rosa; GRASSI, Estela, e CAMPANINI, Silvana. 1996. *Las cosas del poder: acerca del estado, la política y la vida cotidiana*. Buenos Aires: Espacio.
- O'DONNELL, María. 2005. *El aparato. Los intendentes del conurbano y las cajas negras de la política*. Buenos Aires: Aguilar
- OVIEDO, Luis. 2001. *De las primeras coordinadoras al Argentinazo. Una historia del Movimiento Piquetero*. Buenos Aires: Editorial Rumbos.
- PALMEIRA, Moacir. 1992. "Voto: Racionalidade ou Significado?". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol.7, N° 20.
- _____. 1996. "Política, Façoes, e Voto". Em: Palmeira, Moacir e Goldman, Marcio (orgs) *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contracapa
- PANTALEÓN, Jorge. 2004. *Entre la Carta y el Formulario. Política y Técnica en el Desarrollo Social*. Buenos Aires: Serie Etnográfica, Editorial Antropofagia.
- PARRY, Jonathan. 1986. "The gift, the Indian Gift and the 'Indian Gift'". *Man*, Vol 21, N° 3:453-473
- PEIRANO, Mariza. 2001. *O Dito e o Feito. Ensaio de Antropologia dos Rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/NuAP.
- POLLETA, Francesca e JASPER, James. 2001. "Collective Identity and Social Movements". *Annual Review of Sociology*, N° 27: 283-305.
- QUIRÓS, E. Guillermo. 1996. *Principios de antropología económica. Filósofos, economistas y antropólogos. Siglos XVIII-XIX*. Buenos Aires: Biblos.
- _____. 1998. "El Mimetismo en la Antropología Económica Reciente". *Cuadernos de Epistemología de las Ciencias Sociales*, N° 4: 67/90. Buenos Aires: FFyL, UBA.
- QUIRÓS Julieta. 2005. "Dentro y fuera del movimiento. Reflexiones etnográficas sobre algunos aspectos de la participación en organizaciones piqueteras". Comunicación presentada na VI Reunión de Antropología del MERCOSUR, Montevideo. Publicado em: Grimberg, Mabel, Fernández Álvarez, María Inés, e Carvalho Rosa, Marcelo (eds) *Estado y movimientos sociales: estudios etnográficos en Argentina y Brasil*. Buenos Aires: Antropofagia.
- _____. 2006. *Cruzando la Sarmiento. Una etnografía sobre piqueteros en la trama social del sur del Gran Buenos Aires*. Buenos Aires: Antropofagia.
- _____. 2008. "Piqueteros y peronistas en la lucha del Gran Buenos Aires. Por una visión no instrumental de la política popular". *Cuadernos de Antropología Social*, N° 27: 113-131.
- _____. 2007. "Movimientos piqueteros, formas de trabajo y circulación de valor en el sur del Gran Buenos Aires". *Anuario de Estudios en Antropología Social*, IDES: 151-159.
- _____. 2009a. "Política e economía na ação coletiva: uma crítica etnográfica às premissas dicotômicas". *Mana. Estudos de Antropologia Social*. 15 (1): 127-153.
- _____. 2009b. "Iconografías de la política popular: clientelismo, acción colectiva, y algunos problemas de explicación socio-antropológica". Comunicación presentada na VIII Reunión de Antropología del MERCOSUR, Buenos Aires, Mimeo.

- RANGEL LOERA, Nashieli. 2006. *A espiral das ocupações de terra*. São Paulo: Editora Polis.
- ROSA Carvalho, Marcelo. 2004. *O engenho dos movimentos. Reforma agrária e significação social na zona canavieira de Pernambuco*. Tese de Doutorado, IUPERJ.
- ROSATO, Ana. 2003. “Líderes y candidatos: elecciones internas en un partido Político”. Em: Rosato, Ana e Balbi, Fernando (eds). *Representaciones sociales y procesos políticos*. Buenos Aires: Antropofagia-IDES.
- SCAGLIA, María Cecilia e WOODS, Marcela. 2000. “Políticas sociales y redes clientelares en un municipio del Gran Buenos Aires”. *Cuadernos de Antropología Social*, N° 12 : 253-278.
- SCOTT, James C. 1977a. “Patronage or exploitation?” Em: Gellner, Ernest e Waterbury, John (eds). *Patron and Clients in Mediterranean Societies*. London: Duckworth.
- _____. 1977b. “Patron-Client politics and political change in Southeast Asia”. Em: Schmidt, Steffen W., Guasti, Laura, Landé, Carl H. e Scott, James C (eds). *Friends, Followers and Factions. A reader in political clientelism*. Berkeley: University of California Press.
- SCRIBANO, Adrián e SCHUSTER, Federico. 2001. “Protesta Social en la Argentina de 2001: entre la normalidad y la ruptura”. *OSAL*, Setembro de 2001: 17-22
- SCHAVELZON, Salvador. 2007. “El gestionismo y el politicismo en el Estado: el caso de dos estilos de gobierno en la Comisión Municipal de la Vivienda de la ciudad de Buenos Aires”. *Campos. Revista de Antropología Social*, 8 (2):41-63.
- SCHUSTER, Federico e Sebastián PEREYRA. 2001. “La protesta social en la Argentina democrática: balance y perspectivas de una forma de acción política”. Em: Giarraca, Norma. *Op. Cit.*
- SCHUSTER, Federico NAISHTAT, Francisco; NARDACCHIONE, Gabriel; e PEREYRA, Sebastián (comp.). 2005. *Tomar la Palabra. Estudios sobre protesta social y acción colectiva en la Argentina contemporánea*. Buenos Aires: Prometeo.
- SIGAUD, Lygia. 1977. “A percepção dos salários entre trabalhadores rurais”. Em: Singer, P. (org.). *Capital e trabalho no campo*. São Paulo: Hucitec.
- _____. 2004. “Ocupações de terra, Estado e movimentos sociais no Brasil” *Cuadernos de Antropología Social N° 20*: 11-23
- _____. 2005. “As condições de possibilidade das ocupações de terra”. *Tempo Social*, Vol. 17, N° 1, Junho 2005: 255-280.
- SOPRANO, Germán. 2002 “A favor de una etnografía sobre clientelismo político y peronismo”, *Desarrollo Económico*, Vol. 42, N° 167: 483-488.
- _____. 2003. *Formas de organización y socialización en un partido político. Etnografía sobre facciones, alianzas y clientelismo político en el peronismo durante una campaña electoral*. Tese de doutorado, Universidad Nacional de Misiones.
- SVAMPA, Maristella. 2004. “Relaciones peligrosas. Sobre las clases medias, gobierno peronista y movimientos piqueteros”. *El Rodaballo. Revista de política y Cultura*. Año X, N° 15: 3-9.
- _____. e PEREYRA, Sebastián. 2004. *Entre la ruta y el barrio. La experiencia de las organizaciones piqueteras*. Buenos Aires: Biblos.

- STRATHERN, Marilyn. 1988. *The Gender of the Gift: Problems with Women and Problems with Society in Melanesia*. Berkeley: University of California Press.
- . 1992. "Parts and Wholes: Refiguring Relationships in a Post-Plural World". Em: Kuper, Adam. (ed.). *Conceptualizing Society*. London: Routledge.
- TARROW, Sydney. 1997. *El poder en movimiento. Los movimientos sociales, la acción colectiva y la política*. Madrid: Alianza
- THOMPSON, Edward Palmer. 1968. *The Making of the English Working Class*. Harmondsworth: Penguin Books.
- . 1989. "Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial". Em: *Tradicción, revuelta y conciencia de clase*. Barcelona: Editorial Critica.
- . 1998. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras.
- TILLY, Charles. 1978. *From Mobilisation to Revolution*. New York: McGraw-Hill.
- TRIGUBOFF, Matías. 2008. *Ni vecinos ni compañeros: assembleístas. Trayectorias y prácticas políticas en las asambleas de la Ciudad de Buenos Aires*. Tese de Doutorado, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires.
- TURNER, Victor. 1967. *The forest of symbols. Aspect of Ndembu ritual*. New York: Cornell University Press.
- . 1985. "Experience and Performance. Towards a New Processual Anthropology". Em: Turner, Edith (ed). *On the Edge of the Bush. Anthropology as Experience*. Tucson: The University of Arizona Press.
- VOMMARO, Gabriel. 2007. 'Acá no conseguís nada si no estás en política'. Los sectores populares y la participación en espacios barriales de sociabilidad política. *Anuario de Estudios en Antropología Social 2006*: 161-178.
- . 2009a. *Regards croisés sur les rapports des classes populaires au politique en Argentine. Retour sur la question du clientélisme*. Tese de doutorado, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris.
- . 2009b. "Diez años de ¿Favores por votos? El clientelismo como concepto y como etiqueta moral". Em: Rinesi, Eduardo; Vommaro, Gabriel e Muraca, Matías (comps) *¿Si este no es el pueblo? Hegemonía, populismo y democracia en Argentina*. Buenos Aires: UNGS.
- . e QUIRÓS, Julieta. 2009. "'Usted vino por su propia decisión': repensar el clientelismo en clave etnográfica". Mimeo.
- WACQUANT, Loïc. 2002. "Scrutinizing the street. Poverty, morality, and the pitfalls of urban ethnography." *American Journal of Sociology* 107 (6): 1468-1532.
- . 2009. "The Body, the Ghetto and the Penal State". *Qualitative Sociology*, 32: 101-129.
- WEBER, Florence. 1991 "Nouvelles lectures du monde ouvrier: de la classe aux personnes" *Geneses*, N°6, dezembro : 179-189, Paris.
- . 1989. *Le Travail à Cote; étude d'ethnographie ouvrière*. Paris: EHESS/Ed. INRA.
- WEINGROD, Alex. 1977. "Patronage and Power" Em: Gellner, Ernest e Waterbury, John (eds). *Patron and Clients in Mediterranean Societies*. London: Duckworth.

WOLF, Eric. 1980. "Relaciones de parentesco, de amistad y de patronazgo en las sociedades complejas". Em: Banton, M. (comp.) *Antropología Social de las Sociedades Complejas*. Madrid: Alianza.

ZELIZER, Viviana. 2005. *The Purchase of Intimacy*. Princeton: Princeton University Press.

Anexo fotográfico por capítulos

Lutar



Cabildo Maio



Trabalhando na merenda, cabildo Liberdade

Acompanhar



Sair para convidar em um dia de chuva



La Chana e os vizinhos no ônibus

Reclamar



Montando a bandeira



Queima de pneus na governação

Pedir



Festival do dia da criança organizado pela Chana e Estelita



Esperando o asfalto, bairro Las Rosas

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)